



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 3; 5 – S VVC/HGT C, 43 DE PQXGO DTQ DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101,112) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (101,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;">Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 208ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013 ...	83575	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre matéria intitulada “O ralo fenomenal da corrupção”, publicada na revista do Conselho Federal de Medicina.	83582
1.1 – ABERTURA	83575	SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro de visita realizada por S. Exª aos réus presos em decorrência da Ação Penal nº 470.	83590
1.2 – EXPEDIENTE	83577	SENADOR FLEXA RIBEIRO, como Líder – Expectativa com a publicação de edital para execução das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, no Pará; e outro assunto.	83593
1.2.1 – Comunicações		SENADOR PAULO BAUER – Defesa do reajuste do teto de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Super Simples).	83596
Do Senador Luiz Henrique, justificando o não registro de voto na sessão do dia 12 do corrente (Ofício nº 112/2013).	83577	1.2.7 – Comunicações	
Da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a reconstituição do processado do Projeto de Lei do Senado nº 89/2007 (Ofício nº 399/2013). A Presidência determina a reconstituição do referido Processado.	83577	De diversas Lideranças, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 627/2013 (Ofícios nºs 1.615/2013-PSD/CD, 239/2013-PSB/CD e 371/2013-PCdoB/CD). Designação dos Deputados Onofre Santo Agostini, Valter Yoshi, Márcio França e Osmar Júnior, como titulares, para comporem a referida Comissão.	83598
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 627/2013, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator (Ofício nº 1/2013)	83577	1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
1.2.2 – Leitura de projeto		SENADOR FERNANDO COLLOR – Registro do transcurso do Dia da Consciência Negra e do falecimento de Zumbi dos Palmares; e outro assunto.	83599
Projeto de Resolução nº 84/2013, de autoria do Senador Gim, que institui a Comenda do Mérito Olímpico, a ser conferida pelo Senado Federal aos atletas brasileiros que se destacarem nas competições olímpicas e paralímpicas.	83577	SENADOR HUMBERTO COSTA – Divulgação de estudos a respeito da condição do negro no Brasil.	83600
1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda		SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Críticas ao projeto de lei da Câmara que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual; e outro assunto.	83603
Nº 412/2013, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.054/2013, de autoria do Senador Aécio Neves	83578	SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Considerações sobre o Dia da Consciência Negra.	83604
1.2.4 – Mensagem da Presidente da República		SENADOR PAULO DAVIM – Comentários sobre projetos relatados por S. Exª provenientes do Programa Jovem Senador.	83606
Nº 133/2013-CN (nº 510/2013, na origem), comunicando retificação à Medida Provisória nº 627/2013.	83577	SENADOR EDUARDO LOPES, como Líder – Defesa do envio do projeto de lei da Câmara que	
1.2.5 – Leitura de requerimento			
Nº 1.350/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 386/2012-Complementar	83579		
1.2.6 – Discursos do Expediente			
SENADOR CASILDO MALDANER – Preocupação com o desempenho da balança comercial do País.	83582		

determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual à Comissão de Reforma do Código Penal Brasileiro 83607

SENADOR WALDEMIR MOKA – Preocupação com a questão da demarcação das terras indígenas no País. 83608

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Congratulações à Cidade de Ji-Paraná pelo transcurso, na próxima sexta-feira, dos 36 anos de sua emancipação política. 83609

SENADOR CYRO MIRANDA – Preocupação com a fragilidade econômica do País e críticas ao Governo Federal pelo desrespeito às Leis de Responsabilidade Fiscal e de Licitações. 83611

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 1.351/2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 81/2012. 83616

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 441/2012, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais. Aprovado o Substitutivo, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com supressão de dispositivo e inserção de dispositivo do projeto, após Requerimentos nºs 1.352 a 1.367/2013*, tendo usado da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Wellington Dias, Valdir Raupp (Relator), Mário Couto, Pedro Simon, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Benedito de Lira e Rodrigo Rollemberg 83618

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 441/2012 (**Parecer nº 1.311/2013-CDIR**). **Aprovada**, com voto contrário dos Senadores Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Mozarildo Cavalcanti. À sanção. 83632

1.3.2 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.340/2013, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando, nos termos do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 106/2013-Complementar, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado**. 83639

1.3.3 – Item 20 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.163/2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 133/2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. **Aprovado**. 83639

1.3.4 – Item 21 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.174/2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208/2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Aprovado**. 83639

1.3.5 – Item 22 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.175/2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208/2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado**. . 83639

1.3.6 – Item 23 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.180/2013, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 56/2012, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. **Aprovado**. 83640

1.3.7 – Item 24 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.182/2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 467/2008-Complementar (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701/2007; 90/2010; 344/2011; e 136/2012, todos Complementares), com os Projetos de Lei do Senado nºs 130/2007; 246/2011; 270/2012; 181, 201, 329, 353 e 354/2013, todos complementares, por regularem matéria correlata. **Aprovado**. 83640

1.3.8 – Item 27 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.239/2013, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34/2013, além da comissão constante do despacho, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos. **Retirado da pauta, nos termos do Requerimento nº 1.368/2013, lido e aprovado nesta oportunidade**. 83640

1.3.9 – Item 28 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.247/2013, de autoria do Senador Zezé Perrella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330/2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Aprovado**. 83640

1.3.10 – Item 29 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.303/2013, de autoria do Senador Sérgio Souza, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14/2010, além das comissões constantes do despacho, seja ouvida

também a Comissão de Assuntos Sociais. **Aprovado.** 83641

1.3.11 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 45/2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, que institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências. **Aprovado com as Emendas nºs 1-CE e 2 a 4-CCJ**, após leitura dos **Pareceres nºs 1.312/2013-CE e 1.313/2013-CCJ**, e após **Parecer nº 1.314/2013-PLEN**, proferido pelo Senador Flexa Ribeiro, em substituição à Comissão de Diretoria, tendo usado da palavra os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata..... 83641

Redação final do Projeto de Resolução nº 45/2011 (**Parecer nº 1.315/2013-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação..... 83651

1.3.12 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.351/2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos. **Aprovado** ... 83657

1.4.2 – Discursos

SENADOR JORGE VIANA – Defesa da implementação de mecanismos que tornem as emendas parlamentares mais transparentes à população; e outro assunto. 83659

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa dos aposentados e pensionistas do Fundo Aerus; e outro assunto. 83662

SENADORA ANA RITA – Considerações acerca do Dia da Consciência Negra; e outro assunto. 83668

1.4.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.369/2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, em aditamento ao Requerimento nº 1.229/2013, solicitando alteração da data da missão parlamentar para 2 e 3 de dezembro próximo. 83673

Nº 1.370/2013, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Srª Júlia Rebeca. 83674

Nº 1.371/2013, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228/2011. 83674

1.4.4 – Ofícios do Primeiro Suplente de Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 485 e 486/2013, comunicando o envio à sanção, respectivamente, do Projeto de Lei do Senado nº 212/2013 e do Projeto de Lei da Câmara nº 323/2009. 83674

1.4.5 – Pareceres

Nº 1.316/2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 86/2013. 83675

Nº 1.317/2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87/2013. 83681

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 86 e 87/2013, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 83686

1.4.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Apelo por maior investimento nas estradas do País, em especial no Estado do Piauí..... 83686

SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa da promoção de ações afirmativas para propiciar melhores condições de vida à população negra do País..... 83686

1.4.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – PARECERES

Nº 91/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 11/2013-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00, para os fins que especifica..... 83693

Nº 92/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 14/2013-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00, para os fins que especifica..... 83697

Nº 93/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 21/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.346.000,00, para os fins que especifica. 83703

Nº 94/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 23/2013-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 83711

Nº 95/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 28/2013-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor de R\$ 28.400.000,00, para os fins que especifica..... 83723

Nº 96/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35/2013-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 65.000.000,00, para o fim que especifica*..... 83728

Nº 97/2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 39/2013-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 17.600.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente*..... 83734

3 – ATAS

3.1 – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2013..... 83737

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 20.11.2013..... 83750

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 83751

Bancadas dos Partidos 83752

Por ordem alfabética 83753

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 83754

7 – LIDERANÇAS 83755

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 83759

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 83762

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 83778

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 83786

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 83790

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 83797

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 83803

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 83812

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 83820

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 83829

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 83837

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 83844

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 83848

CSF – Comissão Senado do Futuro 83852

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 83853

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)..... 83854

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 83855

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 83856

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 83856

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 83857

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 83859

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 83861

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 83863

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)..... 83865

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 83867

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 83869

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)..... 83874

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 83876

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 83877

Comissões Mistas Especiais

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/ 1972) 83882

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 83883

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 83886

Ata da 208ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de Novembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Flexa Ribeiro, da Srª Ana Amélia, dos Srs. Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Davim e Ricardo Ferraço.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 38 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

208ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 20/11/13 07:00 até 21/11/13 01:18

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PR	SP	ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CÁSILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLEY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X

Período : 20/11/13 07:00 até 21/11/13 01:18

Partido	UF	Nome	Pres
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 69 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GSLHEN Nº 112/2013

Brasília, 19 de novembro de 2013

Senhor Presidente,

Tendo em vista missão oficial para qual fui designado por esta Casa, por meio do Requerimento nº 1.242, de 2013, para integrar a delegação brasileira na Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, EUA, no período de 13 a 15 de novembro, encareço que seja considerada minha presença na votação nominal ocorrida na Sessão Deliberativa no dia 12 de novembro, haja vista a necessidade do meu deslocamento às 18 horas, do mesmo dia, a fim de cumprir a missão oficial citada.

Atenciosamente, – **Luiz Henrique da Silveira**, Senador da República.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Presidência, em atendimento ao **Ofício nº 399, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, determina a reconstituição do processado do **Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2007**, nos termos do art. 267, do Regimento Interno.

É o seguinte o Ofício:

OF. 399/2013/CAE

Brasília, 12 de novembro de 2013

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos do artigo 267, do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do Projeto de Lei do Senado nº 89 de 2007, em virtude do extravio do referido processado, conforme comunicação do relator da matéria, Senador Cyro Miranda.

Encaminho, anexos, as notas taquigráficas da 71ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, na qual foi feita a referida comunicação, e ainda, os documentos que constarão do processado do Projeto de Lei do Senado nº 89 de 2007.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para as providências.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do **Ofício nº 1, de 2013**, do Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 627, de 2013**, comunicando a instalação do Colegiado bem como a eleição de seu Presidente, Senador Walter Pinheiro, Vice-Presidente, Deputado Cândido Vaccarezza, e Relator, Deputado Eduardo Cunha.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 1/MPV627-2013

Brasília, 20 de novembro de 2013

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 627, de 12 de novembro de 2013, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Walter Pinheiro

Vice-Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza

Relator: Deputado Eduardo Cunha

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 84, DE 2013

Institui a Comenda do Mérito Olímpico, a ser conferida pelo Senado Federal aos atletas brasileiros que se destacarem nas competições olímpicas e paralímpicas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Comenda do Mérito Olímpico, destinada a agraciar atletas brasileiros que tenham se destacado em competições olímpicas e paralímpicas.

Art. 2º A comenda será concedida pela Mesa Diretora do Senado Federal e será acompanhada da concessão de diploma de menção honrosa ao agraciado.

Art. 3º A cerimônia de entrega da comenda será realizada em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil é um país que vem se destacando internacionalmente em diversos setores. Entretanto, nossos resultados no campo esportivo ainda não refletem a nova posição que ocupamos no cenário internacional.

Não obstante haja uma cultura esportiva bastante disseminada no País, somos deficientes no campo da preparação de atletas de alto rendimento. Esse fato tem se refletido em nosso desempenho em competições internacionais. Nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, o Brasil ficou em 22º lugar no quadro geral de medalhas, tendo obtido o total de 17 premiações: três de ouro, cinco de prata e nove de bronze. Essa marca está, evidentemente, muito aquém do nosso potencial.

Para mudar esse quadro, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, que tem o objetivo de colocar o Brasil entre as dez maiores potências olímpicas do mundo. O objetivo é fomentar o esporte de alto rendimento em todas as suas dimensões, da garantia do sustento do atleta à construção de instalações condizentes com o treinamento qualificado. Estão previstas, também, bolsas para técnicos, investimentos em tecnologia e outras ações. Ao todo, pretende-se investir, além do orçamento consignado ao Ministério do Esporte, um bilhão de reais ao longo do ciclo olímpico, que vai de 2013 a 2016.

Nesse contexto, consideramos necessário que o Senado Federal participe dos esforços de valorização do esporte e de reconhecimento da dedicação dos nossos atletas. Dessa forma, o projeto de resolução que ora apresentamos tem o objetivo de reconhecer os esforços dos nossos atletas e dar maior publicidade aos seus feitos.

Ressaltamos, por último, que a comenda em questão, embora seja vocacionada para os medalhistas, pode também ser oferecida a atletas olímpicos ou paralímpicos que, mesmo sem subir ao pódio, tenham demonstrado excepcional dedicação ao esporte ou se destacado na luta pelo desenvolvimento do desporto nacional.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de resolução.

Sala das Sessões, – Senador Gim.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e Diretora.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso do Ministro de Estado da Fazenda:

– **Nº 412/MF, de 18 de novembro de 2013**, em resposta ao **Requerimento nº 1.054, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu a **Mensagem nº 133, de 2013-CN** (nº 510, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando retificação à **Medida Provisória nº 627, de 2013**.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 133, DE 2013-CN

Mensagem nº 510

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Em aditamento à Mensagem nº 498, de 2013, informo a Vossas Excelências que a Medida Provisória nº 627, de 2013, que “Altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências”, foi retificada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2013.

Brasília, 18 de novembro de 2013.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de novembro de 2013, Seção 1)

RETIFICAÇÃO

No art. 92, na parte que altera o § 7º do art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, onde se lê:

“§ 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, do restante a ser pago em parcelas mensais a que se refere o inciso II do *caput*, poderão ser liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pelo parcelamento.”

Leia-se:

“§ 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa e do restante a ser pago em parcelas mensais a que se refere o inciso II do *caput*, poderão ser liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pelo parcelamento.”



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Os avulsos da matéria serão republicados.

A Mensagem nº 133 de 2013-CN será encaminhada à Comissão Mista para ser juntada ao processado da Medida Provisória.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.350, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o PLS nº 386, de 2012 – Complementar, que “Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências”, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu queria pedir a minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Mozarildo Cavalcanti tem a primeira inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Eu queria pedir minha inscrição, Srª Presidenta, pela Liderança do PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Flexa Ribeiro tem a primeira inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que V. Exª me inscreva para falar pela Liderança do meu Partido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Magno Malta é o segundo inscrito pela Liderança do Partido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Paulo Paim é o segundo inscrito para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que me inscreva para falar pela Liderança do PDT, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A terceira inscrição para falar como Líder é do Senador Acir Gurgacz, que falará pela Liderança do PDT.

Eu me inscrevo para falar, após a Ordem do Dia, pela Liderança do PP.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Por gentileza, eu gostaria de solicitar minha inscrição para falar pelo Bloco União e Força.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Fernando Collor, é uma inscrição para falar antes da Ordem do Dia?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes da Ordem do Dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – V. Exª é o quarto inscrito, Senador Fernando Collor, e falará pelo Bloco União e Força.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Ou, então, pode ser uma comunicação inadiável?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pode ser. O senhor é o terceiro inscrito. É a última inscrição.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Está ótimo!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está bom?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então, fica inscrito para fazer uma comunicação inadiável o Senador Fernando Collor.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, todo mundo aqui fará uma comunicação inadiável ou falará pela Liderança. Então, se ninguém quiser falar como orador inscrito, eu estou indo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor está inscrito, o senhor é o segundo inscrito para fazer uma comunicação inadiável, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mas, se não houver ninguém no plenário, eu falarei como orador inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, sim, sim! O Senador Casildo Maldaner é o primeiro orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Vou ser ligeiro, vou fazer uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não. Mantenho a sua inscrição para fazer uma comunicação inadiável. A terceira inscrição é do Senador Fernando Collor.

Convido para fazer uso da palavra o primeiro orador inscrito, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, e caros colegas, venho à tribuna, nobre Presidente, para tratar, não pela primeira vez, de um tema que nos preocupa, que preocupa os catarinenses e os brasileiros, relativo ao desempenho da balança comercial catarinense e também da balança comercial do País. Existem algumas causas sobre as quais precisamos refletir. É preciso fazer uma reflexão sobre isso, porque, da maneira como isso segue nos últimos tempos, nos últimos três anos, praticamente, estamos nos encaminhando para um déficit considerado consistente. E aí temos de tentar encontrar caminhos.

O Brasil tem um potencial econômico gigantesco, ainda longe de se realizar em função de entraves que minam seriamente nossa competitividade interna e externa.

Vamos ao exemplo de Santa Catarina, meu Estado, Estado com forte perfil exportador. A economia

diversificada, com atuação nos setores agropecuário e industrial, historicamente permitiu um bom desempenho no comércio internacional. Historicamente, é dito que é característica catarinense um bom desempenho no mercado internacional. Os obstáculos do custo Brasil, contudo, impedem o necessário crescimento inerente à atividade econômica e trazem prejuízos em curto e médio prazo. As exportações catarinenses atingiram US\$743 milhões em outubro, valor 20% maior que o registrado em setembro. No acumulado do ano, de janeiro a outubro, no entanto, o desempenho é negativo em 3,7%.

Se a situação fosse restrita ao nosso Estado, poderíamos nos questionar acerca de causas estranhas que pudessem rondar as circunstâncias. O quadro, contudo, espelha a situação da balança comercial brasileira – não só de lá, mas do País –, que, nos últimos anos, vem experimentando constante tendência deficitária.

No acumulado deste ano, as exportações alcançaram US\$211,5 bilhões, resultado 1,5% abaixo do verificado no período equivalente de 2012, do ano passado. Nós caímos 1,5% em relação ao ano passado.

As importações, por sua vez, foram 7% maiores em relação ao ano passado. Quer dizer, no que tange à importação, nós crescemos 7%, e aí a coisa não vai bem. O déficit é de US\$105 milhões, enquanto, no mesmo período de 2012, o resultado era positivo em US\$78 milhões. No ano passado, ainda tivemos um saldo positivo no Brasil de US\$78 milhões e, neste ano, até aqui, já estamos com um déficit de US\$105 milhões.

Os números do comércio internacional são consequência direta do ambiente de negócios vivenciado diariamente por nossos empreendedores, em qualquer ramo de atividade econômica.

O custo Brasil, somatória de nossas dificuldades de produção econômica, tem sido pesado demais e efetivamente freia o desenvolvimento brasileiro. Cito algumas situações, apenas a título de exemplo, para vislumbrarmos a dimensão do quadro.

A burocracia, por exemplo, é um entrave de difícil solução ou, para usar uma expressão mais ilustrativa, um nó complicadíssimo de desatar. É a tal da burocracia!

Tomemos a questão tributária. Todos nós sabemos da alta carga e do intrincado sistema de cobrança, com impostos diretos e indiretos federais, estaduais e municipais, com taxas, com emolumentos e com uma infinidade de obrigações. Contudo, como cidadão comum, às vezes, não conseguimos ter a noção real do tamanho do impacto dessa burocracia na atividade empresarial. As empresas de médio porte gastam 2,6

mil horas anuais apenas para dar conta da barafunda de papéis e de procedimentos destinados ao pagamento de seus tributos – o Brasil é campeão mundial no quesito –, sem contar o custo dos profissionais e das consultorias especialistas em entender esse verdadeiro labirinto.

Apenas para termos uma base de comparação, em nosso vizinho Uruguai, as empresas consomem 310 horas para desembaraçar suas obrigações tributárias. Nos Estados Unidos, são 175 horas, e, na Inglaterra, apenas 110 horas anuais. Quer dizer, as empresas de porte médio no Brasil reservam para tal atividade 2,6 mil horas por ano; os Estados Unidos, 175 horas por ano; e a Inglaterra, apenas 110 horas por ano. Para entender a parafernália, nós precisamos reservar essa quantidade de horas! São mais de três meses de esforços dedicados exclusivamente a destrinchar a papelada, que se somam aos cinco meses de ganhos destinados ao pagamento de tributos.

Resumo e simplifico, para facilitar a compreensão: dos rendimentos de 12 meses, cinco vão para os impostos. Se considerarmos o tempo despendido com burocracia, perdemos-se três meses e meio só para entender a parafernália da legislação, e assim por diante. É um custo elevado demais!

Não esqueçamos ainda os custos impostos pelas deficiências de infraestrutura, especialmente no campo da logística. A carência de rodovias, de ferrovias, de aeroportos e de ligações intermodais que façam conexão com nossos portos encarece brutalmente a produção. Como resultado, perdemos competitividade e, mais grave, deixamos de crescer e de gerar empregos.

O dano afeta igualmente todos os setores produtivos. O agronegócio, Senador Fernando Collor, por exemplo, transporta seus insumos e sua produção em estradas neste País de dimensão continental.

Notem o caso do oeste de meu Estado, que é Santa Catarina. Lá estão sediadas grandes cooperativas, agroindústrias, produtores de médio e pequeno porte de gado, de suínos e de aves, além de uma grande cadeia de transformação de derivados. Seus produtos abastecem não apenas o Brasil, mas também um vasto mercado internacional, respondendo por significativa parcela de nossa pauta de exportações.

Trazer, por exemplo, o milho e outros insumos do Centro-Oeste brasileiro por via rodoviária eleva brutalmente os custos e, muitas vezes, impede a atividade de pequenos produtores, que não conseguem suportar as variações.

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu não demoro, Sr. Presidente.

Na outra via, sofrem os produtores de grãos não apenas para levar sua produção para os consumidores no sul do Brasil, como também para destiná-la aos portos, visando o mercado externo. Sem competitividade internacional, perdem espaço.

A solução lógica é o investimento em um sistema ferroviário, modal historicamente relegado em nosso País, cuja importância torna-se cada vez mais latente.

Ainda que tardiamente, o Governo Federal tem demonstrado que reconhece o problema e, mais que isso, sua incapacidade de suprir as carências com a brevidade necessária. Buscar a parceria do setor privado é medida sensata, Senador Paulo Paim, mas que não pode escusar o Poder Público de suas obrigações. Tem de participar, tem de normatizar, tem de orientar, tem de agregar!

Estamos acompanhando as dificuldades do Governo de manter a meta de *superavit* fiscal. Estamos acompanhando isso, sem dúvida. Obviamente, compreendemos a situação, mas não podemos esconder a necessidade de mais eficiência na gestão pública. Não dá para esconder isso!

Ao fim de outubro, a arrecadação federal do ano alcançou R\$922 bilhões, Presidente Collor. Já deve ultrapassar a casa de R\$1 trilhão ao fim deste mês de novembro. Não podemos dizer que falta receita e, nem por um momento, cogitar a elevação da carga tributária. A única alternativa é fazer a lição de casa, Presidente Paim, otimizar o gasto público, reduzindo o custeio e ampliando os investimentos que destravem nossa economia.

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vou encerrando.

Somente dessa forma, alcançaremos o crescimento, que traz em sua esteira o desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos.

Faço essas considerações nesta tarde, porque é um assunto que está em pauta, é um assunto presente. Inclusive, vejo o Senador Armando Monteiro debater esse assunto todos os dias, em todos os momentos. O próprio Presidente Fernando Collor tem debatido o tema, bem como os demais colegas. Não podemos deixar de lado essa matéria.

São considerações que trago para refletirmos, para juntos tentarmos encontrar caminhos, mas com dureza, no bom sentido, com gestão eficiente, para podermos avançar, na busca de melhores dias pela frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner!

Agora vamos para a comunicação inadiável do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador, permita-me que eu registre que hoje é o dia 20 de novembro. Iniciou-se, a partir dessa segunda-feira, a Semana Nacional da Consciência Negra, projeto do qual fui relator, juntamente com a Senadora Serys, que foi a autora, e com Ideli Salvatti. Para mim, como Senador e negro, presidir a sessão neste dia 20 é uma satisfação.

Agradeço ao Senador Mozarildo, que abriu mão de presidir a sessão, e à Senadora Ana Amélia. Eles disseram: “Deixemos o Senador Paim abrir a sessão hoje, em homenagem ao Dia da Consciência Negra.”

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a tolerância do orador na tribuna.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a tolerância do Senador Mozarildo e também a de V. Exª. Eu queria ter aparteado o Senador Casildo, mas não houve mais tempo.

Apenas era meu desejo registrar a presença, no plenário desta Casa, no início desta sessão, da Prefeita Municipal do Município de Celso Ramos, localizado no planalto catarinense, Ines Pegoraro, e também do Vereador Deoni Tramontin e do Vereador Roberson Pelozato, que estão visitando o Congresso Nacional, visitando Brasília, para cumprir uma agenda administrativa de interesse do Município que a Prefeita administra e os vereadores representam.

Agradeço a V. Exª. A intenção era apenas fazer o registro para constar dos *Anais* desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Paulo Bauer, o registro está feito.

Aceitem também nossos cumprimentos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero aqui abordar um assunto que nunca vou deixar de abordar, que é o combate à corrupção.

A revista do Conselho Federal de Medicina, que circula de tantos em tantos meses – por exemplo, esta aqui é de maio a agosto de 2013 –, traz uma matéria, de capa, aliás, que diz: “O ralo fenomenal da corrupção”. Trata-se de matéria longa, que vou pedir a V. Ex^a que autorize a transcrição na íntegra, mas quero ler alguns tópicos.

A corrupção tem semelhança com o processo da doença: ambas atacam as estruturas saudáveis, levando-as a um estado de degradação que repercute em várias esferas: física, moral, espiritual. Pode ser classificada como uma mudança, segundo Aristóteles, que ‘vai de algo ao não-ser desse algo’, modificando a ordem natural das coisas, provocando desvios. Quando ocorre no seio do Estado [isto é, dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, além das perdas econômicas], a corrupção canaliza para uso privado recursos que deveriam ter destino público e, além [como falei] das perdas econômicas, tira [sobretudo, Senador Flexa] a credibilidade dos sistemas políticos. Apesar de ser uma prática corrente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, não é exclusiva dessas nações. Também não é um mal recente, como mostra a história.

Outro tópico da matéria fala o seguinte: “A corrupção é um enorme obstáculo para a implementação de todos os direitos humanos em todas as esferas: civil, política, econômica, social e cultural”.

Ao finalizar essa matéria, existem dois tópicos: primeiro, “radiografia do problema” da corrupção.

O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Claudio Ferraz, resolveu esmiuçar como essa corrupção ocorre e conseguiu fazer uma radiografia das principais práticas. Ele analisou as auditorias realizadas pela CGU – entre 2001 e 2003 – e além de confirmar que mais de 70% das prefeituras fiscalizadas eram corruptas, também radiografou os tipos de desvios mais comuns.

Entre os problemas encontrados estão a criação de empresas fantasmas e a simulação de processos de licitação. Em Itapetinga, na Bahia, o aviso de licitação para a compra de merenda escolar [prestem bem atenção: merenda escolar] era feito apenas uma hora antes do prazo final. O vencedor, não por coincidência, era sempre a mesma empre-

sa, cujos donos tinham fortes laços com a administração local.

Outra forma de desviar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é o contrato de empresas de capacitação, que cobram muito para treinar poucos professores ou que recebem por serviços um preço muito além do que é praticado no mercado. Há casos de prefeituras que afirmam pagar abonos aos docentes, mas não apresentem comprovantes. Questionados, os professores relataram que nunca foram agraciados com os benefícios.

Então, vejam bem, na educação, roubando dinheiro! A educação é algo fundamental para que as pessoas que estão em nível social mais baixo possam ascender às camadas mais altas.

“No caso da saúde, os principais problemas estão relacionados às licitações para compra de medicamentos.”

No meu Estado, já houve duas operações da Polícia Federal e do Ministério Público: uma, na Fundação Nacional de Saúde; a outra, no Governo do Estado, exatamente por causa voos, no caso da Funasa, para comunidades indígenas, que não são feitos, e pagamentos por práticas também que não foram feitas. Usam, inclusive, algumas ONGs que realmente só servem para cancelar essa corrupção.

Há casos que também envolvem equipamentos, que ficaram encaixotados. Também foi constatado que em algumas cidades, onde deveria funcionar o programa Saúde da Família, a maioria dos moradores entrevistados nunca foi visitada por uma equipe.

Em Capelinha (MG), o Ministério da Saúde transferiu R\$321,7 mil para o Programa de Atenção Básica, e os auditores do CGU comprovaram a existência de recibos falsos no valor de R\$166 mil. Os produtos comprados nas transações nunca foram entregues.

Na análise feita por Ferraz, mais da metade dos casos de irregularidade [é bom frisar: mais da metade dos casos de irregularidade] acontecem nas áreas de educação (27%) e saúde (25%). Em seguida, aparecem obras de saneamento (7%) e recursos destinados à agricultura (4%). Confirma-se, aqui, o que diz o Secretário-Geral da ONU, a corrupção atinge, principalmente, atividades e serviços que beneficiam a população mais carente.

Para demonstrar essa relação, Ferraz, em parceria com Frederico Finan, da Universidade Berkeley (Estados Unidos) e Diana Moreira, do Banco Mundial, cruzou os relatórios feitos pela CGU em 365 Municípios com os resultados da Prova Brasil, que mede o desempenho em Português e Matemática dos alunos do 5º ao 9º ano. Eles descobriram que nas cidades onde há corrupção na educação a nota dos alunos cai até 12 pontos. O abandono escolar e a repetência também são mais altos onde há desvio dos recursos da educação.

E, finalmente, outro tópico diz:

Os constantes escândalos de corrupção levam a uma percepção de que a prática é generalizada. E, apesar das várias instâncias de controle existentes e das inúmeras leis punindo o desvio de verbas públicas, o Brasil ocupa a 69ª posição, num conjunto de 176 países, em ranking elaborado pela ONG Transparência Internacional sobre a percepção de corrupção. O índice é elaborado a partir de análise documental e entrevistas com empresários e analistas. Os países que ocupam o primeiro lugar são Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia. Nos últimos estão o Afeganistão, a Coreia do Norte e a Somália.

Mas não são apenas os formadores de opinião que acham ser a corrupção um grave problema para o Brasil. Em seu site, a ONU mantém uma enquete na qual as pessoas votam sobre o que deve constar como metas da agenda mundial após 2015, quando termina o prazo estabelecido na Declaração do Milênio. Os brasileiros acham que um governo honesto e atuante deve ficar como segunda meta, ficando atrás, apenas, de uma educação de qualidade. Em âmbito mundial, um governo menos corrupto está como terceira meta, a segunda é melhoraria nos serviços de saúde.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero ler matéria onde constam declarações do Ministro Marco Aurélio, que assumiu, ontem, a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, criticando a aposta na impunidade.

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) –

Disse ele:

‘No Brasil não precisamos de mais leis, mas sim de homens que observem as existentes’.

O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criticou o uso de cargos públicos pelos políticos para obter benefícios financeiros pessoais e a aposta que eles fazem na impunidade. ‘O descaso com a coisa pública e o desvio de finalidade no exercício do cargo ainda são corriqueiros’[...]. ‘O elevado número de processos julgados pela Justiça Eleitoral indica, de um lado, a persistência daqueles cuja pretensão é o locupletamento e, de outro, a vigilância exercida pela imprensa, pelo Ministério Público, pelos partidos e candidatos.’

O ministro lembrou que, na última vez em que presidiu o TSE, em 2006, teve de lutar ‘contra a perda de parâmetros’ na política. Ele não mencionou o mensalão, mas a sua presidência anterior foi marcada por decisões contra o escândalo político, como a determinação de que os mandatos são dos partidos, e não dos candidatos, o que coibiu o troca-troca de legendas frequentes que caracterizou o esquema de compra de apoio político no Congresso. [...]

‘Se o erro é inevitável, porque inerente à conduta humana, não nos esqueçamos de que o canto do lucro fácil chega sem dificuldades aos ouvidos dos que creem na impunidade. Daí a importância do atuar vigilante, impedindo a falcatura ou interrompendo-a, a fim de afastar do exercício do cargo os que desonram o juramento feito no ato de posse.’

O ministro disse ainda que são instalados ‘escritórios do crime dentro de órgãos públicos ou em empresas com as quais negociam’. ‘É inviável esperar que o poder público solucione todas as charadas.’

O presidente do TSE ressaltou que, se, em 2006, fez uma ‘advertência aos homens públicos’, agora, vai se dirigir aos eleitores.

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu acredito muito nessa vertente. O eleitor, uma vez conscientizado, não vai mais votar em político corrupto, seja Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Presidente da República, Governador ou Prefeito.

Temos que realmente fazer uma vigilância permanente, como disse o Ministro, e não tolerar corrupção nenhuma.

Peço, inclusive, aos eleitores, ao povo em geral que, tomando conhecimento de corrupção, denuncie, mesmo que por aquelas vias anônimas, para o Ministério Públi-

co, para o Tribunal de Contas da União, para a CGU e para o próprio Congresso Nacional. Se nós não fizermos esse combate, não vai dar. Como disse o Ministro, não podemos esperar que somente os dirigentes o façam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador!

Pois não, Senador.

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Quero pedir a V. Ex^a que autorize a transcrição das matérias lidas.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ralo fenomenal da corrupção.

Para a tradição judaico-cristã, Adão e Eva foram os primeiros corrompidos da humanidade. E se os dois não tinham antídotos contra o veneno destilado pela serpente, temos hoje várias vacinas contra a corrupção no setor público, como leis mais rigorosas e a transparência. O problema é que nenhum dos remédios tem eficácia plena. Assim como a doença, a corrupção pode aparecer onde menos se espera.

Materializada em pequenos e grandes atos, a corrupção está mais associada à definição do Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio, que

a define como "o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensas".

Esse tipo de corrupção, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc) e o Banco Mundial, causa um prejuízo anual de US\$ 40 bilhões aos países em desenvolvimento. De acordo com levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), 30% dos recursos enviados para esses países como assistência são desviados.

"Isso se traduz em pontes, hospitais e escolas que nunca foram construídos, e em pessoas que vivem sem o benefício desses serviços". repete constantemente o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que desde 2007, quando assumiu o posto, tem colocado essa discussão em primeiro plano. A ONU argumenta ainda que a corrupção prejudica os direitos humanos e é um impeditivo para que - até 2015 - sejam alcançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujas metas dizem respeito à redução da pobreza.

ESCALA PLANETÁRIA

Durante painel realizado em março de 2013, na Suíça, sobre o impacto negativo da corrupção, a chefe de Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, afirmou que o dinheiro desviado é suficiente para alimentar ao vezes todas as pessoas que passam fome no mundo. Disse, também, que propinas e roubos aumentam em 40% o custo de projetos para oferecer água potável e saneamento em todo o mundo.

Nas contas da representante da ONU, de 2000 a 2009, os países em desenvolvimento perderam US\$ 8,44 trilhões para fluxos financeiros ilícitos – o equivalente a 10 vezes a ajuda externa que recebem. “A corrupção é um enorme obstáculo para a implementação de todos os direitos humanos em todas as esferas: civil, política, econômica, social e cultural”, reforçou Navi.

A ONU passou a se preocupar mais com os efeitos nocivos da corrupção a partir dos anos 1990, quando se formou um consenso na comunidade internacional de que os desvios de recursos públicos contribuíam para o aumento da pobreza e prejudicava as relações comerciais.

Em 2000, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu um comitê para propor uma Convenção, que foi assinada em 9 de dezembro 2003 por mais de 110 países, incluindo o Brasil, entrando em vigor dois anos depois. Atualmente, 165 países fazem parte da Convenção, que está sob a responsabilidade do Unodc.

Como forma de dar efetividade aos novos dispositivos, o Unodc criou o “Programa Global Contra a Corrupção”, que ajuda os países membros a elaborar políticas anticorrupção e, anualmente, a cada dia 9 de dezembro, promove o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

A Convenção foi o primeiro instrumento global a obrigar os Estados a prevenir e a criminalizar a corrupção, a lavagem de dinheiro e a obstrução à Justiça. Ela também prevê a cooperação internacional, com assistência técnica e troca de informações, assim como exige a recuperação dos ativos roubados.

ESFORÇO BRASILEIRO

No Brasil, o texto da ONU consubstanciou-se no Decreto 5.687/06, promulgado em janeiro de 2006 com força de emenda constitucional. A Convenção traz várias definições do que é considerado crime de corrupção e faz recomendações aos países. A legislação brasileira já atendia parte das recomendações feitas, mesmo assim, foram tomadas algumas medidas de adequação.

Uma delas foi a criação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e a apresentação de projetos de lei de tipificação de organizações criminosas, de enriquecimento ilícito e de definição de terrorismo e seu financiamento. O Banco Central também emitiu uma circular estabelecendo procedimentos que devem ser observados pelas instituições financeiras caso tenham entre seus clientes agentes públicos qualificados como Pessoas Politicamente Expostas.

Além dessas medidas, foram aprovadas duas leis que deram mais transparência à coisa pública. Uma foi a Lei Complementar 131/09, que obriga os entes da federação a publicar todas as suas despesas, assim como o serviço prestado e o beneficiário do pagamento. A outra foi a Lei de Acesso à Informação (12.527/11), que em maio completou um ano de vigência. Também há o Portal da Transparência, que desde 2010 atualiza diariamente todas as despesas da União.

Ainda está em tramitação o projeto de lei 6826, enviado pelo governo em 2010, que responsabiliza as empresas acusadas de corromper os servidores, geralmente em situações relacionadas a contratos superfaturados. O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados em abril deste ano, agora segue seu percurso no Senado.

Pela proposta, as empresas devem devolver aos cofres públicos os prejuízos causados por atos ilícitos, além de pagarem multas que vão de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual, com limite mínimo de R\$ 6 mil e máximo de 6 milhões. As empresas também ficarão sujeitas a perda de bens e a suspensão ou à interdição parcial das suas atividades.

O projeto é bem-vindo. "Assim como a Lei Complementar 131/09 e a lei 12.527/11, este projeto de lei será mais um mecanismo de combate à corrupção, pois hoje as empresas têm conseguido fugir das punições. Assim que são acusadas, o empresário diz 'já afastamos o funcionário, que agia em causa própria e não em nome da empresa' e assim se safam. Mesmo quando a empresa é atingida, muitas vezes fecha e os sócios abrem nova razão social. Então, é preciso alcançar o corruptor", defende um dos fundadores e secretário da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco.

"Existe um esforço realmente dirigido ao combate à corrupção, que talvez antes não existisse", argumenta a Procuradora Regional da República, Mônica Nicida Garcia. Ela avalia que o país está em uma situação relativamente confortável, com reconhecimento internacional da solidez das instituições, como o Ministério Público e a Controladoria Geral da União, e com uma estrutura equilibrada de poderes prevista na Constituição Federal.

Outra proposição em tramitação, desta vez com o objetivo de reduzir as fraudes no SUS, é o Projeto de Lei do Senado 174/11, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), que institui a Lei de Responsabilidade Sanitária. Quando ministro da Saúde, Costa denunciou esquema de corrupção na compra de hemoderivados, foi envolvido nas denúncias e, depois, absolvido.

Além de uma legislação abundante, o Brasil também conta com variadas formas de controle interno, como o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), os sistemas de auditoria dos estados e municípios e a Controladoria Geral da União (CGU). Há, também, o controle externo, realizado pelos Tribunais de Contas, e o controle social, praticados pelos conselhos municipais, estaduais e nacionais de saúde.

OS NÚMEROS DENTRO DE CASA

Apesar das instituições sólidas e da legislação abundante, os casos de corrupção no Brasil continuam a minar a confiança da população na democracia (veja ao lado a lista dos escândalos dos últimos 20 anos). A CGU, só para citar um órgão de controle, não para de apontar casos de desvios. De 2002 a 2012, o órgão realizou 17.727 tomadas de contas especiais (TCEs).

Destas, 13.611 (76,7%) foram consideradas irregulares e correspondem a um desvio de R\$ 9,171 bilhões dos cofres públicos.

As TCEs são um procedimento usado pela administração pública para tentar receber de volta o que se perdeu pelo caminho da corrupção. Tecnicamente a CGU prefere dizer que esses bilhões desviados são recursos "com potencial retorno aos cofres públicos". Depois de realizada, a TCE é encaminhada ao Tribunal de Contas da União, que é quem poderá emitir o título executivo obrigando o responsável pelo desvio a fazer o pagamento.

Entre os problemas encontrados pela CGU, os principais são omissão do dever de prestar contas, irregularidade na aplicação dos recursos, não cumprimento do objeto conveniado, prejuízos causados por servidor ou empregado público, não aprovação da prestação de contas e irregularidades na cobrança de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os ministérios da Saúde, Educação e Integração Nacional respondem por 58,67% dos processos de TCE, sendo responsáveis por 59% dos recursos envolvidos. Só no Ministério da Saúde estão 34% (R\$ 3,12 bilhões) dos que foram desviados e detectados pelas TCE nos últimos 10 anos.

Além das TCE, a CGU também realiza fiscalizações nos municípios a partir de sorteios. Os números também não são diferentes. Desde 2003 foram fiscalizadas 1.965 prefeituras. Em 75% delas, foram encontrados problemas graves em licitações envolvendo recursos federais.

No caso da saúde, os principais problemas estão relacionados às licitações para compra de medicamentos. Há casos que também envolvem equipamentos, que ficaram encaixotados. Também foi constatado que em algumas cidades, onde deveria funcionar o programa Saúde da Família, a maioria dos moradores entrevistados nunca foi visitada por uma equipe.

Em Capelinha (MG), o Ministério da Saúde transferiu R\$ 321,7 mil para o Programa de Atenção Básica e os auditores do CGU comprovaram a existência de recibos falsos no valor de R\$ 166 mil. Os produtos comprados nas transações nunca foram entregues.

Na análise feita por Ferraz, mais da metade dos casos de irregularidade acontecem nas áreas de educação (27%) e saúde (25%). Em seguida, aparecem obras de saneamento (7%) e recursos destinados à agricultura (4%). Confirma-se, aqui, o que diz o secretário-geral da ONU, a corrupção atinge, principalmente, atividades e serviços que beneficiam a população mais carente.

Para demonstrar essa relação, Ferraz, em parceria com Frederico Finan, da Universidade Berkeley (Estados Unidos) e Diana Moreira, do Banco Mundial, cruzou os relatórios feitos pela CGU em 365 municípios com os resultados da Prova Brasil, que mede o desempenho em português e matemática dos alunos do 5º ao 9º ano. Eles descobriram que nas cidades onde há corrupção na educação a nota dos alunos cai até 12 pontos. O abandono escolar e a repetência também são mais altos onde há desvio dos recursos da educação.

UMA META PARA 2015

Os constantes escândalos de corrupção levam a uma percepção de que a prática é generalizada. E, apesar das várias instâncias de controle existentes e das inúmeras leis punindo o desvio de verbas públicas, o Brasil ocupa a 65ª posição, num conjunto de 176 países, em ranking elaborado pela ONG Transparência Internacional sobre a percepção de corrupção. O índice é elaborado a partir de análise documental e entrevistas com empresários e analistas. Os países que ocupam o primeiro lugar são Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia. Nos últimos estão o Afeganistão, a Coreia do Norte e a Somália.

Mas não são apenas os formadores de opinião que acham ser a corrupção um grave problema para o Brasil. Em seu site, a ONU mantém uma enquete na qual as pessoas votam sobre o que deve constar como metas da agenda mundial após 2015, quando termina o prazo estabelecido na Declaração do Milênio. Os brasileiros acham que um governo honesto e atuante deve ficar como segunda meta, ficando atrás, apenas, de uma educação de qualidade. Em âmbito mundial, um governo menos corrupto está como terceira meta, a segunda é melhoria nos serviços de saúde.

RADIOGRAFIA DO PROBLEMA

O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Claudio Ferraz, resolveu esmiuçar como essa corrupção ocorre e conseguiu fazer uma radiografia das principais práticas. Ele analisou as auditorias realizadas pela CGU - entre 2001 e 2003 - e além de confirmar que mais de 70% das prefeituras fiscalizadas eram corruptas, também radiografou os tipos de desvios mais comuns.

Entre os problemas encontrados estão a criação de empresas fantasmas e a simulação de processos de licitação. Em Ilapetinga, na Bahia, o aviso de licitação para compra de merenda escolar era feito apenas uma hora antes do prazo final. O vencedor, não por coincidência, era sempre a mesma empresa, cujos donos tinham fortes laços com a administração local.

Outra forma de desviar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Atenção Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é o contrato de empresas de capacitação, que cobram muito para treinar poucos professores ou que recebem por serviços um preço muito além do praticado no mercado. Há casos de prefeituras que afirmam pagar abonos aos docentes, mas não apresentam comprovantes. Questionados, os professores relataram que nunca foram agraciados com os benefícios.

Marco Aurélio assume TSE e critica aposta na impunidade

Por Juliano Basile, Maíra Magro e Yvna Sousa | De Brasília

Marco Aurélio Mello: "No Brasil não precisamos de mais leis, mas sim de homens que observem as existentes".

O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, criticou o uso de cargos públicos pelos políticos para obter benefícios financeiros pessoais e a aposta que eles fazem na impunidade.

"O descaso com a coisa pública e o desvio de finalidade no exercício do cargo ainda são corriqueiros", afirmou em seu discurso de posse, na noite de ontem. "O elevado número de processos julgados pela Justiça Eleitoral indica, de um lado, a persistência daqueles cuja pretensão é o locupletamento e, de outro, a vigilância exercida pela imprensa, pelo Ministério Público, pelos partidos e candidatos."

O ministro lembrou que, na última vez em que presidiu o TSE, em 2006, teve de lutar "contra a perda de parâmetros" na política. Ele não mencionou o mensalão, mas a sua presidência anterior foi marcada por decisões contra o escândalo político, como a determinação de que os mandatos são dos partidos, e não dos candidatos, o que coibiu o troca-troca de legendas frequente que caracterizou o esquema de compra de apoio político no Congresso.

"Deu-se um alerta sobre a concretude do direito, presente a quadra de perda de parâmetros, de abandono de freios inibitórios na vida pública nacional", disse Marco Aurélio, referindo-se a 2006, um ano após o início do escândalo do mensalão. "Infelizmente, o avanço cultural ainda não se mostrou satisfatório", continuou.

"Se o erro é inevitável, porque inerente à conduta humana, não nos esqueçamos de que o canto do lucro fácil chega sem dificuldades aos ouvidos dos que creem na impunidade. Daí a importância de atuar vigilante, impedindo a falcatura ou interrompendo-a, a fim de afastar do exercício do cargo os que desonram o juramento feito no ato de posse."

O ministro disse ainda que são instalados "escritórios do crime dentro de órgãos públicos ou em empresas com as quais negociam". "É inviável esperar que o poder público solucione todas as charadas."

O presidente do TSE ressaltou que, se, em 2006, fez uma "advertência aos homens públicos", agora, vai se dirigir aos eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a será atendido.

Como orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, um Líder, o Senador Flexa.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente, companheiro Paulo Paim, Senador do Rio Grande do Sul e do PT; prezados Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, em primeiro lugar, quero aqui relatar o que aconteceu no domingo último.

Eu recebi telefonemas de diversas pessoas do Brasil pedindo para que me preocupasse, sobretudo, com a saúde do ex-Presidente do PT, Deputado José Genoino, que estava detido em São Paulo. Ele próprio havia se entregado à Polícia Federal e se encontrava nas dependências daquele órgão. Também para lá se dirigiram José Dirceu e Delúbio Soares, que até ficaram surpreendidos, porque o diretor responsável, na Polícia Federal, informou que ainda não havia chegado qualquer determinação sobre a prisão dos três. Mas eles ali ficaram aguardando até que isso acontecesse.

Foi, então, ao final da tarde de domingo, que recebi um telefonema da Miruna, filha de José Genoino, que, muito preocupada, angustiada, falou-me do risco que estava correndo seu pai. Eu até – estava programado – assisti ao *show* maravilhoso do Yusuf (Cat Stevens), acompanhado de meus filhos, que recomendo a todos. Hoje, no Rio de Janeiro, ele se apresenta, cantando músicas como *Father and Son* e a música com que ele denominou o seu *show* em homenagem ao Brasil, *Peace Train* (Trem da Paz). Ele veio aqui com esse propósito e, em todas as suas canções, foi extraordinariamente aplaudido.

Logo em seguida ao *show*, telefonei, tentei falar com o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e acabei falando com sua assessora, a Simone, que me informou das providências que o Ministro procurou tomar, inclusive de providenciar que um médico visitasse o Genoino e verificasse suas condições de saúde. Também estava preocupado com a transferência que iria acontecer, pois José Genoino, José Dirceu e Delúbio Soares foram encaminhados por avião até Belo Horizonte para, depois, virem a Brasília. Em Belo Horizonte, outros detidos entraram no avião.

Explicaram que todos os servidores da Polícia Federal, seja em São Paulo, seja quando eles chegaram aqui, ao Complexo da Papuda, inclusive os outros detentos, tiveram uma atitude de muito respeito e civilidade para com os três, ao ponto de os detentos

terem oferecido a eles – isso no domingo – lençóis e compartilhado alimentação, um gesto obviamente de civilidade e humanidade.

Eu disse que procuraria visitá-los, o que fiz ao final da tarde de segunda-feira, quando eles já estavam sendo transferidos para outro lugar, que é o Centro de Integração e Reeducação, o chamado CIR, no Complexo da Papuda. Conversei com eles por algum tempo e solicitei – e agradeço ao Diretor do Complexo da Papuda, Sr. João Feitosa, por ter permitido –, em razão da condição frágil de Genoino, recém-operado do coração, que pudesse, sim, receber a visita de sua esposa Rioco e de sua filha Miruna, de sua outra filha e de seu filho, que logo ali chegaram. E tive a oportunidade de conversar com eles.

Quero dizer que se trata de uma... Recebi inúmeras comunicações, algumas apoiando esse gesto e algumas pessoas criticando, mas quero aqui dizer, eu assumo, acho mais do que importante, que, tendo uma relação de mais 33 anos com essas pessoas, no momento de dificuldades, em que estão detidos, é mais do que natural que eu tenha ido visitá-los. Inclusive levei a eles cinco livros para que aproveitem bem o seu tempo, eu que sou a favor de que esses detidos tenham, sobretudo, penas alternativas ou que realizem efetivamente ações durante qualquer punição que lhes seja imputada, mas que sejam de compromissos, na medida em que puderem até transformar suas penas em penas alternativas, de serviços à comunidade. Eu seria muito favorável a isso.

E quero dizer que José Genoino nos relatou que teve um problema – ele estava relativamente rouco e com um pouco de tosse. Ele nos contou que, de manhã cedo, quando tossiu, cuspiu um pouco de catarro com sangue, tal como havia acontecido logo após a cirurgia, o que era sinal evidente de que demandava cuidados, e que aquela viagem de avião poderia ter tido algum efeito. Ele inclusive não passou tão bem na viagem de avião. Mas, felizmente, ao lado de seus familiares, que, de forma muito comovida o abraçaram, então pudemos conversar.

Ele estava relativamente, dadas as circunstâncias. O Diretor do sistema penitenciário nos disse que, no caso de José Genoino, foi explicado, inclusive por seu advogado, Sr. Grossi, que estava presente, a solicitação para que ele esteja na condição de prisão domiciliar para poder cuidar de sua saúde, como é próprio. O próprio Presidente do Supremo Tribunal, segundo foi anunciado, solicitou que o IML fizesse o exame de saúde.

O exame de saúde de José Genoino concluiu que, de fato, ele precisa de cuidados específicos, medicamentosos e gerais, pois está com doença grave, crônica e agudizada e que é necessário controle periódico por exame de sangue e dieta hipossódica, ou seja, quando se reduz o consumo de sal, adequado aos medicamentos utilizados por ele.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Portanto, é necessário que se dê todo o cuidado devido. E é importante que o Supremo Tribunal Federal e o juiz responsável pela prisão de José Genoino e de José Dirceu definam logo o local onde vão cumprir o regime semiaberto. Tal regime permite, segundo o próprio Diretor da prisão ontem nos informou, que eles saiam cedo para realizar algum trabalho e estudar. José Dirceu mencionou que, podendo estudar, vai fazer um curso de mestrado.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, Senador...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... me permitir, rapidamente, de relatar o depoimento do filho de José Dirceu, que, acredito, é relevante que seja registrado e dado ao conhecimento de todos. Por Zeca Dirceu:

Um filho do Brasil

Falar que a prisão do ex-ministro José Dirceu foi resultado de um julgamento político, de exceção, pressionado pela grande mídia e que foi condenado sem provas, é quase uma obviedade [na opinião de Zeca Dirceu]. É discorrer sobre assunto que grande parte dos brasileiros já tem conhecimento. Hoje, pretendo me posicionar não como agente público, deputado federal ou ex-prefeito. Falo como filho mais velho de um homem que doou a sua vida pela transformação do nosso País. Falo pelas minhas irmãs, pelos meus tios, avó, mãe e filha, num momento em que a nossa família está sofrendo muito.

Meu pai tem 67 anos.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

Nasceu em Passa Quatro, interior de Minas Gerais. Ativista estudantil, obcecado pela luta

democrática, depois de ter sido exilado em Cuba, ficou refugiado clandestinamente no interior do Paraná, quando conheceu e se casou com minha mãe Clara. Tenho 35 anos e sou fruto desta trajetória de meu pai.

Tendo plena convicção sobre a sua inocência, quando sou questionado sobre o mensalão, sempre digo que não é da natureza de nenhum filho condenar o próprio pai. Quem já teve alguém a quem ama muito nessa situação de fragilidade, com certeza compreende o que estou falando. Especialmente, quando o direito de liberdade é retirado de quem sempre buscou um país onde todos fossem verdadeiramente livres política e socialmente, mesmo que para isso precisasse sacrificar a convivência com a sua própria família, como foi o caso do meu pai.

Estou me sentindo como a minha avó se sentiu há décadas quando viu seu filho preso, torturado e expulso do país pela ditadura militar.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

Hoje com 93 anos, mais uma vez ela suporta todas as cenas. Parece história repetida! É uma sensação de muita tristeza e preocupação, mas ao mesmo tempo de uma certeza, a mesma que carregava vó Olga quando meu pai tinha vinte e poucos anos, de que só sairemos vitoriosos de mais esta situação, se enfrentarmos a tempestade com muita coragem.

Presidente Paulo Paim, vou pedir que seja transcrito na íntegra, porque não quero desrespeitar o Regimento, em que pese a importância desta comunicação de um filho que ama o seu pai.

Se me permite, vou só dizer suas últimas palavras:

E nós vamos continuar defendendo a democracia e os direitos igualitários, dando sequência a essa bela história moldada desde a década de 80. Com humildade, mas também com muita garra, não deixaremos a nossa estrela parar de brilhar!

Peço a transcrição dessa comunicação na íntegra, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Um filho do Brasil

Por Zeca Dirceu

Falar que a prisão do ex-ministro José Dirceu foi resultado de um julgamento político, de exceção, pressionado pela grande mídia e que foi condenado sem provas, é quase uma obviedade. É discorrer sobre assunto que grande parte dos brasileiros já tem conhecimento. Hoje, pretendo me posicionar não como agente público, deputado federal ou ex-prefeito. Falo como filho mais velho de um homem que doou a sua vida pela transformação do nosso país. Falo pelas minhas irmãs, pelos meus tios, avó, mãe e filha, num momento em que a nossa família está sofrendo muito.

Meu pai tem 67 anos. Nasceu em Passa Quatro, interior de Minas Gerais. Ativista estudantil, obcecado pela luta democrática, depois de ter sido exilado em Cuba, ficou refugiado clandestinamente no interior do Paraná, quando conheceu e se casou com minha mãe Clara. Tenho 35 anos e sou fruto desta trajetória de meu pai.

Tendo plena convicção sobre a sua inocência, quando sou questionado sobre o mensalão, sempre digo que não é da natureza de nenhum filho condenar o próprio pai. Quem já teve alguém a quem ama muito nessa situação de fragilidade, com certeza compreende o que estou falando. Especialmente, quando o direito de liberdade é retirado de quem sempre buscou um país onde todos fossem verdadeiramente livres política e socialmente, mesmo que para isso precisasse sacrificar a convivência com a sua própria família, como foi o caso do meu pai.

Estou me sentindo como a minha avó se sentiu há décadas quando viu seu filho preso, torturado e expulso do país pela ditadura militar. Hoje com 93 anos, mais uma vez ela suporta todas as cenas. Parece história repetida! É uma sensação de muita tristeza e preocupação, mas ao mesmo tempo de uma certeza, a mesma que carregava vó Olga quando meu pai tinha vinte e poucos anos, de que só sairemos vitoriosos de mais esta situação, se enfrentarmos a tempestade com muita coragem.

Quando eu tinha 6 ou 7 anos de idade, o PT ainda era apenas uma semente plantada no coração de poucos, mas eu já acompanhava em São Paulo toda a articulação daqueles homens e mulheres que tinham uma determinação que parecia estourar no peito. Tenho a história do meu pai, o Zé dos petistas, e de todos os seus companheiros, como inspiração. Sempre me emociono ao pensar do que eles foram capazes de suportar para que os padrões da ditadura fossem rompidos.

Tenho muito orgulho por ter a oportunidade de fazer parte dessa construção. Hoje já consegui construir o meu próprio caminho político, mas nunca deixarei de respeitar e admirar toda a história de vida de meu pai. Não são histórias iguais, nem semelhantes, mas eu me sinto parte dele e tenho certeza de que ele também se sente parte de mim. É uma relação permeada e alicerçada pelo amor.

Estaria mentindo se dissesse que meu pai não está revoltado com toda esta situação. Como ele se sente? Às vezes tenho a impressão que não acredita que isso realmente esteja acontecendo. Muitas vezes imagino que ainda pensa que pode acordar no meio deste grande pesadelo. Quem o conhece, sabe que ele não se conforma com injustiças. O que me deixa mais tranquilo é saber que meu pai é muito forte e não está sozinho, junto dele há muita gente de bem.

Se por um lado temos a força de uma mídia esmagadora de direita, que não se conforma com as transformações positivas de distribuição de renda em todo o país; de outro temos a energia dos brasileiros que já provaram que querem viver num país em constante crescimento e da militância que nunca abandona o seu projeto político e o apoio aos seus pioneiros.

Este é um momento em que precisamos aceitar as lágrimas, sem deixar de alimentar a esperança. A única coisa que peço a Deus é que mantenha a chama da fé acesa na vida do meu pai. Assim, tenho certeza que ele, enquanto suspirar, continuará batalhando para provar a verdade e não desistirá de suas lutas.

E nós vamos continuar defendendo a democracia e os direitos igualitários, dando sequência a essa bela história moldada desde a década de 80. Com humildade, mas também com muita garra, não deixaremos a nossa estrela parar de brilhar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Agora é o Senador Flexa Ribeiro, como Líder. Em seguida, falará um orador e, daí, falará o Senador Collor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, hoje, dia 20 de novembro de 2013, começamos uma contagem regressiva. A partir de hoje, contamos exatos 30 dias para que o Governo Federal cumpra sua promessa.

No dia 16 de outubro, em audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Presidente Fernando Collor, o Ministro dos Transportes, ex-Senador César Borges, afirmou que o edital para as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço será publicado no dia 20 de dezembro deste ano, ou seja, exatos 30 dias.

O vídeo com trechos da audiência está na nossa página na internet: www.senadorflexaribeiro.com.br e no nosso perfil no Facebook: www.facebook.com/senadorflexaribeiro.

Essa informação do prazo para o edital foi novamente confirmada em reunião com deputados estaduais do Pará na sede do DNIT, aqui em Brasília, no último dia 7 de novembro. Tivemos uma reunião na sede do DNIT de que participaram o Presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Deputado Márcio Miranda, do Democratas; Deputado Ítalo Mácola, do PSDB; Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL; e Deputado Valdir Ganzer, do PT. Um grupo suprapartidário de deputados do Pará, defendendo a mesma causa que toda a sociedade paraense defende, que é o derrocamento do Pedral do Lourenço.

Portanto, este que é um tema que interessa aos paraenses e também aos brasileiros pode ter sua novela chegando perto do fim no dia 20 de dezembro, em 30 dias.

Lembro que no dia 10 deste mês, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu uma reportagem que gostaria de comentar aqui. A reportagem da série – aspas – “Brasil: quem paga é você” – fecho aspas – mostrou o quanto o Governo Federal não investe em hidrovias, um modal de transporte mais eficiente, barato,

menos poluente, que reduz o consumo de combustível e o tráfego sempre perigoso em nossas estradas. O Fantástico mostrou que poderíamos economizar quase R\$4 bilhões se o Brasil utilizasse melhor os rios que cortam o País.

Alguns dados já abordamos aqui. Os números mostram o paradoxo de oportunidade e realidade na logística em nosso País: o Brasil tem 63 mil quilômetros de rios, lagoas, canais e represas que podem ser usados para a navegação, mas somente, Presidente Fernando Collor – V. Ex^a que, como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, tem defendido, de forma competente e determinada, o modal hidroviário, para que possamos, efetivamente, implantá-lo em nosso País –, um quarto desse percurso é aproveitado. Apenas 7% das cargas brasileiras são transportadas por hidrovias. Porém, segundo dados da CNT, pelo menos metade da produção nacional poderia circular pelos rios.

Um exemplo dessa falta de planejamento do Governo Federal: no norte do Mato Grosso são produzidos, anualmente, 50 milhões de toneladas de grãos, como milho e soja. Porém, essa riqueza é transportada por quase 2 mil quilômetros pelas rodovias até os portos do Sul e Sudeste do Brasil para serem exportados. São quase 2 milhões de viagens de caminhão; 4,7 mil carretas carregadas, por dia, cruzando nossas estradas.

Porém, se essa produção de grãos fosse escoada pela hidrovia do Teles Pires-Tapajós, o caminho seria mais curto, eficiente e barato. Pelo Porto de Santarém, teríamos uma economia de 4 mil quilômetros.

De acordo com a reportagem, uma saca de milho na região vale R\$9,00. É vendida pelo produtor por R\$9,00 uma saca de milho. Para transportar essa saca até o Porto de Santos, pela rodovia, o frete custa R\$18,00, o dobro do custo da produção. Se a hidrovia fosse navegável, o frete cairia para menos de R\$1,00 por saca. Então, nós estamos falando de desperdício de recursos, além de vidas perdidas nas rodovias pelo tráfego, como eu disse, de 4,7 mil carretas por dia, cruzando as estradas brasileiras.

Segundo a Associação dos Produtores da Região, só com combustível, Senador Clésio – V. Ex^a, como Presidente da CNT, sabe muito bem quais os problemas que esse tráfego causa às rodovias, já deficientes, do Brasil –, como eu dizia, só com combustível, o Brasil economizaria R\$2 bilhões por ano.

Lembramos, como foi mostrado na matéria, que os reservatórios de cinco hidrelétricas de médio porte, já em construção, vão tornar o Teles Pires largo e profundo o suficiente para a navegação ao longo de 850 quilômetros até o Rio Tapajós.

Porém, erros do passado, incrivelmente, continuam a ocorrer. Não está prevista a construção de eclusas nessas hidrelétricas – o que é um absurdo, Presidente Collor. Sem elas, as represas, simplesmente, impedem a passagem dos navios, tornando o rio intrafegável.

Esse é um absurdo que ocorreu na construção da hidrelétrica de Tucuruí, no meu Estado do Pará. As eclusas, após muita luta do povo paraense, só saíram 30 anos depois da hidrelétrica – 30 anos, Senador Cyro Miranda!

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – E, conforme já abordei aqui várias vezes, esta é ainda hoje uma obra incompleta. Uma obra cara, R\$1,6 bilhão para a construção dos sistemas que transportam embarcações pelo desnível de 70 metros entre o Rio Tocantins e o reservatório da usina.

Porém, conforme afirmou a reportagem – aspas: “até agora, ainda não abriu caminho para o progresso” – faz referência sobre as eclusas. “É que, no meio do caminho, há pedras” – fecha aspas.

E, aí, Sr. Presidente, chegamos às pedras que tanto tenho abordado aqui neste plenário e que é preocupação permanente do nosso Governador Simão Jatene, da Bancada Federal e Estadual do Pará, dos Prefeitos, Vereadores da região, do setor produtivo, dos trabalhadores, enfim, a preocupação de todos os paraenses, que é o chamado Pedral do Lourenço.

São apenas 43 quilômetros de rochas, próximos de Itupiranga, no sudeste do Pará, que impedem a navegação durante todo o ano, o que inviabiliza a hidrovia. Os paraenses que acompanham o nosso trabalho sabem quantas vezes abordei este assunto aqui nesta tribuna, mesmo antes da inauguração das eclusas de Tucuruí.

Isso é importante. Antes da inauguração das eclusas eu já chamava a atenção do Governo Federal, que não bastava construí-las eclusas; era necessário fazer o derrocamento, sem o que não haveria hidrovia. E já estamos com quase quatro anos da inauguração das eclusas, sem termos o derrocamento ainda feito.

Concedo a V. Ex^a, Senador Cyro Miranda, um aparte, com muita alegria.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro, quero parabenizá-lo pela sua visão, e veja a incoerência deste Governo. O senhor está falando numa obra prioritária, que fará economia significativa no escoamento das safras, não só vidas das rodovias, mas economizando rodovias. No entanto, abre-se uma agência, para que se vai aportar R\$1,4 bilhão.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cyro Miranda (Bloco Minoría/PSDB – GO) – V. Ex^a diz que essa obra ficaria em R\$1,6 bilhão – aliás, eles vão aportar R\$1,4 bilhão. Ao mesmo tempo, a irracionalidade deste Governo, que vem falar em economia, que nós estamos em contenção de despesas. Ora, criar outra Emater, um sinônimo da Emater, quando pode ser apenas um departamento do Ministério da Agricultura, que faria a mesma coisa? Porque existem as EMATERs regionais, nos Estados. Então, veja que não há coerência. E, pela falta de planejamento, estamos tendo uma produção cada vez mais cara e, assim, nós não somos competitivos e, assim, a economia vai para o brejo e, assim, vem a inflação e, assim, o PIB não cresce. Então, parabéns pela ótica e pelo que o senhor está expondo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoría/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Cyro Miranda, o aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento.

O custo estimado, previsto para essa obra do derrocamento do Pedral do Lourenço é de R\$800 milhões – R\$1,6 bilhão foi quanto custaram as eclusas.

O que quero dizer a V. Ex^a é que, além do prejuízo, quer dizer, de perda de recurso, o Brasil perde competitividade, porque o dobro do custo da produção da saca do milho no frete faz com que o nosso produto lá fora perca competitividade, o nosso produtor. Então, são divisas que são perdidas em função da falta de visão.

E, como V. Ex^a colocou – e aqui abro até um parêntese no pronunciamento –, e V. Ex^a tem toda razão, ainda se vê e se lê nos jornais, Senador Presidente Fernando Collor, que a Presidenta Dilma faz uma orientação – vamos dizer assim – ao Congresso para que não aprove projetos que aumentem os gastos, que aumentem o custeio. Ora, enquanto diz isso, para que não aprovemos aqui projetos que tenham aumento de custeio, ela própria encaminha para o Congresso a criação de uma nova agência, que vai custar, como V. Ex^a disse, Senador Cyro, R\$1,4 bilhão. Ou seja, só pode aumentar o custeio com o que ela determina ou quer, não com o que o Congresso Nacional pode fazer para melhorar, minimizar a penúria em que se encontram os Estados e Municípios brasileiros. E temos que fazer essas mudanças aqui, porque, senão, vamos ter um Estado único, unitário e não mais uma Federação, como devemos ser.

Termino, Presidente, dizendo que já...

O Sr. Clésio Andrade (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Senador Flexa, permite-me um aparte, se o Presidente permitir?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoría/PSDB – PA) – Pois não, Senador Clésio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Senador Clésio, eu queria

apelar a V. Ex^a que, na hora de Liderança, não cabe aparte, mas, como já foi feito pelo Senador Cyro, gostaria que V. Ex^a fosse muito breve.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoría/PSDB – PA) – Agradeço.

O Sr. Clésio Andrade (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sim. Serei muito breve.

(Interrupção do som.)

O Sr. Clésio Andrade (Bloco Maioria/PMDB – MG) – O sistema rodoviário brasileiro pulou, agora, de 60% para 66%. Todo o crescimento econômico do País está indo para o rodoviário exatamente por falta dessas políticas importantes. O programa Fantástico, há três domingos, mostrou uma reportagem muito benfeita, com base na Pesquisa CNT da Navegação Interior, que mostra esta realidade: quanto se está desperdiçando, por não se utilizar bem a navegação interior, nem a cabotagem. A cabotagem é outro exemplo. Se um navio saísse de Manaus para o Sudeste, o custo seria 20 vezes menor que o custo do frete rodoviário, que vai ficar muito maior porque, quando se chega aos portos, tem-se de passar com a mercadoria como se fosse produto alfandegado, como se fosse importação e exportação. Há uma série de erros neste País. E, quanto à colocação de V. Ex^a com relação a essa questão de navegação interior, é fundamental a hidrovia, principalmente o Pedral do Lourenço. Tivemos a oportunidade de acompanhar com o repórter todas aquelas ações, como se poderia ter resolvido e barateado principalmente o transporte do milho. Em vez de se gastarem R\$180,00, se gastariam R\$9,00.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoría/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Clésio Andrade o aparte de V. Ex^a.

E concluo, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside a sessão, dizendo que já alertávamos para a questão do Pedral, antes de as obras serem inauguradas e que continuamos a fazê-lo ainda com maior intensidade, a partir de 2011, quando, sem explicação nenhuma, a Presidenta Dilma Rousseff retirou o derrocamento do Pedral do Lourenço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mesmo que empacado, deveria estar lá o derrocamento do Pedral do Lourenço.

Desde 2011, os paraenses têm acompanhado essa novela que se tornou Pedral de Lourenço. Mudaram ministros, diretores do DNIT, e nem mesmo edital para as obras foi definitivamente publicado. A última informação – para não dizer “promessa” – é o dia 20 de dezembro de 2013, quando será publicado o edital, como disse no início deste pronunciamento.

Espero que todos os paraenses nos acompanhem nessa contagem regressiva, justamente para chamar a

atenção do Governo Federal. Estamos acompanhando e vamos exigir que a data seja cumprida e que haja essa obra o mais rápido possível.

Faltam 30 dias, Presidenta Dilma. Cumpra ao menos sua palavra, lance o edital do Pedral do Lourenço e viabilize a hidrovía do Tocantins.

Para terminar, Senador Mozarildo, quero só deixar aqui um agradecimento ao General Fraxe e ao Ministro César Borges, que nos tem atendido todas as vezes em que o procuramos, e lhes dizer que estamos fazendo essa contagem regressiva, Presidente Fernando Collor. Faremos no plenário do Senado e na Comissão de Serviços de Infraestrutura. V. Ex^a é quem controla com o mapa todos os compromissos assumidos pelas autoridades que visitam a Comissão de Infraestrutura.

Então, vamos acompanhar aqui essa contagem regressiva – General Fraxe e Ministro César Borges. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Paulo Bauer, como orador inscrito.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, compareço à tribuna nesta tarde e peço vênica a todos para retomar um tema que já abordei nesta mesma tribuna há dois meses e meio e que, dada a falta de providências, urge ser recolocado em discussão. Refiro-me à imperiosa necessidade de promover o reajuste do teto de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional.

Como sabemos, o Simples Nacional, conhecido como Supersimples, é um sistema integrado de arrecadação, cobrança e fiscalização de recursos, criado para facilitar a atividade do micro e pequeno empreendedor, que reúne o pagamento de diversos tributos em uma única conta, com tratamento tributário diferenciado e favorecido.

Hoje, Srs. Senadores, o teto para enquadramento no Supersimples é uma receita anual bruta de R\$360 mil para microempresas, e R\$3,6 milhões para empresas de pequeno porte.

No entanto, tais valores não são reajustados desde 2011, e muitas empresas correm o risco de perder o direito ao Supersimples, pois sua receita bruta anual está ultrapassando o teto. Isso acontece principalmente por culpa da inflação, que eleva artificialmente o faturamento das empresas, sem representar lucro, pois as despesas crescem na mesma proporção.

A inflação oficial de 2012, medida pelo IPCA do IBGE, fechou em 5,84%. Para 2013, a previsão é de um índice igual ou maior. Assim, chegaremos a 2014 com uma inflação acumulada de pelo menos 12% desde a última revisão do teto do Supersimples.

É uma diferença muito grande, Sr. Presidente. Muitas empresas serão prejudicadas, pois serão obrigadas a deixar o Supersimples, não porque cresceram e faturaram mais, mas porque a inflação corroeu seus ganhos. Essas empresas serão obrigadas a promover ajustes, Presidente Collor, o que pode levar a demissões. Outras empresas podem optar por reduzir seu tamanho, para não correrem o risco de perderem seu enquadramento no Supersimples.

Os *Anais* desta Casa registram, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, no meu pronunciamento do dia 3 de setembro – há dois meses e meio, portanto –, cobrei do Governo Federal a iniciativa de enviar ao Congresso um projeto de lei alterando o teto do Simples Nacional. Expliquei às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que optava, naquele momento, por não apresentar eu mesmo um projeto de lei revisando o teto do Supersimples, devido ao que ocorrera por ocasião do último reajuste, em 2011.

No dia 13 de julho daquele ano de 2011, apresentei projeto de lei ajustando o teto do Simples Nacional. No entanto, um mês depois, o Governo Federal enviou à Câmara um projeto de redação praticamente idêntica. Tal projeto tramitou naquela Casa em tempo recorde e, ao chegar ao Senado, prejudicou o projeto de minha autoria, que adormecia, sem qualquer justificativa, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com aquela manobra, o Governo Federal evitou que o mérito ficasse para um Senador da oposição. No entanto, o objetivo foi atingido: o teto do Supersimples foi reajustado em 2011, beneficiando milhares de empresas e milhões de trabalhadores. E eu não me incomodei com o fato, porque sempre defendi a pequena e a micro empresa e considero que, depois de muitos anos sem reajuste, aquele foi, enfim, um reajuste alcançado e, com justiça, concedido a todo o setor.

Hoje, Srs. Senadores, nos vemos diante de situação semelhante. O teto do Supersimples precisa de reajuste, mas o Governo Federal se omite, certamente por temer perda de arrecadação. Vai empurrando o problema com a barriga, como faz com tudo que se refira a matéria econômica ou tributária.

Fiz o alerta há dois meses e meio, como já disse, nesta tribuna. Nenhum sinal até hoje. Coincidentemente, nesse meio tempo, recebi luxuoso livro intitulado *Os seis anos do Supersimples*, publicado pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), entidade financiada com recursos públicos oriundos de contribuições sociais obrigatórias sobre a folha

de pagamento das empresas e que, nos últimos dez anos, vem servindo de cabide de emprego para gente aliada do Governo de médio escalão. Nesse extenso livro, os petistas do Sebrae tentam reescrever a história. Tentam apagar a história do Simples e convencer a todos e ao Brasil DE que a criação do Supersimples é mérito do Governo Lula.

Francamente, é hora de restabelecer a verdade dos fatos. Já em 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.317, instituindo o Simples Federal. Senhores, me permitam dizer, modestamente: eu, inclusive, exercia à época mandato de Deputado Federal e tive a satisfação de ter sido o Relator da matéria que deu origem à lei. O Simples Federal, que era chamado apenas de Simples, reunia a cobrança de diversos tributos federais em uma única conta, com tratamento diferenciado e favorecido, como eu já disse. Em 2006, a Lei Complementar nº 123, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, transformou o Simples Federal em Simples Nacional.

É inacreditável, mas é verdade: na comemoração do aniversário de uma lei criada por um Deputado tucano, baseada em uma lei anterior, de um governo tucano, o grande homenageado é o ex-Presidente petista, cuja participação na elaboração dessa lei limitou-se à imposição de 11 vetos. O mais estranho é que, no ano passado, quando o Supersimples, pelas contas do Sebrae, teria completado cinco anos, a entidade não fez nenhuma comemoração. Não deixou de ser uma inovação. Nunca antes, na história deste País, o aniversário de seis anos de uma lei foi tão celebrado.

Mas me perdoe a digressão, Sr. Presidente. Retomo a questão principal, já concluindo o meu pronunciamento.

Os valores de enquadramento no Simples Nacional precisam ser reajustados. A oportunidade para o Governo Federal tomar a iniciativa foi dada e não foi aproveitada.

Por esse motivo, apresentarei, nos próximos dias, um projeto de lei revisando o teto do Supersimples. Não me surpreenderei se, tal qual aconteceu em 2011, o Governo Federal novamente apresentar outro projeto semelhante para que o mérito não fique com alguém da oposição.

Sinceramente, isso não me importa. O importante é que o teto seja efetivamente reajustado, seja o caminho qual for. Apenas ressalto que, devido à regra constitucional da anterioridade tributária, este projeto precisa ser aprovado ainda este ano para valer já no ano que vem e beneficiar milhares de empresas e milhões de trabalhadores brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a atenção de todos e a oportunidade, confiando e acreditando que, desta vez, faltando apenas cinco semanas para o ano legislativo se encerrar, tenhamos a iniciativa do Governo adotada de corrigir essa defasagem na tabela, para não vivenciarmos um 2014 inteiro de gente deixando de usufruir dos benefícios dessa lei tributária, que foi, é verdade – isso precisa ser dito e repetido –, a última lei promulgada neste País pela qual se conseguiu reduzir a alíquota de impostos que as empresas são obrigadas a recolher e que permitiu, Presidente Collor, a inclusão de milhares e milhares de micro e pequenos empresários na legalidade, na formalidade.

Lembro-me bem, quando eu relatava essa lei – o Ministro era Pedro Malan, e o Secretário da Receita era Everardo Maciel –, de que havia um verdadeiro...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – ... clima de preocupação com a possibilidade de queda de receita, pela existência de uma lei com essas características. Sabem o que aconteceu? Aumentou a arrecadação. E sempre aumentará quando fizermos justiça fiscal; sempre aumentará quando fizermos a simplificação da regra tributária; sempre aumentará quando mais gente se sentir na condição de pagar o imposto e ver resultados com essa providência – todo mundo sabe disso. E naturalmente que não podemos, a Presidente Dilma não pode, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal não devem deixar passar a oportunidade de reajustar nessa ordem, 12% ou 13%, as tabelas vigentes.

É muito fácil, é muito simples, há até Ministro que cuida agora da pequena e da microempresa, o meu amigo Ministro Afif Domingos. Ele poderia naturalmente dar grande contribuição para que esse assunto fosse resolvido, e milhares de micro e pequenos empreendedores do Brasil não continuassem lendo, numa obra cara e bonita, que o Governo Federal do PT comemora seis anos de Supersimples, mas não faz nada pelo Simples, que é, de fato, o mecanismo pelo qual se criou e se estimulou a atividade da pequena e da microempresa no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, que é o Senador Fernando Collor, quero ler expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência designou: – como membros titulares, os Deputados Onofre Santo Agostini e Walter Ithoshi, em substituição, respec-

tivamente, aos Deputados Eduardo Sciarra e Eleuses Paiva, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 627, de 2013**, conforme o **Ofício nº 1.615, de 2013**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados;

– como membro titular, o Deputado Márcio França, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 627, de 2013**, conforme **Ofício nº 239, de 2013**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados; e

– como membro titular, o Deputado Osmar Júnior, em substituição à Deputada Manuela D'Ávila, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 627, de 2013**, conforme o **Ofício nº 371, de 2013**, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

Os ofícios foram encaminhados à Comissão Mista para serem juntados ao processado da matéria.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 1.615/13/PSD

Brasília, 19 de novembro de 2013

Assunto: Substituição de indicação de Parlamentares do PSD para composição de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação dos parlamentares abaixo para a composição da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 627, de 2013:

– Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR) pelo Deputado **Onofre Santo Agostini (PSD/CS) – membro TITULAR;**

– Deputado Eleuses Paiva (PSD/SP) pelo **Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP) – membro TITULAR.**

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que as referidas substituições produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente, – **Eduardo Sciarra**, Líder do PSD.

OF. B/239/13

Brasília, 13 de novembro de 2013

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Márcio França (PSB-SP), como titular, da Medida Provisória nº 627, de 2013, “Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social – COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior”, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS).

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

Ofício nº 371/13

Brasília, 19 de novembro de 2013

Assunto: Indicação de membro para compor Comissão Especial

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do Senhor Deputado OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI), na condição de titular, em substituição à Deputada MANUELA D'ÁVILA (PDcoB-RS), para compor a Comissão Especial da Medida Provisória nº 627, de 2013, que “altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências”.

Respeitosamente, – Deputada **Manuela D'Ávila**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Collor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Só para registrar a presença dos vereadores de Ji-Paraná que vieram em uma audiência hoje de manhã no MEC, com a Dr^a Adriana Wesca, para discutir a instalação de uma universidade federal no interior do Estado do Rondônia.

Portanto, estão comigo a Vereadora Márcia, o Vereador Anderson Exceller e o Vereador Edvaldo Gomes.

Era somente para registrar a presença deles, dar as boas-vindas e dizer que foi importante a vinda deles nessa audiência hoje, pela manhã, no Ministério da Educação, na tentativa e na construção de levarmos, para o interior do Estado de Rondônia, uma nova universidade federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O registro será feito, Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 20 de novembro, o Brasil comemora o Dia da Consciência Negra, data que faz referência a Zumbi dos Palmares, cuja morte completa, nesta data, 318 anos.

O alagoano Zumbi dos Palmares liderou a resistência contra a escravidão na Serra da Barriga, localizada hoje no Município de União dos Palmares, em Alagoas, onde se protagonizou uma luta centenária contra os ataques holandeses, portugueses e bandeirantes. Nesse contexto, o líder Zumbi dos Palmares virou símbolo da resistência e da liberdade, a ponto de ser reconhecido oficialmente como herói nacional em 1995, por ocasião dos 300 anos de sua morte, e que motivou, posteriormente, com a Lei 12.519, de 2011, a instituição do feriado que se comemora hoje em mais de mil cidades brasileiras.

Maior centro de resistência negra do Brasil Colonial, o Quilombo dos Palmares – apesar dos esforços do prefeito Beto Baía que sente a falta de uma política estadual – ainda hoje continua travando uma nova luta, desta feita para se manter e se transformar numa referência de peregrinação, inclusive de caráter internacional, como atrativo turístico e cultural e, consequentemente, de geração de oportunidades em prol de Alagoas.

Do alto da Serra da Barriga, o local é mantido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, que considera, desde 1985, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares como Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Destino turístico de Alagoas, o sítio arqueológico do principal quilombo de resistência negra das Américas teve algumas de suas principais edificações reconstituídas, o que permitiu a recuperação de aspectos históricos e culturais da comunidade e do povo que

resistiu, por mais de cem anos, aos ataques daqueles que queriam escravizá-los e se apoderar de suas terras.

Bem argumenta a representante da Região Nordeste da Fundação Palmares, Sr^a Maria José da Silva:

O Quilombo dos Palmares é um lugar especial porque representa a ancestralidade de um povo que resistiu a diversas batalhas em nome da liberdade. Além de tudo, este local [diz ela] faz parte da história de Alagoas e do Brasil que merece ser conhecido e compreendido pelo povo brasileiro.

Contudo, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que pese o significado representativo de Quilombo dos Palmares, quer no campo histórico e cultural, quer no simbolismo da luta pela liberdade de um povo escravizado, Alagoas é hoje o Estado em que se registra a maior perda de expectativa de vida para a população afrodescendente, principalmente devido a causas e fatores ligados à violência, como homicídios, suicídios e acidentes. Em média, Sr. Presidente, essa parcela da população deixa de viver 49 meses – ou seja, mais de quatro anos – por razões advindas da violência, contra apenas três anos e meio da outra parcela da mesma população. É uma diferença abissal e inaceitável, pois contrasta com o sentido e a significação da luta de Zumbi dos Palmares em Alagoas.

Na prática, os alagoanos tornaram-se reféns da péssima política de segurança pública, de educação e de saúde, componentes de um atraso que o governo estadual não consegue sequer amenizar, menos ainda resolver.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores ...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) –..., ao mesmo tempo em que lamento por essa insustentável situação gerada pela inoperância e incompetência do Governo de Alagoas, especialmente naqueles três setores fundamentais no âmbito das políticas sociais, deixo aqui registrada minha homenagem pela passagem do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e do início da Semana Nacional da Consciência Negra, este último fruto de oportuno projeto apresentado por S. Ex^a o Sr. Senador Paulo Paim, a quem aproveito para parabenizar por essa sua iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, como orador inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – É a minha vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Depois do orador inscrito é V. Ex^a. É alternado, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – É uma liderança e um orador inscrito. Depois é V. Ex^a. Tem que alternar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Eu já tinha pedido três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito normalmente para ser o próximo orador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Aqui há Senador e Senador.

SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não, senhor. Está no Regimento, e eu cumpro muito o Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – (*Intervenção fora do microfone.*) – V. Ex^a não falou isso para mim. Eu estava do seu lado aí. Está falando agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Humberto, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Intervenção fora do microfone.*) – Isso é falta de educação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Estou cumprindo o Regimento, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Não está, não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não vou debater com V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, num 20 de novembro como hoje, há 318 anos, era capturado e morto, onde hoje é o Estado de Alagoas, o líder negro Zumbi.

Adolescente, aos 15 anos, fugiu do lugar onde foi educado por um padre para reencontrar sua comunidade de origem. E aos 25 anos de idade passou a comandar os destinos da sua gente no Quilombo dos Palmares, que abrigava escravos fugitivos de fazendas.

Zumbi foi capturado e morto aos 40 anos de idade. A luta desse herói em busca da liberdade e da afirmação é um exemplo e continua com muito sentido na atual sociedade brasileira.

A expectativa de vida de um homem negro no Brasil é um ano e oito meses menor do que deveria por causa da violência. Essa perda na longevidade é duas vezes maior para os negros do que para os homens de pele clara.

Esses dados constam da pesquisa Vidas Perdidas e Racismo no Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, que mostra ainda que, em cada três vítimas de homicídio no Brasil, duas são negras.

Conforme informações do Censo 2012, que serviram para as conclusões dos pesquisadores do Ipea, a taxa de mortes violentas entre os negros é de 36 mortes por 100 mil pessoas, enquanto que entre os não negros chega a ser menos da metade, aproximadamente 15 mortes por 100 mil pessoas.

Conclusão: a condição racial aumenta a vulnerabilidade do negro, que corre 8% mais risco de se tornar vítima de homicídio do que um homem branco, ainda que ambos apresentem as mesmas condições de escolaridade e características socioeconômicas.

O texto da pesquisa afirma:

O negro é duplamente discriminado no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele. Essas discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros vis-à-vis o resto da população.

Segundo o estudo, variáveis como educação, emprego, renda e localização do domicílio explicariam apenas 20% da diferença no número de mortes entre negros e brancos. O restante estaria ligado à condição racial.

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos, Dieese, mostra que o salário dos negros é, em média, 36% mais baixo do que o pago às pessoas não negras.

Levantamento da organização não governamental Transparência Brasil mostra que, apesar de negros e pardos serem metade da população brasileira, eles correspondem, no Congresso, a apenas 9,8% dos Deputados e Senadores. Esse percentual é menor, inclusive, do que entre o segmento dos 1% mais ricos da população, onde 16% são de negros e pardos. Entre os Parlamentares do próprio Partido dos Trabalhadores, 15% são negros ou pardos. No recente processo de renovação da direção do PT, houve a exigência de que 20% das vagas nas chapas em disputa fossem preenchidas por negros ou representantes de segmentos minoritários.

Por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Seppir-PR, o Governo Federal tem articulado formas de superação do racismo, que atinge principalmente as pessoas que se declaram negras ou pardas e somam 50,7% da população.

A Seppir existe desde 21 março de 2003, data que coincide com a comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

A Secretaria, criada pelo Presidente Lula, elabora e articula, junto a órgãos públicos e outras instituições, políticas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos – com ênfase na população negra – afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. Atua, também, no acompanhamento da execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à promoção da igualdade racial.

O crescimento do emprego, a execução coordenada de programas sociais, a política de valorização do salário mínimo e de ampliação das oportunidades educacionais se revelam na tendência geral de diminuição das desigualdades.

Entre a população negra cresceram a renda média, o emprego formal e a escolaridade em todos os níveis. Das mudanças recentes, destaca-se a inserção das ações afirmativas no quadro da política brasileira como parte de um amplo projeto de inclusão social. Nele, a dimensão racial é chave para entender e superar as desigualdades sociais, assim como para erradicar a pobreza no Brasil.

A participação da Seppir no processo de elaboração do Plano Plurianual resultou na inclusão, nessa peça de planejamento, do programa temático, Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Além disso, a temática racial foi incorporada em 25 outros programas temáticos, 96 metas, 52 iniciativas e 10 ações orçamentárias específicas, em diferentes áreas da ação governamental.

O marco regulatório reúne leis e decretos, todos aprovados e publicados depois de 2003.

Em 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime, reconheceu a constitucionalidade do princípio das ações afirmativas, colocando ponto final em um longo debate jurídico. Embora controvérsias políticas e ideológicas ainda prossigam, são inegáveis as conquistas legislativas obtidas nos últimos 10 anos.

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

Eu queria, inclusive, salientar aqui que este foi um projeto apresentado por mim em 1995, quando eu era Deputado Federal.

Com isso, incorporaram-se aos conteúdos educacionais a História da África e dos africanos, a luta dos negros, a cultura e o papel do negro na formação do País, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política.

O Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais, por meio da defesa de direitos, das ações afirmativas e da articulação das dimensões de gênero e raça. A PNPIR tem como princípios a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática, que reconhece o papel da sociedade civil no avanço da igualdade racial.

O Decreto nº 6.872, de 2009, aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que, com base nas definições da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial, estabelece um conjunto de ações vinculadas aos seguintes eixos: trabalho e desenvolvimento econômico, educação, saúde, diversidade cultural, direitos humanos e segurança pública, povos e comunidades tradicionais, política internacional, desenvolvimento social e segurança alimentar, infraestrutura e juventude.

A Lei nº 12.288 institui o Estatuto da Igualdade Racial, definindo as principais áreas a serem reconhecidas pelas instituições públicas para a superação das desigualdades raciais: saúde, educação, cultura...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) –... esporte e lazer, liberdade de consciência e de crença, acesso à terra e moradia, trabalho e meios de comunicação. Também estabelece mecanismos institucionais como o Sinapir, o Fipir e as Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial.

Por último, a Lei nº 12.711, sancionada pela Presidenta Dilma, em agosto de 2012, conhecida como Lei das Cotas, dispõe sobre a reserva de vagas com critérios para estudantes da escola pública, negros e indígenas, definindo em, no mínimo, 50% o acesso destes às universidades federais e às instituições federais de ensino técnico e de nível médio.

Portanto, hoje, Sr. Presidente, um dia de homenagear toda a população negra do nosso País e, ao mesmo tempo, reafirmar os compromissos que todos temos com a promoção da igualdade racial, com a emancipação dos negros da nossa sociedade e com a produção de cidadania para a população negra.

Aqui quero reafirmar também o compromisso do nosso governo, que revolucionou essas ações e, sem dúvida, continuará a fazê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV-RN) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Passamos a palavra, como Líder, ao Senador Magno Malta.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV-RN) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pergunto a V. Ex^a: há algum Líder inscrito após o Líder que está na tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV-RN) – Nós temos inscritos, para usarem da palavra como líderes, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Armando Monteiro, Inácio Arruda e Rodrigo Rollemberg.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Todos como líderes?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV-RN) – Sim; como líderes.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – E para uma comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV-RN) – Para uma comunicação inadiável, são três.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – V. Ex^a pode, por favor, inscrever-me para falar como líder e para uma comunicação inadiável. Na oportunidade que surgir primeiro, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV-RN) – Está bem.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, quando o Brasil comemora o Dia da Consciência Negra, é o meu dia, Sr. Presidente. Aliás, são 81 Senadores, dois negros: o Senador Paim e eu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES) – Mais ou menos. O Senador Humberto Costa tentou se inserir, mas mais ou menos, não é? Rollemberg também quer ser negro? *(Pausa.)*

E é um dia muito importante até pela contribuição cultural, social, a mão de obra, o trabalho dos negros,

enfim, a sua importância para o País, e é mais que justo que o País busque os mecanismos para saldar essa dívida sempre com aqueles que ajudaram a construir a nossa Nação.

Salve a negra Dona Dada, minha mãe, que me deu a possibilidade de chegar aqui e me tornar Senador da República, vendo como a nossa raça tem, de forma significativa, colaborado e deixado um legado absolutamente importante para o nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é que, hoje, nós tivemos a reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado, em cuja pauta, um projeto polêmico que não dá para votar no afogadilho, até porque ele está aqui há 11 anos. Foram oito anos enfrentando o debate com a Senadora Fátima Cleide e, nos últimos três anos, com a Senadora Marta Suplicy e outros, que comungam, defendem a mesma bandeira e têm o nosso absoluto respeito.

Não dá para respeitar aqueles que são oportunistas, mas aqueles que fazem o debate e debatem as suas crenças são dignos do respeito. Eu respeito todos, mas o PL nº 122, na visão da Deputada Iara Bernardi, propunha, Sr. Presidente, criar, neste País, um império homossexual, em que eles podem tudo e ninguém pode nada. Por exemplo: se não alugar casa a um homossexual, você vai preso; se não admitir, você vai preso; se demitir, vai preso também. São essas as aberrações que existem no bojo daquele projeto. E mais: você vai preso se não aceitar a opção sexual do indivíduo. Ou seja: você está criminalizado e é obrigado, se não é um criminoso, a aceitar a opção sexual dele.

Você tem uma dívida de respeito. Respeitar, sim, até porque a dívida que nós temos e o compromisso para a boa convivência na sociedade é que nos respeitemos.

O Senador Paulo Paim fez todo um esforço – e reconheço o esforço de S. Ex^a –, mas o texto do Senador Paulo Paim não agrada ninguém. Ficou muito ruim, uma anomalia. Anomalia é tudo aquilo que não tem cabeça. Anomalia é uma mula sem cabeça. O texto ficou ruim, apesar do esforço do Senador Paim, e nós respeitamos isso, agradecemos por isso. Ele conseguiu banir a palavra homofobia.

A palavra homofobia tem sido banalizada, neste País, e aqueles que não comungam, mas respeitam, mesmo assim são criminosos e qualquer gesto é um gesto homofóbico, sendo que nós não temos a tipificação dessa palavra no Código Penal, e precisamos ter.

O debate, aqui, de um texto como esse só pode ser feito, Sr. Presidente, depois de haver a tipificação da palavra homofobia.

Esse PL vem rodando e sendo debatido, e há uma minoria, que grita tão alto, que parece que ela é maioria.

Para mim, no afogadilho, fui surpreendido, porque o PL seria votado hoje, na reunião da CDH, às oito e meia da manhã.

E, aqui, eu quero agradecer às lideranças deste País, que se mobilizaram, anteontem e ontem, e vieram para cá. Chegaram aqui na madrugada.

Eu faço o registro, com muita alegria, da Comissão Católica, que está nesse debate juntamente conosco, e que, para o debate, trouxe, Senador Rollemberg, na manhã de hoje, por meio do Instituto Plínio Correia de Oliveira...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES) – ... que protocolou na Presidência da Casa, 3.449.376 *e-mails*, enviados, nas últimas horas, a esta Casa, contra o PL nº 122, ou seja, o PL da homofobia.

Sr. Presidente, o grande drama de tudo isso é que, no relatório do Senador Paim, ele inclui, nos mesmos direitos que têm o portador de deficiência, o negro, o índio, o idoso... Ninguém faz opção para ser idoso; ninguém faz opção para ser deficiente físico; ninguém faz opção para nascer índio; ninguém faz opção para ser negro; ninguém faz opção para ser branco. Você nasce. Agora, homossexualismo é opção. Não dá para misturar alhos com bugalhos.

E me dizia o Senador Mozarildo Cavalcanti, num ato de inteligência: “Olha, Magno, conforme esse texto” – meu querido Senador do Rio Grande do Norte –, “se esse texto for aprovado, fica claro o seguinte: se você não for negro, se você não for portador de deficiência, se você não for índio e não for homossexual, você for heterossexual, você está discriminado. Você virou a escória da sociedade, porque você não tem direito a nada, porque, daqui a pouco, nós vamos ter, também, o estatuto do homossexual”. Daqui a pouco, nós vamos ter quota, também, para eles, nas escolas; e, daqui a pouco, também, nós vamos ter a demanda por espaço nos partidos políticos e, até, dois votos, como estão propondo agora, ou seja, dois votos para os negros ganharem a eleição.

O senhor não acha que isso é uma brincadeira?

E vai muito mais longe: eles, agora, estão propondo que não deva existir Dia dos Pais nas escolas nem Dia das Mães. Nós discutíamos isso agora, rompendo com valores da família tradicional, porque a família tradicional foi instituída por Deus – macho e fêmea, homem e mulher. Quando uma mulher está grávida, você pergunta: “está grávida de quê, mulher? É um menino ou uma menina?” Você diz: “A minha esposa está grávida de uma menina”; ou diz: “A minha irmã deu à luz um menino”. Ninguém fica grávida de um homossexualzinho, porque não há cromossomo homossexual.

Ora, é preciso fazer esse debate com muita clareza! Mas dizem: “Ah, mas há crianças na escola que talvez tenham dois pais ou duas mães. E, então, no Dia dos Pais ou no Dia das Mães, vai ficar constrangida”.

Sr. Senador Rollemberg, então, agora, vamos tratar a exceção primeiro para, depois, tratar a regra? Nós tratamos a regra para, depois, tratar a exceção. Nós não podemos romper com esses valores, porque, no dia em que rompermos com valores de família, sepultaremos de vez esta sociedade. Aliás, por muito menos, Deus destruiu Sodoma e Gomorra – por muito menos!

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES) – Aliás, para o caminho que estamos indo, se Deus não tomar uma providência com este País, vai ter que se desculpar com Sodoma e Gomorra.

E eu quero aqui fazer referência às lideranças católicas, às lideranças da CNBB, conosco, de mãos dadas, porque aqui não tem confissão de fé, e às lideranças evangélicas e líderes da bancada do Partido dos Trabalhadores. Cito aqui o Senador Pinheiro, o Senador Wellington, o Senador Pimentel, que fizeram todo um trabalho, entendendo que isso não é momento, e nós não precisamos tratar de uma questão como essa neste País.

Eu quero agradecer ao Pastor Abner, Pastor Presidente da Madureira, no Rio de Janeiro; Pastor Samuel Ferreira, Pastor Presidente de São Paulo; Pastor José Wellington; Bispo Manoel Ferreira; Pastor Fadi; Bispo Rodovalho; nossos queridos líderes do Brasil inteiro que aqui estiveram; à Bancada Federal; à Bancada Católica; à Bancada Evangélica; e à Bancada da Frente da Família, para poder fazer esse enfrentamento absolutamente necessário.

O senhor sabe qual é o drama? E eu encerro aqui. Quero que V. Ex^a me dê só dois minutos. O problema é este – eu vou mandar essa cartilha a V. Ex^a e a todos os Senadores: *O gênero*. Eles querem tirar a palavra “sexo”. Até porque de que lei precisamos se a Constituição Federal diz, Senador Wellington, que é crime discriminar religião, etnia, sexo? É crime, pronto! Mas eles não querem a palavra “sexo”. Eles querem a palavra “gênero”, porque gênero acaba com o masculino e o feminino. Gênero é uma coisa só. É por isso que eles tentaram colocar a palavra “gênero” até no novo projeto de lei, que o Senador Alvaro Dias relatou, da educação de base do País, para poder implantar o ensino homossexual nas escolas. Gênero! Eu vou mandar essa cartilha ao senhor também, Senador Wellington, para vocês saberem a origem dessa coisa de gênero.

“Ah, mas não porque os filósofos da nova geração, alguns pensadores...” Será que alguns pensadores e

filósofos da nova geração são mais que Deus? Eles são capazes de destruir alguma coisa que Deus criou? Porque Deus não criou o Ministério Público. Deus não criou conselho tutelar. Deus não criou o Governo do Piauí nem o Governo do Maranhão nem o Governo daqui. Deus criou a família e, a partir da família, tudo. Será que esses novos pensadores estão preparados? Eles estão acima de Deus para poder dizer “Olha, nós vamos destruir isso, não há mais sexo feminino nem masculino. Nós podemos ensinar às crianças que elas podem ser qualquer coisa, o que quiserem”.

Veemente conclamo os Srs. Senadores. Quero alertar para as eleições do próximo ano.

Só um minuto, e encerro.

Senador Wellington, a questão do aborto – aborto! –, um item. Uma eleição de Presidente empurrou a eleição para o segundo turno.

Prestem atenção, porque o povo não é bobo. O povo não é bobo, e vi um Senador falar na Comissão “Não; é porque a nossa Ministra dos Direitos Humanos”... Qual é o nome dela?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Maria do Rosário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Maria do Rosário.

“Maria do Rosário pediu...” Mas a Ministra Maria do Rosário manda aqui no Senado? Ela tem voto? Ela é presidente de alguma coisa? Quer dizer que ela telefona de lá, e se faz aqui? Olha, eu respeito pelo que ela pensa, mas quero dizer, Senador Wellington... E quero chamar a atenção das famílias do Brasil, que estão me ouvindo, que estão me vendo, que estão nas redes sociais, que estão postando. Prestem atenção nos políticos que se levantam, Senador Mário Couto, e se arvoram contra valores de família! Prestem atenção neles, porque não podemos lhes dar o voto na nossa base, para eles chegarem aqui e tentarem destruir valores de família! Preste atenção, Brasil! Preste atenção, meu povo! Preste atenção nesses políticos!

De um Deputado Federal ou Estadual você não pode nem cobrar, dizendo que votou nele. Ele tem o direito de não acreditar em você. Mas eleição majoritária? Aqui não há um Senador que tenha vindo para esta Casa sem voto de evangélico. Atenção, povo evangélico do Brasil! Preste atenção nessas criaturas! Aqui não há ninguém que tenha vindo para cá sem o voto do católico. V. Ex^a mesmo. Eu conheço os evangélicos do Rio Grande do Norte; eles votaram em V. Ex^a. Os católicos votaram. Votaram por quê? Não por causa de confissão de fé, mas por causa da sua idoneidade, do seu procedimento, meu Presidente, na vida pública. Conheço muito bem. V. Ex^a sabe que sou fre-

quentador do Estado, onde tenho lá os meus amigos, os meus irmãos. Foi por causa do seu procedimento. O povo evangélico votou em Rollemberg, os católicos votaram nele. Votaram em Mário Couto. Os católicos e evangélicos – evangélicos principalmente do Piauí –, todos votaram em Wellington Dias.

O senhor espera que repitam? Acha que vão repetir. Mas não se meta com esse negócio de homofobia, não, senão não vão repetir. E V. Ex^a fez muito certo ao tomar essa sua posição. Mas sua posição é de família, não é por causa de religião; é por sua própria crença nos princípios de Deus.

Então, vamos fazer uma cruzada neste País. Atenção, Ministra dos Direitos Humanos! Atenção Liderança de Governo! Atenção Liderança de Governo!

Esses cidadãos estão no Parlamento com o nosso voto, fazendo enfrentamento às muralhas que põem de pé a moralidade. E a moralidade que eles pregam hoje é nada mais nada menos do que a velha imoralidade!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Registro a presença dos alunos do ensino médio do Colégio Sul D’América de Goiânia, em Goiás. Sejam bem-vindos ao Senado Federal!

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Rodrigo Rollemberg.

Depois, Senador, farei uso da palavra para fazer uma comunicação inadiável. Em seguida, volta a palavra para um orador inscrito. Por isso, convido V. Ex^a para presidir a sessão, se possível. É que vou falar em seguida. Obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de subir à tribuna na tarde de hoje para celebrar o Dia da Consciência Negra e para refletir a respeito das enormes diferenças sociais e raciais que ainda pairam sobre o nosso País.

Alguns oradores que me antecederam aqui já trouxeram dados da realidade brasileira que mostram o quanto precisamos avançar no sentido de fazer justiça social neste País. Mas eu não poderia deixar de iniciar esta minha fala trazendo, reiterando esses dados que falam por si só.

Segundo o Mapa da Violência 2013, publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, enquanto houve redução de 26,4% nas estatísticas de assassinatos de jovens brancos nos últimos dez anos, houve um aumento de 30,4% nos assassinatos de jovens negros nesse mesmo período. E o mais grave é que, na maioria dos casos, esses assassinatos foram

cometidos por agentes do Estado ou por grupos de extermínio.

Segundo dados do Ipea de 2007, crianças negras nascem com peso inferior ao de crianças brancas e têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade. Crianças negras têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem de taxas de repetência mais altas na escola, o que as leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos.

Adolescentes e jovens negros morrem de forma violenta em maior número do que adolescentes e jovens brancos.

Negros têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Se encontrarem um emprego, recebem menos da metade do salário recebido pelos brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores, quando o fazem.

Ao longo de toda a vida, negros e negras sofrem com pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que os brancos. São dados também do Ipea de 2007.

Trago aqui mais alguns dados sobre violência. Em 2010, morreram 49.203 pessoas vítimas de homicídio no Brasil, e 71,1% das vítimas eram negras. Entre 2002 e 2010, o número de homicídios de brancos teve uma queda da ordem de 24,8%, enquanto entre os negros os homicídios aumentaram 5,6%. A taxa de homicídios da população negra em 2010 foi de 36 em cada 100 mil pessoas, bem acima da taxa nacional de 26 em cada 100 mil pessoas e mais do que o dobro da registrada entre a população branca, 15,5 em cada 100 mil pessoas.

Portanto, são dados que nos mostram como vivemos em um País injusto e o quanto precisamos avançar no sentido de fazer justiça social no nosso País.

Esse é o desafio de todos nós. Esses são dados que nos envergonham a todos, e precisamos nos mobilizar de forma bastante efetiva para mudarmos essa realidade social vergonhosa que ainda temos no nosso País.

Temos de reconhecer também alguns avanços conquistados pela população brasileira, pelos movimentos sociais, especialmente pelo Movimento Negro, com a solidariedade de todos aqueles que querem construir um País justo, um País solidário, um País generoso, como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, de 2010, que é o principal marco legal da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Aprovado depois de dez anos de tramitação no Legislativo, o Estatuto busca efetivar à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos

étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 10.639, de 2004, que institui o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, também é um avanço, um avanço que muitas vezes ainda se encontra apenas no papel. É preciso efetivá-lo, para que a população brasileira conheça a história dos nossos ascendentes negros.

Tivemos também um momento importante, um momento histórico, protagonizado pelo Supremo Tribunal Federal, quando aprovou por unanimidade, entendeu por unanimidade a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades. Pesquisas recentes divulgadas na imprensa nacional demonstram – este é o caso da Universidade de Brasília, que foi pioneira na instituição de cotas raciais – que os alunos que ingressaram na universidade por cotas raciais tinham um desempenho médio superior ao da média dos demais estudantes.

Também precisamos registrar a edição do Decreto nº 4.887, de 2003, regulamentando a certificação e a titulação das terras quilombolas, outro grande reconhecimento e outro grande avanço no que se refere à redução das desigualdades étnicas neste País.

A criação de dezenas de secretarias e de órgãos públicos de promoção da igualdade racial por todo o País demonstra também um despertar da necessidade de políticas afirmativas por parte dos governos municipais e estaduais e do Governo Federal no sentido de reduzir essas diferenças.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia da Consciência Negra deve ser um dia de profunda reflexão, que nos permita fazer uma autocritica e perceber o quanto ainda temos um quadro vergonhoso no nosso País de diferenças étnicas, que são diferenças sociais que se refletem no dia a dia e na convivência de brasileiros de etnias diferentes. Essa é uma realidade que precisa ser assumida, para que possamos enfrentá-la com a coragem que o tema merece.

Mas também precisamos reconhecer que avançamos, embora tenhamos avançado muito menos do que necessitamos, até porque a dívida histórica é profunda, é enorme, é gigantesca. Mas precisamos reconhecer os avanços, até que possamos avançar com mais profundidade, com mais ousadia, buscando a construção de um País justo e generoso.

Portanto, esta manifestação do Partido Socialista Brasileiro é uma manifestação de solidariedade a todos os negros deste País, a todos os movimentos sociais que lutam pela construção de um País justo, solidário e generoso.

Homenageamos todos aqueles que viveram mesmo antes de Zumbi dos Palmares, os que têm em Zumbi dos Palmares uma grande referência e os que resistiram, os que enfrentaram a situação, os que não se submeteram à condição de servidão e buscaram construir este mundo que almejamos: um mundo justo, solidário e generoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, dentre outras matérias que apreciamos, discutimos, debatemos e votamos, nós votamos e aprovamos duas matérias para as quais chamo a atenção de todos. De uma delas, fui o relator. Foram matérias, projetos de lei do ano de 2011 e do ano de 2012, oriundas do Senado Jovem.

Apreciamos matérias, por exemplo, Sr. Presidente, como o projeto de lei que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão nos currículos de ensino fundamental e médio de temas transversais da cidadania. Esse projeto de lei foi de autoria da jovem Silvia Adriany Barreto, eleita Senadora Jovem no Projeto Jovem Senador do ano de 2011. Acho essa lei extremamente interessante, porque, no seu §8º, diz o seguinte: “Na parte diversificada do currículo, será incluída, obrigatoriamente, a partir da 5ª Série do ensino fundamental, a disciplina Cidadania, que compreenderá o ensino das leis brasileiras”.

Ora, Sr. Presidente, todos nós queremos uma sociedade formada por cidadãos e cidadãs brasileiros que tenham respeito à lei. Queremos brasileiros construídos na mais perfeita civilidade. Queremos uma sociedade justa, harmônica e cumpridora das nossas leis. A própria legislação brasileira parte do pressuposto de que todo cidadão e toda cidadã têm conhecimento das suas leis, das leis do seu País, mas não se preocupa em ensinar as leis brasileiras aos seus cidadãos. Esta é uma incoerência: como é que o Estado vai cobrar o cumprimento das leis se ele não ensina essas leis aos seus jovens, aos seus cidadãos, às suas cidadãs?

Achei fantásticas essa iniciativa e essa percepção da Jovem Senadora Silvia Adriany Barreto, no ano de 2011. Ela passou por aqui, eleita Jovem Senadora, representando seu Estado, e apresentou esse projeto de lei extremamente pertinente. É extremamente pertinente!

Isso mostra que o jovem tem o anseio de participar da política, de contribuir com seu País, de efetiva e concretamente deixar sua contribuição. E são programas como esse que abrem a possibilidade de milhares de jovens brasileiros concorrerem no Projeto Jovem Senador e aqui legislarem e apresentarem propostas de lei que, pela Comissão de Legislação Participativa, podem se transformar em lei através da tramitação natural de todas as demais leis.

Também analisamos, debatemos e votamos outra lei bastante atual e extremamente pertinente de outro Jovem Senador. Esse projeto foi de 2011 também. O Jovem Senador é Carlos Vinícius do Carmo Araújo. Esse projeto de lei propõe alterar o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado à rede de computadores ou a sistema informatizado. Esse crime da informática, esse crime cibernético, cada vez mais, torna-se frequente.

Quantas jovens, meninas, têm a sua imagem exposta num crime sórdido nas redes sociais! Quantas pessoas estão sendo vítimas quase que diariamente desse tipo de crime, o crime cibernético!

Pois bem, esse Jovem Senador, Carlos Vinícius do Carmo, teve essa percepção, teve esse cuidado e apresentou um projeto de lei extremamente atual, necessário, pertinente, no qual cria a tipificação no Código Penal do crime cibernético e cria as suas penalidades cabíveis.

Ora, meus colegas Senadores, Sr. Presidente, são contribuições como essas, como esses dois projetos de lei de Jovens Senadores, que dignificam o Parlamento, que, cada vez mais, solidificam o projeto criado pelo Senado Federal, o Projeto Jovem Senador. Inclusive, terminará amanhã, quinta-feira, o Projeto Jovem Senador 2013.

São 27 jovens, cada um representando o seu Estado, escolhidos por um processo seletivo de redação sobre um tema político. Estão aqui, debatendo assuntos do seu interesse, do interesse da sociedade civil e contribuindo efetivamente.

Existem atualmente, Sr. Presidente, 17 projetos de lei, tramitando no Congresso Nacional, da safra Projeto Senador Jovem.

Por cada projeto que recebo e do qual tenho a oportunidade de ser Relator, fico honrado e feliz, até porque, Sr. Presidente, pelo segundo ano consecutivo, sou o Presidente da Comissão do Jovem Senador.

Isso é uma honra! É um privilégio conviver com jovens talentosos dos mais diversos Estados do Brasil, vindos das mais diversas realidades, todos oriundos da escola pública. Não há um só Jovem Senador da escola privada. Todos são da rede pública de ensino.

Fico extremamente feliz quando vejo a desenvoltura, quando vejo o talento, quando vejo a capacidade de articulação, quando vejo a capacidade e a qualidade de formulação dos argumentos desses Jovens Senadores.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria PV – RN) – O Brasil tem que apostar mais na sua juventude. E a prova disso tudo, Sr. Presidente, é o excelente desempenho desses jovens brasileiros dos mais distantes rincões do Brasil, que vêm para a Capital Federal, que vêm para o Senado Federal e deixam contribuições como essas duas que nós apreciamos e votamos na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para uma comunicação de Liderança.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, haviam anunciado sessão do Congresso às 15 horas. Vai haver ou não?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Às 20 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Ficou para as 20 horas, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Foi mudada para as 20 horas?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Já mudou para as 20 horas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Informa aqui a Secretaria da Mesa que ela vai ser transferida para às 17 horas.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Às 17? Eu tinha ouvido às 20. Já mudou?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Foi confirmada às 17?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É importante todos sabermos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O acordo de Lideranças foi feito agora e vai ser anunciado pelo Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Às 17 horas?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Às 17 horas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É importante nós todos sabermos. Obrigado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, nesta tarde, primeiro, cumprimentar todos que acompanham esta sessão, seja pelo rádio, pela televisão, pela internet, enfim, e cumprimento todos que estão aqui.

Na manhã de hoje, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), nós, juntamente com outros Líderes, chegamos a um consenso para a retirada da pauta do PL nº 122, aquele que é conhecido como o PL da Homofobia, que criminalizava todo e qualquer ato considerado homofóbico ou considerado como homofobia.

Conversamos com o Relator, o Senador Paulo Paim. Inclusive, na semana passada, fiz aqui um comentário quando ele presidia a sessão, no sentido de que houve um avanço, houve algumas mudanças que, no meu entender, contribuíram para que a gente pudesse aprovar o substitutivo do Senador Paulo Paim. Mas, depois, lendo com mais atenção – até porque quando nós nos pronunciávamos ainda não estava à disposição o relatório dele –, lendo-o mais detalhadamente, nós vimos que havia coisas ali que precisavam ser mudadas. Por exemplo, o Senador Paulo Paim trazia a questão de se resguardar os templos religiosos. No entanto, devemos lembrar que, muitas vezes, tanto a Igreja Evangélica quanto a Igreja Católica e outras religiões também realizam, em lugares públicos, os seus atos, que não estão restritos as quatro paredes de um templo, o que nós chamamos de concentração. Tivemos a Marcha da Juventude, da Igreja Católica, e outros tantos.

Então, vimos que se precisava incluir também a questão da liturgia, do culto fora do ambiente do templo. Esse é um ponto que nós iríamos discutir.

A princípio, nós pensávamos em pedir vista hoje, na Comissão de Direitos Humanos, mas, depois, decidimos retirar a matéria de pauta, porque, realmente, é uma questão que traz polêmica, traz paixões, traz muitas discussões.

Reforço aquilo que uma vez eu disse aqui à Senadora Marta Suplicy, que era defensora do PL nº 122. Houve um seminário no Auditório Petrônio Portela, e ela me convidou para dele participar, mas, depois, disse: “Não, eu me lembrei de que o senhor não gosta desse assunto”. Eu disse: “Na verdade, não é isso, Senadora. Eu sou contra qualquer tipo de violência, qualquer tipo de agressão, qualquer tipo de discriminação, claro! Por

outro lado, impedir que um pastor, um padre ou quem quer que seja possa manifestar sua convicção de fé contra uma opção sexual, aí não concordo”.

Então, a partir daí – eu até coloquei isto também no último pronunciamento –, se aqueles que têm a sua opção sexual querem o direito de se manifestar não só na expressão de pensamento, mas também na liberdade de atos relacionados à sua opção, por que eu, como pai de família, ou eu como pastor, ou uma pessoa como padre, enfim, não podemos manifestar um pensamento contrário num púlpito, numa pregação, num culto?

Então, já que estamos falando de não violência, de tolerância, isso tem que ser nos dois lados, num caminho de via dupla. Mas, como eu disse, o projeto foi retirado de pauta, e eu também já entrei com um requerimento.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Nesse requerimento, peço o apensamento do PL nº 122 ao PL nº 236, porque existe uma comissão tratando do Código Penal brasileiro. E, no Código Penal, já temos o tratamento da lei com respeito a isso.

Então, o meu requerimento, que já foi protocolado – comuniquei isso às Lideranças; creio que vai ser votado hoje –, apensa o PL nº 122 ao PL nº 236, que é exatamente o ponto que deve ser realmente debatido.

Também conversei com o Senador Pedro Taques, que é o Presidente, que é o Líder da Comissão que estuda o Código Penal.

Portanto, o PL nº 122, uma vez aprovado aqui no plenário – creio que vai ser aprovado no plenário –, nós vamos, então, levar isso para a questão do Código Penal. O Senador Pedro Taques já está incumbido de apresentar seu relatório. Parece que vai ser no dia 3 de dezembro próximo. Então, daqui a pouco vai ser apresentado esse relatório.

Eu queria fazer este registro e chamo a atenção de todos.

O Senhor quer a palavra, Senador Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Eduardo, não cabe aparte na comunicação de liderança.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Aparte, não. Desculpe-me. É uma comunicação de liderança. Obrigado, Presidente, por ter me lembrado.

Então, só finalizando, é importante registrar: foi um acordo de liderança – chegamos a esse acordo hoje – para a retirada de pauta do projeto. Quero encaminhar e expor este fato: o requerimento, pedindo

o apensamento do PL nº 122 ao PL nº 236, que trata do Código Penal.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Pergunto ao Senador Waldemir Moka: V. Ex^a deseja fazer uso da palavra? V. Ex^a está inscrito, normalmente. *(Pausa.)*

Então, com a palavra V. Ex^a, como orador inscrito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na verdade, eu me inscrevi em função de que, ontem, embora também estivesse inscrito, mas em função de que tínhamos a sessão do Congresso, eu só pude ter três minutos. E eu queria, em razão até da gravidade da situação no meu Estado, Mato Grosso do Sul, retomar o tema.

Amanhã, Sr. Presidente, na Comissão de Agricultura do Senado, nós vamos receber o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o Ministro Luís Adams, da Advocacia-Geral da União. E o assunto é exatamente a demarcação de terras indígenas. Esse é um assunto que não é só o Mato Grosso do Sul. É um assunto, eu diria, de alcance nacional.

Ao longo desse tempo, pelo menos no meu Estado, a inércia e a omissão do Governo Federal só têm agravado. Em outro momento, houve até invasão de propriedade, o que resultou na morte de índios e também de produtor rural. Mas, nesse episódio, o Ministro da Justiça, na companhia do Ministro Gilberto de Carvalho, esteve em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Num entendimento, que envolveu o Governo, todas as etnias da população indígena e os produtores rurais, disseram que, em 45 dias, nós tínhamos uma solução para o problema. Sr. Presidente, os 45 dias se esgotaram, e o que nós temos hoje, no Mato Grosso do Sul, é um acirramento.

Hoje, no Mato Grosso do Sul, nós temos 80 propriedades invadidas à espera de uma solução. Também a população indígena esperava, em função do que havia sido prometido, ter uma solução para esse impasse.

Então, é esta a situação: os dois segmentos, produtores e população indígena, num enfrentamento, porque as invasões não cessaram. Continuam. Só que agora o fato novo é que os produtores estão cansados de esperar, vendo a inércia. Você tem decisão de reintegração de posse que não é cumprida.

O produtor está se mobilizando. Ontem, em Campo Grande, houve um protesto em frente à Funai, que acabou sendo invadida por produtores rurais. Veja a que ponto chegou: os produtores rurais invadindo a sede

da Funai. E não tenho como fazer alguma observação para os produtores rurais, porque, neste momento, os produtores rurais estão dizendo: “Mas não acontece nada. Não há solução”. Então, é quase um ato de chamar a atenção para o problema.

Eu penso que, amanhã, Senador Acir Gurgacz, V. Ex^a que é o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, nós teremos uma grande oportunidade de, diretamente, perguntar ao Ministro José Eduardo Cardozo se o Governo tem uma alternativa, se o Governo tem uma solução, porque me parece que o enfrentamento, lá no Mato Grosso do Sul, é inevitável.

Eu queria, Sr. Presidente, ocupando esta tribuna, trazer... Não estou querendo dramatizar, longe disso. Eu sempre tenho um perfil muito conciliador e sou um daqueles que aposta que a solução... Eu tenho uma posição em relação a essa questão. Pelo menos no Mato Grosso do Sul, as terras não foram invadidas, não são terras griladas, os produtores têm a posse, eles têm um documento legal. Há casos em que já há decisão de que a propriedade não é considerada indígena, e mesmo assim foi invadida. Essa é uma situação que eu queria trazer.

O Governador do meu Estado, André Puccinelli, várias lideranças, a Federação da Agricultura, a Associação de Criadores do Mato Grosso do Sul, amanhã, terão também uma audiência com o Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, eu sou um daqueles que acham que é preciso encontrar uma solução para esse enfrentamento, que me parece quase inevitável, no Mato Grosso do Sul. Pois, nesses enfrentamentos, como já aconteceu, pessoas podem, seja produtor, seja índio, perder a vida. É isso que me angustia neste momento e que me faz ocupar esta tribuna, mais uma vez chamando a atenção para essa questão que acontece hoje, insisto, não só no Mato Grosso do Sul. Problemas como esse existem em vários outros Estados. V. Ex^a é de um Estado que tem um problema, Senador Acir Gurgacz. Já estivemos juntos em várias oportunidades. A Senadora Ana Amélia, no Rio Grande do Sul; em Santa Catarina há problemas; no Mato Grosso há problemas.

O Ministro Luís Adams – acho que o Senador Acir Gurgacz estava presente quando houve a audiência – tinha a portaria, que era a decisão, mas foi sobrestada. Só estávamos esperando a decisão do Supremo. Houve a decisão do Supremo, e até hoje a portaria não foi resgatada.

Então, são essas questões que deixam o produtor rural e a população indígena aflitos. Não há nenhuma decisão, não há encaminhamento, não há uma forma de dizer: “Nós vamos resolver desse jeito”. Não há essa decisão por parte do Governo, Sr. Presidente.

E é exatamente sobre isso que, amanhã, na Comissão de Agricultura, nós vamos ter a oportunidade de questionar S. Ex^a o Ministro da Justiça e também o Advogado-Geral da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Moka, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo tema.

Realmente, 57% da área do meu Estado já é de reserva indígena. Nós recorremos, quando da demarcação da Raposa Serra do Sol, ao Supremo, que colocou 19 condicionantes para a demarcação de nova reserva. No entanto, o que se vê é que, na prática, não se executa.

Então, há uma PEC, Senador Moka, a PEC 38, que justamente obriga que o processo de homologação, depois de feita a identificação, passe pelo Senado Federal. Acho que é um bom momento de discutirmos a questão.

Senador Acir Gurgacz.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente.

Pedindo licença, é que eu pedi uma inscrição, Senador Mozarildo Cavalcanti, após a Ordem do Dia.

Estou impressionada porque havia a pauta para deliberar sobre a PEC do Voto Aberto e fui informado por V. Ex^a, estou chegando de uma audiência no Ministério da Integração para tratar da liberação de recursos para vários Municípios gaúchos em que a produção foi destruídas por temporais, granizo e ventos, e a informação é de que, às 17 horas, haverá sessão do Congresso Nacional para votar um projeto de interesse político. Das 20 horas, passou para as 17 horas. Portanto, temos pouco tempo.

Eu queria dizer a V. Ex^a que estou inscrita para falar após a Ordem do Dia, mas, pelo jeito, não haverá Ordem do Dia. A Ordem do Dia será a do Congresso e, depois, não devemos voltar para cá. Então, peço que V. Ex^a mantenha a inscrição pela ordem da inscrição normal, regular, para que eu possa, pelo menos, hoje, ter...

E queria, também, cumprimentar o Senador Moka pela manifestação que fez. Temos de resolver esse problema.

Muito obrigado.

Desculpe-me, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, já estamos procedendo à alteração. Portanto, depois do Senador Acir, falarão um orador inscrito e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nossos amigos que

nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, uso a tribuna, nesta tarde, para parabenizar a minha cidade de Ji-Paraná, que completará, na próxima sexta-feira, dia 22 de novembro, 36 anos de emancipação política. As comemorações começarão já na quinta-feira à noite, dia 21, juntamente com o Prefeito Jesualdo Pires e o Vice-Prefeito, do PDT, Marcito Pinto.

Haverá várias comemorações: passeio ciclístico no dia 22, logo pela manhã, no Segundo Distrito, e, à noite, *show* musical no ginásio de esportes Gerivaldão. Enfim, esses festejos, organizados pela Prefeitura de Ji-Paraná, com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná, que é administrada pelo nosso amigo Alexandre Dartiballi, e da Câmara de Dirigentes Lojistas, sob o comando do nosso amigo José Aparecido, são mais uma oportunidade que temos para prestigiar os valores da nossa cidade e da região, e de manifestarmos nossa alegria por ver a cidade crescendo e se desenvolvendo, com melhoria de qualidade de vida e oportunidades para todos os ji-paranaenses.

Portanto, cumprimento toda a população de Ji-Paraná pelo seu aniversário de 36 anos de emancipação política, que acontecerá agora, no próximo dia 22 de novembro.

A antiga Vila de Rondônia, denominação dada ao povoamento que existia entre o Rio Urupá e o Rio Machado, ainda na época em que nosso Estado era Território Federal, foi transformada em Município pela Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977. A instalação oficial do Município se deu no dia 22 de novembro do mesmo ano, com o então Prefeito Walter Bártolo, de saudosa memória.

Desde a sua emancipação, Ji-Paraná tem crescido de uma maneira excepcional e se transformou num polo regional do agronegócio e da agricultura familiar, da pecuária, da agroindústria, da indústria, do comércio e do setor de serviços, e na educação, consolidando-se, também, como o segundo maior PIB do Estado de Rondônia, atrás, apenas, da nossa capital, Porto Velho.

Também, nós teremos aniversários de outros Municípios neste final de semana. Os Municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Cacoal também comemoram, neste final de semana, 36 anos de emancipação política e administrativa. Todos esses Municípios foram criados pela mesma Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, porém comemoram o aniversário na data da instalação oficial da administração pública.

Em Vilhena, a data oficial do Município é 23 de novembro. Meus cumprimentos ao prefeito José Rover, e toda a população desta cidade maravilhosa que é Vilhena. É um orgulho para todos os rondonienses. A cidade, onde vivem cerca de 80 mil habitantes, possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do

Estado de Rondônia e o nono melhor da Região Norte do Brasil.

Quem também nos orgulha muito é o Município de Pimenta Bueno, que comemora no domingo próximo, dia 24, seus 36 anos de emancipação, e, também, o Município de Cacoal, que comemora sua emancipação na próxima terça-feira, dia 26.

Pimenta Bueno foi a segunda cidade originada a partir da passagem do Marechal Rondon na região, depois de Vilhena, por volta de 1912. Assim como as demais cidades rondonienses, seu progresso ocorreu a partir da construção...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... da BR-364, na década de 80, tendo um acelerado crescimento econômico, demográfico e urbano, e hoje o Município conta com 34 mil habitantes. Meus cumprimentos a Pimenta Bueno, meus parabéns a toda a população e ao Prefeito, Jean Mendonça.

Meus cumprimentos, parabéns, também, ao Município de Cacoal e toda a sua população. Cacoal é o maior produtor de café do Estado de Rondônia, é a nossa capital do café do Estado, com produção de 20 mil toneladas na safra de 2011.

O Município é assim chamado devido à impressionante quantidade de cacauzeiros existentes nas florestas das redondezas na época da colonização. Atualmente, o Município produz, em média, 500 toneladas de cacau/ano e se destaca por ser um importante polo universitário e têxtil. Meus cumprimentos ao Prefeito Padre Franco e ao nosso companheiro do PDT...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... Acelino Marcon, Vice-Prefeito de Cacoal.

Amanhã, estaremos na BR-364, fazendo uma inspeção na obra tão importante para o nosso Estado. Estaremos com os técnicos do DNIT para fazermos, realmente, uma inspeção técnica sobre como está sendo feita a restauração da BR-364.

No domingo, iniciaremos a nossa diligência na BR-319, diligência que foi votada na Comissão de Agricultura. Nós iniciaremos em Porto Velho, no dia 24, até Humaitá e chegando a Manaus, dia 26 ou 27. Vamos por estrada. Os demais Senadores nos acompanharão, assim como a TV Senado e membros da Comissão de Agricultura do Senado.

Portanto, amanhã será um dia importante para nós...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... e este final de semana também será

importante, pois faremos essa visita à BR-319, uma ligação importante para o nosso Estado de Rondônia. Nós queremos a reabertura da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. É uma estrada importante para os amazonenses, mas muito mais importante para os rondonienses, porque queremos levar a nossa produção até Manaus por estrada, Senador Flexa Ribeiro, e não apenas por balsas. As balsas vão continuar, evidentemente, transportando a maior produção, que é a de grãos em grande escala, mas a produção pequena, de pequena escala, precisa da estrada. E a estrada tem que ser reaberta. Essa é a nossa posição com relação à BR-319.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra, por permuta com a Senadora Lídice da Mata, ao Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás.

V. Ex^a terá dez minutos regimentais mais o tempo necessário para completar o seu pronunciamento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pela gentileza.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Rádio e TV Senado, Agência Senado, senhoras e senhores, nesta semana, estudo da corretora norte-americana Wells Fargo Securities apontou que o Brasil é um dos países emergentes mais vulneráveis a uma crise financeira. É o quinto colocado numa lista de 28 países e se encontra numa situação semelhante à da crise asiática de 1998, sobretudo em razão do baixo potencial de crescimento e dos déficits em conta corrente.

O Governo atual precisa entender que o tripé da estabilidade econômica, representado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas metas de inflação e o câmbio flutuante, não pertence a um ou outro partido. É um legado do qual a Nação não pode prescindir se o desejo for garantir as condições mínimas para o progresso sustentável e duradouro.

Aqui me associo aos que fazem críticas à gestão financeira do atual Governo, que quer, a todo custo, mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Governo vai acabar colocando em risco a estabilidade econômica, uma conquista do povo brasileiro.

Nesta cega e obstinada corrida pela reeleição da Presidente, o que se tem visto é um jogo de vale-tudo,

marcado por medidas que beiram à falta de responsabilidade com o futuro do Brasil. Como bem observou o Senador Jarbas Vasconcelos, em discurso aqui, nesta tribuna, é senso comum que déficits fiscais elevados e dívidas públicas crescentes comprometem a estabilidade econômica.

De fato, esse “populismo com o dinheiro público”, em que se distorcem dados contábeis, com maquiagem das contas públicas, queda expressiva do superávit primário, aumento da inflação e crescimento da dívida bruta, tem todos os ingredientes para montar um coquetel explosivo e detonar a estabilidade econômica. E é exatamente isso que ocorre quando se administra em torno de projetos políticos e não em nome das prioridades da Nação.

Falta um compromisso do Partido dos Trabalhadores com a estabilidade econômica e o futuro do Brasil.

Sr. Presidente, não se pode jogar com o dinheiro público como se o país fosse um cassino com apostas de tudo ou nada.

Ora, aonde vamos parar nesse ritmo? Rasga-se a Lei de Responsabilidade Fiscal; ignora-se a Lei das Licitações; contrata-se para a Copa e para o PAC 2 pelo Regime Diferenciado; estimula-se o endividamento dos entes federados.

E, como se tudo isso não bastasse, a Presidente critica o Tribunal de Contas da União. Sente-se incomodada porque o TCU está no papel constitucional de fiscalizar as obras e propor, inclusive, a paralisação diante de irregularidades e superfaturamentos.

Aliás, Sr. Presidente, Sr. Alvaro Dias e Srs. Senadores, é de se imaginar o que teria feito o atual governo se não fosse o valoroso trabalho do TCU e do Ministério Público. Diga-se de passagem: estas duas instituições estão devendo ao Brasil uma investigação sobre os gastos da Presidente na verdadeira campanha eleitoral em todo o País, custeada pelo dinheiro público.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, uma das agendas mais importantes para qualquer partido que venha a suceder o PT na Presidência da República, sem dúvida, é a revisão do Pacto Federativo.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Passamos da hora de redefinir os papéis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que tange tanto à tarefa de cada um nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança e outras, quanto aos montantes de repartições do Orçamento para custeá-las e viabilizá-las.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Alvaro Dias, antes de V. Ex^a apartear o Senador Cyro Miranda, só quero saudar os estudantes aqui presentes que constituem o Parlamento Mirim de Cuiabá, Mato Grosso. Sejam bem-vindos ao Senado Federal.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro Miranda, V. Ex^a discorre com competência sobre essa questão que preocupa o Brasil. As pessoas que possuem alguma visão estratégica de futuro sabem que o atual Governo está armando uma bomba-relógio de efeito retardado, e é bom repetir isso reiteradamente, é bom repetir. Enquanto a Presidente se reúne para falar em corte de gastos, nós aprovamos, aqui no Congresso, a criação de empresas estatais e de novos empregos para os apaniguados do Governo. Enquanto fala em corte de gastos, já gastou mais de R\$6,5 bilhões em publicidade oficial, para alardear que estamos no paraíso neste País, usando produção cinematográfica, efeitos especiais, manipulando a verdade para convencer a opinião pública de que este Governo é a solução para todos os problemas presentes e futuros. Por isso, o alerta de V. Ex^a é feito num bom momento, na hora da reflexão, porque nós temos que estimular o bom debate para a campanha eleitoral do próximo ano.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a tem toda razão quanto à irracionalidade deste Governo, que está pregando austeridade, mas ontem aprovou aqui, nesta Casa, R\$1,4 bilhão para mais uma agência que vai substituir a Emater, quando nós temos o Ministério da Agricultura, que podia muito bem ser usado. E, como disse o Senador Flexa Ribeiro, para escoar a produção que vem lá do Pará, precisava-se de 800 milhões. Para isso, não tem. Para baratear o escoamento de grãos, isso não acontece. Mas tem 1,4 bilhão.

Senador Jarbas Vasconcelos, com muito prazer.

APARTE PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS NA SESSÃO DO DIA 20/11/2013, QUE, RETIRADO PELO APARTEANTE PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

Como bem falou V. Ex^a, é uma irracionalidade, ou seja, o jogo da barganha continua, os apaniguados estão aí aos montes, aos borbotões, e nós estamos pagando essa conta. Para a grande população,

na mídia, apareceu, ontem, não a aprovação desses cargos, mas, sim, a “austeridade” – entre aspas – que parece que ela quer pregar. É realmente um factóide.

A Federação brasileira é extremamente engessada e centrada no poder da União.

O Pacto Federativo não nos parece capaz de captar as tendências da modernidade política e econômica do Brasil e de viabilizar a demanda inadiável pelo desenvolvimento regional, mola mestra do Governo.

Além de não assumir a devida liderança e articulação de políticas públicas para resolver os entraves à competitividade e ao crescimento do País, a União joga com os Estados e Municípios, sempre endividados e com poucos recursos para investimentos e ações sociais.

O Governo precisa ter a consciência e a responsabilidade cidadã com o futuro do Brasil e entender que esse quadro de endividamento não pode ser resolvido de forma irresponsável e com estímulo ao aumento da dívida dos Estados e dos Municípios.

Se isso for feito, vão criar uma nova conta a ser paga pelos contribuintes e pelas futuras gerações.

No lugar de refinanciar os empréstimos, o Governo deveria ouvir os especialistas que debateram a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e entender a necessidade de se fazerem auditorias e de mudar a distribuição do Orçamento da União.

O Brasil precisa buscar as bases para um Pacto Federativo capaz de conferir maior agilidade e autonomia orçamentária e financeira para os entes federados.

Com a participação permanente da sociedade e a constante vigilância sobre o Poder Público, a descentralização do Orçamento permitiria que as ações das administrações locais e regionais fossem mais efetivas no atendimento das demandas do eleitor.

Fica aqui um alerta: a cada dia, percebe-se de forma mais clara e evidente o desespero do Governo em tentar garantir a reeleição a qualquer preço.

O problema é que essa obstinação pode conduzir o Brasil a um desarranjo econômico com consequências imprevisíveis e, certamente, danosas para o desenvolvimento e o progresso do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu o parabeno, Senador Cyro Miranda, pelo pronunciamento de V. Ex^a, que é a realidade com relação à economia do nosso País, lamentavelmente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a poderia me informar em qual posição estou inscrito para falar?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela Liderança, V. Ex^a, Senador Mário Couto, é o quarto inscrito. Estão à sua frente a Senadora Ana Amélia, que usará da palavra agora, o Senador Armando Monteiro e o Senador Inácio Arruda.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Acho que, então, não terei a possibilidade de falar na tarde de hoje, porque, às 17 horas, haverá a sessão, que já está sendo convocada, do Congresso Nacional. Não é às 17 horas?

O Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Mário Couto, com a palavra V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Eu acho que o Senador Renan Calheiros... Não havia nenhum problema, Senador Flexa, se V. Ex^a... Eu acho que o Presidente Renan Calheiros, que tem se mostrado um Presidente que dá liberdade a todos, não teria nenhuma dificuldade de esperar V. Ex^a me dar uma explicação. No meio da explicação que V. Ex^a estava me dando, chega o Presidente, e V. Ex^a, correndo, passa o microfone para o Presidente. Até não parece um paraense de verdade.

Senador Renan, eu estava perguntando ao Senador Flexa... Estou brincando com V. Ex^a, que sabe que eu tenho essa liberdade...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem dúvida, Mário.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... de brincar com V. Ex^a, Senador Flexa.

Eu estava perguntando ao Senador se haveria mesmo, como anunciado, a sessão do Congresso Nacional às 17 horas. E eu estava lamentando que, pela lista de oradores, eu não teria mais condições de falar.

Eu só pediria que V. Ex^a me confirmasse se é concreta essa afirmação de que, às 17 horas, teremos sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero só, respondendo claramente ao Senador Mário Couto, dizer o seguinte: nós convocamos para as 19 horas sessão do Congresso Nacional, com a pauta combinada com os Líderes partidárias e com o Congresso. Nós estamos envidando esforços para antecipá-la, mas não temos ainda a hora exata em que deveremos fazer essa antecipação. Mas

nunca será antecipada de modo a prejudicar a sua intervenção aqui no Senado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu estou mais preocupado com a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Perfeito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... do que com a minha fala. Eu estou mais preocupado com a pauta.

Em função desta sessão do Congresso Nacional, a pauta ficará prejudicada em relação ao voto aberto?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. São dois acordos. O primeiro para que nós votássemos, hoje, os requerimentos de apensamento de matérias que têm pareceres favoráveis e concluíssemos a votação da minirreforma eleitoral e acertássemos, desde já, porque havia reiterados pedidos, que, na terça-feira, nós concluiríamos a votação em segundo turno do voto aberto. Alguns Senadores...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu quero também poder comunicar a V. Ex^a, porque meu Líder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... não está presente, que nós tivemos uma reunião de Liderança ontem, da nossa Bancada,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Certo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... e ficou acertado um acordo entre todos, em que nós abriríamos 80%... Abriríamos não, confirmaríamos 80% do voto aberto e abriríamos apenas para os vetos presidenciais. Eu acho que com isso nós vamos votar a favor do requerimento e quando chegar esse tópico da votação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Perfeito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... primeiro, segundo ou terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Perfeito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... nós vamos engrossar as fileiras daqueles Senadores que concordam com essa nossa proposição.

Chegamos ao entendimento de que assim nós poderemos avançar profundamente nessa questão do voto fechado. Pelo menos um avanço substancial, porque já se sentia que nós não conseguiríamos o voto aberto total. Então pelo menos um avanço de 80% já seria uma grande vitória da Minoria e da Oposição.

Muito obrigado então pelo seu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão e nós agradecemos o esforço...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... que as bancadas têm feito...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... no sentido de que nós posamos terça-feira concluir essa votação.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Walter Pinheiro e em seguida à Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Ao manifestar pleno acordo e pleno entendimento com a proposta de V. Ex^a a respeito da pauta do Senado, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a.

Encontra-se na Mesa, já aprovado pela CAE, um requerimento com relação a um projeto importantíssimo para o País, de financiamento do Banco Interamericano no valor de R\$18 milhões à CGU, para fortalecimento de prevenção e combate à corrupção na gestão pública brasileira.

Peço a V. Ex^a apenas prioridade, para que nós possamos votar no dia de hoje essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero comunicar que já orientamos a Secretaria-Geral da Mesa para que prioritariamente coloque em pauta a retificação sugerida pelo Senador Eduardo Braga.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também, em nome da nossa Bancada, expressar o nosso apoio a esse encaminhamento de agora à tarde, até muito mais por conta outra questão que nós temos pendência, que diz respeito à LDO, Sr. Presidente.

Nós temos um prazo extremamente apertado. Não conseguimos ainda sequer apreciar na CMO o relatório preliminar do Relator-Geral, o que consequentemente permitiria a abertura de prazo para emendas. Então é fundamental que a gente faça isso esta semana. Jogar para a semana que vem a decisão sobre a LDO é comprometer a possibilidade de apreciação da peça

orçamentária e, consequentemente, criar aqui um gravíssimo problema para o encaminhamento daquilo que nós já votamos, que diz respeito ao orçamento impositivo.

Então, é importante vencer essa pauta da questão da minirreforma, em que pese... E vou até deixar claro que, inclusive, votei de forma contrária, mas vamos aos votos.

Também, Sr. Presidente, essa questão da apreciação, em segundo turno, da PEC do voto aberto.

Eu disse a V. Ex^a, desde ontem, que a minha posição era votar a matéria se não havia mais como ficar nessa coisa de remeter daqui, remeter para acolá.

Reconheço que havia, no dia de ontem, como hoje, uma quebra de quórum no que diz respeito, principalmente, à votação de uma emenda constitucional. Hoje há doze Senadores, parece-me, fora de Brasília.

Sobre essa questão da apreciação quero, mais uma vez, endossar e concordar com V. Ex^a, mas diante da fixação de que terça-feira, Sr. Presidente, independente de qualquer outra questão, a gente comece a Ordem do Dia com o segundo turno da PEC do voto aberto. É uma questão fundamental. Aí nós vamos para o painel, para o voto, para a apreciação da matéria. Não tem mais jeito.

Sou defensor do voto aberto, mas respeito, assim como também, obviamente, espero o respeito daqueles que são contrários à minha posição e que possam também compreender a nossa possibilidade de, de uma vez por todas, tratar dessa matéria. E há os requerimentos que foram apresentados à Mesa. Apreciaremos isso na sessão de terça-feira.

Então, não há mais motivo. Com quórum ou sem quórum, com Senador viajando, com Senador em missão oficial, seja lá o que for, terça-feira a gente tem que apreciar essa matéria. E, no dia de hoje, acelerar para começarmos a sessão do Congresso e apreciamos o PLN nº01, os projetos de lei de crédito, a LDO 2013 e a LDO 2014, para apreciarmos a peça orçamentária dentro do prazo que, na nossa opinião, é o correto para o ano que estamos enfrentando. É fundamental que atravessemos este ano na direção do ano que vem entregando ao País a peça orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Renan Calheiros, ontem eu já havia indagado de V. Ex^a como estava, na Ordem do Dia, a votação do segundo turno da PEC do voto aberto. V. Ex^a me falou que, por acordo de lideranças, seria votado hoje. Novamente, por outro

acordo, em função do quórum, ficou então, como disse há pouco V. Ex^a, para terça-feira.

Eu endosso inteiramente o argumento do Senador Walter Pinheiro, de que nós vamos ter que deliberar sobre o assunto em quaisquer circunstâncias, seja com a presença de Senadores ou não. Temos de votar porque a sociedade está cobrando. Agora mesmo, emissoras de rádio... Há pressão da sociedade sobre esse tema. V. Ex^a, em toda agenda, tem falado e tem pautado o Senado para responder adequadamente às ruas. Então, eu penso que terça-feira é o *dead line*, o último dia que teremos para essa votação.

Ontem, pedi a V. Ex^a também, Presidente Renan Calheiros, em favor do PDS nº 214, de 2013, o acordo Brasil-Polônia, e do PL nº 101, de 2013, que dispõe sobre o efetivo do Exército em tempo de paz. Há também o PDS nº 213, de 2013, o acordo Brasil-Canadá de Previdência Social, também aprovado ontem na CRE.

Por fim, mas não menos importante – e o faço com muito gosto –, em nome dos Senadores pelo Rio de Janeiro, do meu Líder, Francisco Dornelles, do Senador Eduardo Lopes e do Senador Lindbergh Farias, o PLC nº 87, de 2013, que cria cargos no TRT da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A matéria foi aprovada hoje na CCJ.

Então, eu queria fazer esse pedido em nome de meu querido Líder, Francisco Dornelles, mas sei que falo também em nome do Senador Eduardo Lopes e do Senador Lindbergh Farias.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na verdade, Sr. Presidente, eu queria pedir um esclarecimento sobre os procedimentos da votação da PEC do voto aberto, mas, pela fala dos que me antecederam, Senador Walter Pinheiro e Senadora Ana Amélia, parece-me que V. Ex^a já decidiu que essa matéria será tratada na terça-feira.

Eu quero também concordar com o encaminhamento sugerido pelo Senador Walter Pinheiro, de que essa matéria conste como primeiro item da pauta da próxima terça-feira, para que a gente possa, efetivamente, votar essa matéria. Há uma expectativa muito grande da população brasileira em relação a esse tema. Já disse que o Senado tem uma oportunidade histórica de se aproximar da vontade da opinião pública. É clara a manifestação da opinião pública.

Eu até gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros.

O Senado Federal tem utilizado o mecanismo de ouvir a população através do DataSenado, através da internet. A minha sugestão, até para que possa baliar, contribuir para o posicionamento dos Senadores, é que de hoje até a próxima terça-feira V. Ex^a possa sugerir ou determinar que a Casa ouça a população, fazer uma enquete com toda a população brasileira sobre se ela quer o voto aberto em todas votações, como é a posição do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, ou se quer a votação aberta apenas para a cassação de Parlamentares, como deseja um conjunto de outros Senadores. Faço esta sugestão a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu agradeço a sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg. Realmente, eu queria dizer que, em tese, nós concordamos totalmente que o conceito de transparência é um elemento inafastável do controle público. E isso deve ser, é claro, observado em todos os níveis.

Senador Ricardo Ferraço, nós combinamos realizar uma Ordem do Dia com dois pontos acordados e marcar para terça-feira a conclusão da votação da proposta do voto aberto. Terça-feira é o primeiro item da pauta.

Com a palavra V. Ex^a. Em seguida, nós vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela condução ontem, já muito tarde, na condição de Presidente do Congresso brasileiro, ao fazer a inversão de pauta.

É importante que nós possamos dar conhecimento e compartilhar com o conjunto dos Srs. Senadores que a inversão de pauta permitiu que nós regulamentássemos.

Há 11 anos, Sr. Presidente, repousava nas gavetas e na agenda do Congresso brasileiro uma resolução que permitiria a regulamentação – na prática, o seu funcionamento e a sua existência – da comissão que exerce o monitoramento externo sobre as atividades da Inteligência do Estado brasileiro. E ontem isso foi votado. Isso dá vida e faz com que a comissão possa existir na prática e nós possamos fazer aquilo que muitos congressos mundo afora já fazem, que é fiscalizar e monitorar os limites constitucionais do exercício, que é necessário, da busca da inteligência e da informação.

Congratulo V. Ex^a pela decisão firme, apelando a V. Ex^a que nós possamos também submeter ao plenário o Requerimento nº 1.340. Por diversas vezes já me dirigi a V. Ex^a. Esse requerimento foi lido na quinta-feira. Há consenso em relação ao seu desdobramento, para que a Comissão de Constituição e Justiça possa deliberar sobre um tema da maior importância, que trata

da reforma do ICMS, da compensação dos Estados federados, que poderão sofrer prejuízos com essas mudanças de alíquotas.

Eu apelo mais uma vez a V. Ex^a, tendo em vista que há consenso, que não há divergência. Foi um compromisso firmado pela Comissão de Assuntos Econômicos que nós ouvíssemos o Plenário para que a Comissão de Constituição e Justiça pudesse deliberar sobre esse tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria só comunicar ao Senador Ricardo Ferraço que o requerimento a que S. Ex^a se refere já está pautado.

Nós informaremos apenas, em poucos minutos, se V. Ex^a conceder esse crédito, qual o exato dia em que esse requerimento será apreciado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está pautado para o dia 5.

A pergunta que faço a V. Ex^a é por que não votarmos hoje se temos acordo, se não temos divergência. É um tema que trata do ICMS, do PLS nº 106, que foi aprovado na CAE.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ISS?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ICMS.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ah, não é aquele do ISS não?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, ICMS.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não é o ISS, aquele...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. É o que trata de compensação para os Estados brasileiros que sofrerem redução de receita.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se não houver objeção da Casa, nós já pautamos para o dia 5.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não há objeção, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não há objeção.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não há objeção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então nós poderemos votar esse requerimento hoje, como pede, com alguma insistência legítima, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Já que estamos de questões urgentes, foi aprovado, também na Comissão de Assuntos Econômicos e foi dada urgência de comissão, um projeto que amplia o escopo do ISS, acaba com a guerra fiscal do ISS.

Eu pediria a V. Ex^a que pautássemos para a próxima terça-feira. O requerimento de urgência já veio na semana passada. É um assunto que precisa ser votado ainda este ano, no esforço concentrado da Câmara dos Deputados, para que o princípio da anualidade faça com que os Municípios possam ter essa questão toda definida já no próximo exercício.

Então eu pediria que, na próxima terça-feira, pudessemos votar essa matéria também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se não houver, evidentemente, objeção da Casa, nós poderemos também tratar dessa importante matéria, Senador Romero Jucá, ainda hoje.

Ordem do Dia...

Antes de começarmos, no entanto, a Ordem do Dia, nós vamos pedir ao Primeiro Secretário que faça a leitura de um requerimento que se encontra sobre a mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) –

REQUERIMENTO Nº 1.351, DE 2013

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, incisos IV e V, requeremos urgência para o PRS nº 81, de 2013, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 92, de 2013, que solicita ao Senado Federal a retificação da Resolução nº 21, de 2013, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, no interesse da Controladoria-Geral da União, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de 18 milhões de dólares americanos, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevive).

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.351, DE 2013

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 81, de 2013, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 92, de 2013, que “solicita ao Senado Federal, a retificação da Resolução nº 21, de 2013, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, no in-

teresse da Controladoria-Geral da União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos

destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVIVE)".

Em 12 de novembro de 2013.

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2013

ASSINAM O REQUERIMENTO, NA 71ª REUNIÃO, DE 12/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(A)
PRESIDENTE: _____
RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. João Ribeiro (PR)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esse requerimento será votado logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Item 9:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2012

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012 (nº 6.397/2013, naquela Casa), do Senador Romero Jucá, que *altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais*.

Parecer sob nº 1.281, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp;

– favorável ao Substitutivo da Câmara, renumerando-se o § 2º do art. 91-A da Lei nº 9.504, de 1997, como § 4º do art. 65 da mesma Lei, e o § 7º do art. 47 do mesmo diploma legal como § 8º, ambos introduzidos pelo art. 3º do Substitutivo; mantendo-se – Senador Eunício Oliveira – os seguintes dispositivos do texto aprovado pelo Senado:

– no art. 2º: a introdução do § 6º do art. 44 da Lei nº 9.096, de 1995;

– no art. 3º: o caput do art. 8º da Lei nº 9.504, de 1997; o § 3º do art. 13 da Lei nº 9.504, de 1997; o inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997; o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997; a introdução do caput e do parágrafo único do art. 36-B da Lei nº 9.504, de 1997; o inciso IV do art. 51 da Lei nº 9.504, de 1997, suprimindo-se o inciso V do mesmo dispositivo inserido pela Câmara dos Deputados; e a introdução do art. 93-A da Lei nº 9.504, de 1997.

Discussão do Substitutivo da Câmara em turno único.

Está inscrito o Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu vou conceder a palavra ao Senador Mozarildo e, em seguida, darei a palavra ao Senador Valdir Raupp, que é o Relator da matéria.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero especialmente

me dirigir ao Senador Valdir Raupp porque eu estudei essa minirreforma. Começa pelo nome: minirreforma. Nós somos um minicongresso, por acaso, para estarmos aprovando minirreformas? Por que é que a gente nunca faz uma reforma para valer? Por que não marcamos, por exemplo, para, no ano seguinte ao da eleição, fazermos uma reforma política de cabo a rabo? Aí ficamos sempre remendando no ano eleitoral pontos e pontos que, no fundo no fundo, se nós formos olhar, essa minirreforma nada mais é do que um esquema para proteger donos de rádio e de televisão.

Então, eu quero aqui me colocar tranquilamente contra essa matéria porque acho que ela não contribui em nada para o aperfeiçoamento do processo eleitoral e, muito menos, para a democratização do debate eleitoral. Reduz um monte de coisas e, sob a argumentação de reduzir cursos, na verdade estão reduzindo o tempo que os que não têm poder têm de aparecer na televisão, no rádio e também em outros meios de comunicação.

Eu quero, portanto, aqui declarar que não concordo com essa minirreforma; acho que nós deveríamos fazer um esforço para aprovar aqui uma resolução que fosse com o compromisso de todas as lideranças de, após a eleição do ano que vem, fazermos, de fato, uma reforma política que seja duradoura e completa.

Eu quero, portanto, deixar explícito para que não fiquem dúvidas sobre a minha posição. A minha posição é essa: de que nós precisamos fazer uma reforma política, sim, mas não esses remendos sempre às vésperas da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias, com a palavra V. Ex^a antes do Senador Valdir Raupp.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui, na mesma linha do Senador Mozarildo, dizer que também vejo com preocupação essa questão, como já manifestamos aqui na primeira votação. Depois de um esforço muito grande, eu quero aqui reconhecer, logo no começo do mandato, o Senador José Sarney, então presidente, aqui criou uma comissão em que o Senador Dornelles coordenou um trabalho que aprovou um conjunto de matérias sobre financiamento de campanha, sobre coincidência ou não de mandatos, sobre coligação ou não proporcional, sobre o processo de lista distrital ou “distritão”. Ou seja, tratamos de tantos temas aqui que isso gerou um produto, um conjunto de matérias que se encontra na Casa, e a gente, de forma melancólica, no final de um ano, está aprovando, realmente, uma reforma que, sinceramente, eu acho que depõe...

Primeiro, quero manifestar que sou favorável à posição do Senador Mozarildo no sentido de que pelo menos a gente tenha as condições de retomar esse trabalho, Sr. Presidente, mesmo que seja para após o processo eleitoral a gente ter a condição de ter uma tentativa. Talvez essa seja uma alternativa adequada para que a gente possa aqui fazer uma mudança para valer.

Da mesma forma, aqui já manifestamos ao Relator discordância em relação a temas como esse das concessionárias. Acho que é algo que causa grande impacto e problema, essa relacionada à parte de contratação de cabos eleitorais. Ou seja, tenho o receio de que a gente crie até uma imagem que venha a trazer problemas para o Congresso Nacional.

Então, em nome da nossa Bancada, quero dizer a minha posição. Aqui uma parte que a Câmara fez, na verdade alterações menores que talvez causem menos problema. Repito, não faz grandes alterações. Numa linguagem popular, não fede nem cheira. Então, de qualquer modo, o máximo que a gente pode apoiar é essa, que já foi tirada na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é para lembrar a V. Exª que pela manhã nós fizemos um acordo informal, de Líderes, na Presidência da Casa, de que votaríamos hoje aqui um Projeto de Resolução, de minha autoria e do Senador Paulo Paim, no sentido de se criar a Comenda que nos permitirá homenagear o grande Senador Abdias do Nascimento no dia de hoje, que é o Dia da Consciência Negra no Brasil. Mais de mil cidades comemoram hoje com feriado. Na minha querida cidade, Salvador, diversas manifestações políticas e culturais acontecem, assim como em todo o Brasil, para comemorar o 20 de novembro, Dia de Zumbi, Dia da Consciência Negra.

Então, queria solicitar a V. Exª que, de acordo com o entendimento, pudéssemos fazer essa votação ainda hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos fazer a votação solicitada pela Senadora Lídice da Mata. Hoje nós fizemos um pré-acordo para que essa matéria seja votada hoje, exatamente no Dia da Consciência Negra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, quero discutir a matéria ou encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós daremos a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Logo após o Relator, se não houver ninguém inscrito, eu gostaria de encaminhar ou discutir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós daremos a palavra a V. Exª.

Senador Valdir Raupp, tem a palavra V. Exª, como Relator da matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas mais dois pontos da reforma eleitoral em que vamos acatar as sugestões das Srªs e dos Srs. Senadores, da última reunião da CCJ do Senado Federal.

Na questão dos cabos eleitorais, estamos voltando ao texto do Senado, que foi praticamente unanimidade aqui no Senado. O apelo é para que volte o texto do Senado, suprimindo o que foi feito na Câmara: no art. 100-A, que trata da contratação direta ou terceirizada de pessoal para atividades de militância e mobilização de ruas nas campanhas eleitorais. Então, estamos voltando ao texto do Senado Federal.

Depois, estamos suprimindo autorização para concessionários e permissionários de serviço público que fizeram doações às campanhas eleitorais, quando não forem os responsáveis diretos pela doação. Então, suprime-se a permissão para associações sem fins lucrativos, cujos associados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos, nem beneficiados com recursos públicos, fazerem doações a campanhas eleitorais. art. 24, inciso III e o parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Perfeito, Senador Valdir Raupp. Agradecemos a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Em seguida, vamos proceder à votação da matéria.

Com a palavra V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, a nossa intenção, o nosso desejo, Senador Mozarildo, era estar votando hoje uma ampla reforma eleitoral. V. Exª sabe, como todos sabem aqui, que nós já iniciamos uma vez, retrucamos; iniciamos outra vez, retrucamos, porque a matéria é complexa.

Surgiu numa reunião de Líderes a ideia de se fazerem algumas modificações nesse próximo processo eleitoral, que eu não chamaria de minirreforma. Não sei quem foi que colocou o nome de minirreforma, porque é muito importante o que se vai votar hoje. Não vejo como estarmos votando uma matéria que venha beneficiar ou prejudicar emissora de rádio e televisão. O que nós vamos fazer aqui é cada vez mais dar condição de igualdade numa campanha eleitoral.

Vejamos, então, Senadores, quando se tira o poder de se colocar pinturas em muros, de sujar uma cidade... Senador Mozarildo, já fui multado em R\$96 mil, Sr. Presidente, porque na cidade Santa Cruz do Arari, a dois dias de barco da capital, na Ilha do Marajó, um dia e meio de barco, uma noite e mais meio dia, colocaram uma propaganda eleitoral irregular no muro com o meu nome. Por isso, eu teria que ter a obrigação de saber que numa cidade, a um dia e meio de distância navegando de barco, um eleitor meu colocou na parede da sua casa uma propaganda minha com a dimensão maior do que manda a lei. R\$98 mil.

Então, isso é uma exorbitância. Coisas dessa natureza têm que sair do processo eleitoral. E a sujeira que ficam as cidades! Você que me ouve neste momento, não é uma reforma ampla, tudo bem, precisamos progredir nesta direção.

Tenho certeza de que hoje estamos avançando em alguns itens. Aquela desenfreada postura de políticos a colocar panfletos, escrever nome em muros, colocar placas no meio da rua, enfim, tudo isso acaba! É um avanço substancial. Não se tirou nada da realidade e do avanço que o processo eleitoral já teve neste País.

Senhores e senhoras, quando eu comecei a minha vida pública se contavam os votos marcando os palitinhos no papel. Hoje, o avanço nos levou às urnas eletrônicas. A possibilidade ainda existe, mas a possibilidade de se burlar já diminuiu sensivelmente.

Apelo a todos os Srs. Senadores: vamos dar igualdade a todos, àqueles que têm o poder financeiro e àqueles que não têm. Na minha época, quando comecei, os que tinham poder financeiro trituvavam, pisoteavam, massacravam os que não tinham; eles já saíam num processo eleitoral com 80% de vantagem na frente dos pobres, daqueles que não tinham; já saíam na frente disparadamente.

Hoje, não. Hoje, não se pode mais contratar cantor; não se pode mais fazer camisa; enfim, não se pode mais dar dinheiro ao eleitor. Naquela época, podia. Ninguém ligava para isso; ninguém ligava para isso, meu caro Senador. Hoje, não, mudou, avançamos. Hoje, nessa votação, poderemos avançar mais um pouco e, assim, pelo menos assim, pelo menos assim, vai avançando o processo de moralidade, o processo de liberdade e o processo da democracia neste País.

Vamos, sim, Senadores, vamos votar a favor porque se caminha mais um pouco, porque se dá mais um passo à frente. É a mesma coisa do voto aberto. Se eu sinto que vou perder... O Líder tem que ter essa postura, o Líder tem que saber ser Líder. No momento em que ele se vê derrotado, no momento em que ele vê que 80% dos objetivos foram alcançados, deve recuar e ceder. É essa história do voto aberto.

Deixar secretamente para votar um veto presidencial não me incomoda, mas eu quero aberto em todas as situações; eu quero aberto em todas as situações. Voto presidencial é coisa do Parlamento. A população não precisa e não deseja saber disso.

Agora, para os outros casos, todos abertos, todos abertos. E, aqui, neste momento, vamos dar mais um passo à frente para tirar dos poderosos, dos ricos, daqueles que se aproveitam da riqueza e do poder para massacrar aqueles que não têm dinheiro para fazer campanha.

É nessa direção, Sr. Presidente, que nesta tarde eu me sinto mais democrata. É nessa direção, Presidente, que nesta tarde eu sinto que estamos dando mais um choque, além daqueles todos que o tempo nos mostrou ter dado na consolidação da democracia nas eleições brasileiras.

Acho que somos um dos países mais avançados nesse sentido. Estamos aí limitando os cabos eleitorais, esse vício de se pagar para se fazer campanha. Esse vício de se ter uma equipe paga para se fazer campanha pode terminar hoje, pode ser limitado hoje. E são muitos os itens que vão beneficiar a democracia e a liberdade.

Por isso, Sr. Presidente, nós não devemos chamar o que vamos votar hoje de minirreforma. Nós devemos chamar de um avanço nas eleições. É mais um avanço que nós vamos conseguir nas eleições.

Eu quero, mais uma vez, descer desta tribuna dizendo o seguinte: Senador Renan Calheiros, quando é para falar, este Senador não se recolhe ao medo e à covardia.

V. Ex^a, mais uma vez, convocou os Líderes para colocar vários itens em discussão para se dar mais um avanço às eleições democráticas deste País. V. Ex^a, como Presidente, tem esse dever, tem essa obrigação, tem essa atribuição, mas muitos não fizeram – e aqui não quero criticar ninguém –, mas V. Ex^a fez o que devia. O único erro foi chamar de minirreforma; não há nada de minirreforma aí. Nós estamos dando um avanço substancial à democracia e à abertura da liberdade nas eleições brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Inácio Arruda e Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Eu vou falar na frente do Senador Inácio Arruda, porque ele tem um bom coração. Ele é o comunista mais gospel do Brasil.

Sr. Presidente, eu queria apresentar os visitantes desta Casa, o Deputado Estadual, do meu Estado, Gilson Lopes, do nosso Partido. Um delegado que representa bem a classe em um Estado em que a segurança não vale nada, mas nós temos um Deputado Estadual, delegado, competente, no meu Estado.

Também está aqui o Geraldo, que é vereador em Minas Gerais, lá em João Pinheiro, terra do Senador Clésio Andrade, do seu Partido, que quer ser Governador de Minas. Eu acabei de dizer-lhe que para ser governador ele tem de depender de Deus. Esquece os homens, porque Deus, quando quer, faz. Não é assim, Presidente? *(Pausa.)*

Então, amém.

Essa é minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos os registros feitos pelo Senador Magno Malta e agradecemos as honrosas presenças dos senhores aqui no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, no momento que entender mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

Em seguida, ouviremos o Senador Inácio Arruda. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, primeiro, quero agradecer a V. Ex^a mas, em especial, ao Senador Eunício. Havia um impasse na questão do projeto que vai tratar da dívida dos Estados. O Governador Tarso Genro, em nome dos três Estados do Sul, conversou conosco, dialogou com o Senador Eunício, dialogou com V. Ex^a, e V. Ex^a me orientava, dizendo: “Basta que o Senador Eunício e o Presidente da CCJ apontem o caminho, que vamos encaminhar esse projeto.”

Eu quero, de público, agradecer muito ao Senador Eunício, que, por sua grandeza política, atendeu ao pedido dos Governadores para que o projeto da dívida dos Estados avançasse.

Eu queria agradecer muito a V. Ex^a.

Vamos agora torcer para que a gente consiga, efetivamente, votar esse tema com rapidez.

Agradeço em nome dos Estados endividados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu agradeço o registro do Senador Paulo Paim. Nós é que agradecemos.

Realmente o Senador Paulo Paim tem razão absoluta. Nós vamos, daqui a pouco, na sessão do Congresso Nacional, retirar o endividamento dos Estados e dos Municípios da regra do cálculo do superávit, e não há lógica absolutamente nenhuma deixar os Estados e Municípios tendo as suas dívidas atualizadas por esse indexador IGP-DI mais 6,5 até 9%.

Eu agradeço a intervenção de V. Ex^a e quero dizer que hoje, mais uma vez, nós conversamos no sentido de que nós possamos marcar a apreciação dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça e depois aqui no plenário do Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pedro Simon. Em seguida, Senador Inácio, para nós concluirmos a discussão da matéria.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero me referir ao requerimento de destaque que está na mesa de V. Ex^a, nos termos do art. 312, para votação da expressão “quando forem os responsáveis diretos pela doação”.

O PL 441, entre outros objetivos, veio para alterar dispositivos da Lei 9.504, de forma que o seu art. 24 passou a ter a seguinte redação:

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, precedente de: [...]

III – concessionário ou permissionário de serviço público.

É assim que veio da Câmara Federal. E o nosso Relator acrescentou: “quando forem os responsáveis diretos pela doação.” Quer dizer, se a doação for feita pelo diretor-presidente da Rede Globo, ela não vale; agora, se for feita pela Rede Globo, ela vale. Quer dizer, nós, simplesmente, anulamos absolutamente. Qualquer concessionário, qualquer permissionário de serviço público pode fazer concessão ao candidato, seja o serviço de ônibus da prefeitura, seja o serviço de televisão, seja qual for. Quer dizer, a Câmara Federal melhorou, e nós, agora, o Relator está devolvendo a fórmula de anular a questão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Com toda a sinceridade, eu estou permitindo a volta do que era. O que a Câmara votou?

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – “É vedado ao concessionário ou permissionário de serviço público doação a candidato”. Eu acho que deve ficar assim.

Acho que deve ficar assim, e deve ser retirado o adendo que o Relator fez: “quando forem os responsáveis diretos pela doação.” Quer dizer, se o presidente for direto à doação, ele não pode; agora, a entidade, só a entidade sem um nome específico, essa pode. É piada, não é, Sr. Presidente? Sinceramente, é piada, e eu defendo a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex^a.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senador Pedro Simon, eu já havia feito aqui o relatório anteriormente acatando o texto integral da Câmara e, portanto, atendendo o pleito de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isto é que é prestígio: antes mesmo de terminarmos a discussão do requerimento, ele já foi acolhido pelo Senador Valdir Raupp.

Mas eu quero fazer um registro, Sr. Presidente, sobre a questão da reforma política.

É que nós não conseguimos – é uma matéria polêmica, difícil – votar o financiamento público que foi votado no Senado, nós não conseguimos tirar essa matéria da Câmara. Mas nós votamos aqui o financiamento público de campanha e o mandamos para a Câmara. Acho que essa é que é a peça central de uma reforma política que busque aperfeiçoar o sistema partidário e eleitoral no Brasil.

Na nossa opinião, do PCdoB, financiamento público e voto em lista. Claro, para qualquer movimentação que busque aperfeiçoar a legislação eleitoral, nós não vamos criar nenhum obstáculo em função de não estar sendo votada a matéria central que é o financiamento público em lista pré-ordenada. Mas nós estamos, digamos assim, caminhando com um projeto de iniciativa popular que está sendo acolhido pelo Congresso Nacional. Vamos buscar aperfeiçoá-lo, porque talvez essa seja a grande motivadora de aperfeiçoamentos no processo democrático brasileiro.

O que nós não aceitamos são retrocessos que, via de regra, se quer introduzir no Brasil, como o voto distrital e a cláusula de barreira. Isso nós tínhamos que ir para o Supremo derrubar, isso não tem mais serventia para o nosso povo. Já decidimos, inclusive, no Supremo essa matéria.

O que nós temos é que aperfeiçoar o que nós conquistamos, que é essa legislação que está em curso no Brasil. Esse modelo foi o melhor, é o que veio da Constituição de 1988, foi o melhor modelo que conseguimos até hoje, porque garante a representação política de várias correntes de opinião no Congresso Nacional. Se fosse por modelos que queriam aprovar aqui, o PCdoB estaria fora, não teria representação nenhuma aqui no Congresso Nacional, assim como muitas outras legendas, legendas que contribuem para o processo político do nosso País.

Por isso, nós não vamos criar nenhum obstáculo, mas queremos fazer o registro de que nós buscamos uma reforma mais profunda. Tudo o que vier para aperfeiçoar será bem-recebido por nós do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, em especial por ter acatado a alteração vinda da Câmara em relação às concessonárias de serviço público. Era uma concessão descabida, um favorecimento indireto à corrupção eleitoral. Essa modificação, que seria objeto de destaque, já acatado pelo Relator aqui pela modificação vinda, melhora o texto, embora, Sr. Presidente, essa não seja uma reforma que muda a estrutura do sistema eleitoral e do sistema político brasileiro. Na verdade, não muda o que deve ser mudado.

Não se muda o sistema eleitoral brasileiro, enquanto não modificarmos o sistema de financiamento de campanhas. Enquanto houver sistema de financiamento de campanhas no Brasil como existe hoje – sistema de financiamento de campanhas em que grandes conglomerados financeiros e econômicos desequilibram os pleitos eleitorais, financiando candidaturas em que milhões contribuem com algumas candidaturas em detrimento de outras candidaturas que têm somente tostões financiando, enquanto o poder econômico financiar candidaturas –, nós não teremos um processo eleitoral equilibrado.

Portanto, Sr. Presidente, essa reforma, em que pesem as modificações vindas que alteraram o texto tenham modificado algumas discrepâncias, não é a reforma que vai modificar a estrutura do sistema eleitoral e do sistema político brasileiro, não é a reforma

que melhorará o sistema eleitoral e o sistema político brasileiro.

No mais, Sr. Presidente, eu queria fazer outro registro. Primeiro, eu queria agradecer, Sr. Presidente, a condução de V. Ex^a no sentido do empenho de V. Ex^a para aprovar – e espero que consigamos aprovar daqui a pouco, no Congresso Nacional – o Projeto de Resolução nº 003, se não me engano, que foi o número com que ele foi designado, que anula a fatídica sessão do Congresso Nacional da madrugada de 1º para 2 de abril de 1964.

Eu queria ainda registrar a presença hoje na tribuna de honra do Senado Federal do Sr. João Vicente Goulart e do Sr. João Marcelo Goulart, filho e neto do Presidente João Goulart, além do empenho de V. Ex^a para tentarmos anular essa sessão do Congresso Nacional que deu ar de legalidade ao Regime de 1964, que tantos transtornos e atraso trouxe à vida brasileira

Espero que, daqui a pouco, na sessão do Congresso Nacional, nós possamos, finalmente, fazer esta reparação histórica, que não é à figura do Presidente João Goulart; é uma reparação histórica à própria história nacional e ao povo brasileiro, pois não pode perdurar na história desta Casa, do Congresso Nacional, o dia em que o Congresso Nacional declarou a Presidência da República vaga com o Presidente da República em Território nacional.

É o registro que faço e a posição que exponho por parte do Partido Socialismo e Liberdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ia dar muito alegria a nós se, por acaso, estivéssemos aqui, hoje, votando a matéria de uma reforma política ampla. É algo que, realmente, ao longo dos anos, tem sido cobrado pelos políticos, na verdade.

O Congresso Nacional não se debruçou sobre ela, até porque se trata de uma matéria polêmica realmente. Mas, aqui, nós temos encontrado os mais diversos caminhos para conciliar algum interesse, e, infelizmente, não temos tido a competência para conciliarmos o interesse para fazer uma reforma política abrangente, uma reforma política que, na verdade, possa surtir efeitos no decorrer do processo eleitoral.

Algo, por exemplo, que não consta do processo e deveria constar do projeto: é pecado falar em política no período que antecede 90 dias das eleições. Em qualquer parte do mundo, o candidato ou

político pode falar em eleição, mas, infelizmente, no Brasil, você só pode falar em eleição faltando 90 dias para a eleição. Então, você não pode, e é condenado ao fazer isso.

Eu não sei o porquê e confesso da minha estranheza, Senador Pimentel. O senhor, que pretenda, por exemplo, ser candidato a Senador, a Governador, a Presidente ou a Prefeito, não pode tratar deste assunto. Por quê? Porque a vigilância começa a propor ações junto aos Tribunais Regionais Eleitorais e o senhor passa a ser multado por conta de ter aberto a boca para dizer que tem interesse a ser candidato a Governador, como o Mozarildo no Estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, não é uma reforma que estamos votando. Nós estamos fazendo aqui um arremedo de última hora para darmos uma satisfação à sociedade de que estamos trabalhando para melhorar o quadro das eleições que se aproximam em 2014.

Por exemplo, no caso dessas ações que dizem respeito aos meios de comunicação para um grupo de privilegiados neste País que tem a concessão das mais diversas redes de rádio e televisão, eles fazem campanha quase que diariamente. Os outros não têm direito a isso. Outros postulantes não se posicionam com relação a esse aspecto do processo eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, eu lamento profundamente que nós hoje estejamos reunidos para tratar desta matéria, que não traz eficácia nenhuma para as eleições de 2014.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou expressar aqui a posição que eu expressei na Comissão de Constituição e Justiça, quando do debate desta matéria.

Eu quero remeter-me ao início do meu mandato, quando eu contava com a preciosa colaboração do Professor Octaciano Nogueira, que é um cientista político estudioso da reforma política. Eu me lembro, Senador Benedito de Lira, de que eu coloquei, naquele momento, como uma das prioridades do meu mandato trabalhar por uma reforma política.

Ele sorriu, e eu, ao final, perguntei por que ele estava sorrindo. Ele disse, naquela ocasião, que estava no Senado desde a década de 60 e que, em todo início de legislatura, se falava de reforma política e nunca se votava uma verdadeira reforma política por uma razão muito simples: todos os que estão no Congresso Nacional se elegeram por esse atual sistema

político. Então, havia uma dificuldade muito grande de mudar de forma profunda.

Eu ainda entendo que, se houver possibilidade de fazer mudanças profundas, isso só pode acontecer no início de um governo, de uma legislatura, com um governo forte e se o governo realmente colocar peso para fazer essa reforma política.

Eu entendo que nós passamos três anos aqui e perdemos a oportunidade de nos aprofundarmos e tentarmos fazer mudanças realmente significativas. Eu pessoalmente até tentei. Aprovamos aqui a proposta de emenda à Constituição que reduz o número de assinaturas para projetos de iniciativa popular, o que eu entendo ser um avanço importante.

Mas eu estou dizendo isso para me referir a essa nanorreforma política, que, na verdade, é uma nanorreforma eleitoral. É importante registrar, como os Senadores se referem a ela como minirreforma eleitoral, para registrar que no meu entendimento ela vai criar mais confusão do que esclarecimento, Senador Benedito de Lira, porque paira já de pronto uma dúvida.

Eu percebo que vários Senadores que votaram essa matéria, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, entendem que ela foge ao princípio da anualidade, ou seja, que ela não trata de regras eleitorais. Mas esse entendimento é controverso. Esse projeto trata de convenções. Convenções fazem parte do processo eleitoral. Trata de propaganda eleitoral.

Portanto, eu entendo que nós podemos estar cometendo um equívoco. Qual é o equívoco? De trazer dúvidas, trazer controvérsias, e mais uma vez ficará para o Tribunal Superior Eleitoral decidir, muito próximo da eleição, efetivamente o que pode e o que não pode.

Eu queria apenas fazer esse registro dessa matéria, porque entendo que nós perdemos a oportunidade, ao longo desses três anos, de fazer efetivamente uma reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Há, sobre a mesa, requerimentos de destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Rodrigues, com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP. Pela ordem.) – Eu quero retirar o meu destaque. É o requerimento de destaque

do inciso IV do art. 44 da Lei nº 9.996, de 19 de setembro de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está retirado o destaque sugerido por V. Ex^a.

Eu peço ao Senador Ricardo Ferraço que, por favor, faça a leitura dos requerimentos que estão sobre a mesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso IV do art. 44 da Lei nº 9.096, de 1995, para manter o texto do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

Sala de Sessões, 13 de novembro.

Senador Humberto Costa;

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Regimento, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997, para manter o texto do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

Sala de sessões, 13 de novembro.

Senador Humberto Costa;

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997, para manter o texto do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

Sala de sessões, 13 de novembro de 2012.

Senador Humberto Costa;

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao art. 36-B da Lei nº 9.504, de 1997, para manter o texto do substitutivo da Câmara ao PLS nº 441, de 2012.

Senador Humberto Costa;

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 313 do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque do inciso IV do art. 51 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, na forma da redação original do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, rejeitado, mantendo-se o substitutivo da Câmara dos Deputados;

Senador Pedro Taques;

Sr. Presidente, requeiro, ainda, nos termos do art. 313 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para o inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, na forma da redação original do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, rejeitado, mantendo-se o substitutivo da Câmara dos Deputados.

Senador Pedro Taques;

Sr. Presidente, requeiro, ainda, nos termos do art. 313 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para o §6º do art. 44 da Lei nº 9.096, na forma original do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 441, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado, mantendo-se o Substitutivo da Câmara dos Deputados. Do Senador Pedro Taques, Sr. Presidente;

Requeiro, ainda, nos termos do art. 313 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque da modificação do inciso III, §8º, do art. 11 da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 3º do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado. Do Senador Pedro Taques, Sr. Presidente;

Requeiro, nos termos do art. 313, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para o inciso IV do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma da redação original do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 441, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado, mantendo-se o Substitutivo da Câmara dos Deputados. Do Senador Pedro Taques, Sr. Presidente.

E, finalmente, requeiro, nos termos regimentais... Esse já foi... Ratificando, já foi retirado pelo Senador.

Requeiro destaque de disposição para votação em separado, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno; requeiro destaque para votação em separado do art. 100 da Lei nº 9.504, a fim de que seja incluído no Substitutivo da Câmara dos Deputados. Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros;

Requeiro, nos termos do Regimento, destaque da emenda da Câmara dos Deputados para manter a redação aprovada no Senado

Federal. No mesmo sentido, Senador Humberto Costa;

Requeiro, nos termos do art. 313 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque do art. 100-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, prevista na redação original do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 441, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja aprovado, retornando o mencionado dispositivo a figurar no projeto. Do Senador Pedro Taques, Sr. Presidente.

E agora, finalmente, de autoria do Senador Valdir Raupp:

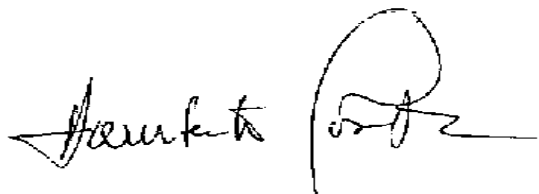
Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da redação proposta no inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504, constante do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 441, Sr. Presidente.

São os seguintes os Requerimentos na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.352, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso IV do art. 44 da Lei 9.096, de 1995, para manter o texto do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

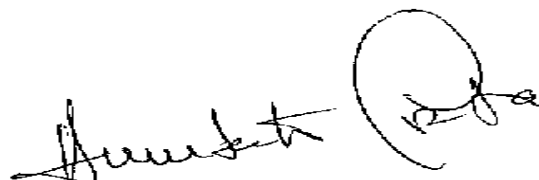
Sala da Comissão, 13 de novembro de 2013.



REQUERIMENTO Nº 1.353, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997, para manter o texto do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

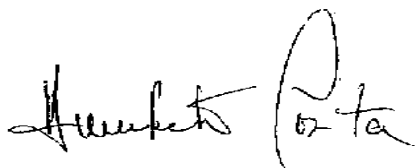
Sala da Comissão, 13 de novembro de 2013.



REQUERIMENTO Nº 1.354, DE 2013

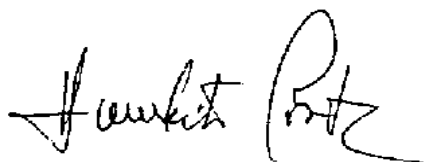
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997, para manter o texto do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2013.

**REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2013**

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao art. 36-B da Lei nº 9.504, de 1997, para manter o texto do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2013.

**REQUERIMENTO Nº 1356, de 2013**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 313, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque do inciso IV, do art. 51, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, na forma da redação original do art. 3º, do Projeto de Lei do Senado 441, de 2012, para que seja votada separadamente e, no mérito, rejeitado, mantendo-se o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Justificação

Não se pode abrir mão do vigente art. 51, inciso IV, da Lei 9.504/1997. Isso porque esse dispositivo veda condutas que claramente prejudicam o processo eleitoral e que acabam por confundir o eleitor.

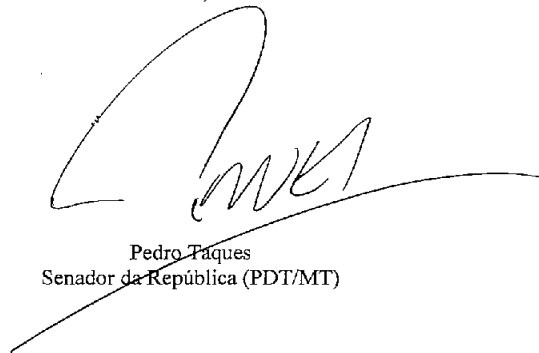
Vamos agora admitir, por exemplo, a utilização de computação gráfica que possa distorcer imagens reais? Ainda mais grave, vamos permitir a utilização de montagens ou trucagens que serão utilizadas por alguns candidatos mal intencionados com o objetivo de iludir o eleitor? É evidente que não.

É verdade que algumas limitações, como a impossibilidade de utilização de imagens externas, acabam por restringir o direito do candidato produzir sua propaganda eleitoral, em alguns casos. Entretanto, trata-se

de situação que deve ser discutida separadamente e em profundidade. Não se pode permitir uma série de condutas lesivas ao processo eleitoral, a pretexto de revogar a limitação às filmagens externas. Essa é uma discussão que deve ocorrer para estabelecer critérios, limites e regras claros, sem prejuízo dos avanços na proteção eleitoral já vigente em nosso sistema.

Desse modo, faz-se o presente destaque para que seja mantido, neste ponto, o Substitutivo da Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, rejeitada a modificação ao inciso IV, do art. 51, da Lei 9.507/97.

Sala das sessões,



Pedro Taques
Senador da República (PDT/MT)

REQUERIMENTO Nº 1.357, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 313, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque do inciso III, do art. 24, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, na forma da redação original do art. 3º, Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, para que seja votada separadamente e, no mérito, seja rejeitado, mantendo-se o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Justificação

Deve ser acatado o substitutivo da Câmara dos Deputados ao excluir a modificação proposta para o inciso III, do art. 24, da Lei nº 9.504/97. Essa modificação permitiria a doação eleitoral de proprietários e controladores de concessionário ou permissionário de serviço público.

Trata-se de mudança inadmissível. É cristalina a razão pela qual o atual art. 24, inciso III, da Lei nº 9.504/97, proíbe a doação eleitoral de concessionários ou permissionários de serviço público: trata-se de evitar a indevida influência política de agentes que tem interesse direto e imediato na eleição de tal ou qual candidato para tentar obter benefícios econômicos. Foi por essa razão que a Câmara dos Deputados, acertadamente, excluiu a modificação proposta para esse dispositivo.


Pelo menos no caso do controlador dessas empresas, é evidente o conflito de interesse que existe

nesses casos: o controlador de uma empresa concessionária ou permissionária de serviço público – que tem interesse direto e imediato no sucesso econômico dessa empresa – pode fazer doações eleitorais, muitas vezes buscando justamente patrocinar candidatos que beneficiem empresas de sua propriedade. Em outras palavras, a empresa concessionária não pode fazer a doação eleitoral, mas seu proprietário pode.

Não se trata aqui de afirmar que todo ou mesmo a maioria das empresas e seus proprietários que fazem doações eleitorais estejam diretamente interessados em obter vantagens econômicas indevidas e que os candidatos que recebem essas doações também estejam predispostos a facilitar a obtenção dessas vantagens. Aqui se trata de evitar um mecanismo do qual se aproveitam alguns mal intencionados que corrompem o sistema eleitoral brasileiro em um círculo vicioso de doação eleitoral e obtenção de vantagens econômicas, muitas vezes indevidas.

Desse modo, faz-se o presente destaque para que seja mantido, neste ponto, o Substitutivo da Câmara dos Deputados e, consequentemente, rejeitada a modificação ao inciso III, do art. 24, da Lei nº 9.507/97.

Sala das sessões,



Pedro Taques
Senador da República (PDT/MT)

REQUERIMENTO Nº 1.358, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 313, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque do § 6º, do art. 44, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma original do art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado, mantendo-se o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Justificação

Deve ser acatado o substitutivo da Câmara dos Deputados ao excluir a modificação proposta para o inciso IV e para o § 6º, ambos do art. 44, da Lei nº 9.096/95. Essas modificações permitiram a redução de 20% para 10% dos recursos do fundo partidário obrigatoriamente gastos com os institutos de pesqui-

sa ou educação política e permitiriam que os recursos não utilizados por esses institutos fossem destinados a outras finalidades.

Como se sabe, atualmente o art. 44, inciso IV, da Lei nº 9.096/95, estabelece que, no mínimo, 20% dos recursos recebidos do Fundo Partidário serão aplicados no custeio das atividades dessas entidades.


O proposto § 6º, ao art. 44, da Lei nº 9.096/95, simplesmente autoriza que os partidos políticos não gastem o percentual mínimo de 20% dos recursos recebidos do Fundo Partidário – frise-se recursos públicos – para que, em ano posterior, possam gastar esses recursos em outras atividades partidárias, inclusive a propaganda eleitoral.

Em outras palavras, esse dispositivo será responsável pelo enfraquecimento financeiro dos institutos de pesquisa e educação política e, consequentemente, do esclarecimento e orientação do cidadão para que os respectivos recursos públicos sejam destinados a outras atividades.

Trata-se de modificações inaceitáveis e que devem ser rejeitadas.

Desse modo, faz-se o presente destaque para que seja mantido, neste ponto, o Substitutivo da Câmara dos Deputados e, consequentemente, rejeitada a inclusão de § 6º ao art. 44, inciso IV, da Lei nº 9.096/95.

Sala das sessões,



Pedro Taques
Senador da República (PDT/MT)

REQUERIMENTO Nº 1.359, de 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 313, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque da modificação do inciso III, do § 8º, do art. 11, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante do art. 3º do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, para que seja votada separadamente e, no mérito, seja rejeitada.

Justificação

Não se pode aceitar a criação de uma espécie de parcelamento das multas eleitorais em 60 meses,

na forma como aprovada na Câmara dos Deputados no art. 11, § 8º, inciso III, da Lei 9.504/1997.

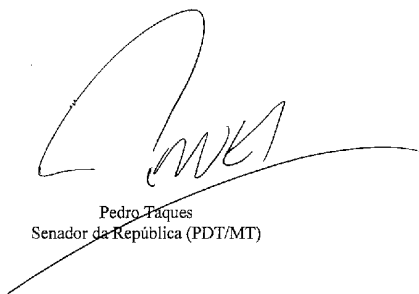
Como se sabe, as multas – especialmente as de caráter eleitoral – tem o importante efeito dissuasório em relação a condutas ilícitas. Em outras palavras, a principal finalidade da multa eleitoral é desestimular condutas que possam ameaçar a lisura, transparência e igualdade no pleito eleitoral, uma vez que, caso o agente cometa alguma infração, sofrerá uma sanção patrimonial.

Com a criação de uma indiscriminada hipótese de parcelamento de multa eleitoral, essa sanção a um ato ilícito perde grande parte de seu poder de desestimular a conduta proibida. Ao saber que poderá de antemão parcelar eventual multa em 60 vezes, o candidato mal intencionado poderá entender que mais vale a pena cometer o ilícito e parcelar a multa na busca de alguma vantagem eleitoral indevida do que respeitar a legislação sobre o tema.

É verdade que existem casos de abuso na imposição de multas eleitorais. Entretanto, esses casos devem ser corrigidos caso a caso e não por uma previsão genérica que beneficia indiscriminadamente todos aqueles praticam ilícitos eleitorais.

Desse modo, oferece-se o presente destaque para que seja rejeitada a alteração proposta pelo Substitutivo da Câmara dos Deputados ao inciso § 8º, do art. 11, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Sala das sessões,



Pedro Taques
Senador da República (PDT/MT)

REQUERIMENTO Nº 1.360, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 313 do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque do inciso IV do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na redação original do art. 2º do Projeto de Lei do Senado 441, de 2012, para que seja votada separadamente e, no mérito, seja rejeitado, mantendo-se o substitutivo da Câmara dos Deputados.

Justificação

Deve ser acatado o substitutivo da Câmara dos Deputados ao excluir a modificação proposta para

o inciso IV e para o § 6º, ambos do art. 44 da Lei nº 9.096/95. Essas modificações permitiram a redução de 20% para 10% dos recursos do fundo partidário obrigatoriamente gastos com os institutos de pesquisa ou educação política e permitiriam que os recursos não utilizados por esses institutos fossem destinados a outras finalidades.

Como se sabe, atualmente o art. 44, inciso IV, da Lei nº 9.096/95, estabelece que, no mínimo, 20% dos recursos recebidos do Fundo Partidário serão aplicados no custeio das atividades dessas entidades.

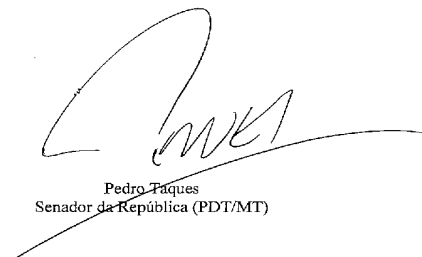
A razão da atual disposição é a de que os recursos do fundo partidário são recursos públicos e que pelo menos 20% de seu valor total deve ser gasto em atividades de educação cívica e política. Essa exigência atribui a nobre tarefa aos partidos políticos no gerenciamento de recursos públicos destinados ao esclarecimento dos direitos e deveres do cidadão para que este efetivamente seja orientado a respeito das diferentes formas pelas quais pode participar da gestão da coisa pública. Tal percentual, portanto, não deve ser reduzido.

Em outras palavras, esse dispositivo será responsável pelo enfraquecimento financeiro dos institutos de pesquisa e educação política e, conseqüentemente, do esclarecimento e orientação do cidadão para que os respectivos recursos públicos sejam destinados a outras atividades.

Trata-se de modificações inaceitáveis e que devem ser rejeitadas.

Desse modo, faz-se o presente destaque para que seja mantido, neste ponto, o substitutivo da Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, rejeitada a modificação proposta para o art. 44, inciso IV da Lei nº 9.096/95.

Sala das Sessões,



Pedro Taques
Senador da República (PDT/MT)

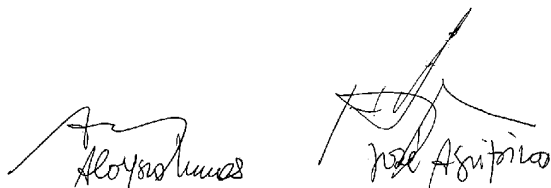
REQUERIMENTO Nº 1.361, DE 2013

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado,

do art. 100-A da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, a fim de que seja incluído no Substitutivo da Câmara dos Deputados.

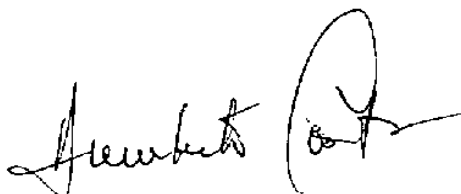
Sala das Sessões, 19 de novembro de 2013.



REQUERIMENTO Nº 1.362, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, destaque da emenda da Câmara dos Deputados ao art. 100-A da Lei nº 9.504, de 1997, para manter a redação aprovada pelo Senado Federal ao PLS nº 441, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2013.



REQUERIMENTO Nº 1.363, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 313, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque do art. 100-A, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, prevista na redação original do art. 3º, do Projeto de Lei do Senado 441, de 2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja aprovado, retornando o mencionado dispositivo a figurar no projeto.

Justificação

Um dos principais avanços do PLS nº 441/2012, na forma como aprovado no Plenário do Senado Federal, foi o estabelecimento de limites à contratação de pessoal nas campanhas eleitorais – os chamados “cabos eleitorais”.

Na discussão em Plenário, houve grande controvérsia sobre qual seria a melhor forma de limitar a contratação de tais pessoas, considerando-se, de um lado, a necessidade de pessoal suficiente para realização das campanhas eleitorais, e, de outro, a coibição do abuso do poder econômico nas eleições.

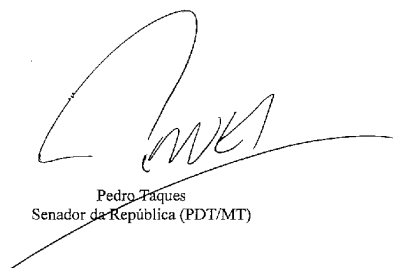
O que era ponto pacífico, com amplo respaldo da sociedade, é a necessidade de, em alguma medida, limitar a contratação dessas pessoas. Dessa forma, foi

aprovado o texto remetido à Câmara dos Deputados que, ainda que não seja o ideal, foi fruto do consenso possível e representa grande avanço em nossa legislação eleitoral.

Não se pode admitir simplesmente a supressão desse ponto do projeto de lei, sob pena de retrocedermos no ponto possivelmente mais importante do projeto. É necessário sim limitar o abuso de poder econômico nas eleições em que alguns candidatos chegam a contratar boa parte do eleitorado, influenciando decisivamente o resultado do pleito.

Desse modo, formula-se o presente destaque para que a supressão do dispositivo seja rejeitada e seja revigorado o art. 100-A, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Sala das sessões,



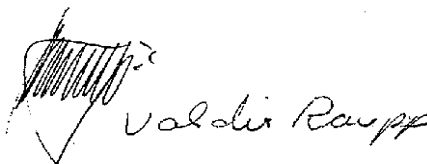
Pedro Taques
Senador da República (PDT/MT)

REQUERIMENTO Nº 1.364, DE 2013

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno requeiro destaque, para votação em separado, da redação proposta ao inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.

Sala das Sessões,



O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu retiro a minha emenda, porque o Relator gentilmente a acolheu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A emenda de V. Ex^a será retirada, na forma do Regimento.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria registrar que foi tentado construir um entendimento, e o Senador Valdir Raupp anunciou aqui, no plenário, que retirou o inciso III do art. 24, que diz respeito exatamente a permissionárias ou concessionárias de serviço público, e reinseriu no relatório dele o art. 100-A, que cria limitações de contratação de pessoal. Então, este é o entendimento.

Portanto, o PMDB vai encaminhar contrário a todos os outros destaques e vamos votar com o relatório do Senador Valdir Raupp, com essas duas modificações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de votarmos esses requerimentos, há um requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaque, que será lido pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –

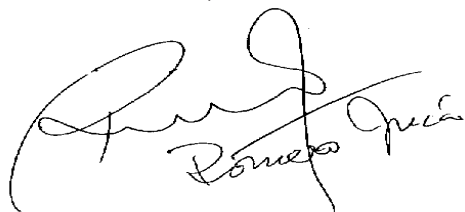
De autoria, Sr. Presidente, do Senador Romero Jucá, requerimento, nos termos regimentais, requerendo votação em globo dos requerimentos de destaque para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441, ressalvado o requerimento de destaque apresentado pelos Senadores José Agripino e Aloysio Nunes Ferreira.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2013

Nos termos regimentais, requeiro votação em globo, dos Requerimentos de Destaque para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 441/2012, ressalvado o Requerimento de Destaque apresentado pelos Senadores José Agripino e Aloysio Nunes Ferreira.

Sala das Sessões,



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é exatamente, agora, mais este adendo da retirada do inciso III do art. 24. Portanto, são dois destaques que, em tese, já estão acolhidos pelo Relator, mas que serão votados com o parecer favorável.

Portanto, nós estamos pedindo votação em globo dos requerimentos que têm parecer contrário do Relator.

O art. 24, inciso III, para retirar, e o art. 100-A, para incluir, têm parecer favorável do Relator. Nós vamos votar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para fazer um registro. O Senador Aloysio e eu apresentamos um requerimento de destaque para que o art. 100-A fosse reintroduzido no texto. Ele saiu do Senado, foi eliminado na Câmara, e nós estamos fazendo um requerimento de destaque para reinseri-lo no texto, por entendê-lo moralizador do processo.

Para bom entendimento da Casa, daqueles que nos ouvem, existe uma coisa que, na verdade, é prática de compra de voto disfarçada, de forma escrachada. Eu vou repetir: é compra de voto disfarçada, de forma escrachada.

Senador Flexa, eu tenho conhecimento de que pessoas endinheiradas, no dia da eleição, ou para o dia da eleição, contratam 40 mil, 50 mil, 60 mil “bocas de urna” – entre aspas –, que de boca de urna não têm nada. São pessoas contratadas para votarem no candidato, para completar a votação de um candidato endinheirado.

Eu já vi pessoas que se supunham não ter a menor chance de se elegerem; quando chega o dia da eleição, conseguem se eleger, passando na frente de candidatos que têm toda legitimidade e todo um passado político e que perdem eleição por conta dessa artimanha.

Então, a reintrodução desse art. 100-A limita, ele é minudente, é longo e estabelece um teto para contratação de fiscais de acordo com o número de eleitores de Municípios e contratados para a campanha de vereador, de prefeito, deputado estadual ou federal, senador, governador e presidente da República, com percentuais diferentes. É uma coisa bem feita, estudada, da lavra da Senadora Kátia Abreu, e que nós pinçamos e colocamos de volta no texto.

E peço a aprovação, mais uma vez, dos membros do Senado para esta atitude, que é moralizadora do processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, só para dizer a V. Ex^a que, em nome do Senador Alfredo Nascimento, meu grande amigo, eu vou concordar, não sei se é pela segunda vez ou terceira vez, com o Senador Romero Jucá.

Não, não é todos os dias que isso acontece. Ao contrário, eu sempre estou contra ele pelas afirmações que coloca aqui, ideologias, mas, nessa votação, a Minoria vai com a proposta dele, para que a gente possa acelerar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Votação do requerimento que pede votação em globo dos requerimentos de destaque, ressalvado o requerimento referente ao art. 100-A da Lei nº 9.504, 1997, constante do art. 3º do projeto original do Senado e do inciso III, do art. 24. **(Requerimento nº 1.365, de 2013)**

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Votação do requerimento de destaque para o art. 100-A. **(Requerimento nº 1.361, de 2013.)**

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de destaque.

E, agora, o requerimento de destaque de disposição para votação em separado do Senador Valdir Raupp para o inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504. **(Requerimento nº 1.364, de 2013.)**

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As matérias destacadas serão votadas oportunamente.

Agora passamos à votação, em globo, dos requerimentos destacados e que tenham pareceres contrários. **(Requerimentos nºs 1.352 a 1.360, 1.362 e 1.363, de 2013.)**

Os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos de pareceres contrários permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado separadamente por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupo de dispositivos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu faço um requerimento para aprovação em globo, Sr. Presidente, tendo em vista que todos têm parecer favorável do relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nesse sentido, já foram encaminhados dois requerimentos, que serão lidos pelo 1º Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) –

Requeiro, nos termos regimentais, votação em globo dos dispositivos de parecer favorável do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012. Senador Romero Jucá. Requeiro, nos termos regimentais, votação em globo dos dispositivos de parecer contrário do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012. Senador Romero Jucá.

São os seguintes os requerimentos na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.366, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, votação, em globo, dos dispositivos de parecer favorável do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.

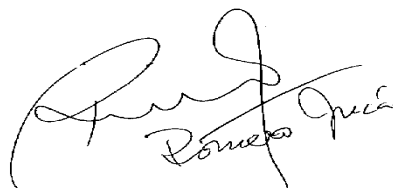
Sala das Sessões, em



REQUERIMENTO Nº 1.367, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, votação, em globo, dos dispositivos de parecer contrário do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.

Sala das Sessões, em



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento para votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara de parecer favorável, ressalvadas as matérias destacadas. **(Requerimento nº 1.366, de 2013)**

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Votação do requerimento para votação em globo dos dispositivos do Substitutivo da Câmara de parecer contrário, ressalvadas as matérias destacadas. **(Requerimento nº 1.367, de 2013)**

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à votação do Substitutivo.

Votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara de parecer favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sem prejuízo, evidentemente, das matérias destacadas.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara de parecer contrário, nos termos do parecer da CCJ, que foi alterado pelo parecer do Senador Valdir Raupp aqui em plenário e que se refere ao art. 100-A.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nós somos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem prejuízo, evidentemente, das matérias destacadas; matérias de parecer contrário na forma emendada aqui em plenário pelo Relator, salvo, evidentemente, o art. 100-A e também o inciso III...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – São matérias de parecer contrário ao que tiveram na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, votamos contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É; ressalvados os artigos que foram destacados.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Passa-se à votação das matérias destacadas.

Votação do art. 100-A da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 3º do Projeto de Lei do Senado para que conste do texto do Substitutivo da Câmara dos Deputados. Quem aprova o art. 100-A eu vou pedir que permaneça como se encontra.

Quem aprova o art. 100-A permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora nós passaremos à votação do inciso III, como destacado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o inciso III do art. 24 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Rejeitado, é retirado do texto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Rejeitado.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será publicado na forma regimental.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.311, DE 2013
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012 (nº 6.397, de 2013, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012 (nº 6.397, de 2013, na Câmara dos Deputados), que “altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, consolidando os dispositivos do substitutivo da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de novembro de 2013.

ANEXO AO PARECER Nº 1.311, DE 2013

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012 (nº 6.397, de 2013, na Câmara dos Deputados).

Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 241.
Parágrafo único. A solidariedade prevista neste artigo é restrita aos candidatos e aos respectivos partidos, não alcançando outros partidos, mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.” (NR)

“Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.
I – (revogado);
II – (revogado);
III – (revogado);
IV – (revogado).” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º
Parágrafo único. É assegurada aos candidatos, partidos políticos e coligações autonomia para definir o cronograma das atividades eleitorais de campanha e executá-lo em qualquer dia e horário, observados os limites estabelecidos em lei.” (NR)

“Art. 15-A.
Parágrafo único. O órgão nacional do partido político, quando responsável, somente poderá ser demandado judicialmente na circunscrição especial judiciária da sua sede, inclusive nas ações de natureza cível ou trabalhista.” (NR)
“Art. 22.

V — filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral.

Parágrafo único. Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais.” (NR)

“Art. 34.
§ 1º A fiscalização de que trata o *caput* tem por escopo identificar a origem das receitas e a destinação das despesas com as atividades partidárias e eleitorais, mediante o exame formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelos partidos políticos, comitês e candidatos, sendo vedada a análise das atividades político-partidárias ou qualquer interferência em sua autonomia.

§ 2º Para efetuar os exames necessários ao atendimento do disposto no *caput*, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União ou dos Estados, pelo tempo que for necessário.” (NR)

§ 7º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário a que se refere o *caput* não será executada durante o segundo semestre do ano em que se realizarem as eleições.

§ 8º Os gastos com passagens aéreas efetuados pelo partido político serão comprovados mediante a apresentação da fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, sendo vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.” (NR)

«Art. 44.
§ 3º Os recursos de que trata este artigo não estão sujeitos ao regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo os partidos políticos autonomia para contratar e realizar despesas.
§ 6º No exercício financeiro em que a fundação ou instituto de pesquisa não despende a totalidade dos recursos que lhe forem assinalados, a eventual sobra poderá ser revertida para outras atividades partidárias, conforme previstas no *caput* deste artigo.” (NR)

“Art. 46.
§ 5º O material de áudio e vídeo com os programas em bloco ou as inserções será entregue às emissoras com antecedência mínima de 12 (doze) horas da transmissão, podendo as inserções de rádio ser enviadas por meio de correspondência eletrônica.
§ 8º É vedada a veiculação de inserções idênticas no mesmo intervalo de programação, exceto se o número de inserções de que dispuser o partido exceder os intervalos disponíveis, sendo vedada a transmissão em sequência para o mesmo partido político.» (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

«Art. 6º
§ 5º A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, não alcançando outros partidos mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.” (NR)

“Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser

feitas no período de 12 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em 24 (vinte e quatro) horas em qualquer meio de comunicação.” (NR)

“Art. 11 ”

§ 8º ”

III – o parcelamento das multas eleitorais é direito do cidadão, seja ele eleitor ou candidato, e dos partidos políticos, podendo ser parceladas em até 60 (sessenta) meses, desde que não ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) de sua renda.

§ 13. Fica dispensada a apresentação pelo partido, coligação ou candidato de documentos produzidos a partir de informações detidas pela Justiça Eleitoral, entre eles os indicados nos incisos III, V e VI do § 1º deste artigo.” (NR)

“Art. 13. ”

§ 3º Tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 (vinte) dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo.” (NR)

«Art. 16-B. O disposto no art. 16-A quanto ao direito de participar da campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito, aplica-se igualmente ao candidato cujo pedido de registro tenha sido protocolado no prazo legal e ainda não tenha sido apreciado pela Justiça Eleitoral.»

“Art. 22. ”

§ 1º Os bancos são obrigados a:

I – acatar, em até 3 (três) dias, o pedido de abertura de conta de qualquer comitê financeiro ou candidato escolhido em convenção, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo e a cobrança de taxas ou a outras despesas de manutenção;

II – identificar, nos extratos bancários das contas correntes a que se refere o **caput**, o CPF ou o CNPJ do doador.

..... ”(NR)

“Art. 23. ”

§ 2º As doações estimáveis em dinheiro a candidato específico, comitê ou partido deverão ser feitas mediante recibo, assinado pelo doador, exceto na hipótese prevista no § 6º do art. 28.

..... ”(NR)

“Art. 24. ”

..... ”

Parágrafo único. Não se incluem nas vedações de que trata este artigo as cooperativas e as associações sem fins lucrativos cujos cooperados ou associados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos nem beneficiados com recursos públicos, observado o disposto no art. 81.” (NR)

“Art. 26. ”

I – confecção de material impresso de qualquer natureza e tamanho, observado o disposto no § 3º do art. 38 desta Lei;

..... ”

XIV – (revogado);

..... ”

Parágrafo único. São estabelecidos os seguintes limites com relação ao total do gasto da campanha:

I – alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais: 10% (dez por cento);

II – aluguel de veículos automotores: 20% (vinte por cento).” (NR)

“Art. 28. ”

..... ”

§ 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (internet), nos dias 8 de agosto e 8 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do art. 29 desta Lei.

§ 5º Os gastos com passagens aéreas efetuados pelas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação da fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, sendo vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.

§ 6º Ficam também dispensadas de comprovação na prestação de contas:

I – a cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente;

II – doações estimáveis em dinheiro entre candidatos, partidos ou comitês financeiros, decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa.” (NR)

“Art. 31. Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deve ser declarada na prestação de contas e, após julgados todos os recursos, transferida ao partido, obedecendo aos seguintes critérios:

I – no caso de candidato a prefeito, vice-prefeito e vereador, esses recursos deverão ser transferidos para o órgão diretivo municipal do partido na cidade onde ocorreu a eleição, o qual será responsável exclusivo pela identificação desses recursos, sua utilização, contabilização e respectiva prestação de contas perante o juízo eleitoral correspondente;

II – no caso de candidato a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital, esses recursos deverão ser transferidos para o órgão diretivo regional do partido no estado onde ocorreu a eleição ou no Distrito Federal, se for o caso, o qual será responsável exclusivo pela identificação desses recursos, sua utilização, contabilização e respectiva prestação de contas perante o Tribunal Regional Eleitoral correspondente;

III – no caso de candidato a presidente e vice-presidente da República, esses recursos deverão ser transferidos para o órgão diretivo nacional do partido, o qual será responsável exclusivo pela identificação desses recursos, sua utilização, contabilização e respectiva prestação de contas perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – o órgão diretivo nacional do partido não poderá ser responsabilizado nem penalizado pelo descumprimento do disposto neste artigo por parte dos órgãos diretivos municipais e regionais.

.....” (NR)

“Art. 33.

IV – plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho a ser executado, intervalo de confiança e margem de erro;

.....

VII – nome de quem pagou pela realização do trabalho e cópia da respectiva nota fiscal.

.....
§ 5º É vedada, no período de campanha eleitoral, a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.” (NR)

“Art. 36-A. Não serão consideradas propaganda antecipada e poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

I – a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

II – a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

III – a realização de prévias partidárias e sua divulgação pelos instrumentos de comunicação intrapartidária e pelas redes sociais;

IV – a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

V – a manifestação e o posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais. Parágrafo único. É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias.” (NR)

“Art. 36-B. Será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte do Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições. Parágrafo único. Nos casos permitidos de convocação das redes de radiodifusão, é vedada a utilização de símbolos ou imagens, exceto aqueles previstos no § 1º do art. 13 da Constituição Federal.”

“Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de

tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas, cavaletes e assemelhados.

§ 2º Em bens particulares, é proibida a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, bandeiras, pinturas ou inscrições, aposição de cavaletes e bonecos, exceto na forma do disposto no § 3º do art. 38 desta Lei, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º.

§ 6º É permitida a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.

“Art. 38. Independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

§ 3º Os adesivos de que trata o *caput* deste artigo poderão ter a dimensão máxima de 50 (cinquenta) centímetros por 40 (quarenta) centímetros.

§ 4º É proibido colar propaganda eleitoral em veículos, exceto adesivos microperfurados até a extensão total do para-brisa traseiro e, em outras posições, adesivos até a dimensão máxima fixada no § 3º.” (NR)

“Art. 39.

§ 4º A realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas.

§ 8º É vedada a propaganda eleitoral mediante *outdoors*, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coli-

gações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$15.000,00 (quinze mil reais).

§ 11. É permitida a circulação de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral, desde que observado o limite de 80 (oitenta) decibéis de nível de pressão sonora, medido a 7 (sete) metros de distância do veículo, e respeitadas as vedações previstas no § 3º deste artigo.

§ 12. Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – carro de som: veículo automotor que usa equipamento de som com potência nominal de amplificação de, no máximo, 10.000 (dez mil) watts;

II – minitrio: veículo automotor que usa equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que 10.000 (dez mil) watts e até 20.000 (vinte mil) watts;

III – trio elétrico: veículo automotor que usa equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que 20.000 (vinte mil) watts.” (NR)

“Art. 47.

§ 8º As mídias com as gravações da propaganda eleitoral no rádio e na televisão serão entregues às emissoras, inclusive nos sábados, domingos e feriados, com a antecedência mínima:

I – de 6 (seis) horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso dos programas em rede;

II – de 12 (doze) horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso das inserções.” (NR)

“Art. 51.

IV – na veiculação das inserções, é vedada a divulgação de mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação, aplicando-se-lhes, ainda, todas as demais regras aplicadas ao horário de propaganda eleitoral, previstas no art. 47.

Parágrafo único. É vedada a veiculação de inserções idênticas no mesmo intervalo de programação, exceto se o número de inserções de que dispuser o partido exceder os intervalos

disponíveis, sendo vedada a transmissão em sequência para o mesmo partido político.” (NR)
 “Art. 53-A. É vedado aos partidos políticos e às coligações incluir no horário destinado aos candidatos às eleições proporcionais propaganda das candidaturas a eleições majoritárias ou vice-versa, ressalvada a utilização, durante a exibição do programa, de legendas com referência aos candidatos majoritários ou, ao fundo, de cartazes ou fotografias desses candidatos, ficando autorizada a menção ao nome e ao número de qualquer candidato do partido ou da coligação.

.....” (NR)

“Art. 55.
 Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o partido ou coligação à perda de tempo equivalente ao dobro do usado na prática do ilícito, no período do horário gratuito subsequente, dobrada a cada reincidência, devendo o tempo correspondente ser veiculado após o programa dos demais candidatos com a informação de que a não veiculação do programa resulta de infração da lei eleitoral.» (NR)

“Art. 56.
 § 1º No período de suspensão a que se refere este artigo, a Justiça Eleitoral veiculará mensagem de orientação ao eleitor, intercalada, a cada 15 (quinze) minutos.

.....” (NR)

“Art. 57-D

§ 3º Sem prejuízo das sanções civis e criminais aplicáveis ao responsável, a Justiça Eleitoral poderá determinar, por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham agressões ou ataques a candidatos em sítios da internet, inclusive redes sociais.” (NR)

“Art. 57-H

§ 1º Constitui crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação, punível com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 2º Igualmente incorrem em crime, punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano,

com alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais), as pessoas contratadas na forma do § 1º.” (NR)

“Art. 58.

§ 9º Caso a decisão de que trata o § 2º não seja prolatada em 72 (setenta e duas) horas da data da formulação do pedido, a Justiça Eleitoral, de ofício, providenciará a alocação de Juiz auxiliar.” (NR)

“Art. 65.

§ 4º Para o acompanhamento dos trabalhos de votação, só será permitido o credenciamento de, no máximo, 2 (dois) fiscais de cada partido ou coligação por seção eleitoral.” (NR)

«Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.»

«Art. 100-A. A contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais observará os seguintes limites, impostos a cada candidato: I — em Municípios com até 30.000 (trinta mil) eleitores, não excederá a 1% (um por cento) do eleitorado;

II — nos demais Municípios e no Distrito Federal, corresponderá ao número máximo apurado no inciso I, acrescido de 1 (uma) contratação para cada 1.000 (mil) eleitores que exceder o número de 30.000 (trinta mil).

§ 1º As contratações observarão ainda os seguintes limites nas candidaturas aos cargos a:

I — Presidente da República e Senador: em cada Estado, o número estabelecido para o Município com o maior número de eleitores;

II — Governador de Estado e do Distrito Federal: no Estado, o dobro do limite estabelecido para o Município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, o dobro do número alcançado no inciso II do *caput*;

III — Deputado Federal: na circunscrição, 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para o Município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, esse mesmo percentual aplicado sobre o limite calculado na forma do inciso II do *caput*, considerado o eleitorado da maior região administrativa;

IV — Deputado Estadual ou Distrital: na circunscrição, 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido para Deputados Federais;

V — Prefeito: nos limites previstos nos incisos I e II do *caput*;

VI — Vereador: 50% (cinquenta por cento) dos limites previstos nos incisos I e II do *caput*, até o máximo de 80% (oitenta por cento) do limite estabelecido para Deputados Estaduais.

§ 2º Nos cálculos previstos nos incisos I e II do *caput* e no § 1º, a fração será desprezada, se inferior a 0,5 (meio), e igualada a 1 (um), se igual ou superior.

§ 3º A contratação de pessoal por candidatos a Vice-Presidente, Vice-Governador, Suplente de Senador e Vice-Prefeito é, para todos os efeitos, contabilizada como contratação pelo titular, e a contratação por partidos fica vinculada aos limites impostos aos seus candidatos.

§ 4º Na prestação de contas a que estão sujeitos na forma desta Lei, os candidatos são obrigados a discriminar nominalmente as pessoas contratadas, com indicação de seus respectivos números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 5º O descumprimento dos limites previstos nesta Lei sujeitará o candidato às penas previstas no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

§ 6º São excluídos dos limites fixados por esta Lei a militância não remunerada, pessoal contratado para apoio administrativo e operacional, fiscais e delegados credenciados para trabalhar nas eleições e os advogados dos candidatos ou dos partidos e coligações.”

Art. 4º Revogam-se os incisos I a IV do art. 241 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e o inciso XIV do art. 26 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, na votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação a redação final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovada a redação final, contra os votos dos Senadores Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Mozarildo Cavalcanti.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai à sanção.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Ex^a e a todos os Líderes, porque aprovamos aqui uma série de regras que vão baratear a eleição, que vão criar mais transparência e que vão facilitar o processo eleitoral.

Esta não é uma reforma política, nós nunca dissemos que era uma reforma política. O Brasil precisa passar por uma reforma política, mas o que estamos fazendo aqui é uma reforma eleitoral que vai valer para as próximas eleições, vai diminuir despesas e vai clarificar o processo de discussão e debate democrático.

Portanto, gostaria de agradecer e registrar a importância desse projeto. Apesar de ser uma pequena reforma eleitoral, é uma reforma que vai calar profundamente na disputa em todos os locais do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é verdade que nós não estamos fazendo aqui uma ampla

reforma, aquilo que precisamos fazer e que algum Senador, antes da minha fala, disse que perdemos a oportunidade de fazer nesta Legislatura.

Perdemos mesmo, mas nem tudo ficou à mercê das nossas decisões. Nós tomamos as decisões para, pelo menos, evitar aquilo que nós víamos a olho nu nas ruas, o sujo das cidades, com propagandas eleitorais pintadas em tudo quanto é lugar, trazendo um prejuízo enorme para as prefeituras, para o Poder Judiciário, multas contra quem não merecia, e aí me incluo nisso.

Se fosse só isso já seria um avanço substancial. Saem aqueles cavaletes do meio da rua, Senador Renan. Só quem tem dinheiro pode fazer isso, Senador Renan. Sei que nós não estamos fazendo uma ampla reforma, e o Brasil está assistindo à TV Senado e está vendo isso, mas nós estamos dando mais um passo para que aqueles que têm o poder financeiro pelo menos comecem a diminuir essa diferença, comecem a entrar na realidade da democracia e da liberdade.

E, Senador Renan, um milímetro que avançarmos na direção da liberdade e dos direitos do cidadão já é um avanço. E é isso o que estamos fazendo hoje. O avanço é pequeno, não importa, mas estamos avançando.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passaremos agora à votação dos requerimentos, requerimentos cujas votações foram solicitadas e para as quais não há objeção do Plenário.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.340, DE 2013

Requerimento nº 1.340, que propõe a votação em turno único do requerimento solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2013, complementar, além da comissão constante do despacho, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Votação do requerimento.

As Sr^{as}. e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Uma vez que já se encontra instruída a matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria aguardará o término do prazo de emendas perante a Mesa para seguir ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 20:**

REQUERIMENTO Nº 1.163, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.163, de 2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (acesso ao patrimônio genético nacional).

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria vai ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seguindo, posteriormente, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 21:**

REQUERIMENTO Nº 1.174, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.174, de 2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (direitos e regularização dos contratos de trabalho rural).

Item 22

REQUERIMENTO Nº 1.175, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.175, de 2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direitos e regularização dos contratos de trabalho rural).

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 23:**

REQUERIMENTO Nº 1.180, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.180, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (responsabilização na contratação de obras públicas).

Votação do requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai ao exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 24:**

REQUERIMENTO Nº 1.182, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.182, de 2013, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007; 90, de 2010; 344, de 2011; e 136, de 2012 – todos Complementares), com os Projetos de Lei do Senado nºs 130, de 2007; 246, de 2011; 270, de 2012; 181, 201, 329, 353 e 354, de 2013, todos complementares, por regularem matéria correlata (microempresas e empresas de pequeno porte).

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, primeiramente, depois à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e também às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 27:**

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2013, do Senador Mário Couto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, além da comissão constante do despacho, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (obrigatoriedade de prestação de assistência odontológica).

Há, sobre a mesa, requerimento do Senador Mário Couto de retirada do Requerimento nº 1.239, de 2013.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.368, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento (RQS), nº 1.239, de 2013, de minha autoria.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2013.


Senador MÁRIO COUTO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento de retirada.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de retirada permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 retorna ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, para exame da Emenda nº 3 de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 28:**

REQUERIMENTO Nº 1.247, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.247, de 2013, do Senador Zeze Perrella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (proteção, tratamento e uso dos dados pessoais).

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Presidência comunica, como consequência, ao Plenário, que, em cumprimento ao despacho proferido na sessão de 3 de outubro e em atendimento ao Requerimento nº 1.166, do Senador José Pimentel, encaminha a presente matéria à Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da segurança pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 29:**

REQUERIMENTO Nº 1.303, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.303, de 2013, do Senador Sérgio Souza, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (violência doméstica e familiar contra a mulher).

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, respeitosamente, apresentar a V. Ex^a uma consulta.

Ontem votamos a criação de uma empresa vinculada à agricultura, a Anater. Eu até provoquei o Senador Romero Jucá dizendo que iria votar aquela matéria, que claramente significava ônus e que depois ficou quantificada, se não me engano, em R\$1,8 bilhão, por ano. Claro que com a serventia, mas que eu votaria na medida em que tomasse o compromisso, do Partido de S. Ex^a, o PMDB, de votar uma Proposta de Emenda à Constituição, de minha autoria, que está aprovada na CCJ, foi aprovada por unanimidade e já está entregue à Mesa.

Gostaria de solicitar a V. Ex^a, cavalheirescamente, a inclusão na pauta, tão logo V. Ex^a julgasse oportuno.

É uma matéria de interesse patriótico, que integra o pensamento da CCJ, porque lá foi aprovada por unanimidade; ela consulta o interesse nacional, porque objetiva a diminuição do gasto público; e é uma matéria que se impõe.

Pediria a V. Ex^a que, na medida do possível, pudesse incluí-la na Ordem do Dia, para que pudéssemos ter tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero comunicar ao Senador José Agripino e ao Plenário do Senado federal que, atendendo ao pedido de V. Ex^a e em função do mérito indiscutível da matéria, já colocamos essa matéria como item da pauta de amanhã, para que ela possa tramitar na forma do Regimento do Senado Federal. Portanto, ela constará da pauta de amanhã.

É uma importante Proposta de Emenda à Constituição nº 34, que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e a extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.

Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Vamos cuidar de apreciá-la com a maior brevidade possível, dando essa contribuição ao serviço público do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Último item da pauta.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2011

Projeto de Resolução nº 45, de 2011, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, *que institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.*

Há, sobre a mesa, pareceres da Comissão de Educação, favorável, com a nº 01, que apresenta e que teve como Relator o Senador Inácio Arruda, e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei e à Emenda nº 01 da Comissão de Educação, apresentando ainda as Emendas nºs 2 a 4 da CCJ, que serão publicados na forma regimental.

São os seguintes os Pareceres:

PARECER

Nº 1.312, DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 45 de 2011, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, que *institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências*.

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 45 de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, propõe instituir no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento, destinada a agraciar, anualmente, cinco personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à proteção e a promoção da cultura afro-brasileira (arts. 1º e 2º). Os nomes dos agraciados deverão ser encaminhados à Mesa do Senado Federal até o dia 5 de outubro e serão publicamente divulgados, como prevê o art. 5º do projeto de resolução (art. 5º).

Nos termos do art. 3º da proposição, a indicação de candidato, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e justificativa, deverá ser encaminhada à Mesa até o dia 1º de junho, por senadores, deputados federais e entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas à proteção e a promoção da cultura afro-brasileira.

Já para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho de Comenda Senador Abdias Nascimento, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal. Este conselho, por sua vez, escolherá um de seus membros como presidente e será renovado a cada ano, permitida a recondução dos integrantes (art. 4º).

O art. 6º da proposição traz a data de vigência da norma, que deverá ser a partir da data de publicação.

A proposição foi submetida à apreciação desta Casa de ~~27.05.2013~~ de Educação, Cultura e Esporte (CE), e também à de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), além da Comissão Diretora. Ao PRS nº 45, de 2011, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar proposições que tratem de homenagens cívicas, situação em que se enquadra o PRS nº 45, de 2011.

No que diz respeito ao mérito, a proposição encontra-se amplamente amparada, seja do ponto de vista da tradição desta Casa, seja na perspectiva que incide sobre o homenageado. Por um lado, está consagrada na prática institucional do Senado prestar homenagens a segmentos da sociedade brasileira, haja vista a consagração do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, conferido a mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero. Por outro lado, além de ter ocupado, honradamente, a cadeira de Senador da República, Abdias Nascimento destacou-se como sendo um dos mais brilhantes combatentes contra a desigualdade racial em nosso País.

No que tange à redação legislativa, há a necessidade de suprimir a sílaba “da” constante da redação original do art. 6º quando diz: “Esta Resolução entra em vigor na **da** data da publicação.” (negrito nosso).

Do ponto de vista da juridicidade, constitucionalidade, não cabem reparos à proposição.

III – VOTO

Considerados o mérito, adequação regimental, juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE-CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art, 6º do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação."

Sala da Comissão, 27 de março de 2012.



, Presidente



, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE-11
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 45, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 27/03/2012, OS(AS) SENI(D)RES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: Roberto Requião
RELATOR: Roberto Requião

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zezé Porcello (PDT)
Luís Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	8. VAGO
Ana Amélia (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Cicero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clóvis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. VAGO
PR	
Magno Malta	1. Antonio Russo
João Ribeiro	2. Vicentinho Alves
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

PARECER

Nº 1.313, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, que institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento.

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 45, de 2011, que propõe instituir, no Senado Federal, a Comenda Senador Abdias Nascimento, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim.

A proposição foi aprovada, quanto ao mérito, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com uma emenda de redação. Após o pronunciamento desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PRS nº 45, de 2011, será encaminhado à Comissão Diretora (CD).

II – ANÁLISE

Compete à CCJ, de acordo com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), “opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas [...] por despacho da Presidência”.

Sendo este o caso, cumpre considerar que o projeto de resolução está previsto no art. 213, inciso III, do RISF, para tratar de “matéria da competência privativa do Senado”. Essa matéria está definida, por sua vez, no art. 52 da Constituição Federal e, mais especificamente, no inciso XIII, que elenca a competência de dispor sobre o funcionamento do próprio órgão.

Não há qualquer óbice constitucional à proposição, que se alinha com diversas disposições da Carta Magna e, especialmente, com o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV).

O projeto sob análise mostra-se, igualmente, em consonância com a ordem jurídica vigente e com o Regimento Interno da Casa.

A proposição mostra-se adequada no que se refere à técnica legislativa, sendo necessário, contudo, corrigir, no texto apresentado, uma série de erros gráficos ou gramaticais, além daquele já esboçado pela Emenda nº 01 da CE, a respeito da qual nos manifestamos favoravelmente.

Consistem tais correções em, no art. 1º, apor uma vírgula após a expressão “Comenda Senador Abdias Nascimento”, assim como o sinal de crase ao “a” que antecede a palavra “promoção”; no art. 3º, *caput*, usar o tipo itálico na expressão “curriculum vitae”; no parágrafo único, inciso I, do art. 3º, novamente apor o sinal de crase ao “a” que antecede “promoção”; no art. 4º, *caput*, usar “da” em lugar de “de” na denominação “Conselho de Comenda Senador Abdias Nascimento”; no § 1º do art. 4º, usar a expressão “o *caput*” em lugar de “a *caput*”.

III – VOTO

Tendo em vista a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação regimental, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, com Emenda nº 01 da CE e com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)

No art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, aponha-se uma vírgula após a expressão “Comenda Senador Abdias Nascimento”, bem como o sinal de crase ao “a” que antecede a palavra “promoção”.

EMENDA Nº 3 – CCJ (DE REDAÇÃO)

No art. 3º, *caput*, do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, use-se o tipo *itálico* na expressão “curriculum vitae”; no inciso I do parágrafo único do mesmo artigo, aponha-se o sinal de crase ao “a” que antecede a palavra “promoção”.

EMENDA Nº 4 – CCJ (DE REDAÇÃO)

No art. 4º, *caput*, do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011, onde se escreve “Conselho de Comenda Senador Abdias Nascimento”, escreva-se “Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento”; no inciso I do parágrafo único do mesmo artigo, onde se escreve “a *caput*”, escreva-se “o *caput*”.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2013.

SENADOR BENEDITO DE LIRA

, Presidente EM EXERCÍCIO



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 45 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/11/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>SENADOR BENEDITO DE LIRA (EM EXERCÍCIO)</u>	
RELATOR: <u>SENADOR VITAL DO RÊGO</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL <u>[assinatura]</u>	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES <u>[assinatura]</u>	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO <u>[assinatura]</u>
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA <u>[assinatura]</u>
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY <u>[assinatura]</u>	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA <u>[assinatura]</u>	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO <u>[assinatura]</u>	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u>	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP <u>[assinatura]</u>
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA <u>[assinatura]</u>
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO <u>[assinatura]</u>	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA <u>[assinatura]</u>	2. FLEXA RIBEIRO <u>[assinatura]</u>
ALVARO DIAS <u>[assinatura]</u>	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO <u>[assinatura]</u>	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA <u>[assinatura]</u>	5. CYRO MIRANDA
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI <u>[assinatura]</u>	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu, antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, vou conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e à Senadora Ana Amélia para proferirem parecer sobre a matéria em substituição à Comissão Diretora.

PARECER Nº 1.314, DE 2013–PLEN

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – O Parecer é favorável nos moldes dos pareceres das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer do Senador Flexa Ribeiro, em substituição à Comissão Diretora é, portanto, favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se a sua apreciação.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não mais do que dois minutos.

Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, que foi a grande articuladora desse projeto e me convidou nessa parceria para que a gente fizesse uma homenagem ao grande Abdias do Nascimento, e cumprimentar o Senador Flexa, Relator da matéria.

Em segundo lugar, Sr. Presidente – aqui já encerro –, quero dizer que, hoje, 20 de novembro, data de Zumbi dos Palmares, o grande revolucionário de combate a todo tipo de preconceito, o Senado da República faz essa homenagem ao grande líder já falecido, Abdias do Nascimento.

Parabéns a V. Ex^a. Parabéns ao nosso Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu me associo às palavras do Senador Paulo Paim pela data de hoje, pela iniciativa da Senadora Lídice e do Senador Paulo Paim. Esta é a inclusão, Este é o reconhecimento.

Eu queria, Presidente, fazer um pedido de urgência para examinar – fiz a solicitação anteriormente – o projeto que trata do TRT do Rio de Janeiro, da 1^a Re-

gião, por solicitação do Senador Francisco Dornelles e dos demais Senadores do Rio de Janeiro, para que a matéria entre na pauta da próxima semana, já que há necessidade regimental, como lembrou a eficiente Dr^a Cláudia Lyra, de pedido de urgência para votar na próxima semana.

Se for possível votar os outros projetos que foram aprovados ontem na Comissão de relações Exteriores, ficaria bem.

No caso do TRT, trata-se do PLC nº 87, de 2013, que cria cargos do TRT da 1^a Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Essa matéria foi aprovada hoje na CCJ. Por isso, faço o requerimento de urgência, para que ela seja votada na próxima semana e, se possível, ainda hoje, a votação das três matérias.

Sr. Presidente – queria explicar –, recebi, inclusive, telefonemas de pessoas que aguardam, porque autoridades brasileiras e canadenses já estão tratando, no Brasil, de um acordo na área da Previdência Social, para servidores e trabalhadores que operam nos dois países. Essa matéria é da maior relevância e de interesse social. Isso está precisando apenas da homologação ou da aprovação do Senado para essa matéria de grande alcance social, especialmente na área da Previdência, que é o Acordo Brasil/Canadá na área da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a será atendida, conforme o Regimento do Senado Federal.

Vamos voltar à instrução da matéria.

Continua a discussão do projeto e das emendas.

Poderão, como todos sabem, ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, em globo, da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e das Emendas 2 a 4, da CCJ, emendas de pareceres favoráveis.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER

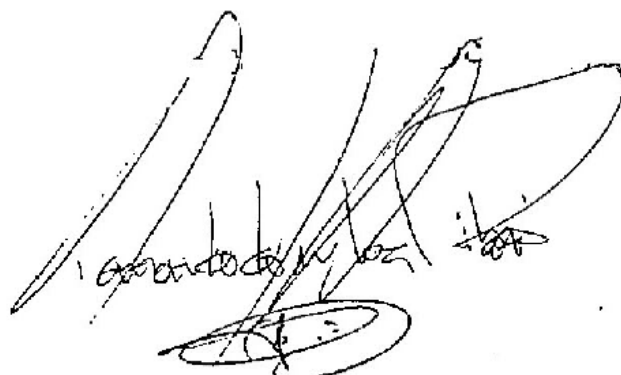
Nº 1.315, DE 2013

(Da Comissão Diretora)

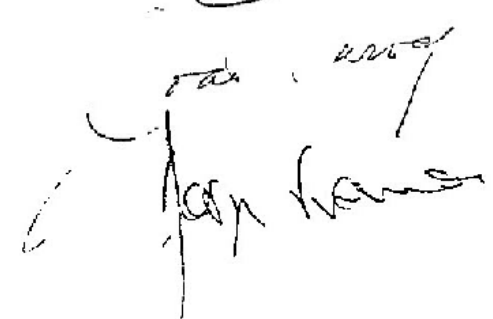
Redação final do Projeto de
Resolução nº 45, de 2011.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 2011, que *institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências*, consolidando as Emendas nº 1 – CE/CCJ e nºs 2, 3 e 4 – CCJ, todas de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de novembro de 2013.



Senador Abdias Nascimento



João Neves

ANEXO AO PARECER Nº 1.315, DE 2013.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 45, de 2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2013

Institui no Senado Federal a Comenda
Senador Abdias Nascimento e dá outras
providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída a Comenda Senador Abdias Nascimento, destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira.

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) personalidades, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de novembro.

Art. 3º A indicação de candidato, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e de justificativa, deverá ser encaminhada à Mesa até o dia 1º de junho.

Parágrafo único. Poderão indicar candidatos à Comenda:

I – entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira;

II – Senadores;

III – Deputados Federais.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º O Conselho a que se refere o *caput* será renovado a cada ano, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho escolherá, anualmente, entre os seus integrantes, seu Presidente.

Art. 5º Os nomes dos agraciados deverão ser encaminhados à Mesa do Senado Federal até o dia 5 de outubro e serão publicamente divulgados.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passa-se à redação final.

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

Com os cumprimentos à Senadora Lídice da Mata, o Senado Federal, a partir desta data, concederá anualmente a Comenda Senador Abdias Nascimento a cinco pessoas que tenham contribuído para a proteção e promoção da cultura afro-brasileira. Para tal, nós aprovamos hoje o conselho que vai cuidar exatamente desta distinção, que, antes de tudo, é mais uma campanha contra a discriminação no Brasil.

Como todos sabem, o Brasil tem avançado muito, mas tem avançado muito aquém do desejado, quando se trata de respeito e da igualdade entre etnias que ajudaram a construir, a erguer a Nação. Apesar do sistema de cotas, que foi um avanço, é um grande avanço, apesar do Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado pelo Parlamento brasileiro e que teve, como primeiro subscritor, o Senador Paulo Paim, ainda há muito que avançar no respeito aos negros no nosso Brasil.

Ontem mesmo, nós tivemos uma estatística brutal com relação aos negros no Brasil. A taxa de homicídio de negros no Brasil é de 36 para cada grupo de 100 mil; para os negros ela é de 36; para não negros, ela é de 15,2, ou seja, para cada homicídio de não negro no País, 2,4 negros são assassinados. Em Alagoas, e lamentavelmente digo isso aqui, que é o Estado que eu tenho a honra de representar no Senado Federal, o índice sobe para 17,4 negros mortos para cada não negro assassinado.

Essa é apenas uma faceta, demonstrando, evidentemente, que o Plano Nacional de Segurança empreendido pelo Estado, que tem produzido resultados, ainda é insuficiente para nós darmos uma rotunda resposta a essa questão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Renan, da mesma forma como a Senadora Ana Amélia fez, peço a V. Ex^a a inclusão, na pauta, do PLC 86, de 2013, que trata de cargos para o TRT da 1^a Região, com sede em Belém, no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Se

não houver objeção para votar esse requerimento de urgência, nós poderemos votá-lo, da mesma forma que os requerimentos solicitados pela Senadora Ana Amélia. Se não houver objeção, nós votaremos também esses requerimentos.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não, Sr. Presidente, é só para dizer que há acordo em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, havendo acordo, nós vamos votar os requerimentos e deixaremos esses três projetos de decreto legislativo para a pauta de amanhã.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Combinado.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Já votamos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, nós vamos só concluir a apreciação desse projeto de resolução.

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e cumprimentar também o Senador Paulo Paim. Abdias Nascimento foi nosso colega aqui no Senado Federal e, como todos sabem, foi uma das figuras mais importantes da luta contra o racismo no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^{as} por proporcionarem neste dia, dia 20 de novembro, Dia Mundial da Consciência Negra, a oportunidade de o Senado Federal dar esta resposta ao País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Também peço aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Wellington Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu estava no meu gabinete discutindo com Parlamentares a lei que reforma a legislação sobre drogas e não pude acompanhar a sessão, em sua totalidade, para saber qual o dia que V. Ex^a marcou para a votação da PEC do Voto Aberto. Qual será o dia, já que não pôde ser hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós marcamos para terça-feira

porque havia um apelo no sentido de que nós marcássemos o dia com alguma antecedência, para que essa antecedência pudesse ensejar uma presença massiva dos Senadores e das Senadoras nesta importante votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu quero dizer a V. Ex^a que, na próxima terça-feira, em decorrência de uma missão oficial do Senado, eu não poderei estar aqui. Por essa razão, não participarei da sessão. Mas, na primeira votação, já dei minha opinião: votei favoravelmente ao voto aberto em todas as circunstâncias.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos também a V. Ex^a.

Nós passamos à votação dos requerimentos de urgência que foram solicitados...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encerro, primeiramente, para que possamos votar esses requerimentos, a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2013

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2013 (nº 349/2001, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Luiz Antonio Fleury), que *acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47; e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52; ao § 2º do art. 55; e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.*

Parecer sob nº 1.279, de 2013, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal*

Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*

Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos*

às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 46, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)

(Calendário Especial -

Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)

(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57A, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57A, de 1999 (nº 438/2001, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o

Senador Ademir Andrade, que *dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (trabalho escravo).*

Parecer favorável, sob nº 594, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 5, DE 2006

(Desarquivado nos termos do Requerimento nº 239, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006 (nº 2.472/2000, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.*

Pareceres favoráveis, sob nos 403 e 404, de 2009; e 743, de 2011, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador César Borges;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2009), Relator: Senador Rodrigo Rollemberg.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.* Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.*

Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Armando Monteiro.

13

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 432, DE 2013****(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório Parcial nº 4, de 2013, da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, Relator: Senador Romero Jucá), que *dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.*

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 787, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarificação para produtores rurais.*

Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Pro-*

jeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

16

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

17

REQUERIMENTO Nº 937, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).*

18

REQUERIMENTO Nº 1.141, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.141, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, dos Projetos de Lei do Senado nºs 107 e 478, de 2003; 118, de 2007; 469, de 2008; 71, 246 e 333, de 2010; 357, 389, 445 e 568, de 2011; 26, 85 e 190, de 2012; e 145, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma (prevê nova modalidade de medida socioeducativa para menor).*

19

REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.155, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solici-*

citando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2012, a fim de que tenham tramitação autônoma (promoção da igualdade e combate à discriminação no ambiente de trabalho).

25

REQUERIMENTO Nº 1.223, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.223, de 2013, da Senadora Ana Amélia, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (abatimento de dívidas relativas a programas de investimentos).*

26

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limites de gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal).*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não sei se poderia dar a palavra logo após a votação do requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento de urgência, lido durante o expediente.

Requerimento nº 1.351, de 2013, também para o **Projeto de Resolução nº 81, de 2013**, apresentado como conclusão do Parecer nº 1.264, da Comissão de Assuntos Econômicos, que teve como Relator o Senador Francisco Dornelles.

Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Existem ainda sobre a mesa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, três requerimentos de urgência para votação de matérias. Se não houver objeção da Casa, nós poderemos ler e votar esses requerimentos ou colocá-los na pauta de amanhã, o que eu acho que é o mais prudente. Então, esses requerimentos constarão da pauta de amanhã.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabeno V. Ex^a pela mensagem que apresentou há pouco sobre a comemoração que fazemos aqui.

Hoje, houve a abertura da Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Foi aberta ontem, à noite, pela Presidenta Dilma. Durante todo o dia de hoje e amanhã, cerca de 1.400 participantes vão discutir a democracia e o desenvolvimento sem racismo. O objetivo principal é encontrar formas de enfrentamento ao racismo no Brasil, garantindo a participação e o fortalecimento do mecanismo de promoção da igualdade racial em nosso País.

No sentido de promover a igualdade de oportunidades entre pessoas negras e não negras no serviço público, a Presidenta Dilma anunciou o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional, destinando 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros.

De acordo com a Presidenta, essa medida terá um imenso potencial transformador de nossa sociedade, que deve servir de exemplo, inclusive, para outras unidades da Federação e demais Poderes. É reconhecer que há um atraso muito grande nesta área.

Durante a cerimônia de abertura da conferência, a Presidenta Dilma também assinou decreto que institucionaliza a política do Estatuto da Igualdade Racial, que teve origem no Senado Federal, como iniciativa do nosso querido Senador Paulo Paim, que aqui trabalhou para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e teve todo o nosso apoio.

Apesar de o Brasil ainda caminhar a passos lentos para o total reconhecimento da igualdade racial – afinal, lá se vão mais de 200 anos da assinatura da Lei Áurea –, foi durante o nosso governo que as ações afirmativas para efetivar essa igualdade começaram a ser implantadas. Para isso, a criação de uma Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. E destaco aqui o trabalho das nossas ministras, incluindo a atual – com *status* de Ministério e diretamente ligada à Presidência da República –, o que foi essencial.

Foi a partir da criação dessa Secretaria que a comunidade negra brasileira conquistou direitos, como as cotas nas universidades públicas, programa que tem gerado excelentes resultados. Por isso, Sr. Presi-

dente, temos também, em meio a tantos indicadores ainda ruins em relação aos negros, em todo o Brasil, motivos e pontos positivos para comemorar na área das cotas no serviço público.

Destaco a criação da estrutura do Plano Juventude de Viva, que cuida da juventude; o trabalho da Comissão de Direitos Humanos e o trabalho da Senadora Ana Rita, do Senador Paim também, que dela participa; a mudança do Mapa da Violência, que é responder por um problema grave: as taxas de homicídios de brancos caíram 24%; e nós temos ainda uma mortandade muito grande em meio à população negra. Só em 2010, foram 34.983 mortos. Então, é algo que realmente precisa de toda uma atenção.

Eu destaco aqui também o trabalho da Senadora Lídice da Mata na CPI que tratará do extermínio dos jovens negros no Brasil. Fiz questão de participar dela, que tem o objetivo de esclarecer os reais motivos de tantas mortes violentas e outras perdas em todo o Brasil.

Assim, Sr. Presidente, quero saudar este momento, comemorando os avanços e reconhecendo que há muito ainda que se fazer.

Quero agradecer como Líder, fazer esse posicionamento em nome do Partido dos Trabalhadores e, com certeza, também com o apoio do Bloco que represento nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Wellington Dias. Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando que eu sei que V. Ex^a é um grande amigo do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se na sua mesa um pedido de votação para a urgência do projeto aprovado pela Comissão de Justiça que cria cargos para o Tribunal Regional do Trabalho do Rio.

Eu perguntaria a V. Ex^a sobre a possibilidade de ser votado hoje.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Será votado amanhã, junto com mais dois requerimentos de urgência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Considerando que V. Ex^a é um carioca, não poderia fazer uma exceção para ser votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Já foi definido pelo Plenário, com o Senador Renan na Presidência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos os nossos Senadores e Senadoras, nós teremos uma sessão do Congresso Nacional logo mais. Portanto, eu pediria aos nossos pares a compreensão para que hoje reduzíssemos as nossas intervenções após a Ordem do Dia, para que pudéssemos realizar a sessão do Congresso Nacional o quanto antes e, com isso, ter o direito de chegar em casa um pouco mais cedo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador José Pimentel, o Presidente, Senador Renan, está numa reunião com os Líderes em seu gabinete, tratando da pauta da sessão do Congresso.

Vamos voltar à lista de oradores enquanto termina essa reunião no gabinete do Presidente.

Então, retornando à lista de oradores, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro, pela Liderança. *(Pausa.)*

Senador Osvaldo Sobrinho, pela...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Ordem do Dia foi encerrada? Só para saber.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – A Ordem do Dia já foi encerrada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para saber. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a quer usar da palavra?

Senadora Ana Amélia, acabei de chamá-la.

Se o Senador Jorge Viana entender...

Eu a chamo em seguida, Senadora Ana Amélia. Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se quiser...

Ouçõ o Senador Mário Couto. Quem quer? Como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para pedir uma informação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Mário Couto, diga.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Em que lugar eu estou inscrito, por favor, como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Ex^a está em segundo lugar agora.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Em nono?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Segundo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros Senadores, Senadoras, eu queria apenas aqui, da tribuna do Senado, me utilizando da Rádio Senado, da TV Senado e deste espaço privilegiado nesta Casa, compartilhar com todo o povo acreano a preocupação que nós todos, da Bancada Federal do Acre, Deputadas e Deputados, temos, junto com os três Senadores, com esta fase que estamos vivendo, da apresentação das emendas parlamentares.

Com as modificações que foram feitas, nós teremos agora a metade dos recursos para a saúde e a outra metade de emendas individuais, que são apresentadas voluntariamente por Parlamentares.

Eu queria registrar que hoje tive o privilégio de debater com o Prefeito de Rio Branco, Marcos Alexandre, que está em Brasília, as prioridades do Município de Rio Branco. Recebi também o Prefeito de Assis Brasil, tenho recebido e trocado correspondência com todos os 22 prefeitos do Acre e, na próxima sexta-feira, dia 22, vamos ter uma reunião em Rio Branco com todos os prefeitos, com a presença do Governador Tião Viana e de toda a Bancada Federal do Acre para, à luz do dia, com a transparência necessária, discutirmos onde devemos alocar os recursos que nos são permitidos a partir do mandato.

Falo isso porque fiz críticas, sou crítico do sofrimento por que temos que passar por conta de uma pequena e simples análise que fizemos. A grande maioria dos escândalos que expuseram tanto o Senado quanto a Câmara estavam vinculados à execução orçamentária. Estou falando daqueles escândalos que envolveram colegas Parlamentares. Essa aprovação que tivemos, do orçamento impositivo, é uma conqui-

ta, mas requer um cuidado a mais de todos nós, para que as emendas não virem moeda de troca.

Então esse exemplo que não é do PT nem do PSDB, nem do PSD, do Senador Petecão, que é coordenador da Bancada. É um exemplo de toda a Bancada do Acre,

Mais do que nunca, a Bancada do Acre que sempre trabalhou – como sabe o Senador Petecão; eu, como Prefeito e Governador, pude vivenciar isso – fazendo reuniões, reunindo prefeitos e governadores em uma sala, com a presença de imprensa, para discutir aonde alocar as nossas emendas. Obviamente, as emendas individuais são prerrogativas de cada parlamentar.

Quero dizer que acho da maior importância essa reunião que vamos realizar, sexta-feira, em Rio Branco, convocada pela coordenação da Bancada que, certamente, contará com a presença da quase totalidade dos prefeitos e de representantes do Governo.

Eu, particularmente, quero... Até por conta de ter exercido a função de Prefeito e de Governador, sei da importância que esses recursos têm. Quero fazer jus à confiança que a população me deposita, sendo transparente, deixando, com o meu trabalho e a apresentação das emendas, um bom exemplo que, não tenho dúvida, será seguido. É essa a intenção, é essa a decisão dos colegas Senadores e das colegas Senadoras desta Casa.

Entendo que, por esse aspecto, a nossa responsabilidade aumentou um pouco mais. Para mim não é tão complicado, porque fui Prefeito e Governador, discuto com prefeitos e com a própria equipe do Governo. Montei uma estrutura, aqui em Brasília e no meu gabinete, no Acre, que trata exclusivamente do acompanhamento dos projetos de interesse das prefeituras e do Governo, mas sei que todos nós, agora... Estou adaptando o meu *site*, a minha página, para passar as informações, em tempo real, sobre as emendas apresentadas, sobre a liberação dos recursos e dos empenhos feitos junto ao Governo Federal. Penso que dessa maneira, sendo transparentes, vamos fortalecer uma das funções do mandato parlamentar, que é a de apresentar emendas ao Orçamento da União.

Sei também que temos que fazer uma ação republicana. Eu mesmo vou apresentar emendas para os 22 Municípios do Acre. No caso do Acre, que é um Estado pequeno, é possível fazer isso, independente da coloração partidária do prefeito. Obviamente, conhecendo a fundo cada prefeitura, cada Município e o próprio Estado, vou tomar o devido cuidado. Isso é algo que todos nós deveríamos fazer.

Na Bancada, temos discutido esta questão: olhar com cuidado se a prefeitura está adimplente. São recursos tão importantes... Eu, que estou apenas há três anos, já tive caso em que apresentei emendas para as prefeituras, e esse recurso foi devolvido para o orçamento da União por conta da inadimplência das prefeituras.

Então, eu queria concluir, Sr. Presidente, informando à população do meu Estado – e o fazendo para todo o Brasil – que é muito importante que, aprovado esse orçamento impositivo, principalmente no que diz respeito às emendas parlamentares, todos nós, detentores de mandatos, encontremos algum mecanismo que dê transparência à apresentação dessas emendas para que não haja mais um questionamento, para que o Congresso, especialmente o Senado, esta Casa que nós representamos, não venha a sofrer novos questionamentos e a ser colocada sob suspeição.

Então, eu queria agradecer aos prefeitos que estão enviando para o meu gabinete as propostas. Estou fazendo uma discussão com cada um deles no sentido de...

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...de fato, colocarmos como prioridade o interesse da população.

Antes de concluir, ouço, com satisfação, o aparte do Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Justamente neste pronunciamento de V. Ex^a, Senador Jorge Viana, aproveito este momento para informar que ainda ontem o Fórum Parlamentar Catarinense esteve reunido e tratamos dessas teses também.

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para ver como vamos encaminhar essas emendas, as propostas, em função de elas serem uma questão impositiva, muito clara, como é que vamos encaminhar isso. Essa exposição que V. Ex^a faz com relação ao Acre serve para o Brasil inteiro. Nós, de Santa Catarina, estivemos reunidos ontem para tratar de como iremos encaminhar. Nós aqui já votamos que 50% serão destinados à saúde. E os encaminhamentos para melhor atender a essas questões? E isso, sumamente, será... Eu achei interessante a reunião que V. Ex^a, com os colegas, vai realizar no Estado do Acre. Já começamos a encaminhar também essa solução no Fórum Parlamentar Catarinense com os três Senadores e os 16 Deputados Federais. É um modelo que, para o Brasil, vai ajudar principalmente na questão de

saúde, que é uma pauta extraordinária, está em primeiro nos dias de hoje, no País. Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço.

Queria só concluir, Presidente, trazendo outro assunto da maior gravidade.

O Supremo está reunido em sessão, e penso que, Senador, colega Sérgio Petecão, é importante atentar para o que vou informar.

Acabei de postar, uma hora atrás, no meu *site*, na minha página do Facebook, que o Supremo, de maneira surpreendente, resolveu pautar hoje o processo que envolve o julgamento da legalidade da contratação de 11 mil servidores do Estado do Acre. Então, é possível que, se não hoje, na próxima sessão, mas está pautado para hoje, se tenha uma decisão que vai levar uma grande apreensão, para usar uma palavra mais amena, a 11 mil famílias acrianas.

Quando Governador – V. Ex^a sabe disso, Senador Sérgio Petecão, foi parceiro na Assembleia que aprovou uma emenda à Constituição do Acre –, eu fui ameaçado inclusive de *impeachment*, de prisão, porque queriam que eu executasse a pura e simples demissão de 11 mil servidores.

Sei que esses servidores não foram contratados por mim, já estavam contratados, uma boa parte deles, antes da Constituição de 1988. E agora o Supremo, que já havia tomado uma posição, dizendo da ilegalidade das contratações, hoje, daqui a pouco, pode tomar uma posição estabelecendo prazo para o cumprimento dessa sentença. E sei que o que vai nos restar é a união de todos.

Penso que podemos pautar, na sexta-feira, esse tema, que volta de maneira surpreendente. É o Supremo que define a sua pauta. Já, já nós vamos ter o recesso. Já, já, em janeiro, nós vamos ter as férias, e podemos encerrar o ano do pior jeito, com uma notícia muito ruim.

É óbvio que sou daqueles que acreditam que não poderá haver uma sentença para 11 mil. Mas, mesmo que sejam 2,5 mil aqueles que vão ter que fazer concurso público, isso requer uma ação conjunta da Bancada, do Governo. E eu não tenho dúvida de que esse é um tema suprapartidário.

Fomos lá, a Bancada se reuniu, fomos a cada um dos Ministros. O Governador Tião Viana também, através da Procuradoria-Geral do Estado, tem acompanhado. Estão lá os representantes do Governo. Mas o fato, Sr. Sérgio Petecão, Senador, colega, e todos que estão me acompanhando do Acre, é que pode ser

julgado daqui a pouco, pode ter uma decisão final esse tema que é tão grave e tão importante para o Acre.

Ouç o Senador e colega Sérgio Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD – AC)

– Agradeço o aparte ao nobre Senador Jorge Viana. Na verdade, o momento é de muita expectativa. Recebi hoje vários telefonemas na parte da tarde, as pessoas, principalmente os servidores públicos e também os familiares, lógico... Quando nós falamos aí do número expressivo de 11 mil servidores, nós estamos falando, aí, de, no mínimo, 30 mil pessoas, se fizermos uma relação de três pessoas por família. Mas eu também estou confiante, sinceramente, achei que essa matéria não pudesse entrar em pauta ainda neste ano. Não havia necessidade, nós estamos aí na virada do ano, encerrando o ano, e prestes a entrar em recesso. Depois daquela visita, estivemos lá, toda a Bancada, inclusive o senhor estava presente, eu, como coordenador da Bancada, tivemos a oportunidade de conversar com alguns ministros e pudemos colocar o transtorno, Deus o livre, se essa medida vier a ser tomada. Neste momento eu penso que este tema unifica toda a nossa Bancada Federal – os três Senadores, os oito Deputados Federais – para aguardarmos, numa expectativa positiva, que haja um desfecho que não venha prejudicar os nossos servidores. Então, o momento é de muita expectativa, estou também ansioso, a população está ansiosa, acompanhando o desfecho dessa sessão do Supremo e, se Deus quiser, vai ter uma decisão favorável. Também parablenizo o tema que o senhor abordou por primeiro, a questão das emendas. É de fundamental importância. Eu, como coordenador da Bancada, já convidei para que toda a nossa Bancada possa estar reunida nessa sexta-feira, lá em Rio Branco, vamos ouvir a AMAC, que é a Associação dos prefeitos, vamos ouvir o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas, vamos ouvir o Ministério Público, todas as instituições. Para nós, que dependemos diretamente dessas emendas parlamentares, é de fundamental importância que possamos discutir de uma forma mais aberta, de uma forma mais transparente para que possamos alocar as nossas emendas de uma forma mais justa, de uma forma mais correta e até de uma forma mais humana. Então, parablenizo V. Ex^a por ter pautado esse tema para a sessão de hoje. O momento é para que nós possamos dar as mãos, todos juntos, torcer para que possamos ter um desfecho positivo a respeito dos servidores do nosso Estado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem, eu agradeço o aparte e queria concluir então, Sr. Presidente, dizendo que eu estou muito apreensivo.

Nós fizemos audiências individuais com ministros e ministras do Supremo, apresentamos o caso dos servidores não como um arranjo que se está procurando fazer para acobertar ilegalidade. Os números, as informações são muito objetivos, estão postos no processo, a grande maioria das contratações foi anterior a 88 e, obviamente, se o desfecho, se a decisão for negativa, nós temos que chamar uma reunião de emergência com o Governo do Estado e ver a melhor maneira de, juntos, encaminhar a defesa dos servidores do Estado.

Estou acompanhando, e tomara que haja sensibilidade por parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal nesse tema, já que o Acre é um Estado que está na legalidade, cujos gastos com servidores estão dentro do que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece. Nesse Estado, há 15 anos, o salário atrasava 3, 4, 5 meses, e faz mais de 15 anos que o salário não atrasa um único dia. A remuneração dos servidores é aquém daquilo que eles até merecem e gostariam, mas está muito acima da média nacional. As condições de trabalho são também adequadas, e nós não podemos enfrentar uma situação dessas que põe em risco quase um terço dos servidores do Estado do Acre, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Tomara que o Supremo Tribunal Federal possa nos ajudar a encontrar uma maneira de fazer os reparos necessários para que ninguém fique sob suspeição de estar fora da lei como funcionário público.

Mas o pior desfecho será se a decisão tiver que ser implantada rapidamente e implicar demissão de quem trabalha há 10, 15 e até 20 anos servindo ao Governo do Estado do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoría/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Jorge Viana e concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoría/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há sobre a mesa um requerimento, pedimos apenas sua inclusão na pauta, que trata de um projeto que é consenso, assinado por Líderes de diferentes partidos da Oposição, da Base, a pedido das entidades, e faz uma alteração na composição do Conselho Federal de Contabilidade.

Gostaria só que fosse feita a sua leitura e que, com isso, houvesse possibilidade de ele fazer parte da pauta, se não nesta semana, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Wellington Dias, como ficou acordado ainda há pouco pelo Presidente Renan, eu vou fazer a leitura do requerimento e ele fica para votação no dia de amanhã.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Flexa Ribeiro, colegas Senadoras, Senadores, eu começo a minha manifestação nesta tarde, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, lendo uma mensagem que eu recebi no correio eletrônico, no meu *e-mail*, enviada pelo Elcion Zingano, que é um dos dependentes do Fundo Aerus. Ele manda uma mensagem dizendo que o comissário Guerreiro faleceu hoje às 11h30 em Guaratinguetá, e o enterro será amanhã em Campinas, São Paulo.

É mais uma vítima do Aerus que morre sem ver atendidos, ou reconhecidos, ou resgatados os seus direitos. Senador Paim, é mais uma vítima do Aerus. V. Ex^a e outros Parlamentares que têm se envolvido com esta questão, eu estava participando da reunião União Interparlamentar, em Nova York, e, quando vinha caminhando pela rua nº 33, na chegada a um hotel, eu ouvi um “Senadora Ana Amélia”. Eu me virei e estava a bordo de uma *van* também um comissário da Varig, de nome Fadel Santos, nome de guerra. E ele acompanha pela Internet todo o trabalho que nós aqui no Senado ou na Câmara fazemos em relação a esse tema. E eu expliquei a ele que as nossas limitações são limitações de ordem política; se pudéssemos e fôssemos do Executivo, já teríamos resolvido a questão. Se fôssemos também do Poder Judiciário, seguramente teríamos decidido essa questão.

Assistimos ao voto brilhante da Ministra Cármen Lúcia, no Supremo Tribunal Federal, que deveria pautar os demais votos e ali resolver a questão. Neste voto da Ministra Cármen Lúcia há o reconhecimento de cima a baixo de todos os direitos não só da questão de diferença tarifária, mas, sobretudo do direito dos aposentados que participaram do Fundo Aerus em receber as adequadas aposentadorias.

Então, em qualquer canto que a gente vá, Senador Paim; Presidente desta sessão, a gente encontra um comissário da Varig, um comandante da Varig, que aguarda entristecido...

Mas muitos não perdem, apesar da tristeza, a esperança de que essa questão relacionada ao Ae-

rus seja solucionada. Há idas e vindas. A Graziella Baggio, líder do movimento, tem atuado com muita presteza, e é natural que as pessoas que têm sua relevante demanda não atendida manifestem isso e que haja divergência dentro do próprio grupo. Tenho reafirmado o compromisso social do Governo no trato dessa questão.

Então, com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Jorge Viana e depois ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só queria, Senadora Ana Amélia, dizer a V. Ex^a e ao Senador Paulo Paim, que reiteradas vezes trazem à tribuna temas interessantes, que este tema do Aerus não é um tema só do Rio Grande do Sul, é um tema da Nação brasileira. Eu, morando na Região Norte, tenho ex-pilotos da Varig que só não estão passando fome, depois de terem se aposentado na Varig, porque estão trabalhando de novo. Então, a situação, por esse lado, já deveria ser merecedora de um tratamento diferenciado neste País, mas ela também é uma situação que reflete um descaso do País com uma área estratégica. Nenhuma nação do mundo vai se firmar, vai vencer a disputa de se firmar como uma grande nação se não tiver a bandeira de uma companhia aérea que possa ganhar espaço no mundo. O nosso País caminha para ser a quinta economia do mundo. Nós tínhamos um PIB de US\$500 bilhões, agora temos um PIB de US\$2,3 trilhões. A TAM já não é mais nossa, a GOL, que é uma companhia interna, enfrenta dificuldades, e toda grande nação do mundo tem companhia com bandeira nacionalizada, que tem apoio com subsídio, e aqui no Brasil nós estamos deixando as companhias aéreas seguirem. O combustível de avião mais caro do mundo certamente é o nosso, tem aumento constantemente. Quarenta por cento de uma passagem que a gente paga é para cobrir combustível, não há uma política de incentivo, e a gente tem muita reclamação, um grande mercado. Daqui a pouco vão achar que a solução é abrir para que as outras companhias entrem aqui, o que vai agravar ainda mais a nossa situação. Não sou de fechar mercados, mas acho que deveríamos ter uma política para esse segmento. Só vamos ser merecedores de ter uma política quando tratarmos aqueles que criaram as condições para este País chegar aonde chegou, as pessoas que levaram a bandeira do Brasil mundo afora com a Varig... Agora, houve má gestão dos recursos, desvio de recursos? Vamos punir alguém... Só não dá para punir os que foram servidores, os que foram funcionários, aqueles que voaram, que nos levaram para um lado e para outro, que dedicaram suas vidas e agora não têm direito à

tranquilidade de uma aposentadoria. Então, parabéns a V. Ex^a, ao Senador Paim e a todos que estão nessa luta. Só quero, dando esse testemunho, me associar a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Imagino, Senador Jorge Viana, que V. Ex^a, que sempre representou bem o Brasil, não só como Governador do Acre, mas também em outras missões relevantes que ocupou, tenha saudades da velha Varig. A Varig que nos orgulhava tanto pela imagem altamente positiva de uma companhia genuinamente brasileira, por um serviço reconhecido como de melhor qualidade entre as companhias do mundo, à época em que existia. Nós gaúchos – ela nasceu no Rio Grande do Sul – temos também esse orgulho dessa companhia, que, lamentavelmente, entrou em falência por má gestão.

Como disse V. Ex^a, não é possível que os funcionários, que contribuíram rigorosamente para ter um fundo de aposentadoria complementar ao INSS, percam tudo isso por falta de fiscalização adequada do funcionamento desse fundo de pensão.

Então, fico muito feliz, o seu aparte me deixa extremamente gratificada. Eu queria lhe dizer que também concordo que precisamos ter essa bandeira nacional de uma companhia, como tem o mundo inteiro.

Só para acrescentar, voltei antecipadamente dos Estados Unidos, onde estava em uma missão oficial, e ouvi lá, Senador Jorge Viana, que 33% dos voos que descem no Aeroporto de Ronald Reagan, em Washington, são aviões fabricados pela Embraer. Ou seja, temos uma conquista, que é fabricar aviões para um País que tem grande concorrência, mas não temos a companhia aérea de bandeira brasileira usando um avião brasileiro.

Com muita alegria, também concedo aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senadora, quero também aqui parabenizar V. Ex^a, da mesma forma o Senador Paim, pela bandeira, já que estamos falando tanto em bandeira...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a bandeira nossa.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... pela bandeira importante que levanta aqui e dar o meu testemunho da sua preocupação. Também faço minhas as palavras do Senador Jorge. Eu ia tocar exatamente em temas como esse. Quero dar outro testemunho, aliás. Amanhã vamos ter mais uma audiência aqui nessa área de fundos de pensão, também comandada por V. Ex^a, vamos estar juntos, espero que a minha agenda não me impeça de participar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sua presença é muito importante lá, Senador.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – As mudanças que o Congresso Nacional fez nessa área, desde 1998, quando eu era Deputado Federal no Governo do Presidente Fernando Henrique e aprovamos a regulamentação dos fundos de pensão que vigoram até hoje, da previdência complementar, que vem sendo inclusive melhorada, ao longo do tempo, permitem termos maior transparência. Tanto que hoje as previdências, exceto os problemas não resolvidos lá de trás, têm hoje uma situação bem mais confortável, inclusive financiando o Brasil. Queria – permita-me esse registro fora desse contexto, uma vez que V. Ex^a citou a confiança na Ministra Cármen Lúcia – também dar uma notícia importantíssima para o Rio Grande do Sul, para o Acre, para o meu Piauí e para Goiás, que está aqui na Mesa, e para o Pará também, porque senão o Senador Mário Couto vai dizer que estou discriminando...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Flexa também é paraense.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O Senador Flexa, de Goiás.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, o Flexa é do Pará. De Goiás é a Lúcia.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Desculpa, estava aqui confundindo com o Cyro Miranda.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A Lúcia Vânia.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – A Lúcia Vânia e o Flexa. A Ministra Cármen Lúcia, em mais uma agenda do Congresso Nacional, manifestou que depois do mandato do TSE vai ter uma agenda de trabalho mais voltada para as questões do Supremo e se prontificou a pautar, antes do recesso, o projeto dos *royalties*, para definir as regras que aqui aprovamos sobre a distribuição dos *royalties*. Então, eu queria, como alguém que acompanha esse tema, dar essa boa notícia e espero que, antes do recesso de dezembro, tenhamos a aprovação e a apreciação e que seja considerado constitucional, porque entendendo que é o projeto que aqui aprovamos. Agradeço...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas que notícia boa, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradeço a V. Ex^a e também a parabenizo. Obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Também defensora da sua luta como Relator da matéria relacionada aos *royalties*, em que trabalhou também

o Senador Vital do Rêgo, quero dizer que essa é uma grande notícia e está em ótimas mãos, porque a Ministra Cármen Lúcia realmente tem um comprometimento e conhecimento profundo da matéria.

Então, agradeço-lhe imensamente o aparte, que quero seja inserido na minha manifestação.

Depois de ver essa questão social, entro também numa outra questão social, que seria a parte principal. Mas como houve a morte deste comissário, comissário Guerreiro, em São Paulo, preferi trazer essa matéria e fico muito grata com as manifestações dos Senadores Jorge Viana e Wellington Dias.

Na verdade, hoje decidi subir à tribuna para fazer um registro e um agradecimento público à Presidenta Dilma Rousseff por ter sancionado, sem vetos, a Lei nº 12.880, deste ano, de minha autoria, que trata da quimioterapia oral em domicílio, que é uma demanda de grande alcance social.

Essa lei se torna um direito de todo cliente de planos de saúde, de modo definitivo e irrevogável, aos pacientes de câncer de todo o Brasil, para o tratamento com medicamentos orais em domicílio, permitindo melhor acompanhamento dos pacientes pelos familiares, pelos amigos, portanto, ampliando acesso às opções mais eficientes do tratamento contra o câncer. É, sem dúvida, a iniciativa mais importante do meu mandato. Por isso, a sanção, sem vetos, da Presidente Dilma Rousseff é extremamente importante.

Aliás, preciso fazer um reconhecimento também da iniciativa da Presidente em outras duas matérias, de que não fui autora, mas relatora. Refiro-me ao projeto que prevê a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da retirada da mama contaminada por câncer, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que igualmente a Senhora Presidente Dilma Rousseff sancionou, sem vetos, e já está em vigor. A outra lei sancionada, sem vetos, também em vigor, determina que em 60 dias o SUS deve iniciar o tratamento quando o paciente tiver o diagnóstico de câncer. Esse projeto é de 1997, de autoria do ex-Senador Osmar Dias, e o alcance social dele também é extremamente relevante.

Faço questão de fazer esse registro, reconhecendo a decisão da Presidente da República de sancionar essas matérias, especialmente o meu projeto, sem vetos, da quimioterapia oral, que, como eu disse, tem um alcance muito grande.

Ao mesmo tempo, claro, tenho que fazer reverência a todos os que trabalharam, na Câmara e no Senado, para o sucesso desse projeto; aqui no Senado, o Senador Waldemir Moka; na Câmara dos Deputados, o Deputado Reguffe, a Deputada Jandira Feghali e o

Deputado Ricardo Berzoini, que foram os Relatores nas respectivas comissões.

Admitir também que o medicamento da quimioterapia oral pudesse ser fracionado, para permitir uma maior racionalização e economicidade num projeto. Nossa intenção é compatibilizar, isso reduz também os custos em relação ao SUS.

Aliás, lembrou, no dia 14, o Presidente desta Casa, Renan Calheiros, que a iniciativa legislativa do Senado Federal, que teve amplo e absoluto apoio das duas Casas, tanto na Câmara quanto no Senado, entra em vigor a partir do dia 10 de maio do próximo ano, beneficiando de modo mais seguro e eficiente mais de um milhão de pacientes com câncer que têm planos de saúde.

A partir daquela data, todos os procedimentos obrigatórios de novos medicamentos contra o câncer, definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), terão, segundo a nova lei, que estar obrigatoriamente acessíveis aos usuários de planos de saúde. É, a meu ver, um avanço importantíssimo para melhorar as políticas públicas de saúde em nosso País.

Vale lembrar que as sementes dessa Lei foram plantadas em 2011, no início do meu mandato, em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais, por minha iniciativa, por sugestão do Instituto Oncoguia, presidido pela Dr^a Luciana Holtz, e também por sugestões endossadas pela Femama, liderada pela Dr^a Maira Caleffi, e pela Sociedade Brasileira de Mastologia, que era, à época, presidida pelo Dr. José Luiz Pedrini, do meu Estado, tanto quanto a Dr^a Maira Caleffi.

Passados, portanto, pouco mais de dois anos, em vez de uma norma com pouco tempo de validade, como costumam ser as resoluções ou portarias de agências reguladoras como a ANS, o Poder Legislativo decidiu aprovar, em tempo incomum e recorde, uma lei, com força maior e, portanto, com perenidade, que sensibilizou a Presidência da República e foi sabiamente acatada, sem vetos, pela Presidente, demonstrando a importância deste Poder para ajudar, em conjunto com as demais instituições públicas, no melhor atendimento às necessidades básicas de saúde das pessoas.

Conseguimos, por isso, superar as barreiras da burocracia, de lóbis e das limitações de tempo para aprovar um dos anseios mais destacados, recentemente, nas vozes das ruas, por uma melhor qualidade dos serviços públicos de saúde. A inclusão de medicamentos para o controle de efeitos adversos causados pelos modernos tratamentos é outra importante

medida prevista e mantida nessa proposta sancionada recentemente.

Para se ter uma dimensão da importância de legislarmos para as pessoas e do consequente e necessário apoio do Governo Federal, cito a repercussão, nas redes sociais, como as quais trabalho muito, sobre a sanção da lei que obriga os planos de saúde a incluir a quimioterapia oral domiciliar. Só no meu perfil, no Facebook, foram mais de 3.400 compartilhamentos, duas mil curtidas e 176 mil visualizações sobre essa lei.

É importante lembrar que aproximadamente 40% dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar. Em 15 anos, 80% dos casos serão tratados em casa, reforçando a importância dessa decisão. Destaco, também, que 519 mil novos casos de câncer devem surgir todos os anos no Brasil.

Cito avaliações do cirurgião Wanderley Fernandes, da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), da Universidade de Brasília e membro titular da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO).

Segundo esse especialista em câncer, a sobrevida aos tumores é diretamente proporcional ao tratamento precoce e sob evidências científicas comprovadas. Ele cita, inclusive, Bruce Minsky, renomado radioterapeuta da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, que costuma dizer o seguinte: “Em Oncologia, o tempo é o senhor da razão entre a cura e o sofrimento. Diagnostica câncer quem nele pensa frente a qualquer sintoma.” Em outras palavras: prevenção é tudo! Por isso, a importância dessa lei e de qualquer iniciativa que contribua para o enfrentamento dessa grave e temida doença, assim como fizemos com o Outubro Rosa, para prevenção do câncer de mama, assim como estamos fazendo agora, ainda, no decorrer de 2013, com o Novembro Azul como chamamento à prevenção do câncer de próstata.

Atualmente, os planos de saúde só são obrigados a arcar com os custos em ambulatório. A nova iniciativa, que recebeu o apoio de toda a sociedade e dos Parlamentares, passa a permitir que os usuários de planos de saúde, que pagam mensalmente para ter acesso a indispensáveis tratamentos de saúde, consigam que o tempo trabalhe em favor da cura.

Vale ressaltar que o câncer é, proporcionalmente, mais recorrente no Rio Grande do Sul, Senador Paim, Senador Simon, do que entre habitantes de outros Estados, conforme estatísticas do Instituto Nacional de Câncer (Inca). Assim, preocupa todos, pois quando tratado tardiamente pode se tornar um problema sem solução.

Uma lei que permita intensificar a luta contra o câncer é, portanto, resposta concreta de que é possível

legislar em favor da população, em matéria prioritária, que é o caso da saúde.

A adoção antecipada, pelo Governo Federal, das medidas previstas no projeto de lei, por meio de portaria e resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reforçou o quão relevante é essa proposta legislativa para as políticas públicas de saúde. A diferença – vou terminar, Sr. Presidente, – é que uma lei tem vida perene; uma resolução pode ser temporária.

Estudo inédito, conduzido pelo doutor em ciências médicas Otávio Clark, da faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também reforça a importância da aprovação dessa lei. A pesquisa comprova que a inclusão do tratamento do câncer em casa, com uso da quimioterapia oral, é mais eficiente para o paciente com câncer, sustentável financeiramente aos planos de saúde e com potenciais efeitos positivos ao melhor funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que é público.

Medições estatísticas de dados auditados, referentes a mais de 30 operadoras de planos de saúde do Brasil, demonstraram que a adoção de todos os medicamentos orais disponíveis contra qualquer tipo de câncer custariam, mensalmente, aos planos de saúde, R\$0,39 por usuário, o equivalente a apenas 0,39% dos R\$100,00 médios que o brasileiro gasta, mensalmente, para manter um plano.

E esse estudo indicou, inclusive, que, em alguns casos, o medicamento oral contra o câncer é mais barato que a quimioterapia intravenosa, pois não depende de uma clínica completa para o tratamento com os enfermeiros.

Por conta, exatamente, de outros colegas Senadores que estão inscritos, eu não quero me estender, Sr. Presidente, e peço a transcrição da íntegra desse pronunciamento nos *Anais do Senado*.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA ANA AMÉLIA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, servidores desta Casa, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado,

A sanção, sem vetos, pela Presidente Dilma Rousseff, da Lei 12.880 de 2013, de minha autoria, que trata da quimioterapia oral em casa, legítima e estabelecida, de modo definitivo e irrevogável, o direito aos doentes de câncer de todo o Brasil para o tratamento com medicamentos orais em domicílio, permitindo melhor acompanhamento dos pacientes por familiares e amigos e, portanto, ampliando o acesso às opções

mais eficientes de tratamento contra o câncer. É, sem dúvida, a iniciativa mais importante de meu mandato.

Como lembrou, na última quinta-feira (14), o presidente desta Casa, Renan Calheiros, essa iniciativa legislativa, que teve amplo e absoluto apoio das duas Casas, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, entra em vigor a partir de 10 de maio do próximo ano, beneficiando, de modo mais seguro e eficiente, mais de 1 milhão de pacientes com câncer que têm planos de saúde.

A partir dessa data, todos os procedimentos obrigatórios de novos medicamentos contra o câncer definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), terão, segundo a nova lei, que estar obrigatoriamente acessíveis aos usuários de planos de saúde. É, a meu ver, um avanço importantíssimo para melhorar as políticas públicas de saúde no Brasil. Vale lembrar que as “sementes” dessa lei foram plantadas em 2011, em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), por sugestão do Instituto Oncoguia, presidido pela médica Luciana Holtz.

Passados, portanto, pouco mais de dois anos, em vez de uma norma com pouco tempo de validade, como costumam ser as resoluções ou portarias de agências reguladoras, o Legislativo decidiu aprovar, em tempo incomum e recorde, uma lei, com mais força e, portanto, com perenidade, que sensibilizou a Presidência da República e foi sabiamente acatada, sem vetos, pela Presidente. Isso demonstra a importância do Legislativo para ajudar, em conjunto com as demais instituições públicas, no melhor atendimento às necessidades básicas de saúde das pessoas!

Conseguimos, por isso, superar as barreiras da burocracia, dos fortes lobbies e das limitações de tempo para aprovar um dos anseios mais destacados, recentemente, nas vozes das ruas, como melhor qualidade dos serviços de saúde. A inclusão de medicamentos para o controle de efeitos adversos causados pelos modernos tratamentos é outra importante medida prevista e mantida nessa proposta sancionada recentemente.

Para ter uma dimensão da importância de legismos para as pessoas e do conseqüente e necessário apoio do governo federal, cito a repercussão, nas redes sociais, da sanção da lei que obriga os planos de saúde a incluir a quimioterapia oral domiciliar. Só no meu perfil, no Facebook, foram mais de 3.400 compartilhamentos, Duas mil curtidas e 176 mil visualizações referentes a essa nova lei.

É importante lembrar que aproximadamente 40% dos tratamentos – oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar. Em 15 anos, 80% dos casos serão tratados em casa, reforçando a importância dessa

decisão. Vale destacar também que 519 mil novos casos de câncer devem surgir todos os anos no Brasil. Cito avaliações do cirurgião Wanderley Fernandes, da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) da Universidade de Brasília e membro titular da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO).

Segundo esse especialista em câncer, a sobrevida aos tumores é diretamente proporcional ao tratamento precoce e sob evidências científicas comprovadas. Ele cita, inclusive, Bruce Minsky, renomado radioterapeuta da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, que costuma dizer o seguinte: “Em oncologia, o tempo é o senhor da razão entre a cura e o sofrimento. Diagnostica câncer quem nele pensa frente a qualquer sintoma”. Em outras palavras: prevenção é tudo! Por isso, a importância dessa lei e de qualquer iniciativa que contribua para o enfrentamento dessa grave e temida doença.

Atualmente, os planos de saúde só são obrigados a arcar com os custos em ambulatório. A nova iniciativa, que recebeu o apoio de toda a sociedade e dos parlamentares, portanto, passa a permitir que os usuários de planos de saúde, que pagam mensalmente para ter acesso a indispensáveis tratamentos de saúde, consigam que o tempo trabalhe em favor da cura.

Vale ressaltar que o câncer é, proporcionalmente, mais recorrente no Rio Grande do Sul do que entre habitantes de outros Estados, conforme estatísticas do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Ainda assim, preocupa a todos, pois quando tratado tardiamente pode se tornar um problema sem solução.

Uma lei que permita intensificar a luta contra o câncer é, portanto, resposta concreta de que é possível legislar em favor da população, quando governo, entidades, empresas e sociedade debatem temas de modo colaborativo e abraçam causas de real interesse social.

A adoção antecipada, pelo governo federal, das medidas previstas no projeto de lei, por meio de portaria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reforçou o quão relevante é essa proposta legislativa para as políticas públicas de saúde.

Estudo inédito, conduzido pelo doutor em ciências médicas, Otávio Clark, da faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também reforça a importância da aprovação dessa lei. A pesquisa comprova que a inclusão do tratamento do câncer em casa, com uso da quimioterapia oral, é mais eficiente para o paciente com câncer, sustentável financeiramente aos planos de saúde e com potenciais efeitos positivos ao melhor funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Medições estatísticas de dados auditados, referentes a mais de 30 operadoras de planos de saúde do Brasil, demonstram que a adoção de todos medicamentos orais disponíveis contra qualquer tipo de câncer custariam, mensalmente, aos planos de saúde, 39 centavos por usuário, o equivalente a apenas 0,39% dos 100 Reais médios que o brasileiro gasta, mensalmente, para manter um plano.

O estudo indicou, inclusive, que, em alguns casos, o medicamento oral contra o câncer é mais barato que a quimioterapia intravenosa, pois não depende de uma clínica completa para tratamento, com enfermeiros, farmacêuticos, soro ou outras estruturas de apoio. Os preços da quimioterapia oral variam muito e têm diferentes aplicações. Podem custar mais de 600 Reais, 8 mil ou até 15 mil Reais, dependendo da indicação médica. Mesmo assim, o tratamento em casa é mais eficiente porque, segundo os médicos, gera mais conforto, proporcionando ao paciente uma recuperação mais rápida, com efeitos psicológicos mais benéficos.

São informações valiosas que reforçam a necessidade de políticas estruturantes, nas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Assim, estamos criando condições efetivas para que pacientes com câncer tenham mais esperança no enfrentamento dessa doença.

Essa Casa, portanto, prestou e continuará prestando serviço de relevante contribuição social, ao aprovar, por unanimidade, ações, como o substitutivo ao PLS 352/2011, que ajudou a incluir tratamentos com medicamentos de uso oral contra o câncer entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde.

Como disse o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), Dr. José Luiz Pedrini, “essa nova lei representa uma vitória importante na luta pela qualidade do atendimento e saúde das mulheres”. É uma vitória também para os homens.

Nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Canadá, as coberturas para quimioterapia oral pelos planos de saúde são medidas rotineiras. Os modernos medicamentos contra o câncer estão acessíveis a todos, a custos menores, sem distinção ou discriminação aos usuários de planos de saúde.

Quero, por isso, aproveitar essa oportunidade para agradecer, mais uma vez, o apoio e o empenho de outros parlamentares para que essa matéria pudesse ser aprovada com agilidade no Congresso Nacional, e, conseqüentemente, transformado em lei: Senador Waldemir Moka (PMDB – MS) e os deputados federais José Antônio Reguffe (PDT-DF), Jandira Feghali (PCdoB – RJ) e Ricardo Berzoini (PT – SP).

Propostas legislativas, como essa, que demandam o apoio de todos para a efetiva aprovação, são estímulos para o contínuo cumprimento dos compromissos básicos assumidos durante as ações do Outubro Rosa, importante e tradicional iniciativa contra o câncer de mama. É também motivação para a continuidade do Novembro Azul, outra importante campanha para estimular os homens à prevenção contra o câncer de próstata.

Estamos cumprindo, portanto, nosso papel, como legisladores. Além de Lei da quimioterapia oral, o Congresso Nacional já atuou recentemente em favor de outras duas importantes legislações contra o câncer e em favor da saúde: a Lei 12.802/2013, da qual participei como relatora, e que garante às vítimas de câncer a reconstituição imediata da mama e a 12.732/2012, também relatada por mim, aqui no Senado, que estabelece prazo de até 60 dias para o Sistema Único de Saúde (SUS) iniciar tratamentos contra o câncer.

Queremos, assim, que pacientes com câncer de todo o Brasil tenham mais esperança no enfrentamento dessa temida doença. São passos importantes nessa longa e difícil caminhada em favor da melhoria da saúde no Brasil,

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – A sua solicitação, Senadora Ana Amélia, será atendida conforme o Regimento.

Eu quero parabenizar V. Ex^a pelos dois temas que V. Ex^a abordou no seu pronunciamento: sobre a sanção da lei de sua autoria, que obriga agora o atendimento de medicação para os pacientes oncológicos na residência, e também pela questão do Aerus, o fundo de pensão dos antigos funcionários da Varig. Essa é uma luta que já vem se desenvolvendo há muito tempo, e eles estão perdendo a luta pela vida, como V. Ex^a hoje lamentou aí o falecimento de mais um funcionário da Varig.

Parabéns para V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, pela lista de oradores, à Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é uma honra, mais uma vez, estar aqui nesta tribuna, principalmente porque hoje se comemora o Dia de Zumbi dos Palmares, o Dia Nacional da Consciência Negra. É por isso que eu estou aqui.

Quero, também, cumprimentar os ouvintes da Rádio Senado, os espectadores da TV Senado. Faço esse pronunciamento, Senador Paim, em homenagem a Zumbi dos Palmares e a toda a nossa população ne-

gra, que ainda sofre com tantos descasos, com tanta discriminação e com tanta violência que ainda existe no nosso País. Sabemos das conquistas, dos avanços, mas ainda temos muito a fazer e um caminho longo pela frente.

Então, faço uso deste espaço para saudar o 20 de Novembro, data em que celebramos a reflexão sobre a situação dos negros e negras na sociedade brasileira.

O Dia Nacional da Consciência Negra nos remete a 20 de novembro de 1695, dia em que Zumbi, Rei do Quilombo dos Palmares e líder da resistência negra ao escravismo, foi morto, tendo o seu corpo exibido em praça pública, para semear o medo entre os escravos e impedir novas revoltas e fugas. Mas o efeito foi oposto: despertou em muitos a consciência de que era preciso lutar contra a escravidão e as desigualdades, como Zumbi havia ousado fazer.

Séculos se passaram. Zumbi dos Palmares foi reconhecido, oficialmente, como um herói nacional em 1997 e sua luta continua mais do que viva entre nós.

Quero iniciar minha reflexão lembrando que foi à custa do sofrimento dos negros e das negras nas senzalas, nos campos e nas cidades que foi erguido tudo o que havia nos primórdios da história do Brasil. Veio a Lei da Abolição em 1888. De lá para cá, o Brasil mudou. Nosso País é, hoje, uma das maiores economias do mundo, mas a população negra – mais de 50% do nosso povo, segundo o IBGE – continua em situação de desigualdade, continua a ocupar funções menos qualificadas no mundo do trabalho e são as maiores vítimas da violência nas periferias das grandes cidades, em especial os jovens e as jovens negras.

Pesquisa divulgada, nesta terça-feira, pelo Ipea, confirma o extermínio da juventude negra. Infelizmente, meu Estado, o Espírito Santo, ao lado de Alagoas e da Paraíba, concentra o maior número de homicídios de negros e negras. O Espírito Santo, no *ranking* elaborado pelo Ipea, registra 65 homicídios de negros a cada 100 mil habitantes. No Estado, os assassinatos diminuem a expectativa de vida dos homens negros em quase três anos, o que mostra que os negros são duplamente discriminados, seja pela situação socioeconômica, seja pela cor da pele.

Segundo o Ipea, tais discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros. Este é um grave problema que merece a atenção de todos e de todas e sobre o qual devemos nos debruçar para mudá-lo. Temos o enorme desafio de garantir aos negros, em especial, aos jovens negros, o direito à vida.

E, justamente para superar essa triste estatística é que o Governo Federal, por meio da Seppir e da Se-

cretaria Nacional da Juventude, criou o Plano Nacional de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, intitulado Juventude Viva.

Faço questão de mencionar, neste pronunciamento, o Plano Nacional e a ocorrência recente de importantes fatos na vida política do Brasil, porque indicam sinais de mudanças positivas. Cito, por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada no governo do Presidente Lula, em 21 de março de 2003 e atualmente comandada pela companheira Ministra Luiza Bairros, a quem parabenizo pelo excelente trabalho. Neste ano, comemoramos dez anos da Secretaria, dez anos de existência e de incansável luta em favor da garantia de direitos e da ampliação da cidadania da população negra.

Lembro que a criação da Seppir é parte da reivindicação histórica do movimento negro brasileiro e marca um momento singular da história deste País no qual o Estado brasileiro altera profundamente o trato com relação à questão racial e assume o compromisso de tratar com a devida atenção e responsabilidade esse tema.

Por anos e anos, a população negra resistiu...

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– Quando puder, me dê um aparte.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– Quando puder.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Concedo-lhe um aparte.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– Não quero atrapalhá-la, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Fique à vontade, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– Primeiro, eu quero parabenizá-la pelo belo pronunciamento que V. Exª...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero dizer que estou na fila.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– ...faz na tarde de hoje. Digo a V. Exª que é a pura verdade tudo que V. Exª afirma no seu pronunciamento. Veja: com a abolição da escravatura, em 1888, feita pela Princesa Isabel, a escravidão continuou. Infelizmente, ela continuou. Períodos se passaram. V. Exª vê na história do Brasil que o tráfico de escravo tinha intensidade, era um comércio altamente rentável. Só para ter uma ideia, naquela época de D. Pedro II – não vamos pegar D. Pedro I, vamos pegar D. Pedro II, a época de D. Pedro II, no Império, no

Segundo Império do Brasil, D. Pedro II já brasileiro –, entre 1.000 habitantes, 900 eram escravos comercializados. Então, a escravidão, mesmo com a sua abolição, continuou. Ela ficou um pouco oficial e temerária pelos fazendeiros, por aqueles que reagiram, por causa da abolição da escravatura – traficantes de escravos, fazendeiros –, mas continuou. No nosso País, ela é nítida até hoje. Ela não terminou. E, no nosso País, hoje, não são só os negros. Quando a senhora vislumbra, por exemplo, os aposentados brasileiros, são ou não são escravos? São escravos, estão escravizados. Agora mesmo, uma Senadora desce da tribuna do Senado, fazendo um belo pronunciamento. É a Senadora Ana Amélia. E ela dizia dos aposentados do Aerus. Essas pessoas vão morrer, e não vão receber o que têm direito. Isso é não uma escravidão? Ainda há pouco, o Senador Renan Calheiros – e eu fiquei bem atento, escutando a mensagem – dizia, e não sei se foi na televisão ou em uma revista de circulação bem acentuada deste País, mostrando que a escravidão permanece acen-tuadamente, que em homicídios, nós temos aí quase o dobro de mortes de negros comparado com os brancos, infelizmente. Infelizmente, ainda estamos na escravidão neste País. Infelizmente. E eu parabeno V. Ex^a por ter escolhido este tema com tanta dedicação, com tanto coração, pois estou vendo que a senhora faz um pronunciamento em que o coração fala. E isto me deixa profundamente satisfeito: ver V. Ex^a fazer um extraordinário pronunciamento na tarde de hoje.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Mário Couto, pelo aparte e pelo reconhecimento de que realmente precisamos avançar, no que se refere à escravidão.

E aqui eu me lembro, Senador Mário Couto – vou conceder a palavra ao Senador Paim também –, da PEC do trabalho escravo, que ainda padece de votação neste plenário. Então, nós precisamos realmente dar um salto e aprovar a PEC do trabalho escravo, para que esta chaga que ainda permanece no meio de nós possa ser sanada.

Na verdade, é uma legislação que proíbe o trabalho escravo e penaliza quem ainda se utiliza da mão de obra das pessoas de forma escrava, pois elas precisam realmente ser penalizadas, para que nós possamos, de fato, construir um País justo, um País de igualdade, onde todos possam viver com dignidade.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, rapidamente, hoje é 20 de novembro, dia da morte do grande herói Zumbi dos

Palmares. O meu pronunciamento – estou aguardando o dia todo – vai no mesmo sentido do de V. Ex^a. Espero ter ainda oportunidade, desde que não prejudiquemos, é claro, a sessão do Congresso Nacional, em que há dois temas fundamentais para serem votados: a questão do João Goulart, revogando, anulando aquela sessão que lhe tirou o mandato; e a questão do Orçamento, pois há uma mudança, proposta pelo Congresso, sobre a qual temos que deliberar. Mas eu quero, minha querida Presidente da Comissão de Direitos Humanos, primeiro, elogiar V. Ex^a, pelo pronunciamento e pela postura, hoje de manhã, na Comissão de Direitos Humanos. Um tema delicado, polêmico. Eu sou relator do PL. Apresentamos um substitutivo em parceria com V. Ex^a, respeitando a questão dos eventos, da opinião dos religiosos, sem entrar na questão da homofobia, mas entrando na questão de combater a intolerância, o ódio, a perseguição, o assassinato de brancos e negros, devido à sua orientação. Tivemos o cuidado de colocar numa única lei. E eu fiquei um pouco chateado – eu lhe confesso – pela forma como se manifestaram alguns que participaram daquele momento, que V. Ex^a conduziu, quando houve um apelo de Líderes para que a matéria não fosse votada hoje. V. Ex^a acabou atendendo, e eu, como Relator, acompanhei V. Ex^a. Depois, infelizmente, um ou outro Parlamentar que estava lá saiu ofendendo todo mundo de forma gratuita. É por isso que eu lamento. Isso não constrói nada, não leva a nada. É uma postura que, sinceramente, nos deixa tristes. Como é bom ver o seu pronunciamento! E como é bom ver colegas nossos virem aqui e comentarem comigo sobre a forma até desrespeitosa como alguns, infelizmente, estão trilhando o caminho da política. Eu não quero aqui dar nenhum depoimento agressivo sobre ninguém, mas só dizer que continuarei na linha da tranquilidade, do bom senso, buscando um texto no campo da razoabilidade, que não permita que ninguém – ninguém – possa perseguir um ser humano pela cor, pela idade, pela procedência, pela ideologia, se é pobre, se é rico, se é idoso, se é mulher, se é homem, ou pela orientação sexual. É impossível que alguém concorde que outrem tenha que ser assassinado só porque não concorda com ele devido à sua orientação. Por isso que eu aproveito este momento para dizer que estou muito tranquilo. Vamos continuar dialogando com aqueles que querem de fato combater esse tipo de preconceito, que Zumbi simboliza. E V. Ex^a só tem aqui de receber meus cumprimentos. Como é bom saber que no Parlamento a maioria tem uma postura semelhante à sua. Isso é muito bom. Mostra que nós estamos, na verdade, apontando para um País onde

todos, todos terão direitos iguais, e ninguém será discriminado. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Obrigada, Senador Paulo Paim, pelo aparte.

Eu apenas gostaria de dizer aqui uma coisa, Senador Paim: que eu tenho refletido muito sobre essas situações que têm acontecido e acho que, assim, sinteticamente eu diria que a defesa dos Direitos Humanos, a defesa da pessoa humana está acima de qualquer afinidade religiosa. Defender a pessoa humana tem que estar em primeiro lugar, seja ela quem for, seja ela de qualquer raça. Toda pessoa humana, toda, independente de qualquer coisa, precisa realmente ser respeitada e defendida.

E o que nós presenciamos hoje de manhã foi um desrespeito à pessoa humana, em plena Comissão de Direitos Humanos. Isso, a gente lamenta, mas temos tempo para recuperar. Eu também sou uma pessoa corajosa e não vou me intimidar. Nós vamos continuar trabalhando e lutando, e tenho certeza de que sairemos vitoriosos dessa luta, que não é uma luta de agora, mas uma luta que já vem sendo travada neste Congresso há muitos anos.

Bom, continuando nosso pronunciamento, Sr. Presidente, eu quero dizer que, por anos e anos, a população negra resistiu bravamente e empunhou sozinha a luta para desmistificar a ideia de um País com plena democracia racial, onde as diferentes raças convivem harmoniosamente, ou mesmo da necessidade de enfrentar o racismo velado, ainda generalizado no seio da sociedade. É claro que ainda temos inúmeros desafios para superar o racismo e seus nefastos efeitos na vida de cada cidadão e cidadã, negro e negra deste País.

Mas sem dúvida conquistamos muitos avanços. Nesse contexto, destacam-se a criação da Lei nº 10.639, de 2003, que muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira e determina a inclusão da história e da cultura africanas nos currículos escolares, uma reivindicação de décadas da população negra, que acertadamente questionava como a escola de um País que tem na sua formação uma diversidade tão grande poderia ignorar uma parcela tão significativa da sua população.

E aqui não falo somente em termos numéricos, mas da importância do povo negro...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senadora Ana Rita, com licença.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – O Presidente Renan já está se

deslocando para o plenário da Câmara para iniciar a sessão do Congresso. Vou pedir a V. Ex^a que, se possível, se encaminhe para o encerramento de seu pronunciamento.

Informo ao Senador Mário Couto, à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Paulo Paim, que seriam os próximos oradores, que lamentavelmente vamos ter de encerrar a sessão para iniciarmos a sessão do Congresso.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– Quero só agradecer a V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Senador, será que é possível, ao menos, cumprir o meu tempo de três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Creio que sim.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Senador Mário Couto, solicito a V. Ex^a um tempo para que eu possa concluir.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA)
– Só dois segundinhos.

Quero agradecer ao Senador Flexa pela sua postura. Esperei a tarde toda, mas não consegui. É uma coisa normal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Ex^a seria o próximo.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu seria o próximo, pois é. É aquilo o que a gente diz: bateu no travessão.

Aguardo o tempo para o meu pronunciamento e peço paciência àqueles que estavam esperando que eu falasse. O tema seria a fala da Presidente em relação aos presos políticos. Esperarei a próxima terça-feira, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Vou ser breve e tentar concluir dentro do tempo que foi estipulado para mim.

E aqui, Sr. Presidente, não falo somente em termos numéricos, mas da importância do povo negro para a formação sociológica brasileira, tanto do ponto de vista da sua centralidade, no que diz respeito à cultura, quanto da contribuição efetiva que esses povos tiveram e ainda têm no desenvolvimento deste País em todos os seus setores.

Destaco também o Decreto nº 4.887, de 2003, que trata da titulação de terras quilombolas, a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a implementação da Política Nacional para Comunidades Quilombolas e a sanção do Estatuto da

Igualdade Racial, em 2010, da qual o Senador Paulo Paim também foi o Relator.

Quero fazer, ainda, menção especial à Lei de Cotas, da qual tive a grata satisfação de ser a relatora na CCJ do Senado, e o enorme prazer de presenciar, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, a sua sanção pela nossa Presidenta Dilma Rousseff, em 2012.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É muito gratificante ser parte desse processo que transformou a realidade do acesso à educação superior por parte da juventude negra.

Infelizmente, mesmo com a sanção da Presidenta Dilma e o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade das cotas, ainda enfrentamos muitos desafios no que diz respeito ao convencimento de elite brasileira, que reiteradamente tem-se colocado contrária a essa política.

São notórios os avanços e a democratização do acesso ao ensino superior desde que as primeiras universidades brasileiras passaram a adotar o critério de cotas étnico-raciais, há 10 anos. Todas as pesquisas indicam que o desempenho dos estudantes que entraram via política de cotas é igual ou superior ao dos não cotistas. Apoiada por 62% da população brasileira, as cotas ampliaram por sete o número de estudantes pobres nas universidades. Está provado que o mecanismo permitiu aumentar a presença de populações excluídas na universidade.

Sem dúvida essa foi uma política que quebrou paradigmas, desmistificou inverdades e se consolidou, Sr. Presidente, enquanto necessária e possível, como uma grande estratégia para inserir os negros e as negras em outro patamar na sociedade brasileira. Um passo importantíssimo para que eles venham a ocupar cada vez mais os espaços de poder e decisão neste País.

No entanto, precisamos avançar...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... e garantir também as cotas nos concursos públicos. E aqui eu quero registrar e parabenizar a Presidenta Dilma, que anunciou, na abertura da Conferência Nacional da Igualdade Racial, o compromisso de encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei que reserva 20% das vagas no serviço público a negros e negras, iniciativa louvável que amplia as garantias da população negra, a exemplo das cotas nas universidades e nos institutos federais.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero ainda dizer que, a meu ver, as cotas nos serviços públicos são necessárias como um meio de acelerar a participação da população negra nos lugares de prestígio do mercado de trabalho.

Eu já vou finalizando, Sr. Presidente. Não vou concluir, pois...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... ainda tenho uma parte do texto para ser lida, mas quero apenas mencionar que ainda precisamos avançar também no mercado de trabalho, pois estamos longe de conquistar espaços importantes.

Eu finalizo, Sr. Presidente, parabenizando todo o povo negro, todas as pessoas, negras e negros, pois, se essas conquistas hoje são realidade, elas são parte da luta e resistência desse povo guerreiro e corajoso.

Viva a memória de Zumbi dos Palmares...

A Srª Lúcia Vânia (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Srª Senadora Lúcia Vânia.

A Srª Lúcia Vânia (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu quero só aproveitar para fazer das palavras da Senadora Ana Rita as minhas palavras. Como eu não vou poder usar da palavra, eu gostaria também de hoje cumprimentar toda a população negra do País, dizer da nossa alegria em podermos comemorar juntos essa data tão importante, embora saibamos que temos grandes desafios pela frente. E V. Exª soube especificar isso de forma muito própria e, sem dúvida alguma, falou por todos nós. Muito obrigada.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero aqui fazer o registro de que a Senadora Lúcia Vânia votou também favoravelmente ao projeto de cotas étnico-raciais, o que muito nos alegou no dia da votação. E o Senador Paulo Paim também foi um dos relatores desse projeto aqui pela Comissão de Direitos Humanos.

Então, Sr. Presidente, finalizo agradecendo a oportunidade, parabenizando todo o nosso povo negro e também dizendo um viva à memória de Zumbi dos Palmares.

Era isso que eu tinha para o momento.

Muito obrigada pela atenção.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA ANA RITA.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs

senadoras, Senhores senadores, Público na Tribuna de honra, Ouvintes da Rádio Senado, Expectadores da TV Senado,

Faço uso deste espaço para saudar o 20 novembro, data que celebramos à reflexão sobre a situação dos negros e negras na sociedade brasileira.

O Dia Nacional da Consciência Negra nos remete a 20 de novembro de 1695, dia em que Zumbi, rei do Quilombo dos Palmares e líder da resistência negra ao escravismo, foi morto, tendo o seu corpo exibido em praça pública para semear o medo entre os escravos e impedir novas revoltas e fugas. Mas o efeito foi oposto: despertou, em muitos, a consciência de que era preciso lutar contra a escravidão e as desigualdades, como Zumbi havia ousado fazer.

Séculos se passaram. Zumbi dos Palmares foi reconhecido, oficialmente, como um herói nacional em 1997 e sua luta continua mais do que viva entre nós.

Quero iniciar minha reflexão lembrando que foi às custas do sofrimento dos negros e das negras nas senzalas, nos campos e nas cidades, que foi erguido tudo o que havia nos primórdios da história do Brasil. Veio a Lei da Abolição em 1888. De lá para cá o Brasil mudou. Nosso País é, hoje, uma das maiores economias do mundo, mas a população negra, mais de 50% do nosso povo, segundo o IBGE, continua em situação de desigualdade, continua a ocupar funções menos qualificadas no mundo do trabalho e são as maiores vítimas da violência nas periferias das grandes cidades, em especial os jovens negros.

Pesquisa divulgada, nesta terça-feira, pelo IPEA, confirma o extermínio da juventude negra. Infelizmente, meu Estado, o Espírito Santo, ao lado de Alagoas e da Paraíba, concentra o maior número de homicídios de negros e negras. O Espírito Santo no ranking elaborado pelo Ipea, registra 65 homicídios de negros a cada 100 mil habitantes. No Estado, os assassinatos diminuem a expectativa de vida dos homens negros em quase três anos, o que mostra que os negros são duplamente discriminados. Seja pela situação socioeconômica, seja pela cor de pele. Segundo o IPEA, tais discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros. Este é um grave problema que merece a atenção de todos e de todas e sobre o qual devemos nos debruçar para mudá-lo. Temos o enorme desafio de garantir aos negros, em especial, aos jovens negros, o direito à vida. E, justamente para superar essa triste estatística, é que o Governo Federal, por meio da Seppir e da Secretaria Nacional de Juventude, criou o Plano Nacional de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, intitulado “Juventude Viva”.

Faço questão de mencionar, neste pronunciamento o plano nacional e a ocorrência recente de importantes fatos na vida política do Brasil porque indicam sinais de mudanças positivas. Cito, por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Criada no governo do Presidente Lula, em 21 de março de 2003 e atualmente comandada pela companheira, ministra Luíza Bairros, a quem parabeno pelo excelente trabalho. Este ano comemoramos 10 anos da Secretaria, 10 anos de existência e de incansável luta em favor da garantia de direitos e da ampliação da cidadania da população negra. Lembro que a criação da Seppir é parte da reivindicação histórica do movimento negro brasileiro e marca um momento singular da história desse país, no qual o Estado brasileiro altera profundamente o trato com relação a questão racial e assume o compromisso de tratar com a devida atenção e responsabilidade esse tema.

Por anos e anos a população negra resistiu bravamente e empunhou sozinha a luta para desmistificar a idéia de um país com plena democracia racial, onde as diferentes raças convivem harmoniosamente, ou mesmo da necessidade de enfrentar o racismo velado, ainda generalizado no seio da sociedade.

É claro que ainda temos inúmeros desafios para superar o racismo e seus nefastos efeitos na vida de cada cidadão e cidadã negro e negra desse país, mas sem dúvida conquistamos muitos avanços.

Nesse contexto, destacam-se a criação da Lei 10.639/2003, que muda a lei de diretrizes e bases da educação brasileira e determina a inclusão da história e da cultura africana nos currículos escolares, uma reivindicação de décadas da população negra, que, acertadamente, questionava como a escola de um país que tem na sua formação uma diversidade tão grande, poderia ignorar uma parcela tão significativa da sua população.

E aqui não falo somente em termos numéricos, mas da importância do povo negro para a formação sociológica brasileira, tanto do ponto de vista da sua centralidade no que diz respeito à cultura, quanto da contribuição efetiva que esses povos tiveram e ainda tem no desenvolvimento desse país em todos os seus setores.

Destaco também o decreto 4887/2003 (que trata da titulação de terras quilombolas), a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a implementação da Política Nacional para Comunidades Quilombolas, e a sanção do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010.

Quero fazer, ainda, menção especial à Lei de Cotas, a qual tive a grata satisfação de ser a relatora na CCJ do Senado, e o enorme prazer de presenciar, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, a sua sanção pela nossa presidenta Dilma Rousseff, em 2012. É muito gratificante ser parte desse processo que transformou a realidade do acesso à educação superior por parte da juventude negra.

Infelizmente, mesmo com a sanção da presidenta Dilma e o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade das cotas, ainda enfrentamos muitos desafios no que diz respeito ao convencimento de elite brasileira, que reiteradamente tem se colocado contrária a essa política. São notórios os avanços e a democratização do acesso ao ensino superior desde que as primeiras universidades brasileiras passaram a adotar o critério de cotas étnicorraciais, há 10 anos. Todas as pesquisas indicam que o desempenho dos estudantes que entraram via política de cotas é igual ou superior ao dos não cotistas. Apoiada por 62% da população brasileira as cotas ampliaram por sete o número de estudantes pobres nas universidades. Está provado que o mecanismo permitiu aumentar a presença de populações excluídas na universidade.

Sem dúvida essa foi uma política que quebrou paradigmas, desmitificou inverdades e se consolidou enquanto necessária e possível, como uma grande estratégia para inserir os negros e as negras em outro patamar na sociedade brasileira. Um passo importantíssimo para que eles venham a ocupar cada vez mais os espaços de poder e decisão neste país. No entanto, precisamos avançar e garantir, também, as cotas nos concursos públicos. Ao meu ver, as cotas nos serviços públicos são necessárias como um meio de acelerar a participação da população negra nos lugares de prestígio do mercado de trabalho. Para vocês terem uma idéia, no levantamento que foi feito pelo Ministério do Planejamento, entre 2004 e 2013, o ingresso de pessoas negras no serviço público variou de 22% a 29%, quase 30%. Isso significa que é uma taxa de ingresso muito inferior à participação dos negros no total da população brasileira, que, de acordo com a última PNAD, já chega a 53%. Daí a necessidade de estabelecer essa cota de 20% de maneira que, nos próximos 10 anos, nós possamos aproximar o percentual de ingressantes no serviço público ao percentual total da população negra no Brasil. Desta forma, nós estaremos fazendo algo que é aquilo que se espera de uma sociedade democrática, que é abrir oportunidades para todos os seus cidadãos

e cidadãs, independentemente da cor da pele ou de qualquer outra condição.

Parabéns ao povo negro, pois se essas conquistas hoje são realidade, elas são parte da luta e resistência desse povo guerreiro e corajoso.

Viva a memória de Zumbi dos Palmares! Era o que tinha para o momento. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço, Senadora Ana Rita, e me associo aos parabéns a todos os negros e negras do nosso Brasil, que são os que fizeram, pela vinda dos portugueses, os brasileiros que hoje estamos aqui cuidando do nosso País.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de solicitar, como não tive a condição de fazer a leitura integral, que fosse registrado e publicado este discurso no dia de hoje.

Então, considere, na íntegra, o discurso que acabei de fazer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – A solicitação de V. Exª será atendida, conforme o Regimento.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, menos de um minuto. Eu quero só agradecer ao Senador que me telefonou agora, cedendo o lugar. Amanhã, serei o primeiro a falar para fazer uma homenagem a Zumbi, ao dia 20 de novembro, já que hoje, infelizmente, não podemos, devido ao compromisso da sessão do Congresso. E V. Exª, corretamente, tem que encerrar a sessão.

Então, agradeço muito ao Senador que me cedeu o espaço. Eu estava no art. 17 e serei o primeiro a falar, amanhã, sobre este tema: 20 de novembro, Zumbi dos Palmares.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço o entendimento de V. Exª.

Amanhã, tenho certeza de que V. Exª fará o pronunciamento que não pôde fazer no dia de hoje.

Sobre a mesa, requerimento de pedido de urgência do Senador Wellington Dias, que será lido e votado na sessão deliberativa de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.369, DE 2013

Requer que a licença dos trabalhos da Casa aprovada por meio do Requerimento nº 1.229, de 2013 seja modificada para o período de 2 a 3 de dezembro

de 2013, em virtude do adiamento das reuniões da Mesa Diretiva do Mercosul, que se realizariam em 11 e 12 de novembro.

Comunica, ainda, que estará ausente do País entre os dias 1º e 4 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.370, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas condolências à família da jovem piauiense Júlia Rebeca, falecida no dia 10/11, na cidade de Parnaíba/PI.

Justificação

A jovem Júlia Rebeca tinha 17 anos e era uma adolescente comum: alegre e sorridente. Depois da divulgação de um vídeo íntimo, pela internet, ela tirou a própria vida. Diante dessa fatalidade, solicito que o Ministério da Justiça auxilie nas investigações e encontre o culpado pela divulgação.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2013. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2013

(PLS nº. 228/2011)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011, que Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, de novembro de 2013. – Senador **Humberto Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – O Senado Federal recebeu os **Ofícios nºs 485 e 486, de 2013**, da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção, respectivamente, do **Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012**; e do **Projeto de Lei da Câmara nº 323, de 2009**.

São os seguinte os ofícios:

Of. nº 485/2013/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2013

Assunto: Comunica envio de PL à sanção presidencial

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 4.781, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 212, de 2012, nessa Casa), que “altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura, e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 20-11-13.

Atenciosamente, – Deputado **Gonzaga Patriota**, Primeiro Suplente de Secretário.

Of. nº 486/2013/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2013

Assunto: Comunica envio de PL à sanção presidencial

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as emendas oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 1.372, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 323, de 2009), que “autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 20-11-13.

Atenciosamente, – Deputado **Gonzaga Patriota**, Primeiro Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.316, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2013 (nº 4.226/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA).

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, 46 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário na Área Apoio Especializado (Especialidade Tecnologia da Informação) e um de Técnico Judiciário da mesma Área e Especialidade, totalizando 47 cargos, constantes do Anexo da Lei que se quer aprovar.

Por sua vez, o art. 2º determina que as despesas decorrentes da execução da Lei que decorrer do projeto correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 8ª Região no orçamento geral da União.

Consta da justificação que, no período de 2000 a 2010, houve aumento de 31% no volume de processos recebidos nas Varas do Trabalho do TRT da 8ª Região, ficando esse Tribunal, em comparação aos demais Regionais, entre os dez que mais receberam processos por ano e a sétima maior média de processos recebidos por juiz.

A criação dos cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário na Área de Apoio Especializado (Especialidade Tecnologia da Informação) visa a adequar o quadro permanente do TRT da 8ª Região aos limites fixados pela Resolução nº 63, de 2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) – alterada pelas Resoluções nºs 77 e 83 –, que versa sobre a estrutura administrativa dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Também objetiva adequar o TRT da 8ª Região ao disposto na Resolução nº 90, de 2009, do CNJ, que aponta a necessidade de os tribunais manterem um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia de informação e comunicação.

Atualmente, o TRT da 8ª Região conta com 27 servidores ocupantes de cargos efetivos na área de tecnologia de informação e comunicação (TIC), mas o quantitativo mínimo previsto no normativo do CNJ, em face do número de usuários, é de 35 profissionais de informática, havendo, portanto, déficit de servidores na área de TIC, o que justifica o incremento de pessoal proposto pelo projeto.

Ainda segundo a justificativa, o Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão TCU nº 1.603/2008, evidenciou as carências na governança de tecnologia de informação, e mediante o Acórdão TCU nº 663/2009 foi taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem às boas práticas para sua gestão que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade e segurança da informação.

Menciona, ademais, a transformação do processo judicial físico para eletrônico, com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na Justiça do Trabalho que exige mão-de-obra especializada capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciais, beneficiando, dessa forma, a sociedade e contribuindo para viabilização do princípio constitucional da razoável duração do processo, preconizado no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

O projeto veio acompanhado do Parecer do Conselho Nacional de Justiça, favorável à criação de 46 cargos de Analista Judiciário, especialidade Tecnologia de Informação, e de um de Técnico Judiciário da mesma Área e Especialidade, totalizando 47 cargos, da resolução administrativa do órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho e da

decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a respeito da criação dos cargos em exame.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto teve aprovação unânime da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que decidiu pela sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Não houve apresentação de emenda ao projeto.

II – ANÁLISE

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2013, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, b), em face de sua competência para a *criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores*, onde houver, não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Na sua substância, a proposição se ampara no inciso LXXVIII do art. 5º da CF, princípio fundamental que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a celeridade processual, legitimando, dessa forma, todo e qualquer aprimoramento, na estrutura dos tribunais, que tencione viabilizar a razoável duração do processo.

O Projeto foi examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Sessão realizada em 4 de julho de 2012, conforme Parecer de Mérito nº 0001747-92.2012.2.00.0000.

Quanto ao mérito, o projeto homenageia o princípio constitucional ao buscar dotar o tribunal de elementos humanos capazes de conferir maior eficácia à tramitação dos processos, numa área da maior

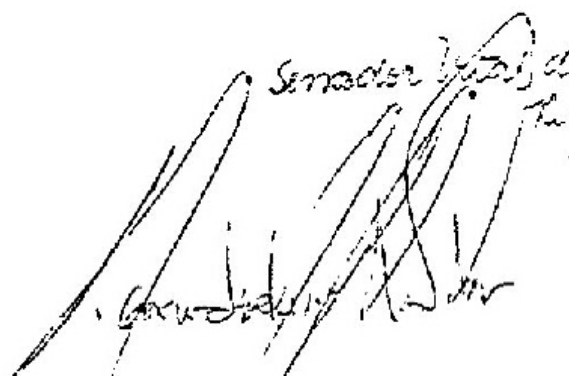
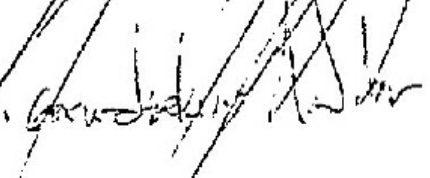
relevância no mundo atual. O aumento da população, ao lado da maior facilidade de acesso ao Poder Judiciário, gerou crescimento das demandas trabalhistas, que hoje em dia só podem ter respostas satisfatórias se houver suficiente implementação do processo eletrônico, capaz de atender a contento a demanda dos jurisdicionados. Sem essa deliberação, a celeridade processual e a razoável duração dos processos figurarão como exigências constitucionais sem condições de se efetivarem.

Informamos, por fim, que há previsão de recursos orçamentários para a criação dos 47 cargos objeto do projeto em exame, conforme prevê o item 2.6.14, dentre os projetos da Justiça do Trabalho, relacionados no Anexo V da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (Lei Orçamentária Anual – LOA/2013).

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2013.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2013.

 *Senador João de Deus*, Presidente
 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: _____ Nº _____ DE _____

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE _____, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL <i>[Assinatura]</i>	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA <i>[Assinatura]</i>	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES <i>[Assinatura]</i>	3. JORGE VIANA
ANÍBAL DINIZ <i>[Assinatura]</i>	4. ACIR GURGACZ
ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	5. WALTER PINHEIRO <i>[Assinatura]</i>
INÁCIO ARRUDA <i>[Assinatura]</i>	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES <i>[Assinatura]</i>	7. HUMBERTO COSTA <i>[Assinatura]</i>
RANDOLFE RODRIGUES <i>[Assinatura]</i>	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY <i>[Assinatura]</i>	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA <i>[Assinatura]</i>	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO <i>[Assinatura]</i>	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA <i>[Assinatura]</i>	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE <i>[Assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[Assinatura]</i>	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES <i>[Assinatura]</i>	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETEÇÃO <i>[Assinatura]</i>	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCA <i>[Assinatura]</i>	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <i>[Assinatura]</i>	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA <i>[Assinatura]</i>	2. FLEXA RIBEIRO
ÁLVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO <i>[Assinatura]</i>	4. PAULO BAUER
ALOÍSIO NUNES FERREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. CYRO MIRANDA
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO <i>[Assinatura]</i>	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI <i>[Assinatura]</i>	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	3. BLAIRO MAGGI
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES <i>[Assinatura]</i>	4. ALFREDO NASCIMENTO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETRARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

PARECER

Nº 1.317, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2013 (nº 4.227/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. (RJ)

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, oitenta e dois cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário na Área de Apoio Especializado (Especialidade Tecnologia da Informação), constantes do Anexo da Lei que se quer aprovar.

Por sua vez, o art. 2º determina que as despesas decorrentes da execução da Lei que decorrer do projeto correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 1ª Região no orçamento geral da União.

A justificação menciona que a iniciativa foi analisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, na Sessão de 4 de julho de 2012, conforme Parecer de Mérito nº 0001708-95.2012.2.00.0000.

Consta da justificação que, no âmbito da jurisdição do TRT da 1ª Região, que abrange 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e conta com 134 Varas, sendo 82 na capital e 52 no interior, houve significativo crescimento econômico decorrente do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) e dos investimentos em infraestrutura urbana relacionados à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, gerando empregos diretos e indiretos, com repercussão na quantidade de lides trabalhista e, conseqüentemente, no acréscimo da carga de trabalho.

A criação dos cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário na Área de Apoio Especializado (Especialidade Tecnologia da Informação) visa a adequar o quadro permanente do TRT da 1ª Região ao disposto na Resolução nº 63, de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) – alterada pelas Resoluções nºs 77 e 83 do CSJT –, que versa sobre a estrutura administrativa dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Também objetiva adequar o TRT da 1ª Região ao disposto na Resolução nº 90, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aponta a necessidade de os tribunais manterem um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia de informação e comunicação.

Atualmente, o TRT da 1ª Região conta com 38 servidores ocupantes de cargos efetivos na área de tecnologia de informação e comunicação, mas o quantitativo mínimo previsto no normativo do CNJ, em face do número de usuários, será alcançado com o acréscimo de 82 cargos solicitados, conforme objetiva o projeto em exame.

Ainda segundo a justificativa, o Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão TCU nº 1.603/2008, evidenciou as carências na governança de tecnologia de informação, e mediante o Acórdão TCU nº 663/2009 foi taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem às boas práticas para sua gestão que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade e segurança da informação.

Menciona, ademais, a transformação do processo judicial físico para eletrônico, com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na Justiça do Trabalho que exige mão-de-obra especializada capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciais, beneficiando, dessa forma, a sociedade e contribuindo para viabilização do princípio constitucional da razoável duração do processo, preconizado no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

O projeto veio acompanhado do Parecer do Conselho Nacional de Justiça, favorável à criação de 82 cargos de Analista Judiciário, especialidade Tecnologia de Informação, e das decisões do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a respeito da criação dos cargos em exame.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto teve aprovação unânime da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que decidiu pela sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não houve apresentação de emenda ao projeto.

II – ANÁLISE

O Projeto encontra apoio nos preceitos constitucionais concernentes ao funcionamento do Poder Judiciário, especialmente no art. 96 da Lei Maior, que na letra “b” do seu inciso II confere privativamente aos tribunais superiores a competência para a *criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.*

Na sua substância, a proposição se ampara no inciso LXXVIII do art. 5º da CF, princípio fundamental que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a celeridade processual, legitimando, dessa forma, todo e qualquer aprimoramento, na estrutura dos tribunais, que tencione viabilizar a razoável duração do processo.

Nesse sentido, o projeto homenageia o princípio constitucional ao buscar dotar o tribunal de elementos humanos capazes de conferir maior eficácia à tramitação dos processos, numa área da maior relevância no mundo atual. O aumento da população, ao lado da maior facilidade de acesso ao Poder Judiciário, gerou crescimento das demandas trabalhistas, que hoje em dia só podem ter respostas satisfatórias se houver suficiente implementação do processo eletrônico, capaz de atender a contento a demanda dos jurisdicionados. Sem essa deliberação, a celeridade processual e a razoável duração dos processos figurarão como exigências constitucionais sem condições de se efetivarem.

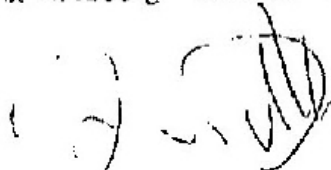
Informamos, por fim, que há previsão de recursos orçamentários para a criação dos 82 cargos objeto do projeto em exame, conforme prevê o item 2.6.15 do Anexo V da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (Lei Orçamentária Anual – LOA/2013).

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2013.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2013.

Senator Vital do Rêgo, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 84 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Vital do Rêgo</u>	
RELATOR: <u>Senador Francisco Dornelles</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL <u>[assinatura]</u>	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA <u>[assinatura]</u>	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES <u>[assinatura]</u>	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO <u>[assinatura]</u>
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA <u>[assinatura]</u>
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY <u>[assinatura]</u>	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA <u>[assinatura]</u>	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÉGO <u>[assinatura]</u>	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u>	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP <u>[assinatura]</u>
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA <u>[assinatura]</u>
FRANCISCO DORNELLES <u>[assinatura]</u>	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO <u>[assinatura]</u>	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ <u>[assinatura]</u>	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA <u>[assinatura]</u>
CÁSSIO CUNHA LIMA <u>[assinatura]</u>	2. FLEXA RIBEIRO <u>[assinatura]</u>
ALVARO DIAS <u>[assinatura]</u>	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO <u>[assinatura]</u>	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA <u>[assinatura]</u>	5. CYRO MIRANDA
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI <u>[assinatura]</u>	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.316 e 1.317, de 2013**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os **Projetos de Lei da Câmara nºs 86 e 87, de 2013**.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, todos sabemos pela experiência cotidiana que as estradas brasileiras encontram-se em situação alarmante. E problema de todo o País. E preciso, porém, continuar a tratar do assunto até que tenhamos estradas condizentes com nossa necessidade. Além disso, quando temos acesso a dados e estatísticas podemos ter uma percepção mais clara da extensão do problema que enfrentamos em termos de precariedade de infraestrutura e podemos saber o que deve ser feito.

No meu Estado do Piauí, a situação é ainda mais grave do que na maior parte do Brasil, merecendo maior atenção por parte do governo federal. Vejamos.

A CNT – Confederação Nacional do Transporte tem levado a cabo, desde 1995, importantíssimo trabalho de levantamento das verdadeiras condições das rodovias brasileiras, analisando, nas palavras da entidade, “...o estado de conservação e as condições de trafegabilidade de cada uma delas”. Mais especificamente, a entidade analisa “aspectos do pavimento, da sinalização e da geometria da via, o que permite a classificação dos trechos como ótimo, bom, regular, ruim e péssimo. Os resultados são apresentados por tipo de gestão (pública ou concedida), de rodovia (federais ou estaduais), por região e por Unidade da Federação”.

Ou seja, há grande seriedade na condução da pesquisa porque são dados retirados do exame detalhado e in loco das estradas brasileiras.

Como é preciso sempre ressaltar, o problema da baixa qualidade das estradas brasileiras é questão que afeta praticamente todos os Estados brasileiros. De Norte a Sul, a infraestrutura é um dos temas na ordem do dia. No Piauí, infelizmente, o quadro, volto a ressaltar, é ainda pior.

Segundo a CNT, a situação do Piauí, enfato mais uma vez, é muito ruim. Apenas 30 quilômetros, ou 1% do total, podem ser considerados ótimos. Vinte e quatro vírgula três por cento são boas.

Por outro lado, 39% estão em estado regular, enquanto 27,1% são ruins e 8,6% são péssimas.

Os problemas estão em todos os quesitos pesquisados: pavimentação, sinalização e geometria da via.

De acordo com a CNT, a situação do Piauí é a terceira pior do Nordeste, à frente apenas de Maranhão e Ceará.

Antônio Leão, diretor do Sest-Senat, Serviço Nacional do Transporte, em entrevista concedida ao Portal de notícias G1, afirmou que “Os estudos revelaram que 77% das estradas têm deficiência seja na largura, na falta de sinalização ou acostamento. Isso representa um custo maior para o carregador, por exemplo, os fretes chegam a ficar 20% mais caros, acarretando prejuízos no setor de transporte rodoviário, que afetam tanto o transportador, como o comprador da carga, até o consumidor, que vão pagar mais caro pelo produto”.

Preocupante também é o fato de que o sul do Estado, uma das fronteiras agrícolas brasileiras tem praticamente todas as suas rodovias consideradas como regulares, ruins ou péssimas.

O Estado do Piauí tem sido uma das vanguardas do desenvolvimento agrícola brasileiro. A produção de soja e outros produtos do campo encontrou terreno fértil no Estado. No entanto, o empreendedorismo encontra sérias barreiras para se desenvolver em razão de diversos obstáculos que dificultam a vida de quem se propõem a investir no Piauí. A precariedade da infraestrutura é elemento que conspira contra o País e contra os produtores.

É preciso investir não apenas na construção de estradas, mas também em ações permanentes de manutenção e recuperação de vias. Precisamos disso. Com urgência. No caso do Piauí é preciso ainda mais atenção porque o povo piauiense tem se esforçado diariamente em prol da economia brasileira.

Encerro, pois, este breve discurso, solicitando ao DNIT -Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – que invista no estado e garanta que tenhamos estradas conservadas e seguras. É urgente! É importante! É necessário! O povo piauiense agradecerá. A economia piauiense agradecerá e, mais importante do que tudo, é sempre bom lembrar que em boas estradas há menos acidentes e, portanto, mais vidas são preservadas!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a morte no dia 20 de novembro de 1995, do líder negro Zumbi dos Palmares, aos 40 anos de idade, depois de ser capturado, é lembrada hoje, Dia Nacional da Consciência Negra, por

meio de um sem-número de atividades políticas e de protestos, realizadas em todo o país, promovendo, desta forma, uma série de reflexões sobre questões raciais no país.

Maior símbolo da luta pela liberdade e valorização do povo afro-brasileiro, Zumbi nasceu em Palmares, atual Estado do Alagoas. Descendente de guerreiros Imbangalas, de Angola, Zumbi dos Palmares foi educado pelo Padre Antônio Melo, que o batizou de Francisco, depois de ser aprisionado por uma expedição portuguesa.

Em busca de suas origens, aos 15 anos, Zumbi voltou para o Quilombo dos Palmares, a comunidade livre composta de escravos fugitivos das fazendas, tornando-se líder de seu povo. Estrategista militar Zumbi comandou muitas lutas de resistência sobre os soldados portugueses, sendo vitorioso. Mas o quilombo foi atacado, em 1694, a sede da comunidade ficou totalmente destruída e Zumbi escapou dos inimigos, mas foi logo capturado.

Este ano, o Dia Nacional da Consciência Negra será marcado pela visibilidade das ações afirmativas conquistadas no cenário nacional. Mas as atividades do período também abrem um amplo leque de debates em torno de temas como a prevenção da violência contra a juventude negra e a persistência da representação negativa da pessoa negra nos veículos de comunicação, entre outros temas.

O Governo Federal comemora esta data com o lançamento no Rio de Janeiro, do Carimbo Comemorativo ao Dia Nacional da Consciência Negra, cuja imagem remete à logomarca da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), realizada aqui em Brasília, no início deste mês, e que reuniu mais de 1.500 militantes da causa étnico-racial, de todas as unidades da federação.

Nesta exposição ‘SEPPIR 10 – Uma década de igualdade racial’, lançada na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), o governo federal propicia o conhecimento de diversas ações desenvolvidas nos últimos dez anos pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), e com o tema “Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo”, a conferência reafirmou compromissos e apontou mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial bem como fez recomendações ao Poder Executivo.

Nesta conferência, foi lançado o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborada pela SEPPIR em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e direcionado a técnicos, gestores e ativistas comprometidos com a promoção da igualdade racial.

Principal marco legal da política pública do governo federal voltada à promoção da igualdade entre as raças, o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela lei 12.288, de 20 de julho de 2010, destina-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial, que começa a ser difundido a partir de hoje, contém medidas que se fazem necessárias à abordagem da questão racial na implementação nos três níveis de governos dos programas, políticas e ações afirmativas em importantes áreas de atuação tais como saúde, educação, cultura, esporte e lazer; moradia; trabalho e justiça.

Outro lançamento na Conapir foi o “Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos” que mostra a distribuição percentual da população negra no país, com base no Censo Demográfico de 2010. A representação espacial permite a visualização de padrões socioeconômicos, podendo, desta forma, colaborar para a implementação das políticas públicas de acordo com as necessidades de cada localidade ou região.

Ainda na Conapir, foi lançado o módulo do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial que trata do Programa Brasil Quilombola (PBQ) e do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva.

A propósito, a este respeito dos direitos da população negra, especialmente, na questão da saúde, a presidenta Dilma Rousseff anunciou na III Conapir, que seu governo irá criar no âmbito do Ministério da Saúde, uma instância de Enfrentamento ao Racismo Institucional e Promoção da Igualdade Racial, para coordenar as ações direcionadas à população negra.

Esta instância terá a missão de coordenar a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e outras ações estratégicas para a erradicação do racismo na saúde. Apresentada pela ministra Luiza Bairros, ao ministério da Saúde, a proposta de criação de uma instância específica e com este caráter, está sob a análise do Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa (Dagep), do MS.

Decisão administrativa altamente procedente. Nos últimos tempos, as estatísticas da violência que atinge a população negra têm mostrado que a cada dia, mais jovens negros do que jovens brancos estão morrendo por homicídio no país.

Estudo realizado pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) revela que em 2010, 49.932 pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil, perfazendo uma média de 26,2 pessoas a cada 100 mil habitantes. Deste total, pasmem senhores senadores e senadoras, 70,6% das vítimas eram negras.

Situado no período de 2002 a 2010, os dados do Mapa da violência 2012 revelam que, em dez anos, morreram assassinados no país, 272.422 cidadãos negros, com uma média de 30.269 assassinatos ao ano. Conforme os dados disponíveis no Mapa da violência 2012, considerando o conjunto da população, entre 2002 e 2010, as taxas de homicídios brancos caíram de 20,6 para 15,5 homicídios – queda de 24,8% – enquanto a de negros cresceu de 34,1 para 36,0 – um aumento de 5,6%.

Dados recolhidos pelo DataSUS, do Ministério da Saúde juntados aos do Mapa da Violência 2011 também mostram que em 2010, 26.854 jovens com idade entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio. Estas vítimas perfazem 53,5% do total. Ficamos sabendo que 74,6% dos jovens assassinados eram negros e 91,3% das vítimas de homicídio eram do sexo masculino. Já as vítimas jovens (ente 15 e 29 anos) correspondem a 53% do total e, entre 2000 e 2009, a diferença entre jovens brancos e negros saltou de 4.807 para 12.190 homicídios.

Os números citados são reforçados pelos dados de outra pesquisa. Intitulada “Violência contra a juventude negra no Brasil”, pesquisa realizada pelo DataSenado, em outubro último de 2012, revelou que a maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil atinge mais as pessoas jovens. Conforme os dados, do total de vítimas em 2010, cerca de 50% tinham entre 15 e 29 anos. Mas o recorte de raça revela que desses, 75% são negros.

Nesta pesquisa – feita com 1.234 pessoas de 123 municípios -, a maioria (66,9%) dos entrevistados – pessoas com 16 anos ou mais e que têm acesso a telefone fixo – afirmou serem os negros as principais vítimas de violência. Apenas 14% disseram serem os brancos. Três por cento apontam os indígenas e 1% os asiáticos.

No contexto regional, o Mapa da Violência 2012, mostra que a Região Norte, com 125,5% de casos, foi a que evidenciou o maior crescimento no número de homicídios negros no país, entre 2002 e 2010. Em Roraima, em 2002, foram registrados 21 casos de

homicídios de pessoas brancas, enquanto o total de negros assassinados foi 91. Em 2010, ano que fecha o período da pesquisa, foram assassinados em Roraima, oito brancos contra 103 negros.

Com base nestes números, o ordenamento das unidades da federação pelas taxas, mostrou que foi de 8,5 em Roraima, no ano de 2010. No Âmbito nacional, os números do período estudado são reveladores do grau de discriminação com a população negra em nosso Estado. Com base nos dados destas pesquisas, chegamos, portanto, à conclusão de que há no país, uma tendência à mortalidade seletiva, direcionada à população negra.

Por conta disso, a data abre um amplo leque de debates em torno de temas como a prevenção da violência contra a juventude negra, a persistência da representação negativa da pessoa negra nos veículos de comunicação e a necessidade inadiável, de ampliamos a discussão sobre os direitos conquistados nos últimos anos, pela uma população afro-brasileira.

Eu poderia marcar este Dia Nacional de Consciência Negra denunciando outros tipos de violências que, infelizmente, ainda são praticadas contra milhares de brasileiros e brasileiras, que em pleno século 21, ainda são obrigadas a responder pela cor da pele. Mas, eu prefiro ser mais afirmativa e dizer que, neste Dia de luta e de lembranças de Zumbi dos Palmares, são as ações afirmativas que marcam esta data.

Além de algumas ações afirmativas que já citei, ressalto, por fim, que a temática da consciência negra já está pautada na vida e na política de nossa sociedade. Não por acaso, o Dia Nacional de Consciência Negra, já é feriado em 1.047 municípios de 17 Estados – AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PB, PA, RJ, RS, SC, SP e TO.

Muitas conquistas foram se concretizando. Mas, ainda temos muitos reparos a fazermos, de forma a ser garantida a igualdade racial, fazendo assim, justiça com esta parcela da população que representa atualmente, 50,6% da nossa sociedade.

Era o que tinha a falar hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a sessão deliberativa de hoje do Senado Federal, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2013

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2013 (nº 349/2001, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Luiz Antonio Fleury), que acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47; e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52; ao § 2º do art. 55; e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.

Parecer sob nº 1.279, de 2013, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Ângela Portela, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a

Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial
– Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro

signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial
– Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57A, DE 1999**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57A, de 1999 (nº 438/2001, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (trabalho escravo).

Parecer favorável, sob nº 594, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 34, DE 2013**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e

extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006
(Desarquivado nos termos do
Requerimento nº 239, de 2011)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 5, de 2006 (no 2.472/2000, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.

Pareceres favoráveis, sob nos 403 e 404, de 2009; e 743, de 2011, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador César Borges;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e
– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2009), Relator: Senador Rodrigo Rollemberg.

11**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.

Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Armando Monteiro.

13

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2013
(Tramitando nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório Parcial nº 4, de 2013, da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, Relator: Senador Romero Jucá), que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 787, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.

Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2013 (nº 825/2013,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011. Parecer favorável, sob nº 1.302, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *Ad hoc*: Senadora Ana Amélia.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2013 (nº 873/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010. Parecer favorável, sob nº 1.303, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Ana Amélia.

17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 267, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2013 (nº 1.124/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Cingapura, em 14 de dezembro de 2011.

Parecer favorável, sob nº 1.304, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Ana Amélia.

18

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580,

618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

19**REQUERIMENTO Nº 836, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

20**REQUERIMENTO Nº 937, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).

21**REQUERIMENTO Nº 1.141, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.141, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, dos Projetos de Lei do Senado nºs 107 e 478, de 2003; 118, de 2007; 469, de 2008; 71, 246 e 333, de 2010; 357, 389, 445 e 568, de 2011; 26, 85 e 190, de 2012; e 145, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma (prevê nova modalidade de medida socioeducativa para menor).

22**REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.155, de 2013, da Senadora Ana Rita, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2012, a fim de que tenham tramitação autônoma (promoção da igualdade e combate à discriminação no ambiente de trabalho).

23**REQUERIMENTO Nº 1.223, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.223, de 2013, da Senadora Ana Amélia, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (abatimento de dívidas relativas a programas de investimentos).

24**REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limites de gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal).

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.)

PARECER

Nº 91, DE 2013 - CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 11, de 2013-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado JOSÉ PRIANTE

Relator ad hoc: Deputado WEVERTON ROCHA

1 - RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 82, de 2013-CN (n.º 379/2013, na origem), submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 11, de 2013-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2013 (componente da Lei Orçamentária da União para 2013, Lei n.º 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica.

De conformidade com a Exposição de Motivos (EM) n.º 143/2013 MP, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito em exame tem por finalidade adequar os cronogramas físico-financeiros dos investimentos das respectivas empresas por ele contempladas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício, e atender à demanda por investimentos no setor de energia elétrica.

A tabela a seguir discrimina, por empresa, os projetos com os respectivos valores propostos para acréscimo ao Orçamento de Investimento para o corrente exercício, bem como as respectivas fontes de financiamento.

Orçamento de Investimento 2013 – Crédito Especial / Fontes de Financiamento

Discriminação	Valores (R\$ 1,00)
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	4.000
Aplicação:	
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – na Região Sul	3.000
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, informação e Teleprocessamento – na Região Sul	1.000
Fontes de financiamento:	
Geração Própria	4.000
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. – TSBE	429.017.311
Aplicação:	
Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul	429.017.311
Fonte de financiamento:	
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	209.319.389
Controladora	167.455.511
Outras Estatais	41.863.878
Operações de Crédito de Longo Prazo - Internas	219.697.922
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. – TSLE	545.013.688
Aplicação:	
Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia e Implantação de Subestações na Região Sul	545.013.688
Fonte de financiamento:	
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	208.000.000
Controladora	106.080.000
Outras Estatais	101.920.000
Operações de Crédito de Longo Prazo - Internas	337.013.688
MINISTÉRIO DA DEFESA	
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	2.018.776
Aplicação:	
Implantação do Programa de Revegetação – no Estado do Rio de Janeiro	300.000
Reformas em Instalações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	1.718.776
Fonte de financiamento:	
Geração Própria	2.018.776
SECRETARIA DE PORTOS	
Companhia das Docas do Estado da Bahia	10.000.000
Aplicação:	
Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Salvador (BA)	10.000.000
Fonte de financiamento:	
Geração Própria	10.000.000
TOTAL	986.053.775

A Exposição de Motivos ressalta que a abertura do crédito não afetaria o equilíbrio da meta global de resultado primário para 2013 de responsabilidade do conjunto das empresas estatais federais. Primeiramente, porque a meta estabelecida para as empresas CODEBA e EMGEPRON seria observada na reprogramação do Programa de Dispêndios Globais – PDG que teria sido encaminhada pela Secretaria de Portos da Presidência da República e pelo Ministério da Defesa ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que estaria atualmente em análise no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. E, em segundo lugar, porque as empresas do Grupo ELETROBRÁS não são consideradas no cálculo das metas fiscais, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei n.º 12.708, de 17 de agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO 2013).

A EM n.º 143/2013 MP destaca, por fim, que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2013 a 2015, de que trata a Lei n.º 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários em decorrência das alterações eventualmente promovidas pelo crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2013 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária da União para 2013.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 11, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em


Deputado JOSÉ PRIANTE
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado WEVERTON ROCHA, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado José Priante), favorável ao **Projeto de Lei nº 11/2013-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lidice da Mata, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Arruda, Giovanni Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado WEVERTON ROCHA
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 92, DE 2013 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 014, de 2013-CN que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00, para os fins que especifica".

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Dep. Federal GORETE PEREIRA

Relator "ad hoc": Dep. ALEX CANZIANI

I. RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 0094 de 2013-CN (nº 0426/2013, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 014, de 2013-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de no valor de R\$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos nº 0175/2013/MP, de 11 de outubro de 2013, que acompanha a proposição, informa que a proposta tem por finalidade *viabilizar o cumprimento de compromissos legais relacionados a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento, mediante utilização de mecanismos financeiros para o benefício especial de países de menor renda relativa, para os quais foi solicitado o apoio financeiro da República Federativa do Brasil.*

Ainda segundo as informações prestadas, o pedido está amparado na Lei nº 12.413¹, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a efetuar: **a) doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (Global Alliance for Vaccines and Immunization - Gavi)**, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (IFFIm), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda; **b) contribuição solidária, a título de doação anual, por tempo indeterminado, à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID)**, na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares norte-americanos).

¹ Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a efetuar doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (Global Alliance for Vaccines and Immunization - Gavi), no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (IFFIm), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a efetuar doação anual, por tempo indeterminado, à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID), na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares norte-americanos) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro, com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

Por se tratar de inclusão de categoria de programação não contemplada na Lei Orçamentária de 2013, o crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, em conformidade com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e ensejará a anulação parcial de dotações orçamentárias.

Esclarece que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do citado Decreto. E destaca que a proposta não implica alteração do Plano Plurianual², pois se refere a ações constantes de programa destinado exclusivamente a operações especiais, que não integram o aludido Plano.

Os cancelamentos propostos são derivados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Fundo Nacional de Saúde.

Tabela I

Valores em milhões de R\$

Unidade Orçamentária	Ação Orçamentária	PLN 14, de 2013-CN		Unidade Orçamentária	Ação Orçamentária
		Acréscimos	Cancelamentos		
Fundo Nacional de Saúde	00NJ - Contribuição à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	60,55	60,55	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	20GG - Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores
	DONK - Contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI	2,10	2,10	Fundo Nacional de Saúde	20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
		2,10	2,10		

Segundo os órgãos envolvidos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo, pois os remanejamentos foram decididos com base em projeções das possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

Aberto o prazo regimental, foram apresentadas 39 (trinta e nove) emendas à proposição.

É o relatório.

II. ANÁLISE

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito especial sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

² Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43³ da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2012-2015)⁴.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013 (LDO para 2013)⁵, em especial quanto às prescrições do art. 38⁶. Restringe-se a um único tipo de crédito adicional e as exposições de motivos justificam e indicam as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das respectivas programações e metas.

A proposta atende também ao disposto no art. 12, XIX, da LDO 2013, ao discriminar, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a contribuições e a organismos e entidades internacionais com a identificação nominal do beneficiário.

II.1. Da Classificação das Novas Despesas como Piso da Saúde⁷

Para classificar os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, a Lei de Diretrizes Orçamentárias passou a prever o identificador de uso com dígito seis (IU 6)⁸.

No projeto em análise, as duas ações criadas - para efetuar: **doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (Global Alliance for Vaccines and Immunization - Gavi)**; e contribuição solidária, a título de **doação anual**, à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID) - encontram-se classificadas com o IU 6. Portanto, trata-se de despesas que poderão ser computadas no piso constitucional da saúde.

As transferências decorrentes de cooperação internacional pela busca de novas tecnologias e insumos, bem como por treinamento e capacitação, são atividades que se enquadram na classificação de ações e serviços públicos de saúde para fins de piso constitu-

³ Lei nº 4.320/1964: "Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las."

⁴ PPA 2012/2015: Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

⁵ LDO 2013: Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

⁶ "Art. 38. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2013.

(...)

§ 6º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 7º As exposições de motivos às quais se refere o § 6º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei. (...)

§ 15. Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei."

⁷ Vide Nota Técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira nº 026, de 2013 (in <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2013/NotaTecnica25de2013.pdf>)

⁸ Art. 7º, §11, VII da LDO 2013 (Lei nº 12.708/2012) e do substitutivo do PLDO 2014 (Projeto de Lei nº 02/2013-CN)

cional, uma vez que ensejam a melhoria de bens e serviços de saúde ofertados à população brasileira.

Por sua vez, em que pese a importância de doações internacionais e o papel do Brasil no cenário mundial, uma despesa realizada a título de **doação a país ou organismo internacional** não atende aos requisitos exigidos para ser computada no piso constitucional. Não se trata de dispêndio voltado para promoção, proteção e recuperação da saúde da população brasileira, mas de outros países em desenvolvimento.

Dessa forma, propõe-se a alteração do identificador de uso de tais despesas de "6" para "0". Ressalte-se que o ajuste não impede a execução, mas apenas evita que tais valores sejam considerados no cumprimento dos recursos mínimos a serem aplicados pela União.

II.2. Da Execução das Dotações com Proposta de Cancelamento

As programações oferecidas para cancelamento apresentam, até a presente data, o empenhamento constante da Tabela II. Como se observa, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que sofrerá o maior cancelamento, encontra-se sem execução orçamentária na ação *"20GG - Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores"*.

Tabela II

Valores em milhões de R\$							
UO (Cod)	UD	Funcional	Ação	Subtítulo	Aut.	Emp.	% Emp/ Aut
55101	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	08.334.2029.20GG.0001	Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores.	0001 Nacional	245,00	0,00	0,0%
36901	Fundo Nacional de Saúde	10.305.2015.20YE.0001	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças.	0001 Nacional	1.308,50	529,14	40,4%
36201	Fundação Oswaldo Cruz	10.305.2015.20YE.0001	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças.	0001 Nacional	875,50	741,16	84,7%
Total					2.429,00	1.270,30	52,3%

II.3. Das Emendas Apresentadas

No que tange às emendas apresentadas, a análise evidenciou que 12 (doze) conflitam com normas fixadas pela Resolução nº 1 - CN, de 2006, por deixarem de informar elementos mínimos que permitam a identificação da alocação de recursos pretendida, devendo por isso mesmo serem consideradas inadmitidas. Trata-se das emendas nºs 00002; 00010; 00011; 00014 e 00028 a 00035 que devem ser indicadas a **inadmissão**

por se encontrarem em desacordo com o disposto nos arts. 146 e 147 da Resolução nº 1 - CN, de 2006.

As emendas de nº 0001; 0013 e 0038 propõem, em crédito especial, a suplementação de dotações existentes na lei orçamentária vigente. Nos termos do que dispõe o art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN, também devem ser consideradas inadmitidas.

Outras três emendas (nº 0008; 0012 e 0017) desatenderam dispositivos variados da Resolução nº 01, de 2006-CN. Propuseram a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária e deixam de informar os dados da beneficiária do repasse ou os elementos necessários para identificação da alocação de recursos pretendida. Portanto, nos termos do art. 109, III, "b" combinado com os arts. 146 e 147 ou com o art. 50, II, "c", todos da Resolução nº 01, de 2006-CN, todas devem ser indicadas para inadmissão.

Por fim, a emenda 0036 propõe como cancelamento compensatório dotação constante do anexo de cancelamento do crédito. Dessa forma, ao incidir no disposto no art. 109, II, "a", da Resolução nº 01/2006-CN, somos compelidos a propor a inadmissão.

Em que pese o mérito das emendas admitidas, tendo em vista a impossibilidade de atender razoavelmente todas as demandas que são da ordem de R\$ 55,5 milhões, o equivalente a mais de 80% do total do crédito, somos pela rejeição.

III. VOTO


Diante do exposto, somos pela:

I - inadmissão das emendas de nºs 0001; 0002; 0008; 0010 a 0014; 0017; 0028 a 0036 e 0038;

II - rejeição das de nºs 0003 a 0007; 0009; 0015; 0016; 0018 a 0027; 0037 e 0039; e

III - aprovação do Projeto de Lei nº 014, de 2013-CN, com o ajuste implementado pela emenda de adequação técnica nº 01, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputada Federal GORETE PEREIRA
Relatora

RELATÓRIO DE PARECERES ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 014/2013-CN**Emendas Indicadas para Inadmissão**

Nº Emenda	Autor	Fundamento Legal
001	José Rocha	Art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN.
002	Nilton Capixaba	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
008	Gorete Pereira	Art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN e Art. 50, II, "c" da Resolução nº 01, de 2006-CN
010	Pedro Chaves	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
011	Pedro Chaves	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
012	Arnon Bezerra	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN e Art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN
013	José Airton	Art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN.
014	Arnaldo Jordy	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
017	Gera Arruda	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN e Art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN
028	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
029	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
030	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
031	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
032	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
033	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
034	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
035	Wilson Filho	Arts. 146 e 147 da Resolução nº 01/2006-CN
036	Guilherme Campos	Art. 109, II, "a", da Resolução nº 01/2006-CN
038	Gorete Pereira	Art. 109, III, "b" da Resolução nº 01, de 2006-CN.

Total de emendas com parecer pela inadmissão: 19**Emendas com Parecer pela Rejeição**

Emenda	Autor	Emenda	Autor
0003	Gorete Pereira	0020	Cláudio Cajado
0004	Gorete Pereira	0021	Cláudio Cajado
0005	Gorete Pereira	0022	Cláudio Cajado
0006	Gorete Pereira	0023	Cláudio Cajado
0007	Gorete Pereira	0024	Cláudio Cajado
0009	Gorete Pereira	0025	Cláudio Cajado
0015	Genecias Noronha	0026	Cláudio Cajado
0016	Genecias Noronha	0027	Cláudio Cajado
0018	Cláudio Cajado	0037	Gorete Pereira
0019	Cláudio Cajado	0039	Gorete Pereira

Total de emendas Rejeitadas: 20

Sala da Comissão, em de

de 2013.



Deputada Federal GORETE PEREIRA
Relatora

PLN 014, de 2013-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00, para os fins que especifica.

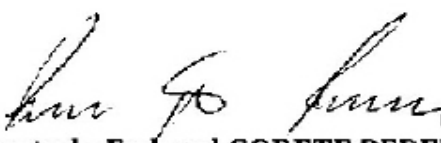
Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Dep. Federal GORETE PEREIRA

EMENDA DE ADEQUAÇÃO TÉCNICA Nº 01

Altere-se o código do identificador de uso de todas as dotações do Anexo I (APLICAÇÃO) de "6" (seis) para "0" (zero).

Sala da Comissão, em de de 2013.


Deputada Federal GORETE PEREIRA
Relatora

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 14/2013-CN**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00, para os fins que especifica

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,


Deputada Federal GORETE PEREIRA
Relatora

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I		CRÉDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E X P	E X P	E X P	E X P	E X P	E X P	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais							64.754.694
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28946	0910 0057 Contribuição à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - VIZIAD							60.554.694
28947	0910 0057 0002 Contribuição à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - VIZIAD - No Exterior							60.554.694
		8	3	2	00	0	151	60.554.694
28948	0910 0058 Contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI							4.200.000
28949	0910 0058 0003 Contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI - No Exterior							4.200.000
		8	3	2	00	0	151	4.200.000
	TOTAL - SEGURIDADE							64.754.694
	TOTAL - GERAL							64.754.694

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II		CRÉDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E X P	E X P	E X P	E X P	E X P	E X P	VALOR
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)							2.100.000
	ATIVIDADES							
10385	2015 2072 Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças							2.100.000
10385	2015 2072 0001 Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças - Nacional							2.100.000
		8	1	1	00	0	151	2.100.000
	TOTAL - SEGURIDADE							2.100.000
	TOTAL - GERAL							2.100.000

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

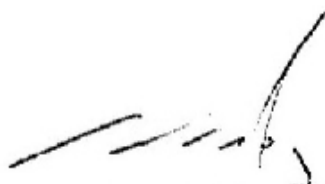
ANEXO II		CRÉDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E X P	E X P	E X P	E X P	E X P	E X P	VALOR
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							62.654.694
	ATIVIDADES							
08334	2029 2060 Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores							62.654.694
08334	2029 2060 0001 Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores - Nacional							62.654.694
		8	3	2	00	0	151	62.654.694
	TOTAL - SEGURIDADE							62.654.694
	TOTAL - GERAL							62.654.694

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ALEX CANZIANI, relator *ad hoc* (designada relatora anteriormente a Deputada Gorete Pereira), favorável ao **Projeto de Lei nº 14/2013-CN**, nos termos do Substitutivo apresentado, que incorpora 1 (uma) emenda de Relator. Quanto às 39 (trinta e nove) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs. 1, 2, 8, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38 e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Arruda, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado ALEX CANZIANI
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 93, DE 2013 – CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2013 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.346.000,00, para os fins que especifica.”

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado EVANDRO MILHOMEN

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61 da Constituição Federal, a Senhora Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 101, de 2013-CN (nº 433/2013, na origem), o Projeto de Lei nº 21, de 2013 - CN, que “*abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.346.000,00, para os fins que especifica*”.

A Exposição de Motivos - E.M. nº 00190/2013/MP, de 11 de outubro de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece a destinação dos recursos:

“3. Em relação ao MME, o crédito permitirá a implementação do projeto de otimização energética em seu Edifício-Sede, como medida de sustentabilidade e economicidade para o Ministério e modelo de eficiência energética para outros órgãos do Governo.

4. No que tange ao MT, os recursos possibilitarão ao DNIT o repasse de recursos, por meio de convênio, à Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR e à Prefeitura Municipal de Porto Velho, para a conclusão das instalações portuárias públicas de pequeno porte no Município de Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, e de Cai N'Água, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, respectivamente, com o objetivo de garantir maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e de passageiros e maior controle quanto à fiscalização.

5. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada mediante Projeto de Lei, à conta de recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 10, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 38, § 7º, da Lei no 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO-2013, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto no 7.995, de 2 de maio de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

7. Vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

8. Finalmente, destaca-se que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, de que trata a Lei no 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.”

O art. 2º do Projeto em exame informa que os recursos destinados ao presente crédito são provenientes decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Desse modo tem-se o seguinte quadro de aplicação e origem dos recursos do presente Projeto:

Ação	Origem dos Recursos	Aplicação dos Recursos	Ação
32101 - Ministério de Minas e Energia - Projeto de Otimização Energética do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia - Em Brasília - DF	10.000.000		
39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT - Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Novo Aripuanã - AM	1.705.000		
39101 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT - Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Porto Velho - RO (Cai N'água)	2.641.000		
Total	14.346.000		
		10.000.000	32101 - Ministério de Minas e Energia - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META - Nacional
		3.641.000	39101 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT - Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No

		705.000	Município de Barcelos - AM 39101 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Lábrea - AM
Total	14.346.000	14.346.000	Total

Lida na Sessão do Senado Federal de 16/10/2013, a Mensagem foi remetida a esta Comissão. Foi aberto o prazo para emendas de 22/10/2013 a 29/10/2013, e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II - EMENDAS

Ao PL em exame foram apresentadas dez emendas, que são todas indicadas como inadmissíveis, tal como fundamentado em anexo próprio.

III - VOTO DO RELATOR

O Projeto em exame é compatível com o Plano Plurianual em vigor, aprovado pela Lei nº 12.593, de 2012.

Quanto à conformidade com as disposições das leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, em vigor, as modificações da programação pretendidas por este crédito não contrariam as vedações expressas nessa lei.

Verifica-se, também, que a Proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, **somos favoráveis à aprovação** do Projeto de Lei nº 21, de 2013-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2013

Deputado EVANDRO MILHOMEN
Relator

QUADRO DE EMENDAS

EMENDAS A SEREM DECLARADAS INADMITIDAS (10 – dez)

(art. 146, §2º, combinado com o art. 15, XI, da Resolução nº 1, de 2006-CN)

Número	Nome do Autor	Fundamentação¹
001	Deputado José Priante	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, III, b
002	Deputado Aelton Freitas	Res. 1, de 2006-CN, art. 41, III
003	Deputada Gorete Pereira	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, III, b
004	Deputado José Aírton	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, I
005	Deputado Alex Canziani	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, III, b
006	Deputado Milton Monti	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, II, a
007	Deputado Milton Monti	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, II, a
008	Deputado Milton Monti	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, II, a
009	Deputado Milton Monti	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, II, a
010	Deputado Cláudio Cajado	Res. 1, de 2006-CN, art. 109, III, b

¹ Resolução nº 1, de 2006-CN:

Art. 41. A emenda ao projeto que propõe acréscimo ou inclusão de dotações, somente será aprovada caso:

I - seja compatível com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indique os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - não seja constituída de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas; e

IV - não contrarie as normas desta Resolução, bem como as previamente aprovadas pela CMO.

Parágrafo único. Somente será aprovada emenda que proponha anulação de despesa mencionada nas alíneas do inciso II quando se referir à correção de erros ou omissões.

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I - contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

II - oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, §3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto; ou

b) integre dotação à conta de recursos oriundos de operações de crédito internas ou externas e as respectivas contrapartidas, ressalvados os casos decorrentes de correção de erro ou de omissão de ordem técnica ou legal, devidamente comprovados;

III - propuserem:

a) em projetos de lei de crédito suplementar, programação nova;

b) em projetos de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária;

c) em projetos de lei de crédito adicional, a anulação de dotações orçamentárias constantes do anexo de cancelamento sem indicar, como compensação, a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação;

IV - ocasionarem aumento no valor original do projeto, ressalvado o disposto no art. 144, I.

§ 1º O Relator indicará, em seu relatório, as emendas que, no seu entender, deverão ser declaradas inadmitidas.

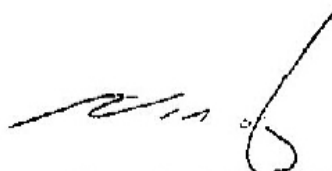
§ 2º O Relator apresentará, em seu relatório, os critérios utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados à programação constante do projeto.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado EVANDRO MILHOMEN, favorável ao **Projeto de Lei nº 21/2013-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS**.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Amuda, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado EVANDRO MILHOMEN
Relator

PARECER

Nº 94, DE 2013 – CN

Projeto de Lei nº 23, de 2013–CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX

RELATOR "AD HOC": Deputado Alex Canziani

I – RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 103, de 2013-CN, (nº 435/2013, na origem) submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, aprovado pela Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil e setecentos e setenta e um reais).

A Exposição de Motivos (EM nº 192/2013-MP) da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, explica que a solicitação visa adequar o orçamento vigente dos órgãos que menciona às suas reais necessidades de execução.

Dessa forma, o crédito em favor do Ministério da Previdência Social permitirá a aquisição de equipamentos de informática para as unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Já a suplementação em favor do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE possibilitará o atendimento de despesas relativas à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED; o desenvolvimento dos sistemas que apoiam as ações de atualização, monitoramento, estudos e pesquisas relativos à Classificação Brasileira de Ocupações - CBO; o atendimento de despesas com sistemas de controle e monitoramento das aplicações do FAT, de operacionalização dos benefícios seguro-desemprego e abono salarial e de integração das ações de emprego, trabalho e renda; a manutenção das atividades executadas na rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE; a

realização de pesquisas sobre emprego, desemprego e mercado de trabalho - PED; o cumprimento das responsabilidades assumidas pelo MTE, no tocante à logística da realização da 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil; e a aquisição de veículos a serem usados como unidades móveis do MTE. Além disso, atenderá a solicitação de parlamentar voltada ao fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos e o fortalecimento da institucionalização da política nacional de economia solidária.

Finalmente, a Mensagem informa que no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito viabilizará a aquisição de equipamentos e veículo para modernização de centrais de recebimento de produtos da agricultura familiar, nos Estados das Regiões, Norte e Nordeste. Além disso, possibilitará a adequação de emendas constantes do orçamento, por solicitação de seus autores, a fim de possibilitar a estruturação da rede de serviços de proteção social básica, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a estruturação da rede de serviços de proteção social especial, no Estado do Amapá.

A EM esclarece que o crédito em tela será atendido à conta de anulação de dotações orçamentárias, por meio do presente projeto de lei, em conformidade com o art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Informa também, seguindo o disposto no art. 38, § 7º, da LDO para 2013, que as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013.

Por último, a EM destaca que o crédito em exame contempla cancelamentos de emendas individuais, conforme solicitação de seus autores (Deputado Federal Ronaldo Nogueira e Senador João Capiberibe, no âmbito do MDS e Deputado Federal Ronaldo Zulke, no âmbito do Ministério da Educação para suplementação no MTE). Informa ainda que o presente crédito decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que todos os remanejamentos foram decididos com base em projeções sobre suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Ao projeto foram apresentadas nove emendas. A Emenda nº 00001 pretende destacar, da dotação suplementada à ação “Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos – Nacional” (UO 55101 – MDS), R\$ 2 milhões para aplicação, na mesma ação, no Estado de Minas Gerais.

A Emenda nº 00002 pretende anular, no Anexo II do presente projeto de lei, o cancelamento dos recursos retirados da ação “Elevação de Escolaridade e Qualificação Profissional – ProJovem – Nacional” (UO 38101 - MTE), no valor de R\$ 118.245.227, revogando, para isso, no Anexo I, a suplementação pretendida à ação “Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa de Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego – Sine – Nacional” (UO 38901 - FAT), no valor de R\$ 77.594.964.

A Emenda nº 00003 pretende suplementar a ação “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – No Estado do Ceará” (UO 55901 – FNAS), com R\$ 2 milhões, cancelando, para isso, o mesmo valor da já mencionada ação “Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio a Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos – Nacional” (55101 – MDS). Já a Emenda nº 00005 pretende suplementação na mesma ação que a de nº 00003, mudando-se apenas o valor suplementado, que passa a ser de R\$ 1 milhão.

Dentro do mesmo programa, a Emenda nº 00004 objetiva remanejar a totalidade dos recursos (R\$ 750 mil) destinados, no projeto, à suplementação da ação “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – No Estado do Rio Grande do Sul” para a ação “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – No Estado de Goiás”.

Ainda no Fundo Nacional de Assistência Social, a Emenda nº 00006 visa destinar R\$ 250 mil para a ação “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – No Município de Cruz Alta”, cancelando para este fim igual valor da ação “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – No Estado do Rio Grande do Sul”.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (UO 38101) a Emenda nº 00007 pretende alocar R\$ 200 mil à ação “Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos – no Município de Espumoso (Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis)”, cancelando igual montante da ação “Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos – Nacional (Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis)”.

Finalmente, as Emendas nº 00008 e nº 00009 cancelam R\$ 5 milhões da ação “Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social” (UO 33201 – INSS) para remetê-los, ainda no âmbito do INSS, à ação “Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS – no Estado de São Paulo” (Emenda nº 00008) e “Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS – no Estado da Bahia” (Emenda nº 00009), respectivamente.

É o Relatório.

II – VOTO

Analizando o projeto, verificamos inicialmente que não contradiz dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), à Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013) e à Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA/2013), e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Quanto às emendas, indicamos ao Presidente da Comissão Mista declarar como inadmitida: (i) a Emenda nº 00002, por conflitar com o disposto no art. 109, III, c,

da Resolução nº 1, de 2006-CN¹ - programação a ser cancelada no anexo de suplementação em valor insuficiente; e (ii) as Emendas nº 00006 e nº 00007, por conflitarem com o disposto no art. 109, III, *a*, da Resolução nº 1, de 2006-CN – propõe, em projeto de lei de crédito suplementar, programação nova, a saber execução em municípios que não constam como beneficiários da ação, na LOA/2013.

Vemo-nos obrigados a rejeitar também a Emenda nº 00004, por cancelar recursos de programação que, ao que tudo indica, foi inserida no crédito a pedido de parlamentar, destinando-se a ajustar programação inseridas na lei orçamentária por emenda sua.

Quanto ao mérito do projeto, é preciso reconhecer inicialmente que a sua aprovação constitui condição para a satisfatória atuação dos órgãos governamentais envolvidos. Por outro lado, algumas emendas nos parecem meritórias. Por essa razão tivemos o cuidado de acolhê-las apenas em valores que não ameacem a integridade do projeto em exame. Especificamente, propomos o acolhimento, total ou parcial, dos pleitos constantes nas Emendas nºs 00001, 00003, 00005, 00008 e 00009, conforme abaixo discriminados.

Em resumo, o Quadro de Atendimento das Emendas do PLN 23/2013-CN é o seguinte:

Emendas com aprovação total ou parcial

Emenda	Autor(a)	Valor (R\$)
00001	Dep. Aelton Freitas	1.000.000
00003	Dep. Gorete Pereira	1.000.000
00005	Dep. Genecias Noronha	1.000.000
00008	Dep. Alexandre Leite	1.000.000
00009	Dep. Claudio Cajado	1.000.000

¹ Reza o art. 109 da Resolução Nº 1, de 2006-CN:

“Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I - contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

II - oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, §3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto; ou

b) integre dotação à conta de recursos oriundos de operações de crédito internas ou externas e as respectivas contrapartidas, ressalvados os casos decorrentes de correção de erro ou de omissão de ordem técnica ou legal, devidamente comprovados;

III - propuserem:

a) em projetos de lei de crédito suplementar, programação nova;

b) em projetos de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária;

c) em projetos de lei de crédito adicional, a anulação de dotações orçamentárias constantes do anexo de cancelamento sem indicar, como compensação, a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação;

IV - ocasionarem aumento no valor original do projeto, ressalvado o disposto no art. 144, I.

§ 1º O Relator indicará, em seu relatório, as emendas que, no seu entender, deverão ser declaradas inadmitidas.

§ 2º O Relator apresentará, em seu relatório, os critérios utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados à programação constante do projeto.”

Emendas com indicação pela inadmissão

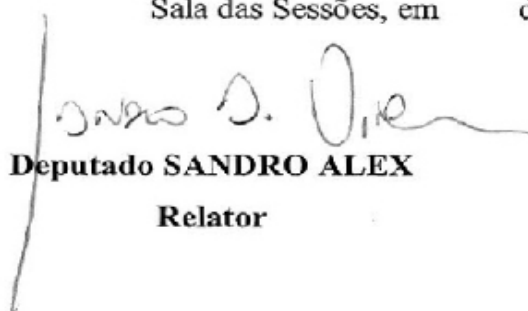
Emenda	Autor	Razão
00002	Dep. Weverton Rocha	art. 109, III, <i>c</i> , da Resolução nº 1, de 2006-CN
00006	Dep. Giovanni Cherini	art. 109, III, <i>a</i> , da Resolução nº 1, de 2006-CN
00007	Dep. Giovanni Cherini	art. 109, III, <i>a</i> , da Resolução nº 1, de 2006-CN

Emendas rejeitadas

Emenda	Autor
00004	Dep. Pedro Chaves

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 23, de 2013-CN, na forma do SUBSTITUTIVO anexo; pela aprovação da emenda nº 05; pela aprovação parcial das emendas nºs 01, 03, 08, e 09; pela indicação à inadmissão das emendas nºs 02, 06 e 07; e pela rejeição da emenda nº 04.

Sala das Sessões, em de de 2013.



Deputado SANDRO ALEX

Relator

SUBSTITUTIVO ao PLN nº 23, de 2013-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	S	U	M	P	R	N	O	D	I	C	F	Z	E	VALOR
2071		Trabalho, Emprego e Renda														136.833.308
		ATIVIDADES														
11333	2071 20JT	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine														77.596.964
11333	2071 20JT 0001	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional														77.596.964
			S	4	2		30	0	174							15.518.993
			S	3	2		30	0	174							62.078.971
11126	2071 20YX	Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego														13.148.960
11126	2071 20YX 0001	Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego - Nacional														13.148.960
			S	3	2		30	0	100							13.148.960
11571	2071 20YT	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda														4.851.503
11571	2071 20YT 0001	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda - Nacional														4.851.503
			S	3	2		50	0	100							154.139
			S	3	2		30	0	100							3.197.364
			S	3	2		50	0	180							141.000
			S	3	2		90	0	180							1.355.000
11123	2071 20Z3	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial														19.498.289
11123	2071 20Z3 0001	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - Nacional														19.498.289
			S	3	2		90	0	174							19.498.289
11125	2071 4245	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO														328.626
11125	2071 4245 0001	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - Nacional														328.626
			S	3	2		90	0	174							328.626
11126	2071 4741	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda														20.823.348
11126	2071 4741 0001	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda -														20.823.348
			S	3	2		90	0	174							20.823.348
11334	2071 8617	Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT														2.587.618
11334	2071 8617 0001	Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional														2.587.618
			S	3	2		40	0	180							2.388.377
			S	3	2		30	0	100							193.241
2127		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego														1.220.000
		ATIVIDADES														
11122	2127 2000	Administração da Unidade														1.220.000
11122	2127 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional														1,220.000
			S	4	2		90	0	174							1,220.000
		TOTAL - SEGURIDADE														140.053.308
		TOTAL - GERAL														140.053.308

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	S F	G D	R P	M D	I U	F T	VALOR
2069		Segurança Alimentar e Nutricional							14.928.463
		ATIVIDADES							
08244	2069 8929	Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos							14.928.463
08244	2069 8929 0001	Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - Nacional							13.928.463
08244	2069 8929 0031	Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - No Estado de Minas Gerais	5	4	2	90	0	151	1.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							14.928.463
		TOTAL - GERAL							14.928.463

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	S F	G D	R P	M D	I U	F T	VALOR
2037		Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							2.950.000
		ATIVIDADES							
08244	2037 2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica							2.750.000
08244	2037 2B30 0023	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Ceará							2.000.000
08244	2037 2B30 0043	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul	5	3	2	40	0	100	750.000
08244	2037 2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial							200.000
08244	2037 2B31 0016	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - No Estado do Amapá	5	4	2	30	0	100	200.000
		TOTAL - SEGURIDADE							2.950.000
		TOTAL - GERAL							2.950.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	S F	G D	R P	M D	I U	F T	VALOR
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000
		ATIVIDADES							
12364	2032 20GE	Fomento às ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000
12364	2032 20GE 0043	Fomento às ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul							1.000.000
		TOTAL - FISCAL							1.000.000
		TOTAL - GERAL							1.000.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	Z F	S D	B P	M O D	I U	F T E	VALOR
2044 Autonomia e Emancipação da Juventude									118.245.227
		ATIVIDADES							
11366	2044 2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo							118.245.227
11366	2044 2A95 0001	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo - Nacional							118.245.227
			F	3	2	30	0	174	40.650.263
			F	3	2	90	0	174	2.245.484
			F	3	2	50	0	174	1.230.681
			F	3	2	40	0	174	74.118.599
2071 Trabalho, Emprego e Renda									1.200.000
		ATIVIDADES							
11332	2071 2C45	Agenda Nacional de Trabalho Decente							1.200.000
11332	2071 2C45 0001	Agenda Nacional de Trabalho Decente - Nacional							1.200.000
			F	3	2	90	0	174	1.200.000
2127 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego									1.220.000
		ATIVIDADES							
11461	2127 2374	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte							1.220.000
11461	2127 2374 0001	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional							1.220.000
			F	4	2	90	0	174	1.220.000
TOTAL - FISCAL									120.665.227
TOTAL - CERAL									120.665.227

FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	F	G	N	D	R	P	B	O	I	C	F	T	E	VALOR
2037		Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)																950.000
			ATIVIDADES															
08244	2037 2031	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial																950.000
08244	2037 2331 0043	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Rio Grande do Sul																750.000
			S	4	2	60	0	100										750.000
08244	2037 2331 0407	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Município de Santana - AP																200.000
			S	4	2	60	0	100										200.000
TOTAL - SEGURIDADE																		950.000
TOTAL - GERAL																		950.000

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ALEX CANZIANI, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Sandro Alex), favorável ao **Projeto de Lei nº 23/2013-CN**, nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 9 (nove) emendas apresentadas, **APROVADA** a de nº 5, **APROVADAS PARCIALMENTE** as de nºs. 1, 3, 8 e 9, **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs. 2, 6 e 7 e **REJEITADA** a de nº 4.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Arruda, Giovanni Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado ALEX CANZIANI
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 95, DE 2013 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2013–CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R\$ 28.400.000,00, para os fins que especifica.”

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado OSVALDO REIS

I – RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 108, de 2013-CN (nº 440/2013, na origem), o Projeto de Lei nº 28, de 2013-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), crédito especial no valor de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais).

Nos termos da Exposição de Motivos nº 00198/2013/MP, de 11 de outubro de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a presente proposta, a abertura deste crédito especial permitirá ao MAPA realizar reformas, ampliações e modernizações de seis Laboratórios Nacionais Agropecuários localizados nos Municípios de Campinas, no Estado de São Paulo; Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais; Goiânia, no Estado de Goiás; Recife, no Estado de Pernambuco; Belém, no Estado do Pará e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à melhoria das ações de defesa agropecuária.

O crédito proposto ao MAPA permitirá, também, o cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, contida no Acórdão nº 4.910/2013, de 20 de agosto de 2013, para que as despesas para a conclusão das obras da sede da “Embrapa Pesca e Aquicultura”, em Palmas, no Estado do Tocantins, sejam incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2013 em ação específica.

No MPA, os recursos deste crédito possibilitarão a recuperação do terminal pesqueiro do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Os recursos necessários para viabilizar a abertura desse crédito são provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme detalhes na tabela a seguir:

R\$1,00

DISCRIMINAÇÃO	Valores Suplementados	Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	27.600.000	8.000.000
• Ministério da Agric., Pec. e Abastecimento – Adm. Direta	19.600.000	
• Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	8.000.000	8.000.000
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	800.000	
• Ministério da Pesca e Aquicultura – Adm. Direta	800.000	
SECRETARIA DE PORTOS		800.000
• Secretaria de Portos		800.000
SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO – Exercício 2012 – Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional		19.600.000
TOTAL	28.400.000	28.400.000

No prazo regulamentar, o Projeto de Lei recebeu 69 emendas, conforme relação a seguir. Todas propõem a alocação de recursos em subtítulos da Ação 20ZV – “Fomento ao Setor Agropecuário” na programação da Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Adm. Central), com cancelamentos oriundos da suplementação proposta pelo Projeto à Funcional-Programática 20.609.2028.152L.0001.

Índice de Emendas
Projeto de Lei Nº 028/2013 - CN

Parlamentar	Emendas	Quantidade	Total por Parlamentar
ALEXANDRE LEITE	00019 a 00026	8	8
ARNALDO JORDY	00015	1	1
ARNON BEZERRA	00007	1	1
CLAUDIO CAJADO	00037 a 00046	10	10
EFRAIM FILHO	00047	1	1
GERA ARRUDA	00027 a 00036	10	10
GORETE PEREIRA	00005	1	1
HUMBERTO SOUTO	00008 a 00014 00016 a 00018	7 3	10
JOSÉ AIRTON	00058 e 00059	2	2
JOSÉ ROCHA	00002	1	1
NILTON CAPIXABA	00003	1	1
PEDRO CHAVES	00006	1	1
SANDRO ALEX	00048 a 00057	10	10
WELLINGTON ROBERTO	00001	1	1
WEVERTON ROCHA	00004	1	1
WILSON FILHO	00060 a 00069	10	10
Total de Emendas:			69

II – VOTO DO RELATOR

Constatamos, inicialmente, que as fontes de recursos utilizadas para sustentar as suplementações propostas estão em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal.

Verificamos, também, na referida Exposição de Motivos que a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão informa à Presidente da República que a proposta não interfere na obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (LDO 2013).

Observe-se, nesse sentido, que o presente crédito trata da inclusão de novas despesas primárias na Lei nº 12.798, de 2013 (LOA 2013), da ordem de R\$ 28.400.000,00, as quais deverão ser financiadas com:

1. Cancelamento de despesas primárias da ordem de R\$ 8.800.000,00; e
2. Superávit financeiro (Fonte 388) apurado no Balanço Patrimonial da União da ordem de R\$ 19.600.000,00.

Portanto, como a proposta está, em parte, sendo financiada com recursos de fonte financeira, o Governo deverá promover, até o final do exercício, novos ajustes em sua programação de forma a não afetar a meta fiscal acima referida.

Vale salientar que a referida Exposição de Motivos também informa que o crédito decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos e de atenção a pedido efetuado por meio do Ofício nº 0299/2013/DO_GSVREG, de 27 de julho de 2013, do Senador Vital do Rêgo.

Consta, também, da referida Exposição de Motivos que os órgãos envolvidos formalizaram entendimento de que as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução.

Assim, as informações prestadas e as análises que empreendemos indicam haver coerência com dispositivos da legislação orçamentária em vigor e adequação e compatibilidade com a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2013) e com a Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015).

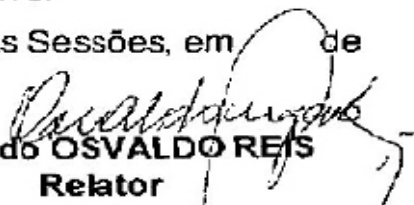
Registre-se, igualmente, que em atendimento ao disposto no art. 38, § 9º, da LDO 2013, o superávit financeiro da Fonte Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, utilizado parcialmente neste crédito, encontra-se demonstrado no quadro anexo à referida Exposição de Motivos.

Quanto às emendas apresentadas, propomos, no mérito, a rejeição das Emendas nºs 00001, 00003, 00005, 00006, 00008 a 00031, 00034 a 00046, 00048 a 00053 e 00055 a 00069. Embora reconheçamos a importância das propostas feitas pelos nobres parlamentares, consideramos a precedência da proposta do Governo em utilizar os recursos deste Projeto de Lei em favor da reforma, ampliação e modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários do MAPA, em razão de sua importância para a preservação da saúde e segurança alimentar da população brasileira.

As Emendas nºs 00002, 00004, 00007, 00032, 00033, 00047 e 00054 propõem suplementar dotações já existentes na programação orçamentária do MAPA, o que caracteriza o caso de inadmissão previsto na alínea “b” do inciso III do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Votamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2013-CN, na forma apresentada pelo Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2013


Deputado OSVALDO REIS
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado OSVALDO REIS, favorável ao **Projeto de Lei nº 28/2013-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 69 (sessenta e nove) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs. 2, 4, 7, 32, 33, 47 e 54 e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amcrim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Randolfê Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Arruda, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado OSVALDO REIS
Relator

PARECER

Nº 96, DE 2013 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 65.000.000,00, para o fim que especifica.”

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputada Rose de Freitas

RELATOR “AD HOC”: Deputado Claudio Cajado

I – RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 115, de 2013-CN (nº 447/2013, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 65.000.000,00.

2. A Exposição de Motivos nº 00212/2013 MP, de 11 de outubro de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instrui o projeto em apreço, contém a seguinte justificativa em relação à necessidade do crédito:

“2. O crédito proposto tem por objetivo a adequação dos molhes de abrigo da barra do Canal das Flechas, no Estado do Rio de Janeiro, de forma a permitir a execução futura de serviços de dragagem, que resultará na melhoria da movimentação de embarcações e no aumento das operações de transporte marítimo na área da Barra do Furado, em especial no que concerne à cadeia de serviços e produtos da indústria do petróleo.

3. A proposição decorre de solicitação formalizada pela Secretaria de Portos e será viabilizada à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Segundo o órgão solicitante do crédito, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente.

5. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 38, § 7º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 - LDO-2013, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem ao remanejamento entre despesas primárias do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

6. Destaca-se, por oportuno, que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, de que trata a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei."

3. Nesses termos, o projeto em apreço pretende incluir categoria de programação na Lei Orçamentária de 2013 (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), no âmbito da Secretaria de Portos, oferecendo como fonte de recursos cancelamento das seguintes dotações daquele órgão:

Em

R\$:

Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 a 23 no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo	20.000.000
Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia	30.000.000
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção do Berço 4 no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte	15.000.000
TOTAL DOS CANCELAMENTOS	65.000.000

4. No prazo regimental, foram apresentadas 9 emendas ao projeto, todas propondo remanejamento da programação proposta neste crédito para o objeto das respectivas emendas, no âmbito da Secretaria de Portos, conforme resumo a seguir:

Emenda	Autor	Objeto	Valor
00001	Dep. Nilton Capixaba	Construção, Reforma e Ampliação de Portos nos municípios da Região Metropolitana do Estado de Rondônia	15.000.000
00002	Dep. Arnon Bezerra	Construção, Reforma e Ampliação de Portos em municípios do Estado do Ceará	10.000.000

00003	Dep. Arnaldo Jordy	Construção, Reforma e Ampliação de Portos no município de São Félix do Xingu – no Estado do Pará	15.000.000
00004	Dep. Gorete Pereira	Participação da União no Capital – Companhia Docas do Ceará – Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza – No Estado do Ceará	2.000.000
00005	Dep. Gorete Pereira	Ampliação do Porto de Fortaleza no Estado do Ceará – MA 90	2.500.000
00006	Dep. Gorete Pereira	Ampliação do Porto de Fortaleza no Estado do Ceará – MA 30	4.000.000
00007	Dep. Gera Arruda	Construção, Reforma e Ampliação de Portos em municípios do Estado do Ceará	10.000.000
00008	Dep. Efraim Filho	Modernização da Infraestrutura do Porto de Cabedelo – no	5.500.000
		Estado da Paraíba	
00009	Dep. Wilson Filho	Construção, Reforma e Ampliação do Porto de Cabedelo no Estado da Paraíba	15.000.000

5. É o relatório.

II - VOTO

6. A proposição em exame atende aos termos do que prescrevem o art. 167, inciso V, da Constituição Federal e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. O dispositivo constitucional veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes, enquanto a Lei nº 4.320/64 ampara a indicação dos recursos (anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizados em lei) para fazer face à despesa a ser incluída no Orçamento da União de 2013.

8. A análise da proposta revela também que o projeto não fere as disposições da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), e da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013).

9. Em relação ao Plano Plurianual, o § 4º do art. 21 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, prescreve que o Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá alterar o Valor Global do Programa correspondente; incluir, excluir ou alterar Iniciativas; adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e incluir, excluir ou alterar Metas.

10. No que se refere à observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO 2013, a proposição atende ao disposto nos parágrafos 1º, 6º e 7º do art. 38 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, tendo em vista que:

(i) restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial - § 1º);

(ii) consta da exposição de motivos a justificava da necessidade da nova dotação, bem assim a declaração do órgão solicitante de que o remanejamento proposto não trará *“prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente.”* (§ 6º); e

(iii) a exposição de motivos declara que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para 2013, uma vez que se referem ao remanejamento entre despesas primárias do PAC, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto (§ 7º).

11. Pesquisa realizada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) demonstra que as programações oferecidas para cancelamento dispõem de saldo suficiente para tanto.

12. Em relação às emendas apresentadas, não obstante o mérito e a relevância das respectivas intenções, somos pela inadmissão de todas, uma vez que contrariam disposições da Resolução nº 1/2006-CN.

13. As emendas 00001, 00002, 00003 e 00007 propõem *“Construção, Reforma e Ampliação de Portos”* em apenas um título orçamentário, o que contraria o art. 41, inciso III, da Resolução nº 1/2006-CN, que veda a proposição constituída de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas.

14. Importa salientar que as programações a cargo da Secretaria de Portos segregam as ações referentes a construção das relativas a adequação (reforma e ampliação). A título de exemplo, as ações propostas pelas Emendas 00001 e 00003, relativas respectivamente aos estados de Rondônia e do Pará, deveriam se vincular ao Programa *“2073 – Transporte Hidroviário”*, Objetivo *“0278 – Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte”*.

15. A parte de construção enquadrar-se-ia na Iniciativa *“00W3 – Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte”*, enquanto a parte de reforma e ampliação vincular-se-ia ao mesmo programa e objetivo, mas à Iniciativa *“00VW – Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte”*.

16. Essa distinção de iniciativas demandaria o enquadramento em ações diferentes, a teor do que dispõe o art. 8º, § 2º, do PPA 2012/2015, segundo o qual, nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária deve se vincular a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas.

17. As Emendas 00004, 00005, 00006, 00008 e 00009 contrariam o art. 109, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 1/2006-CN, pois propõem em projeto de crédito especial suplementação de dotação existente na Lei Orçamentária de 2013.

18. A programação indicada na Emenda 00004 (*"Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza"*) já consta do orçamento corrente sob o código 28.846.0909.0E93.0023, com dotação autorizada de R\$ 2,6 milhões.

19. A ação proposta pelas Emendas 00005 e 00006 (*"Ampliação do Porto de Fortaleza no Estado do Ceará"*) está contida nos títulos orçamentários "0E93 - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza" e "00II - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza". A dotação autorizada para 2013 a ação "00II" é de R\$ 54,5 milhões, cuja totalidade já foi empenhada, tendo sido pagos R\$ 5 milhões.

20. O objeto das Emendas 00008 e 00009 (*"Modernização da Infraestrutura do Porto de Cabedelo - No Estado da Paraíba"* e *"Construção, Reforma e Ampliação do Porto de Cabedelo no Estado da Paraíba"*) também já consta do Orçamento de 2013, programação "26.784.2074.7T85.1382 Construção, Implantação, Recuperação e Modernização da Infra Estrutura do Porto de Cabedelo - PB - No Município de Cabedelo - PB", para a qual foram autorizados R\$ 1 milhão.

21. Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.**

Sala das Sessões, em de de 2013.



Deputada Rose de Freitas
Relatora

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLAUDIO CAJADO, relator *ad hoc* (designada relatora anteriormente a Deputada Rose de Freitas), favorável ao **Projeto de Lei nº 35/2013-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 9 (nove) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS**.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Arruda, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ihoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado CLAUDIO CAJADO
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 97, DE 2013 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 39, de 2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 17.600.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado WEVERTON ROCHA

I – RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 119, de 2013-CN (nº 451/2013, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional, Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais).

A Exposição de Motivos nº 220/2013-MP, de 14 de outubro de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que o crédito destina-se ao reforço de dotações da Unidade Orçamentária 49201-Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com a finalidade de viabilizar desapropriações de 22.000 hectares para fins de regularização de territórios quilombolas.

O Projeto de Lei aponta como fonte para o financiamento dessas despesas o cancelamento parcial de dotações alocadas na Ação 211B-Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, no âmbito do próprio INCRA.

O projeto recebeu duas emendas.

II - VOTO

Analisando o Projeto em questão, verificamos que as fontes apontadas apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013) e à Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA/2013). Ressaltamos, ainda, que seu detalhamento segue os princípios da boa técnica orçamentária.

Com relação às emendas apresentadas, verifica-se que solicitam o reforço de dotações constantes da programação da Unidade Orçamentária 49101-Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cumpre salientar, contudo, que a Resolução nº 1/2006-CN, no seu art. 109, inciso I, veda a apresentação de emendas a projeto de lei de crédito adicional, quando estas contemplarem unidade orçamentária que não seja beneficiária do crédito:

“Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I - contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;”

Diante do exposto, recomendamos que o Presidente declare a inadmissibilidade das Emendas 00001 e 00002; e votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 2013.



Deputado **WEVERTON ROCHA**

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **WEVERTON ROCHA**, favorável ao **Projeto de Lei nº 39/2013-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas, **DECLARADAS INADMITIDAS**.

Compareceram os Senhores Senadores, Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e os Senhores Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gera Arruda, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Humberto Souto, José Rocha, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Walter Ithoshi, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 19 de novembro de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado WEVERTON ROCHA
Relator

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**ATA DA 5ª REUNIÃO DE 2013**

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 07 de novembro de 2013, quinta-feira, às 09h30, na sala de reuniões da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Anexo II, pavimento superior, sala 131-A, destinada à apreciação de Requerimentos.

Estiveram presentes os Srs. Deputados e Srs. Senadores membros da Comissão:

DEPUTADOS

Nelson Pellegrino
Nilson Leitão

SENADORES

Eunício Oliveira
Ricardo Ferraço

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) – Havendo número regimental, dou por aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão, do ano de 2013.

Submeto à aprovação do Plenário a Ata circunstanciada da 4ª Reunião, realizada no dia 10 de julho de 2013, cujas cópias se encontram sobre a bancada.

Consulto o Plenário se podemos fazer a dispensa da leitura. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) - Podemos e devemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) – Por solicitação de dispensa do Senador Ricardo Ferraço, fica dispensada a leitura da Ata.

Pergunto se há algum Senador ou Deputado que queira discuti-la? *(Pausa.)*

Não havendo, submeto à deliberação o conteúdo da Ata.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Passemos às deliberações.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, vamos agora às comunicações.

A presente reunião foi convocada para a apreciação de requerimentos.

Esta Presidência recebeu dois requerimentos. O primeiro é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 007, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados a comparecer à reunião desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, para esclarecer as revelações feitas pelos jornais Folha de S. Paulo acerca de espionagem realizada pelo governo brasileiro a diplomatas estrangeiros, e Estado de S. Paulo, sobre o episódio do agente 008997, as seguintes autoridades:

- General José Elito Carvalho Siqueira – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI, e
- Wilson Roberto Trezza – Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

O segundo requerimento, de nossa autoria.

REQUERIMENTO Nº 008, de 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), General José Elito Siqueira; o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza; e o agente de inteligência acusado de ter trabalhado para os Estados Unidos quando subchefe da Abin, em Foz do Iguaçu – PR.

Esse segundo requerimento foi aprovado no último dia 6 de novembro, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e, portanto, para que haja essa audiência conjunta, é necessária a deliberação também desta Comissão, razão pela qual apresento este requerimento.

Também consta aqui mais um requerimento de nossa autoria.

Primeiramente, antes de submeter esse último requerimento, eu queria sugerir aos Srs. Senadores e Deputados presentes que, como há uma coincidência de objeto entre o requerimento do Senador Ricardo Ferraço e o requerimento da nossa autoria – só que o nosso agrega o convite, a convocação, ao ex-Agente da Abin –, eu queria submeter ao Plenário, especialmente ao Senador Ricardo Ferraço, que é autor do requerimento, nós podíamos fazer uma fusão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro. De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) – ... dos requerimentos e realizar uma audiência conjunta.

Também dando conhecimento que, não só a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fez uma fusão de vários requerimentos suplementares, de autoria de vários parlamentares, como o Mendonça Filho, o Cláudio Cajado, também da nossa autoria, do Deputado Rubens Bueno, todos com objetos semelhantes.

Então, foram fundidos e a Comissão de Relações Exteriores participará dessa audiência também como convidada, além de que me parece que a Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Executivo também aprovou requerimento semelhante e será convidada a participar da audiência conjunta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então faremos uma reunião da CCAI com a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) -- Com as comissões.

Informo, também, que o Gabinete de Segurança Institucional já disponibilizou a data do dia 20, às 14h30min, para que o Ministro José Elito venha a esta Casa, e também o Dr. Trezza.

Portanto, pergunto se há algum parlamentar que queira discutir os requerimentos fundidos? *(Pausa.)*

Não havendo, os submeto à votação.

Os Srs. Senadores e Deputados...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria submeter a avaliação da possibilidade de nós chamarmos também aqui o Sr. Rafael Mandarino.

Ele é Diretor do Gabinete de Segurança Institucional e, em debate no Congresso Nacional, nos últimos dias, ele fez algumas reflexões muito interessantes do ponto de vista das motivações que devem mover o sistema de inteligência do País, de maneira muito pragmática, sem preconceitos, sem idealismos... Não sem idealismo, sem premissas ideológicas, mas a responsabilidade do Estado em se prevalecer de um sistema de inteligência para proteger os seus interesses estratégicos.

Esse assunto me parece que deve ser discutido com essa clareza, com essa objetividade. Então, a possibilidade de nós, eventualmente, relacionarmos também o Dr. Rafael Mandarino, Diretor da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) – Eu pergunto se há alguma oposição dos Srs. Senadores e Deputados ao adendo, ao requerimento do Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Não havendo, fica incorporado aos requerimentos fundidos também o convite ao Diretor da Abin.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ao Sr. Edson Mandarino; desculpe-me, Rafael Mandarino.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) – Rafael Mandarino.

Coloco em deliberação os requerimentos fundidos.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam com o conteúdo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Por último, submeto a este colegiado o requerimento de nossa autoria e, portanto, tenho que passar os trabalhos ao Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO Nº 009, de 2013

Requer que seja realizado Seminário, no âmbito da Comissão Mista de Controle de Inteligência do Congresso Nacional, tendo por objetivo divulgar e pensar a atividade de inteligência no Brasil, hoje e nos próximos anos, a ser realizado no dia 03 de dezembro de 2013.

A ideia é que este seminário tenha a abertura, depois a palestra inicial, que seriam atribuições da inteligência de Estado no atual contexto geopolítico e geoeconômico. Essa palestra seria proferida pelo Professor Antonio

Jorge. Depois teremos um painel: Qual o papel da Inteligência na proteção de informações estratégicas do Estado? Quais as recomendações para a Inteligência do Estado Brasileiro nesta área? O Coordenador dessa Mesa seria o Professor Williams Gonçalves, tendo como debatedor o Ministro da Defesa, Celso Amorim; o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; a nossa presença, a Agência Brasileira de Inteligência e a Agência Nacional de Petróleo, e também a presença do nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Vice-Presidente da Comissão de Inteligência, Senador Ricardo Ferraço.

Às 14h30min, teríamos um painel: Qual o papel da inteligência de Estado na antecipação de informações para o processo decisório nacional? Quais os temas internacionais prioritários para a atuação da inteligência do Estado brasileiro? Quais as recomendações para a inteligência do Estado brasileiro nesse tema, que teria como coordenador o Sr. Nelson Hubner, e tendo como debatedor o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado; Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão; e Senador Ricardo Ferraço.

Também participariam desse seminário a CNI, a CNA, a Apex, representantes da Academia, representantes do setor energético e, depois, teríamos o encerramento com todos os convidados.

Passo a presidência dos trabalhos ao Senador Ricardo Ferraço, para que ele possa submeter o requerimento da realização deste seminário, da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o requerimento proposto pelo eminente Deputado Nelson Pellegrino.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados e Senadores que compõem este Plenário que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT - BA) – Não havendo mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, quero agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrados os presentes trabalhos, agradecendo a presença dos Srs. Deputados e Senadores.

Documentos pertinentes à 5ª Reunião:

01. Lista de Presença dos membros (1 fl.);
02. Requerimento nº 07 de 2013 (5 fl.);
03. Requerimento nº 08 de 2013 (2 fl.);
04. Requerimento nº 09 de 2013 (2 fl.).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

6ª REUNIÃO DE 2013

Em 07 de novembro de 2013, quinta-feira, às 09h30, na sala de reuniões da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Anexo II, pavimento superior, sala 131-A.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado José Guimarães	Senador Eunício Oliveira
Deputado Nilson Leitão	Senador Mário Couto
Deputado Nelson Pellegrino	Senador Ricardo Ferraço

Visto: _____

Brasília, 07 de novembro de 2013

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados a comparecer à reunião desta Comissão Mista do Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, para esclarecer as revelações feitas pelos jornais “Folha de São Paulo” acerca da espionagem realizada pelo governo brasileiro a diplomatas estrangeiros, e “Estado de São Paulo”, sobre o episódio do agente 008997, as seguintes autoridades:

- General José Elito Carvalho Siqueira – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI, e

- Wilson Roberto Trezza – Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

JUSTIFICATIVA:

O jornal “Folha de São Paulo”, do dia 4 de novembro deste ano, veiculou notícia de três páginas sobre atividades desenvolvidas pelo governo brasileiro para espionar diplomatas, residências e escritórios de governos estrangeiros.

Segundo consta da matéria, documentos da ABIN reportam 10 operações secretas de monitoramento a países como Rússia, Irã, Iraque e Estados Unidos em 2003 e 2004. Dentre outros, o jornal revela que o Brasil vigiou prédio onde a embaixada americana mantém salas com equipamentos de comunicação em Brasília. Reproduzo infográfico:

ESPIONAGEM À BRASILEIRA
Relatório interno obtido pela Folha mostra que diplomatas estrangeiros foram alvos da Abin

RUSSOS

IRANIANOS

IRAQUIANOS

OPERACÃO	SEGUINÇA	ALVO	DESENAÇÃO	DESENAÇÃO	DESENAÇÃO
ALVO	ALVO	ALVO	ALVO	ALVO	ALVO
Operação Café	Operação Café	Operação Café	Operação Café	Operação Café	Operação Café
Operação Xá	Operação Xá	Operação Xá	Operação Xá	Operação Xá	Operação Xá
Operação Miucha	Operação Miucha	Operação Miucha	Operação Miucha	Operação Miucha	Operação Miucha
Operação Guarani	Operação Guarani	Operação Guarani	Operação Guarani	Operação Guarani	Operação Guarani

Arquivos do relatório

NA MIRA DA ABIN

Três casos em que diplomatas estrangeiros foram monitorados por agentes da Abin, segundo o relatório



1 OPERAÇÃO CAFÉ

ALVO » DIPLOMATAS IRAQUIANOS

Em 2003, logo após a invasão do Iraque pelos EUA, diplomatas iraquianos foram alvo de vigilância da Abin em Brasília. Os agentes seguiram os iraquianos a pé e de carro para fotografá-los e registrar suas atividades na embaixada e em suas residências.



2 OPERAÇÕES MIUCHA E GUARANI

ALVO » DIPLOMATAS RUSSOS

No mesmo ano, agentes da Abin foram mobilizados para acompanhar de perto a rotina de três diplomatas russos, para identificar seus interesses e seus contatos no país. A Abin desconfiava que eles estavam envolvidos com atividades de espionagem no Brasil e vigiou até o prédio em que eles moravam (foto e balço).



3 OPERAÇÃO XÁ

ALVO » DIPLOMATAS IRANIANOS

Em abril de 2004, diplomatas iranianos tiveram suas atividades em Brasília monitoradas pela Abin. Os agentes seguiram também o então embaixador do Irã em Cuba, Seyed Davoud Mohseni Salehi Monfared, que visitava o Brasil.

Sergio L. Feliciano



Em março de 2004, a Abin começou a levantar informações sobre as atividades da Câmara de Comércio Brasil-Rússia e de seu presidente, Fernando Glauco Sampaio. A agência também desconfiava que ele tivesse ligações com a espionagem russa.

Em nota, o GSI reconheceu a execução de tais operações e afirmou que foram feitas de acordo com a legislação brasileira. Explicou que todas elas consistiram de ações de contrainteligência para proteger segredos de interesse do Estado Brasileiro.

Não obstante a nota divulgada pelo GSI, é de extrema importância o comparecimento das autoridades acima listadas para prestarem contas dos fatos denunciados pela Folha. Mesmo porque o gabinete não validou a autenticidade dos documentos publicados no jornal, porquanto não teve acesso às cópias correspondentes.

Ademais, diante das crescentes revelações de bisbilhotagem mundo afora, da postura adotada pela presidência ao cobrar explicações e uma resolução global contra a espionagem, bem como dos repúdios e das ações empregadas pelo Poder Legislativo na resposta às denúncias, precisamos averiguar o alcance e os limites do monitoramento empregado pelo governo brasileiro, sob pena de agirmos de forma incoerente e contraditória.

Por fim, na ocasião desta audiência, os convidados poderão esclarecer os procedimentos adotados pelas instituições quando da descoberta de vazamento de dados sigilosos, como no episódio envolvendo o agente 008997, cooptado pela Agência Central de Inteligência americana (CIA), conforme noticiou o Estadão. Esse agente foi exonerado e aconselhado a se aposentar, e assim o fez em 17 de dezembro de 2012, sem abertura de um processo administrativo, após ser acusado de manter vínculo com um espião da CIA, que buscava dados sigilosos sobre a atuação nacional na Tríplice Fronteira.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 2013.

Senador Ricardo Ferraço

PMDB - ES

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013
(do Sr. NELSON PELLEGRINO)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito Siqueira; o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza; e o agente de inteligência acusado de ter trabalhado para os Estados Unidos quando subchefe da Abin em Foz do Iguaçu (PR).

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, para obter esclarecimentos sobre a atuação do servidor da Abin nº 008997, em 2012, quando o mesmo ocupou o cargo de subchefe da agência em Foz do Iguaçu (PR). Descoberto, o agente foi aposentado sem responder a um processo administrativo capaz de apurar suas responsabilidades e as circunstâncias do caso. O caso foi revelado em reportagem publicada pelo Estado de S. Paulo, na edição de 27/10/2013.

Deverão ser convidados à audiência pública, como expositores, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito Siqueira, ao qual a Abin está subordinada; o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza; e o referido agente de inteligência acusado de ter trabalhado para os Estados Unidos.

JUSTIFICATIVA

Mais surpreendente que a descoberta de que um agente da Abin havia passado informações a agentes norte-americanos, foi a decisão da Abin e do GSI de ignorar evidências e optar por aposentar o agente, sem uma apuração completa e nem mesmo uma advertência.

A denúncia é grave por revelar um fator importante de vulnerabilidade: a participação de um agente brasileiro a serviço de outro governo. Suscita a preocupação com a funcionalidade dos procedimentos padrão diante de situações similares, já que a ausência de apuração e responsabilização de comportamentos desleais ao Estado não é uma opção aceitável no Estado de Direito Democrático.

A atitude de ignorar a documentação produzida pela própria contrainteligência da Abin desprestigia o trabalho dos servidores da agência que conseguiram desbaratar a operação, revelando o jogo duplo do "agente 008997" que passara informações do órgão para agências da inteligência dos EUA.

Embora não haja conexão direta, é preciso investigar se esse fato tem alguma relação com a espionagem sistemática realizada por agências de inteligência norte-americanas sobre autoridades, cidadãos e empresas estratégicas do Brasil, conforme documentos revelados pelo ex-prestador de serviços da NSA, Edward Snowden.

Este episódio lamentável deverá, ao menos, nos alertar, como integrantes do Congresso Nacional, particularmente da Comissão Mista de Atividades de Inteligência e das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para dotar o país de legislação regulando as atividades de inteligência, incluindo aí a neutralização de eventuais ações estrangeiras.

Se há lacuna legislativa na tipificação do crime de espionagem, se é difícil enquadrar os envolvidos, vamos então nos debruçar na análise do tema para produzir uma legislação competente e atualizada frente aos desafios que a realidade impõe.

O Poder Executivo deve assumir suas responsabilidades na elaboração de projetos, a partir de sua experiência e competências exclusivas. Ao Poder Legislativo, estamos diante do desafio de exercer de modo qualificado as atribuições de fiscalização e controle externo dessas atividades. Para tanto, é preciso trabalhar na regulamentação urgente das atividades de inteligência, começando com um debate com os envolvidos neste caso grave. Este é o objetivo da audiência pública ora proposta.

Pelas razões expostas, requiro a Vossa Excelência o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2013.

Deputado NELSON PELLEGRINO
Presidente

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requer que seja realizado Seminário, no âmbito da Comissão Mista de Controle de Inteligência do Congresso Nacional, tendo por objetivo divulgar e pensar a atividade de inteligência no Brasil hoje e nos próximos anos, a ser realizado no dia 03 de dezembro de 2013.

O Seminário terá por objetivo divulgar e pensar a atividade de Inteligência. Serão convidados palestrantes para dissertar sobre o que percebem como estratégico para a sociedade e Estado brasileiro em suas respectivas áreas (indústria, agricultura, comércio, tecnologia e energia), o que esperam da atividade de Inteligência para suas respectivas áreas, e quais os desafios para a atividade de Inteligência no Brasil hoje e nos próximos anos, a ser realizado no dia 03 de dezembro de 2013, com a seguinte programação e respectivos convidados:

Programação

09h00 Abertura.

09h15 Palestra Atribuições da Inteligência de Estado no atual contexto geopolítico e geoeconômico [Prof. Antonio Jorge]

09h40 Intervalo

10h20 Painel 1. Qual o papel da Inteligência na proteção de informações estratégicas do Estado? Quais as recomendações para a Inteligência de Estado brasileira nesta área?

Coordenador da Mesa: Prof. Williams Gonçalves

Debateadores: Ministro da Defesa Celso Amorim

Ministro de Ciência Tecnologia e Inovação

Deputado Nelson Pellegrino

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

ANP - Agência Nacional do Petróleo

Petrobras

12h30 Almoço

14h30 Painel 2. Qual o papel da Inteligência de Estado na antecipação de informações para o processo decisório nacional? Quais os temas internacionais prioritários para atuação da Inteligência de Estado brasileira? Quais as recomendações para a Inteligência de Estado brasileira nesse tema?

Coordenador da Mesa: Nelson Lubner

Debatedores: Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado
Ministro das Minas e Energias Edson Lobão
Senador Ricardo Ferraço

CNI - Confederação Nacional da Indústria,
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
APEX - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
Representante da Academia
Representante do Setor Energético
15h40 Intervalo
16h00 Painei 2 (continuação)

18h30 Encerramento

Convidados Deputado Henrique Eduardo Alves	Senador Renan Calheiros
Deputado CCAI (líder maioria)	Senador Eunício Oliveira PMDB-CE
Deputado Nilson Leitão PSDB-MT	Senador Mario Couto PSDB-PA
Deputada Perpétua Almeida	Senadora Kátia Abreu
Secretaria Geral da Presidência da República	Fonacate
Presidenciais (Dilma Rousseff, Lula, Aécio Neves, José Serra, Marina Silva, Eduardo Campos, etc.)	
Setores da Inteligência governamental (DIP/DPF, Intel Militar, COPEI/RFB)	

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2013.

Deputado NELSON PELLEGRINO
Presidente da Comissão Mista de Controle de Inteligência do Congresso Nacional

Senador RICARDO FERRAÇO
Vice-Presidente da Comissão Mista de Controle de Inteligência do Congresso Nacional

COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS NAS COMISSÕES

CCAI (5ª Reunião)

07/11/2013

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrados os presentes trabalhos, agradecendo a presença dos Srs. Deputados e Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

20/11/2013
Quarta-Feira

11h	Recebe Milan Stech, presidente do Senado do Parlamento da República Tcheca Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário
19h	Sessão do Congresso Nacional Plenário da Câmara

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zezé Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Fimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cicero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-21 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Kátia Abreu	PMDB/TO
Lobão Filho	PMDB/MA
Luiz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romero Jucá	PMDB/RR
Sérgio Petecão	PSD/AC
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moka	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Aníbal Diniz	PT/AC
Antônio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Delcídio do Amaral	PT/MS
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PCdoB/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Durval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lídice da Mata	PSB/BA
Lindbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT
Randolfe Rodrigues	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg	PSB/DF

Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM
Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Perrella	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-11 / DEM-3

Áécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cícero Lucena	PSDB/PB
Cyrol Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
José Agripino	DEM/RN
Lucia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Ruben Figueiró	PSDB/MS
Wilder Mota	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-7 / PR-5 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antônio Carlos Rodrigues	PR/SP
Arnando Monteiro	PTB/PE
Blairo Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collor	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Ribeiro	PR/TO
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti	PTB/RR
Osvaldo Sobrinho	PTB/MT

SDD - 1

Vicentinho Alves	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar Minoria	14
Bloco Parlamentar União e Força	14
SDD	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Bunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Domelles* (Bloco-PP-RJ)	Oswaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Deleclido do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lidice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wikler Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eptácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,30)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (34) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Aris Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (64,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,96) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (35,94) Paulo Palm (65) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zezé Perrella (66)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,96)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,36,62)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,21)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (24,63)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101,112) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,66)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (79) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,88)</p> <p>Líder do DEM - 3 José Agripino (2,30,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (101,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (36,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,106)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PTB - 7 Gim (36,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,106)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (79)</p> <p>Vice-Líderes Gim (36,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,36,62) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o CF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o CF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o CF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme Of. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme Of. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme Of. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o Of. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (Of. nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o Of. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o Of. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme Of. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme Of. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme Of. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lédice da Mata é designada Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lédice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/2012-GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Moacir Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012-GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o Of. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRP nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.

79. Em 05.02.2013, lido o OF. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o OF. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o OF. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB.
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayne Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requão (PMDB-PR) ^(1,6)	1. Eurício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,6)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aríbal Diriz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

- Em 20.8.2013, os Senadores Eurício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requão e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
- Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aríbal Diriz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
- Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
- Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
- Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
- Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eurício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(5,4)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(8,3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(10,11,13,6)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRazos

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 21/10/2013 a 18/11/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 19/11/2013 a 02/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 06/12/2013 a 16/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

*****. Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012, a reabertura dos prazos, e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.

*****. Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, consequentemente, a recontagem dos demais prazos.

*****. Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Ns 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cleo Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

**2) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRazos

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Corrêa e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSE, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- *****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Corrêa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
 10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
 11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾**

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**Membro da Comissão Diretora****Notas:**

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (CF, nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽¹⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 28/02/2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05/03/2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06/03/2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07/03/2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10/04/2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 14/03/2013

Prazo final prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(6,5,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

^(*) Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

^(**) Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

^(***) Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

^(****) Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM (Of. nº 107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Paulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final prorrogado: 09/12/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugietto

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Lasekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

***. Em 01.10.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.153, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 70 dias.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.
(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,9,20)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

***. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

****. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

*****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final prorrogado: 03/12/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleântho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

Notas:

^ Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

*** Em 1.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 42, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldês

Telefone(s): 3303 4854

E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.
(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)

RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013

Instalação: 13/06/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(*)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Moraes (DEM)

Notas:

^(*) Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICCN.

^(**) Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

^(***) Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

^(****) Em 30.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 41, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

^(*****) Em 7.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 49, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o fim da presente sessão legislativa.

1. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**12) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁰¹

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

13) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Ato do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

Senador Sérgio Souza (PMDB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.

** Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

*** Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Ato do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(13,68)	
Deleídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,5)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(63,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,60)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eurício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Domelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(30,79,81)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) ^(67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antônio Carlos Rodrigues (PR) (84,67,6)	4. João Ribeiro (PR) (80,67,77,21)
---	------------------------------------

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Maricete Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvân Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amari, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvân Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvân Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMD).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMD nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMD, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMD nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMD nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. OSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMD nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSD: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Ofícios nºs 012 e 013/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zezé Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Raulofo Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPSDB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-OSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF, N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. N° 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 039/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no Of. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyrol Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
10. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valadares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eurício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eurício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

4. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(3,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lédice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,40,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eurício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,41,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(52,50)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(34,41)
João Ribeiro (PR) ^(28,29,32,47,48,51,39,41)	3. VAGO ^(30,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares, e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lédice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jurema Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o CF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoritário: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jurema Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB).

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (OF. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoritário na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (OF. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OF. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cicero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares, e Senadores Alcino Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,5)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

6. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcélia Ramos Calhão

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,5,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁸⁾	8. Lindbergh Farias (PT) ^(91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,30,2,50,93,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,76)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,51,69,64,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,86,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,160,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸³⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(83,109)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gím (PTB) ^(45,65,10,31,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,99)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgrário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares, e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Reginato, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Mota, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Raulo de Faria como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do Bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicita alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUT/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012-GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão do Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUP/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozerildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSD: Senadores Alcino Neves, Alvaro Dias e Cassio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataides Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Donelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCI).

78. Em 03.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gilm, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013 - BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cicero Lucena e Fleca Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Fleca Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-OSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (OF. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011;

a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁸³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁶⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,36,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(44,41,60)
VAGO ^(17,41,74,60)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(5,59)	1. Clecro Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cassio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,46,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(66,79,24,31)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,24,35)
VAGO ^(66,58,24)	4. VAGO ^(49,50,56,66,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Postela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lidice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lima e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jurema Vasconcelos, Valdir Rupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jurema Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cicero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB).

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSIALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gylvan Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. G.S.C.A.N.D nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requão, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012-BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licencia-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares, e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cleo Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPMDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lima e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPMDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador João Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPMDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13-BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13-GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPMDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****Notas:**

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*, Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Wellington Dias (PT) ⁽⁷⁷⁾	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Ganibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁹⁵⁾	5. Eurício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cicero Lucena (PSDB) ^(3,7,83,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,56)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,21,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶³⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marincor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Egário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eurício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Ganibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011 - GLPMD).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMD).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMD).
7. Em 06.07.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11 - GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011 - GLPMD).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMD).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMD).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMD).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMD nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMD).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMD nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (Of nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cicero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
56. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jacá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 - GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (Of. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 - GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 - GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-OSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: seomema@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁶⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,6)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(14,5)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF, N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. N° 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eurício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do CF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 19.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPCMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPCMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: secomema@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(4,7,3,1)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 19.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cicero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽¹⁾

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 01.10.2013, os Senadores Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cicero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cicero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(20,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁶⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(67,75,58)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,8,32,25,75,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(30,16,74,58,62,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,21,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(53,45,65,79)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(65,63,79)
Eduardo Lopes (PRB) ^(73,65)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Maricor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jurebas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvan Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minorista: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cleto Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Atáides Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PS/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PS/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Atáides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSIALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minorista na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minorista na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB).

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Ariberto Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves. (Of. GLPMDB nº 324/2011)
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. 10/12 - GLPSDB)
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury. (Of. nº 1/2012 - GLDEM)
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. (Of. nº 34/2012-GSMC)
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão. (Of. nº 22/2012 - GLPMDB)
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. (Of. nº 28/2012 - GLDBAG)
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello. (Of. nº 10/2012-GLBUE)
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 16/2012-GLDEM)
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão. (Of. nº 65/2012-BLUFOR)
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino. (Of. GLDEM nº 48/2012)
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy. (Of. nº 133/2012-GLDBAG)
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves. (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF)
52. Vago em virtude de o Senador Clóvis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012. (Of. GSJALB nº 0001/2012)
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão. (Of. nº 17/2013-GLPSDB)
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão. (Of. nº 17/2013-GLPSDB)
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco. (Of. nº 30/2013 - GLDBAG)
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. (Of. nº 04/2013 - CDH)
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataides Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 59/2013 - GLPSDB)
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão. (Of. nº 88/2013 - GLPMDB)
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão. (Of. BLUFOR nº 61/2013)
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão. (Of. nº 66/2013-BLUFOR)

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(3,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

9. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: sccomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

2. Em 05.04.2013, foi lido o Of. 048/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

3. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09/04/2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 05/04/2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03/04/2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09/04/2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10/04/2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 64/2013-CDH).

3. Em 07/08/2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05/04/2013, foi lido o OF45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03/04/2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: secomdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(9,8,3,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(37,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,31,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(30,10,56,55,45)
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(34,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,36,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves e Cyrol Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares, e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aríbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***** Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

***** Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, (Of. nº 051/2011 - GLDBAG).

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reeleição do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 03.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, (Of. nº 147/2011-GLDBAG).

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, (Of. 022/2012 - GLDBAG).

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUT/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Falcão não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se a nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jurbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jurbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. GLPMDB nº 309/2013).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: soomere@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomere@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(5,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (OF nº 27/20110-CRE/PRES).
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (OF. nº 134/2011 - GLDB AG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 19.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reeleição do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(8,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reeleição do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUT/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: socomre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(3,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,25,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(35,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Domelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,58,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(37,28,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Elairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. VAGO (60,66)
João Ribeiro (PR) ^(34,60,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Reginato, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSB/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto de Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OEGSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OEGLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUT/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo da proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozartildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSQA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lidice da Mota é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lidice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CLPRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antônio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,13,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II de art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Pensamento, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

4. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,23,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cicero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(30,52,51,55,56,50)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
João Ribeiro (PR) ^(56,54,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cicero Lucena como membros titulares, e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jartus Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esagário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSALB.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PMDB) na Comissão (Of. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Mornis é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares, e Senador Cicero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lima e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (CF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (CF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (CF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: secomedr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(11,10)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (Of. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (Of. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cicero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF, N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: secomedr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antônio Russo (PR) ^(23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,34)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,49,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(21,10,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(74,72)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mezarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyrol Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido o ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PTV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-OSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (OF. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (OF. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Cyro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (OF. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (OF. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Amílcar Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽²¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,21)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cicero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(19,16,3)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(41,29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Amílcar Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PS/PMNPV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMD/PP/PS/PMNPV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Corrêa é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Corrêa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito da Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antônio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Egli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(3,4)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fila da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.

8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR *(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Sérgio Souza (PR)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyrol Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lidice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayne Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO
PSD			
Sérgio Petecão (AC)		1.	Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 05/11/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA
Atualização: 06/03/2013	

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL
Atualização: 05/11/2013	

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 11/02/2011

5ª Designação: 11/03/2013

6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PP

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozamildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Aníbal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽¹⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽²⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme OFGLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.º 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS

PMDB

Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾

PTB

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

João Durval (BA) ⁽⁷⁾

PSB

Lidice da Mata (BA) ⁽¹²⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.º 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.º 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.º 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of.º 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of.º 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of.º GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of.º GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados²

COMPOSIÇÃO³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
 1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
 2º Vice-Presidente: 8 0 9
 3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁹

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
 Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
 Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. 6
Lidice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁹
1 0 9	2. 5 0 7
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cicero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ⁷	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cicero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 108/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, Incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Welliton Prado (PT/MG)	5. José Ailton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7, 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁹
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiraj, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 18-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSC.

10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.

11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.

12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.

13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergilio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Irlay Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI
COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Ailton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE
COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGMP, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho^{18, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013^{18, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 15 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. 1 e 17
	5. 22
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 28}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. 3 e 29
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 28}	4. 3, 18 e 28
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. 3 e 24
Wilder Morais (DEM/GO) ^{5, 10 e 25}	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{5, 10, 28, 30 e 31}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. 8, 9 e 12
	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{6 e 26}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 62/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-8-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2, 10}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbert Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 15 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Câmara dos Deputados.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF-8/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vaga em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 18-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

14- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

15- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

16- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

17- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

18- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

19- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

20- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PT.

21- Designado o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 534, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa - Sala 15 - Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{5,6 e 7}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

- 1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.09.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ¹	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{1 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 3, 5 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.816 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 60/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme ROS nº 889/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notes:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Director: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3480 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Director: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013³

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁵

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ⁵⁺⁶	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁷⁺⁸
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Jorge Viana (PT/AC)	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ⁸⁺⁹	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 8, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democracia - PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 5-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepti@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: 3303-4551 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²

Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Euripedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
sscon@senado.gov.br
www.senado.gov.br/scs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.06.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechny (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechny (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wlana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wlana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima³**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molting²**Designação:** 07.05.2013**Deputados**

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumatungo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Carlos Sampaio ^{2, 10}
Eduardo Azeredo	
Luiz Carlos Hauly ^{4, 11}	
PSD	
Geraldo Thadeu	Alila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luís Carlos Heinze
Renato Molting	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago ⁶	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luís Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim ¹
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁵
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁶	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique ⁹	Eduardo Amorim

(Atualizado em 26/09/2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6860
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercossul

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

